UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Programa de Pós-Graduação em História

A "consciência histórica" paraibana: do IHGP à historiografia acadêmica

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

George Silva do Nascimento

Belo Horizonte, julho de 2016.

George Silva do Nascimento

A “consciência histórica” paraibana: do IHGP à historiografia acadêmica

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de doutor em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Área de concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho

Orientador

Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte, julho de 2016.

A Hugo Romero Cândido da Silva (in memoriam) por nossa amizade, pelo amor que demonstrava ao conhecimento histórico e à profissão de historiador.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Encerra-se, com a conclusão deste trabalho, um ciclo de longas experiências que começaram ainda na minha graduação. Experiências de vida, eu diria, mais até do que profissionais, porque a minha atuação na área foi breve e muito tímida. E, desse modo, antes de agradecer, gostaria de abrir espaço para deixar aqui, como registro, alguns desses episódios.

Nasci no apagar das luzes de 1984, em 29 de dezembro, na cidade de Alagoa Grande, interior da Paraíba. Meu interesse pela História se deu ainda na infância, embora naquela época não me passasse em mente a formação profissional nessa área. Nos sonhos de infância, dificilmente uma criança como eu sonharia em ser professor de História, ainda mais em uma sociedade em que, tradicionalmente, o Direito, a Engenharia e a Medicina são cultivados como os campos profissionais ideais. O cotidiano da sala de aula não me encantava, principalmente por observar as experiências compartilhadas em casa com minha mãe, professora das séries iniciais do ensino fundamental. Apesar dos problemas cotidianos comuns a tal universo percebi que ela era realizada profissionalmente, mas eu achava que os pequenos gestos de reconhecimento de pais e alunos não compensavam a realidade brutal de ser professor na rede pública de ensino do nosso país. Com o passar do tempo, mesmo consciente da condição sôfrega do modelo tradicional de nossa educação básica – tanto nas escolas públicas quanto nas particulares – por mais contraditório que possa parecer, tornei-me professor.

O olhar mais atento para as coisas do passado foi despertado por inúmeros elementos que faziam parte do meu dia a dia, e que, aos poucos, foram alimentando a minha imaginação. Acredito que o primeiro interesse veio desse aspecto intrigante dos relatos e dos vestígios materiais que remetiam a tempos intangíveis e provocavam viagens fantásticas através da minha imaginação. Esses elementos começaram a constituir uma rede de tramas e de pensamentos, à medida que mais e mais eu me interessava por eles.

O casario histórico do século XIX e início do século XX, nas cidades do interior do brejo paraibano, região onde nasci; as igrejas, os teatros (o da minha cidade natal, por exemplo, foi inaugurado em 1905 e está em funcionamento até hoje); as viagens à capital e também ao Recife e Olinda, chamavam minha atenção, por meio do encontro, tão comum nessas cidades nordestinas, entre o antigo e o moderno, entre os casarões e templos religiosos e os enormes prédios à beira-mar. Era uma experiência impressionante ver o gigantesco maquinário da usina de açúcar, hoje desativada, quando ainda criança pedia que meu pai me levasse no bagageiro de sua bicicleta para observar o seu funcionamento. A usina ficava distante do centro da cidade, mas o barulho de suas sirenes chegando madrugada adentro, em época de produção de açúcar, aguçava a minha curiosidade para testemunhar tudo aquilo de perto.

Os horizontes em fogo que brilhavam nas noites com as queimadas das canas e que enchiam o chão branco da casa, tão bem cuidada por minha mãe, iam de encontro às estórias, contadas por diversas pessoas, dos sofrimentos dos trabalhadores em época de colheita, dos momentos de muita violência impingida pelos patrões e a história singular de Margarida Maria Alves, todos os anos homenageada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Igreja Católica, na cidade. Sindicalista, brutalmente assassinada em 1983, pouco tempo antes do meu nascimento, Margarida Maria Alves transformou-se em símbolo nacional da luta contra a violência sofrida pelos trabalhadores do campo e pelas mulheres. Presenciei também o início da construção da memória, através de homenagens organizadas por produtores culturais e políticos na cidade, de Jackson do Pandeiro, músico de destaque nacional, entre as décadas de 1950 e 1970, que ali nascera ainda no início do século XX.

Todos esses exemplos, que não se esgotam aqui, alimentavam esse interesse que aumentava a cada dia pelas coisas do passado. Muitos desses relatos foram contados por minha mãe, que desde cedo incutiu em mim o gosto pela leitura. Professora de nível primário, sempre se esforçou em me proporcionar uma educação de qualidade. Esse universo de memórias

também foi enriquecido pelos meus avós maternos, muito eloquentes, e em especial por uma vizinha, dona Teca, que preenchia com tanta vivacidade tudo que falava, deixando-me ansioso pelos próximos episódios da saga de sua própria vida: como se davam as eleições no interior da Paraíba, na primeira metade do século XX, principalmente os episódios sobre a compra de votos; um pouco dos costumes dos libaneses para quem ela trabalhou no Recife, provavelmente lá pelos meados de 1940; e também a visita de Getúlio Vargas a Campina Grande, em 1950, evento que mobilizou multidões nas ruas da cidade – encantava-me o poder de Teca em rememorar com tanto humor e verossimilhança aqueles tempos de sua vida.

Quando ingressei no ensino médio, meu interesse por narrativas do passado foi crescendo ao me deparar com a literatura brasileira – inclusive com leituras obrigatórias de obras referenciais que seriam cobradas na prova do vestibular – além de aulas encantadoras de meu então professor de História, preparadas com um imenso cuidado e domínio do assunto, abrilhantadas pelos criativos gráficos coloridos feitos à lápis de giz ou pelo uso de s*lides*, vídeos, e tudo que pudesse despertar o nosso gosto pela matéria. Nessa época, deparei-me com as narrativas de Machado de Assis e José Lins do Rego, tão distintas e peculiares, mas ao mesmo tempo tão impressionantes pelo seu poder de descrição. O Rio de Janeiro do século XIX narrado por Machado de Assis me encantava: o movimento das ruas, as pessoas e os seus costumes, enfim, iam de encontro ao Rio de Janeiro que eu imaginava, alimentado também pelo o que eu ouvia sobre essa cidade por pessoas muito próximas: amigos e familiares, com o seu olhar de migrante, que voltavam para visitar suas famílias e falavam de suas experiências na "cidade grande". Do mesmo modo identificava-me com o universo descrito por José Lins do Rego e as suas estórias do "menino de engenho" e do "moleque Ricardo", da sociedade que vivia da/e sobre a produção do açúcar: seus costumes, sua religiosidade, a decadência econômica, a chegada da modernidade e também a "cidade grande" representada, por exemplo, em suas narrativas por Recife. Todos esses elementos fundiam-se no meu pensamento, pois via a cidade

do Recife, assim como o “moleque Ricardo”, como o mais próximo que seria a verdadeira expressão da modernidade. Gostava muito de ir ao Recife, visitar meus familiares e também pela oportunidade de observar a sua grandiosidade, o seu movimento intenso.

Prestei vestibular para História em 2002, ingressando no curso no ano seguinte, no campus da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Guarabira, distante aproximadamente 30 quilômetros de minha cidade natal. Na verdade, o meu interesse maior era prestar o exame para o curso de Direito, mas fui orientado por minha mãe a pensar nisso em outra oportunidade, pois não teríamos condições financeiras de custear as despesas, ainda que fosse estudar em uma universidade pública. No curso de História, tive a oportunidade de vivenciar um pouco dos resquícios do verdadeiro combate de posições historiográficas e políticas que ocorrera, entre os anos 1970 e 1980, na capital, entre os professores do Departamento de História do campus da Universidade Federal da Paraíba e os historiadores ditos “tradicionais”, provenientes do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o IHGP.

Quando entrei na universidade, décadas depois dessas transformações, fui aluno de professores que representavam as mais diversas gerações de intelectuais dedicados à produção do conhecimento histórico local: alguns eram aposentados pela UFPB, representantes da segunda fase da historiografia local, do momento de superação da escrita da história proveniente do IHGP; outro grupo representava ainda o entendimento tradicional da interpretação histórica do IHGP e, por último, a entrada de novos professores com pós-graduação em universidades fora do Estado, que traziam consigo as “inovações” metodológicas e conceituais do campo historiográfico para a sala de aula. Essa situação já produzia de imediato a impressão de que estes eram “mais modernos”, se comparados com os professores “mais antigos” do campus.

As mudanças não tratavam apenas de novos professores, mas de transformações no currículo do ensino de História e nas decisões administrativas do campus: aquisição de livros para a biblioteca, concursos para professores efetivos e substitutos, criação de grupos de

pesquisa e distribuição de bolsas de projetos de iniciação científica que nunca antes existiram no curso. A universidade na qual ingressei e o curso de História, em especial, estavam passando pelo mesmo processo que transcorrera em décadas anteriores na capital, apesar das especificidades de cada momento e lugar. A Universidade Estadual da Paraíba crescia em importância e na qualidade de seus cursos, renovação do corpo docente, formação de grupos de pesquisa, tudo isso como produto da então recém-conquistada autonomia financeira da universidade, e o seu projeto de interiorização da formação acadêmica profissional, em diversas áreas de conhecimento.

Apesar das dificuldades estruturais e materiais do curso de História, tive a oportunidade de entrar em contato com algumas leituras que ajudaram na minha formação de historiador, em virtude da aquisição, pela direção do campus, de novos livros para a biblioteca. Esses livros trouxeram novos elementos para minha compreensão da história, tanto como processo/narrativa como também conhecimento/ciência.

Infelizmente as mudanças mais significativas ocorreram já no final de minha passagem pelo curso. Não tive oportunidade de participar de nenhum grupo de pesquisa e também não poderia, caso me fosse permitido. Ainda no ano que ingressei na faculdade, 2003, prestei concurso público e fui aprovado para o cargo de Necrotomista Policial da Polícia Civil do Estado da Paraíba, serviço totalmente desvinculado do campo educacional. Buscava então uma saída para minha independência pessoal e econômica, já que, infelizmente, não vislumbrava essa independência na profissão de historiador. Como ainda estava no início do curso, procurei no “mundo dos concursos públicos” uma alternativa, mesmo que fosse enfrentar situações as mais adversas.

Ainda assim, comecei a dar aulas em colégios particulares, em minha cidade natal, antes mesmo de concluir a graduação. O Governo do Estado nomeava aos poucos os aprovados do concurso que prestei. Segui, assim, alguns anos na expectativa de nomeação do concurso,

dando aulas de História, com uma remuneração sofrível e sem nenhum estímulo. O uso de ferramentas didáticas – que considerava fantásticas – em sala de aula, absorveu-me inicialmente, mas não faziam muita diferença na prática: com um corpo discente difícil de lidar, principalmente por problemas comportamentais e pela total falta de apoio dos administradores da escola e dos pais. No final das contas, a lógica do *pagou-passou* era a que predominava.

No último ano da graduação, em 2007, as mudanças tão esperadas vieram de uma vez só. Fui nomeado pelo governo do Estado e passei a exercer a minha profissão numa cidade distante mais de 300 km de minha cidade natal. Então precisei conciliar o meu trabalho, as últimas disciplinas do curso e o TCC. O meu trabalho final de curso tratou de pensar o cotidiano de minha cidade natal no início do século XX, por meio da consulta a processos jurídicos criminais da época.

Concluí a minha graduação e logo em seguida fiz a seleção do mestrado em História na UFPB, no campus da capital e prestei vestibular para Direito em Campina Grande. Quando me deparei aprovado nos dois concursos, tive que fazer uma escolha. Não foi difícil optar pelo mestrado, inclusive porque, com o passar dos dias, isso facilitou a transferência do meu trabalho para a capital, fazendo com que eu fixasse residência na cidade, conciliando, finalmente, trabalho e estudo na mesma localidade. A ideia de uma carreira profissional na área também ia tomando forma em meus pensamentos.

No mestrado, pude expandir um pouco mais minha cultura historiográfica, por meio das leituras, seminários, aulas e da própria construção da dissertação. Foi justamente nesse período que comecei a construir a minha rede de contatos intelectuais que acabaram por confundir-se, naturalmente, com algumas das minhas relações de amizade. Chamo atenção, em especial, pela relação fraternal que construí com Paloma Porto Silva, hoje doutora em História por este programa de pós-graduação. Durante todos esses anos em que nos conhecemos, compartilhamos muitos sonhos profissionais, as nossas angústias e incertezas, mas também

inúmeras realizações. Paloma foi o principal canal de meu ingresso na UFMG e o meu elo com o Nordeste (o sotaque, as conversas sobre a política local de nosso Estado e as impressões compartilhadas sobre as descobertas e desafios enfrentados por quem vem 'de fora' e passa a viver num lugar totalmente diferente daquele de sua origem). Antes mesmo da defesa do mestrado, a ideia de fazer a seleção do doutorado na UFMG já estava formada. Paloma conheceu o Programa de Pós-Graduação em História quando passou alguns meses em Belo Horizonte, em virtude do projeto PROCAD-NF (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras), entre os programas da UFPB e da UFMG, durante os anos de 2009 e 2012. Logo depois, foi aprovada no doutorado em história da UFMG e como ela havia passado pelo processo de seleção, guiou-me no passo a passo necessário e foi atenciosa em todos os momentos, fazendo questão de me apresentar à Universidade e à sua rede de contatos já aqui estabelecida, logo depois que fui selecionado.

No decorrer dos anos deste doutorado, muitas situações influenciaram, para o bem e para o mal, o desenvolvimento dessa pesquisa. Abandonei o meu trabalho no Estado da Paraíba, transferi toda a minha vida para Minas Gerais e decidi também fazer aqui a minha vida pessoal. Nos primeiros anos do doutorado, fui bolsista pela CAPES/Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), o que possibilitou minha permanência em Minas Gerais, pois acredito que o principal objetivo desse auxílio é a sustentação do pesquisador, antes mesmo de ser subsídio para os custos de um curso dessa envergadura, ainda que seja em uma universidade pública de qualidade.

Tinha plena consciência de que a bolsa, tanto como o doutorado, chegaria um dia ao fim. Então era preciso assegurar a minha permanência em Minas Gerais, porque gostei de viver aqui e construí laços permanentes de convívio; não porque tivesse uma aversão à minha terra natal. Desta forma, prestei concurso público para um órgão do Poder Executivo Federal, mais

uma vez em área totalmente oposta a das Ciências Humanas, e a aprovação neste concurso veio ao encontro de minhas intenções em ficar aqui.

O dia a dia do trabalho afastou-me das atribuições da minha pesquisa de doutorado. Cheguei ao ponto de pensar em desistir de sua conclusão. O cenário atual não é dos mais favoráveis para quem deseja seguir carreira na área, ainda mais quando sua atuação profissional se dá em campo diametralmente oposto, assim como em meu exemplo no serviço público. O panorama não é muito promissor. Nem sei se realmente alguma vez o foi em uma sociedade que ainda tão pouca importância dá às chamadas "ciências do espírito". A convivência, durante anos, da reflexão histórica como uma atividade extra, de satisfação pessoal, desde a época do mestrado, talvez tenha contribuído também para a existência desses sentimentos.

Entretanto, parei para pensar e reuni forças nesses meses finais que antecederam minha defesa para concluir o trabalho e fechar os ciclos, em respeito aos meus colegas de curso, meus professores, familiares e em especial ao meu orientador e à própria UFMG, com quem prestei o compromisso de defesa deste doutorado. Não poderia deixar tudo para trás sem apresentar os resultados, por mais tímidos que possam ser, das experiências e dos encontros que tive oportunidade de vivenciar nessa Universidade: os professores que foram referências bibliográficas para diversos trabalhos e leitura prazerosa em muitos momentos, materializados bem ali nos seminários e nas aulas que presenciei; o encontro com alunos e mentes brilhantes e a estrutura de uma grande universidade brasileira, juntamente com uma experiência acadêmica que não tive oportunidade de vivenciar em minha trajetória pelas universidades na Paraíba, como, por exemplo, a minha participação no Conselho Editorial da revista *Temporalidades*, periódico fundado por alunos do Programa pós-graduação e que vem obtendo, desde então, um grande destaque no universo acadêmico nacional, na área de História. Não poderia desistir assim depois de uma experiência pessoal tão maravilhosa, independentemente

de meu prosseguimento ou não na área. Os compromissos selados no ato de minha seleção devem ser cumpridos até o fim.

Sendo assim, agradeço primeiramente ao meu orientador, o professor José Carlos Reis, antes de tudo pela sua compreensão e por ter visto, desde o início, a possibilidade deste trabalho contribuir de alguma forma para a historiografia paraibana. É um feito notável para alguém que leu na graduação alguns de seus livros publicados, ter a oportunidade de dialogar pessoalmente com suas ideias e ser estimulado por suas provocações.

Agradeço também aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Ricardo Luiz de Souza e Helena Miranda Mollo, pelos apontamentos, críticas e sugestões.

Aos professores das disciplinas que cursei no Programa de Pós-graduação e aos colegas e amigos que tive o imenso prazer em compartilhar a vivência acadêmica na UFMG, como Ana Marília Carneiro, Natália Cristina Batista, Gabriel da Costa Ávila, Raul Amaro de Oliveira Lanari, Mariana de Moraes Silveira, Francismary Alves da Silva, Felipe Augusto de Bernardi Silveira, Maria Terezinha Bretas Vilarino, Ivaneide Barbosa Ulisses.

Pela experiência de ter participado do conselho editorial da Revista Temporalidades, entre janeiro de 2012 a abril de 2013, agradeço aos companheiros Ana Marília Carneiro, André Cabral Honor, Deborah Cristine Silva Gomes, Fabiana Léo Pereira Nascimento, Lorena Lopes da Costa, Paloma Porto Silva e Taciana Almeida Garrido de Resende.

Aos alunos da disciplina “História e historiografia brasileira: entre o nacional e o regional”, que ministrei no estágio docente, em especial à brilhante Mariana Vargens Silva.

Aos professores Waldeci Ferreira Chagas, Antonio Clarindo Barbosa, Josemir Camilo de Melo e o caro José Avelar Freire, pelo precioso tempo concedido em suas brilhantes entrevistas que enriqueceram este trabalho.

À professora Margarida Maria Dias Oliveira, pela atenção prestada e sua esclarecedora entrevista que complementaram os seus apontamentos pioneiros sobre a historiografia paraibana e que serviram de norte fundamental para esta pesquisa.

À professora Rosa Maria Godoy Silveira, pela gentileza nos contatos eletrônicos via e-mail.

À Juliana Rosa, pelos generosos auxílios no campo da língua inglesa. Também agradeço aos queridos amigos Ariana Costa e Jucieldo Alexandre por compartilharem comigo essa árdua tarefa de conclusão de um doutorado.

Aos amigos que fiz em Caeté, cidade que escolhi para viver e que sempre me ouviram falar da defesa dessa tese que nunca chegava. Peço desculpa pela omissão dos nomes, mas justifico a ausência para não correr o risco de esquecer alguém e assim cometer alguma injustiça.

Aos caríssimos companheiros do Serviço de Gestão de Pessoas Ana Rodarte, Leonardo Ferreira, Pacheco, Mário, Túlio, Juliano, Ireda Lana e a nossa chefe incomum Renata Dias que se tornou uma grande amiga, pela total compreensão e pela paciência de tanto me ouvirem falar nessa tese.

À minha mãe Gorete e minha irmã Geyziane pela força e pelo amor sempre dedicados. As distâncias físicas e geográficas não são suficientes para diminuir um milímetro sequer o meu pensamento constante em vocês.

À dona Zizita, Agda Lima e Alcione Lima pelo acolhimento e carinho dispensado todos esses anos.

E em especial ao André Lima, pela companhia diária, pela força, pelo incentivo em todos momentos, principalmente quando o cansaço e as adversidades da vida, que sempre surgem para qualquer um, tentam impedir que sigamos adiante. Agradeço também por sua paciência em aturar todos os destemperos e excessos que só se explicam pela tensão psicológica

causada pelo esforço mental que todo pós-graduando se vê forçado a passar. Muito obrigado por tudo.

O discurso regionalista não é emitido a partir de uma região objetivamente exterior a si, seja essa pensada como um recorte geográfico já dado, seja pensada como produto da regionalização do espaço nas esferas econômicas ou políticas. É na sua própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta. Ela é parte da topografia do discurso, de sua instituição. Todo discurso precisa medir e marcar um espaço de onde se enuncia. Antes de inventar o regionalismo, a região é produto deste discurso. Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes momentos, com diferentes estilos e não pensá-la como uma homogeneidade, uma identidade definida a priori. A região é uma espacialidade que está sujeita, pois, ao movimento pendular de construção/destruição, contrariando a imagem de eternidade que sempre se associa ao espaço. Ao invés de buscar uma continuidade histórica para a identidade do nordestino e para o recorte espacial Nordeste, a historiografia devia suspeitar destas continuidades, pondo em questão as identidades e fronteiras fixas, introduzindo a dúvida sobre estes objetos históricos canonizados.

(Durval Muniz de Albuquerque Jr., in: As malvadezas da identidade: uma análise do lugar epistemológico da história regional. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira* -história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, p. 222).

RESUMO

Em nossa pesquisa de doutorado, pretendemos compreender a instituição do conhecimento histórico na Paraíba. Sem dúvida, o marco temporal para o surgimento desses discursos interessados no passado, de pretensões que ultrapassavam o registro e a memória, tem como ponto de partida a primeira década do século XX. Situação em nada particular à Paraíba porque também foi compartilhada por diversos espaços do território nacional. Na verdade, o momento político do país, com o início do regime republicano e a instauração do federalismo, proporcionou a emergência dos discursos locais que, de certa forma, foram silenciados ainda no período da Independência, em virtude da centralização política imperial. Essas novas instituições tinham como um dos seus principais objetivos a construção de uma memória que proporcionasse a esses espaços o papel de sujeitos históricos que a escrita totalizante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os negou. Havia uma preocupação latente em se fazer uma história paraibana, escrita por seus próprios intelectuais, com acontecimentos e personagens singulares a este espaço. Durante décadas a versão do passado, elaborada pelos intelectuais reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, permaneceu como a oficial e inquestionável verdade sobre a história daquela região. Suas bases começaram a ruir a partir de 1970 com a renovação do corpo docente do Departamento de História, na Universidade Federal da Paraíba, que trouxe diversos profissionais de formação e pós-graduação na área, dispostos a enfrentar o poder de verdade da história advinda do IHGP. Percorrendo os espaços institucionais, seus intelectuais, obras e matrizes interpretativas, pretendemos compreender a trajetória da institucionalização e profissionalização do conhecimento histórico na Paraíba, usando como fonte principal a produção historiográfica local.

Palavras-chave: Paraíba; Historiografia; Identidade; História.

ABSTRACT

In this work we intend to understand the institution of historical knowledge in Paraíba. Undoubtedly, the origin for the appearance of these discourses about the past, purposes that exceeded the record and memory, has as its starting point the first decade of the twentieth century. Situation that was also shared by many areas of the country. In fact, the political situation of the country, with the beginning of the republican regime and the establishment of federalism provided the emergence of local discourse that were also silenced during the period of independence, because of the imperial political centralization. These new institutions had as one of its main objectives the construction of a memory that would provide to these regions the title of historical subjects that the writings of the Brazilian Historical and Geographical Institute did not recognize. There was a latent concern in making a paraibana history, written by their own intellectuals, with events and characters unique to this space. For decades, the version of the past, prepared by intellectuals around the Historical and Geographical Institute of Paraíba, remained the official and unquestionable truth about the history of that region. Its foundations began to crumble from 1970 with the renewal of the teachers of the Department of History at the Federal University of Paraíba, which brought several professionals in the area to question the power of the history from the IHGP. Through the institutional spaces, their intellectual, works and interpretive matrices, we aim to understand the trajectory of institutionalization and professionalization of historical knowledge in Paraíba using the local historiography as main source.

Keywords: Paraíba; Historiography; Identity; History.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: diversidade de formações dos intelectuais fundadores do IHGP..... 129

Quadro 2: atividades profissionais dos fundadores do IHGP 130

Quadro 3: local de nascimento dos fundadores do IHGP 131

Quadro 4: temáticas abordadas pelos intelectuais na revista do IHGP 134

Quadro 5: Cursos de História na Paraíba 166

Quadro 6: projetos de pesquisa e linhas temáticas desenvolvidos
pelo NDIHR (1978-1993) 176

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Página inicial do jornal nº 1 da *Gazeta do Sertão*, de 1º de setembro de 1888 50

Imagem 2: Capa da edição fac-similar (1977) de *Notas sobre a Parahyba* 66

Imagem 3: Capa da segunda edição (1977) de *História da Província da Paraíba* publicada pela Editora Universitária, da UFPB 83

ABREVIATURAS

ANPUH – Associação Nacional de História

IAP – Instituto Arqueológico Pernambucano

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1. Introdução 01

2. A instituição do discurso histórico no Brasil 08

2.1. O IHGB e o Instituto Pernambucano: matrizes institucionais, tensões e divergências..... 29

3. Entre notas, viagens e memórias: os primeiros ensaios de uma consciência histórica paraibana..... 40

3.1. Irineu Ceciliano Pereira Joffily 41

3.1.1. *Notas sobre a Paraíba*: para além da simples curiosidade de um *touriste* 64

3.2. Maximiano Lopes Machado 78

3.2.1. A *História da Província da Parahyba* 90

3.2.2. O *"historiógrafo"*, o todo, a parte e a história: a compreensão da história por um intelectual brasileiro em fins do século XIX 110

4. Da historiografia do IHGP à historiografia acadêmica Paraibana..... 116

4.1. A Revista do IHGP: o laboratório da *paraibanidade* 117

4.2. A *virada* historiográfica paraibana: expansão da institucionalização da área de história 164

5. Considerações finais..... 184

6. Referências..... 190

7. Anexos 201

1. Introdução

Os interesses que envolveram o desenvolvimento desse trabalho foram extremamente pessoais. Parece óbvio dizer isso aqui, ainda mais no presente momento em que os historiadores não têm receio em confessar os seus lugares de fala, suas motivações e as condições – institucionais, metodológicas, entre outras – que possibilitam – para ficarmos nas expressões mais comuns utilizadas atualmente na historiografia – a construção do seu trabalho. Por isso achei necessário discorrer aqui em primeira pessoa.

Este trabalho tem como objetivo compreender a construção do discurso historiográfico na Paraíba a partir de sua institucionalização, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), até a conquista de sua profissionalização com a fundação do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse exercício, procuramos apresentar o que viria a ser a "consciência histórica" paraibana, que vem a ser a *paraibanidade* produzida pela historiografia local.

Fundado em 1905, o IHGP tinha como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado na então Capital Federal, o Rio de Janeiro. O seu principal objetivo fora o de construir a memória paraibana, reunir os homens de notório saber interessados pelas coisas do passado, para que através de pesquisas e de provas materiais, fossem revelados os elementos que identificavam as especificidades do ser paraibano e suas contribuições à história e a unidade nacionais. Adquirindo status de história oficial, a versão da história produzida pelos intelectuais ligados ao IHGP permaneceu durante décadas como a única verdade sobre a história da Paraíba, exercendo poder de influência sobre tudo o que se dizia com relação ao passado paraibano.

Entre as décadas de 1950 e 1960, o primeiro curso de História foi fundado na capital paraibana e muitos dos professores do Departamento de História da UFPB não tinham formação na área, outros tantos entraram como professores na universidade por apadrinhamento e

conveniências políticas. Mas o que importa dizer aqui é que boa parte deles, no exercício diário de suas funções, reproduziu e confirmou a versão da história da Paraíba que o IHGP construiu: factual, sem aprofundamento da compreensão dos processos históricos, de viés político e edificadora de personalidades singulares dignas de nota por seus feitos, exemplos de conduta a serem seguidos, entre outras características, tão comuns ao formato das narrativas de cunho historiográfico desse momento anterior à profissionalização do historiador no Brasil.

Somente na década de 1970, após a federalização da universidade e a entrada de novos professores concursados no Departamento, a versão da história local, segundo seus críticos, conservadora e tradicional, passou a ser questionada pelos novos professores. Muitos desses eram provenientes de outros Estados do Brasil, agora formados especificamente na área do conhecimento histórico, inclusive em pós-graduações – fatores fundamentais para uma transformação metodológica, conceitual e (porque não também?) política da produção historiográfica na Paraíba. Do final dos anos 1970 até o ano de 2004, quando foi criado o Programa de Pós-Graduação em História, em nível de mestrado na UFPB, as transformações nos cursos de História e o avanço da produção científica na área cresceram de forma gradual e muito significativa na Paraíba.

Ao ingressar no mestrado em História da UFPB, orientado pelo professor Raimundo Barroso Cordeiro Jr., o meu projeto de seleção tinha o objetivo de compreender a construção dos discursos de cunho historiográfico na Paraíba, por meio da leitura comparada da obra de dois autores escolhidos entre os intelectuais ligados ao IHGP. Eu queria entender o porquê de tantas críticas lançadas pelos meus professores da graduação a essa historiografia proveniente do IHGP. A maioria dos professores dessa nova leva de profissionais que estavam ocupando os quadros docentes do campus III, da Universidade Estadual da Paraíba, onde fiz minha graduação, foi aluna daqueles professores que combateram a versão da historiografia tradicional na Paraíba. O que eu percebia era que neles havia sido incutido uma verdadeira

aversão aos textos e aos autores pioneiros de nossa historiografia não acadêmica. Essa aversão criou uma barreira em que a consulta e o acesso a essas obras não eram suficientemente incentivados por esses professores.[1]

Ainda no final de minha graduação, certo dia, deparei-me na biblioteca da universidade com o livro *Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*[2], da historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira, publicado em 1996, fruto de sua dissertação em Ciências Sociais, defendida em 1994, na Universidade Federal da Paraíba. Foi um encontro feliz com o livro e com as ideias da autora. Através da produção dos intelectuais do IHGP, presente na revista publicada pela instituição, Oliveira buscou compreender os elementos constitutivos da versão da história da Paraíba elaborada pelos intelectuais e o seu repertório simbólico que davam forma à identidade do ser paraibano, que seria chamada de *paraibanidade*, por esses autores. Nessa época, meu TCC na graduação já estava praticamente concluído e a leitura do texto de Oliveira não exerceu influência sobre ele, inclusive porque a temática era totalmente diversa.

Mas o trabalho da professora Oliveira foi fundamental para o meu projeto de pesquisa de mestrado. No decorrer do curso, entrei em contato com outras leituras e formas de compreensão da história, e, a partir do universo instrumental do conceito de Cultura Histórica[3],

---

[1] Vale ressaltar que eram também textos de difícil acesso, mesmo com a reedição de boa parte deles pela editora universitária da UFPB, na década de 1970.

[2] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

[3] Entendida aqui enquanto uma categoria operacional do conhecimento histórico: "Entendo por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia e do campo historiográfico. **Trata-se da intersecção entre a história científica**, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, **e a história sem historiadores**, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difusos através de impressos, audiovisuais e orais. [...] . Para diferenciar o que Le Goff juntou, num equívoco categórico, penso ser prudente sustentar que se realmente existe uma mentalidade histórica, ela prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo inconteste também das sociedades ágrafas e pré-capitalistas. Entretanto, uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico. Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. Ela tanto pode ser narrada pelo cronista, jornalista, cineasta, documentarista ou memorialista. Trata-se da história sem historiografia, mas que não prescinde do fato de que a narração de qualquer feito tenha, pelo menos, as condições do sentido histórico, proposto por

deixei de lado a ideia de análise comparativa entre dois autores e dediquei minha atenção somente sobre um intelectual: Horácio de Almeida. Ele foi um dos homens de letras mais ativos da Paraíba na segunda metade do século XX, publicando livros tidos até hoje como referência sobre a história da Paraíba. A sua produção, mais especificamente historiográfica, esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Havia uma preocupação latente em se fazer uma história paraibana com acontecimentos e personagens singulares a este espaço. E percebi que essa ideia motriz foi levada, numa longa temporalidade e por diversas gerações, por inúmeros intelectuais que se dedicaram a composição de textos de cunho historiográfico sobre o passado local.

Procurei então, na dissertação, apresentar os lugares e os tempos de produção do intelectual, com quem o autor dialogava, as leituras que o influenciaram e os documentos consultados, no intuito de se especificar quais seriam os elementos da identidade paraibana, bem como, o que garantia, a partir de sinais marcados na memória local, essa tão procurada singularidade do homem paraibano. Antes daquilo que chamamos de *virada* historiográfica paraibana, que veio a ser a produção acadêmica dos novos professores da UFPB, o discurso histórico na Paraíba se confundia necessariamente com o discurso das identidades.

As identidades são construídas a partir de dispositivos imagéticos e discursivos. Mas estas construções não são erguidas ao acaso, sem uma referência. Elas partem de uma presença apreendida por uma vasta possibilidade de representação[4]. Esse discurso que preza por uma construção identitária surge a partir das experiências dos homens em sociedade, da necessidade de se reconhecerem como pertencentes a um espaço (com suas práticas) e a um grupo, marcados

---

Rüsen [...].” FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum* – Revista de História, DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, v. 16, jan./jun. 2007, p. 95-96.

[4] Para Chartier as representações são “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

pelo tempo, que se congregam sempre de forma interessada em manter um determinado *status quo* ou uma unidade, para preservar, garantir ou almejar múltiplos objetivos.[5]

Desse modo, as identidades são construções permanentes, exercício contínuo da experiência do viver em sociedade. As discussões atuais sobre identidades remetem a dois aspectos: de um lado, a percepção de que são edificadas a partir de um processo de construção representativa feita por e para indivíduos, grupos sociais e instituições; de outro, que são características imanentes e permanentes destas mesmas unidades. As identidades são formadas no intuito de unificar, tornar comum, de ser o ponto de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos, seja através de qualificativos físicos, de personalidade, de parentesco, de gênero ou relativas aos espaços, com um passado comum partilhado por todos. [6]

Os intelectuais ligados ao IHGP faziam uso de uma rede de relações tramada por diversas ferramentas: os cargos ocupados por muitos deles na administração pública, o livre trânsito entre os espaços de poder e de decisões políticas e a imprensa escrita, em efusivo crescimento no início do século XX. Com o conceito de *Cultura Histórica* – que através das discussões teóricas nas disciplinas do mestrado, passei a entendê-lo como sendo a dimensão

---

[5] Interessa-nos aqui as discussões pertinentes aos elementos discursivos e simbólicos construídos e/ou modificados (alguns utilizam a palavra *ressignificados*) pelos intelectuais escolhidos para nossa pesquisa. Como o tempo de produção desses autores esteve ligado ao momento de transição política nacional, seus trabalhos estavam também voltados para a construção de identidades e histórias, quer dizer, de um passado comum, que os ligassem à construção desse novo cenário político. Segundo José Murilo de Carvalho, o regime republicano não se consolidou simplesmente por um acordo das oligarquias locais com o governo central. Os regimes políticos modernos têm na ideologia o seu principal instrumento de legitimação que, segundo o autor, lança mão de diversos mecanismos para atingir a maioria da população. Se o discurso ideológico influencia as elites – que também são os produtores e os mais interessados – muito dos elementos desse discurso acaba extravasando esse círculo a partir da criação e dos usos de determinados símbolos, imagens e mitos. As primeiras décadas do século XX foram marcadas por inúmeras disputas pelo controle da criação do imaginário político no Brasil. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Para C. Castoriadis, em *A instituição imaginária da sociedade*, o imaginário é um componente de extrema importância na vida social. Ele tem um papel tão essencial socialmente quanto os interesses materiais. Aliás, assim defende o autor, os interesses materiais podem ser justificados a partir de um imaginário. O imaginário em certas situações se materializa onde os discursos não são apenas abstrações, mas ferramentas práticas de interação com o mundo. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 129-165.

[6] Conf. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005; HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006 e DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

das representações do passado social, agindo para a sua formação os próprios historiadores, os intelectuais, a imprensa, os produtores culturais e todos os divulgadores do conhecimento histórico, profissionais ou não[7] – construí as minhas observações.

Defendi a dissertação[8] em 2010 e no mesmo ano prestei seleção para o doutorado em História, aqui na Universidade Federal de Minas Gerais. Aprovado na linha de pesquisa *Ciência e Cultura na História*, sob a orientação do prof. Dr. José Carlos Reis, o projeto tinha a pretensão inicial de estender os objetivos de minha dissertação, partindo para uma análise institucional do IHGP, o seu papel dentro da sociedade paraibana e da constituição do discurso historiográfico local.

Provocado pelos questionamentos de meu orientador, fui estimulado a ir um pouco mais longe. Seria necessário ampliar essa perspectiva. Se existiu um embate entre essa produção, de caráter oficial, revestida de conservadorismos e tradições dos intelectuais do IHGP e a produção acadêmica profissional proveniente dos novos professores da Universidade Federal, era preciso entender então o que as diferenciava e com isso responder a seguinte pergunta: as versões da história provenientes dessas duas instituições são divergentes? O que as demarcam especificamente? Afinal, existe um saber historiográfico paraibano?

Sendo assim, dividi a presente pesquisa em três partes. No primeiro momento, procurei reconstituir o cenário da institucionalização do conhecimento histórico no Brasil, das primeiras intenções de uma produção do discurso histórico no país, proveniente de associações

---

[7] "No que se refere às relações entre cultura histórica e historiografia, o aspecto mais evidente é a amplitude do primeiro conceito, que vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*. Há, por conseguinte, diferenças evidentes de amplitude e de natureza entre o que se pode considerar cultura histórica e o que se pode entender por conhecimento/saber histórico produzido em uma época, não havendo sincronia necessária entre os dois". GOMES, Ângela Maria de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48-49.

[8] NASCIMENTO, George Silva. *Pátrio-Biografia*: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2010.

intelectuais, como no caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com foco especial na virada para o regime republicano que proporcionou a fundação de associações congêneres pelo país, responsáveis então pela versão de suas histórias locais.

Em seguida, especificamente sobre a Paraíba, espaço de discussão de nossas impressões, apresentei os dois intelectuais responsáveis pela elaboração das matrizes interpretativas da memória local, Irineu Ferreira Pinto e Maximiano Lopes Machado, que ainda no século XIX elegeram os temas, os personagens e elaboraram a cronologia da história paraibana que foi levada a cabo pelas pesquisas e textos de cunho historiográfico dos intelectuais do Instituto Histórico Geográfico Paraibano.

Posteriormente, procurei apresentar, através do periódico publicado pelo IHGP, os objetivos, as ações e intenções da instituição juntamente com as principais características do discurso histórico promovido por seus intelectuais, no início do século XX. Logo depois, a atenção foi direcionada para o momento que denominei de “virada historiográfica” paraibana, quando teve início a produção acadêmica dos profissionais de História, dos quadros funcionais da Universidade Federal da Paraíba, com suas novas interpretações sobre a história local.

2. A instituição do discurso histórico no Brasil

> *[...] devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. [...] Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.* ***Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas.*** *[...] deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu próprio adiantamento se pode ser mais garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país.* ***Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra****. Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume,* ***deverá ser escrita em um estilo popular, posto que nobre.*** *Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem do... e empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. [...] não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso, uma história popular do Brasil vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjecturas favoráveis que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil.*
>
> (MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. (1844). Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, p 401-403, 1845). (Grifos nossos)

O Brasil despontou de forma permanente como objeto da escrita da história a partir do século XIX. Embora narrado desde os momentos iniciais da ocupação do território pelos primeiros exploradores, em seguida por membros de ordens religiosas e depois por integrantes

de missões artísticas e científicas[9] (que com exceção da empreendida no século XVII pelo governo de Maurício de Nassau, tiveram sua expansão a partir de 1808, ano que marca simbolicamente a abertura dos portos da colônia portuguesa a outros Estados nacionais), os discursos que evidenciavam um exercício de levantamento e trabalho com os testemunhos do passado surgiram, em maior quantidade, após a emancipação política, como ferramenta fundamental para a construção da ideia de Nação, nestes lados do Atlântico.

A própria história moderna, segundo Geary (2005), que surgiu no século XIX, foi pensada e produzida como mecanismo fundamental do nacionalismo europeu. Inclusive o instrumental analítico da história dita científica foi concebido num cenário imbuído de movimentos nacionalistas, tanto na Europa como na América Latina, por exemplo. Thiesse (2002) reforça este argumento, quando diz que o processo que implicou a metamorfose "da Europa dos príncipes para a Europa das nações" foi muito mais uma transformação "radical das representações" do que uma simples mudança "da cartografia estatal".[10]

Para Geary, a investigação histórica é também um exercício de natureza subjetiva.[11] Como bem apontou Certeau (2000), em já clássica citação, a "operação historiográfica" (melhor

---

[9] Muitos desses textos são tomados tradicionalmente por aquilo que conhecemos como 'literatura de viagem'. Conforme Lisboa (1997), é preciso ressaltar que o gênero 'literatura de viagem', no que diz respeito aos relatos sobre o Novo Mundo, surgiram durante a expansão europeia, com os relatos dos cronistas que acompanhavam as expedições de reconhecimento e conquista dos territórios. No entanto, a partir do século XVIII, desenvolve-se "um estilo de viagem característico, que se estende por todo o século XIX: as expedições motivadas por razões científicas [...]." LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 35. As áreas de interesse compreendidas por esses 'cientistas-viajantes', segundo Lisboa, eram as mais variadas em virtude da então rudimentar especialização da ciência, (p. 23). Desse modo "[...] tratando-se do início do século XIX, nota-se que quase todos os autores errantes [...] estudaram, com maior ou menor afinco, a fauna e a flora, observaram a vida social, tanto rural como urbana, avaliaram as relações de trabalho, de produção, a economia e se interessaram pelas questões escravocratas e indígenas", (p. 33).

[10] "O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável; mais ainda, estas identidades nacionais que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente. [...] Paradoxo maior: as diversas identidades nacionais foram forjadas no contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças. " THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: Revista *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7.

[11] "A história moderna nasceu no século XIX, concebida e desenvolvida como um instrumento do nacionalismo europeu. Sendo assim, a história das nações europeias foi um grande sucesso, mas transformou nossa compreensão do passado em um depósito de lixo tóxico impregnado do veneno do nacionalismo étnico, que penetrou na consciência popular. [...] Em certo sentido, não apenas o nacionalismo étnico é uma invenção desse período

dizendo, o conjunto de métodos e reflexões específicos do historiador) é influenciada pelo "lugar social" que ele ocupa, combinado com suas ferramentas de pesquisa e os modos de representação utilizados.[12]

Essa íntima ligação entre a historiografia e os discursos constituintes das representações nacionais no século XIX é um dos elementos fundamentais do estudo das identidades coletivas. *Nação, nacionalismo, identidade, pátria* e *Estado* são termos que se comunicam, apesar de suas distinções conceituais, que variam conforme o tempo e o lugar. Para Hobsbawm (1990), não se pode compreender os dois últimos séculos (XVIII e XIX) da história sem a busca da compreensão dos significados em torno da palavra *nação,*[13] que exerce um papel central, sobre o qual orbitam os outros vocábulos.

A ideia moderna de *nação* também trouxe consigo implicações políticas. Ainda no século XVIII, na Europa, "A nação é, naquele momento, uma ideia nova e subversiva, que provoca a contestação da sociedade de ordens e de um poder monárquico que se vale do direito divino ou do direito de conquista".[14] Dentro dessa verdadeira revolução ideológica, como bem apontou Thiesse, a ideia de nação foi produzida por meio de elementos de identificação coletiva transmitidos por gerações, que ultrapassavam a sujeição a um monarca ou às "identidades preexistentes baseadas no estatuto social, na religião ou no fato de fazerem parte de uma comunidade local restrita".[15] Elementos esses que seriam os "ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria

---

recente, mas também, [...] as próprias ferramentas de análise com as quais temos a pretensão de praticar história científica foram inventadas e aperfeiçoadas em um ambiente mais amplo de inquietações nacionalistas. " GEARY, Patrick J. *O mito das nações*: a invenção do nacionalismo. Trad. Fabio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 27-28.

[12] CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000. Desses três elementos constitutivos, consideramos o 'lugar social' como o predominante para os autores dos quais trataremos inicialmente neste trabalho. As questões e os campos de interesse foram influenciados, em grande parte, pelas experiências temporais daqueles que tinham a história – entendida neste caso específico como produção da memória – como elemento de compreensão e intervenção social.

[13] "[...] os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo "nação" e do vocabulário que dele deriva." HOBSBAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[14] THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras..., p. 8.

[15] _____. Ficções criadoras..., p. 8.

de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore",[16] entre outros.

Diversos trabalhos,[17] hoje consagrados pela historiografia, dedicaram sua atenção a compreender esse movimento político, cultural e ideológico pelo qual passaram e ainda passam diversos grupos sociais na busca da definição de suas especificidades, sejam elas reais ou inventadas. Fenômeno moderno de nossa história, Geary aponta que até o início do Renascimento "o sentimento de pertencer a uma nação não constituía o mais importante [dos] vínculos" que possibilitavam às elites políticas uma identidade e um conjunto de ações comuns. A partir do Renascimento, os intelectuais franceses e alemães, por exemplo, passaram a incorporar às suas identidades locais elementos culturais e simbólicos de outros povos, buscados num passado remoto, para legitimar seus projetos políticos.[18] Quanto mais longe no tempo fosse identificada a origem de determinada nação, mais legítima seria a luta pela formação de um Estado nacional. No entanto, o cenário propício para essas transformações foi o contexto do absolutismo monárquico na França e a unificação do Estado alemão.

Enfatizando a existência de uma língua comum e de sua continuidade sob determinado espaço geográfico através dos tempos, os intelectuais alemães reativaram o discurso do nacionalismo cultural, dentro do movimento de reação à derrota prussiana frente aos franceses, durante as invasões napoleônicas. Por conseguinte, conquistaram espaço na esfera política e receberam o apoio estatal para o empreendimento de um discurso que mobilizasse a todos, na busca de uma Alemanha unificada.[19] Resulta dessa época a publicação dos *Monumenta Germanie Historica*, pela Sociedade para o Conhecimento da História Alemã Antiga, que a

---

[16] THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras..., p. 8.
[17] Além do citado em nota acima, acrescentamos GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Trad. Javier Seto. Madri: Alianza Editorial, 1983 e ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
[18] GEARY, Patrick J. *O mito das nações*..., p. 29-42.
[19] "O envolvimento de intelectuais [...] na causa política pode não ter tido grande influência no resultado das guerras napoleônicas, mas os ligou ao mundo da ação política de um modo diferente. Além de introduzi-los na esfera do embate político, deu-lhes nova proeminência e propiciou recompensas e financiamento oficial." _____. *O mito das nações*..., p. 39.

partir de critérios que estabeleciam quais textos deveriam ser incluídos em obra de tamanha envergadura, de certa forma, fundaram os métodos da pesquisa histórica.[20]

Ao transportarmos a questão do nacionalismo para a história do Brasil, é preciso destacar a singularidade do processo de emancipação política da antiga colônia portuguesa, dentro do panorama dos movimentos de independência ocorridos por toda a América Latina, na primeira metade do século XIX, para compreendermos melhor como seu deu, em terras brasileiras, essa passagem de nosso processo histórico. Assunto já bem tratado por uma bibliografia vasta, o ponto *sui generis* recai sobre a continuidade de um regime monárquico no Brasil, após seu desligamento político com a metrópole, enquanto as possessões vizinhas do império espanhol fragmentavam-se em repúblicas.

A transferência de toda a corte portuguesa para o Brasil, justamente no mesmo universo temporal de afirmações políticas nacionalistas na Europa, também é um ponto singular, quando observados os outros processos históricos mencionados. A partir de 1808, a elite brasileira galgou espaços representativos na administração colonial nunca antes observados. Com a possibilidade iminente de um processo de recolonização, pouco mais de uma década depois, quando as forças políticas conseguiram se reorganizar na metrópole, nossa elite, como ato último depois de esgotadas todas as possibilidades, declarou a sua

[20] "Antes que os documentos fossem editados, um critério para definir quais daqueles registros do passado de fato constituíam documentos da história alemã deveria ser estabelecido, ou seja, a Alemanha teria que ser definida no passado, e esse passado ser declarado inerente à Alemanha. Os acadêmicos que levaram essa tarefa a cabo não eram nacionalistas políticos radicais. No entanto, seu trabalho alimentou reivindicações nacionalistas de amplitudes extraordinárias. Os editores consideraram monumentos da história alemã todos os textos escritos nas (ou sobre) regiões que haviam sido habitadas ou governadas por povos falantes da língua germânica. [...] O critério adotado para a inclusão desses "povos" no *corpus* da *Monumentos Históricos da Alemanha* foi o da língua: as línguas que eles falavam eram "germânicas", ou seja, da mesma subfamília linguística que a dos alemães do século XIX. Se os textos publicados pela *Monumenta* criaram o objeto, a filologia criou o método. [...] Essas ferramentas irmãs utilizadas pelo nacionalismo alemão – textos e análise filológica – não criaram apenas a história *alemã*, mas também, indiretamente, *toda* a história. Elas constituíam um produto altamente exportável, que poderia ser facilmente aplicado a qualquer *corpus* textual em qualquer outra língua. Além disso, a partir do momento em que o modelo alemão de história "científica" começou a dominar as universidades do século XIX na Europa e até mesmo nos Estados Unidos, historiadores estrangeiros treinados pelos métodos alemães de seminário e crítica textual passaram a agir como embaixadores da análise nacionalista quando voltavam ao seu país de origem. [...] O estudo da história e o nacionalismo se fundiram em um único elemento." GEARY, Patrick J. *O mito das nações*..., p. 41-43.

independência, quando viram ameaçados os seus privilégios econômicos e políticos. Autonomia política conquistada, mas que não "significou uma transformação profunda da ordem social".[21]

Restava agora às forças políticas do Brasil estabelecer as suas alianças internas, as negociações em torno da construção de um poder central, que não foi estabelecido de imediato. A fragmentação do território em diversos poderes autônomos, ainda era uma ameaça.[22] Somente no período consagrado pela historiografia como Segundo Reinado "é que a centralização do país e seu projeto político correspondente conseguiram se afirmar." [23] Junto ao projeto político, era necessário um projeto cultural que desse respaldo às ações do governo, que produzisse as bases identitárias da nova nação em formação.[24] É dentro desse processo, da busca no passado pela origem de nossa identidade nacional, que o discurso histórico tem os seus primeiros ensaios no Brasil, no sentido experimental mesmo. Momento simbólico que revela os caminhos percorridos pelo conhecimento histórico entre o amadorismo e a profissionalização.[25]

---

[21] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 49. (Edições ANPUH)

[22] Dentre algumas observações sobre o processo de unificação política em torno de um governo central no Rio de Janeiro, após o movimento de independência, o trabalho de Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*, apresenta-se como uma leitura alternativa sobre aquele momento histórico. Cabral de Mello aponta que a produção historiográfica do centro-sul do país construiu interpretações que valorizaram sobremaneira a monarquia e a questão da identidade nacional. Observa que existiam, à época, outros projetos que não coadunavam em todos os aspectos com o vitorioso, implementado pela Corte. O parágrafo inicial do prefácio da obra citada é emblemático: "A fundação do Império é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista do Rio de Janeiro, à época, pelos publicistas que participaram do debate político da Independência, e depois pelos historiadores como Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro ou Octavio Tarquinio de Sousa, que repristinaram a versão original visando à maior glória ou da monarquia ou da unidade nacional. Como esta última fosse encarada teleologicamente, eles limitaram-se a desenvolver, sem os pôr em causa, os pressupostos da ideologia da Corte, reduzindo a Independência à construção do Estado unitário por alguns indivíduos dotados de enorme visão política geralmente nascidos no triângulo Rio-São Paulo-Minas." MELLO, Evaldo Cabral de.*A outra independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 11. Mesmo citando historiadores que hoje são considerados tradicionais, portadores de um discurso já superado pela historiografia, Cabral de Mello ressalta que este é um paradigma ainda atual dentro da produção historiográfica brasileira. Um dos autores que questionaram esse paradigma, de acordo com Cabral de Melo foi o brasilianista Roderick J. Barman, no livro *Brazil. The forginof a nation*, 1798-1852, ainda não traduzido no Brasil.

[23] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...*, p. 49-50.

[24] "À independência política, deveria corresponder, igualmente, uma independência cultural: a questão da identidade brasileira emergiu como tema importante. Nessa época, a análise das bases da nação tornou-se tarefa fundamental dos intelectuais e políticos. O melhor exemplo dessa orientação é a atividade político-literária dos autores do Romantismo brasileiro do século XIX." _____. *Historiografia e nação no...*, p. 50.

[25] "O elemento da novidade nessa reflexão é a elevação da Independência a fio condutor da história. Esse evento não apenas teria produzido as condições da escrita, mas seria ele mesmo o grande objeto da narrativa. A história do Brasil deveria ser, desde sua origem, a história de seu processo de emancipação." PIMENTA, João Paulo G. e

Desse modo, podemos apontar dois momentos cruciais para a temporalidade tratada por nós neste capítulo: o período do Segundo Reinado, já mencionado, e os anos iniciais posteriores à proclamação da República, espaços temporais onde foram definidos e redefinidos os cânones, os eventos e os personagens de nossa nacionalidade. E como não seria diferente, em um país onde os seus intelectuais tiveram uma formação cultural totalmente influenciada pela Europa, o discurso histórico no Brasil, assim como no continente europeu, também foi peça fundamental para a construção do nacionalismo.

O historiador Guimarães (2011) pontuou, em trabalho pioneiro sobre as relações entre os momentos iniciais da produção historiográfica no Brasil e a constituição de um projeto nacional, que "o debate sobre a questão da Nação e o caminho para uma integração nacional" foi "no plano político-cultural a mais importante discussão do Brasil, da primeira metade do século XIX".[26] Nesse período de nossa história, praticamente não existia distinção entre aqueles que compunham as classes políticas dominantes e a elite intelectual. É o que se entende a partir das observações de Carvalho (2011), para quem a educação foi "um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial". Compunha a administração do novo Estado uma elite formada em sua maioria nos cursos de Direito da universidade de Coimbra e, posteriormente, das faculdades de Pernambuco e São Paulo. Preparados nesses espaços, desde o início, para conduzirem os destinos da recente nação, não resta dúvida que a confluência dos interesses políticos correspondia diretamente a essa mesma unidade intelectual.[27] Desse modo a unidade intelectual pode ser considerada com um dos fatores que impossibilitou, apesar das tensões em

---

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 136.

[26] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...*, p. 26. Tese defendida em 1987, na Universidade Livre de Berlim, traduzida e publicada no Brasil somente em 2011, em meio às homenagens ao historiador, morto no ano anterior.

[27] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Publicados respectivamente em 1980 e 1988, agora condensados em único volume, os textos trazem um estudo substancial sobre a composição da elite política que conduziu a independência do Brasil e construiu as bases políticas do governo imperial.

diversos pontos do território, uma divisão política do Brasil, como ocorreu nas colônias espanholas.[28]

Os primórdios da institucionalização do conhecimento histórico no Brasil foi também um episódio dessa mesma conjuntura. O país presenciava os reflexos de transformações muito maiores, além das que pontuamos mais acima, que mudaram estruturalmente parte do mundo que denominamos ainda hoje como Ocidental e que refletiram, segundo Wehling (1999) no pensamento político e social da época, marcando a historiografia e as instituições onde ela era produzida.[29] A criação de um instituto histórico, com o propósito de escrever a história do recém-criado país, despertou o interesse pela história nos intelectuais das diversas províncias,[30] salpicando por todas as partes textos que, de algum modo, trabalhavam com o passado. Memórias, transcrições de documentos oficiais, relatórios de viagens, discursos, entre outros,[31] acompanharam o surgimento de uma imprensa emergente que experimentava então todas as suas possibilidades.

No que diz respeito especificamente aos textos de cunho historiográfico, inicialmente, o Brasil não foi narrado por escritores nascidos no país. O primeiro texto que pretendia apresentar uma história geral do Brasil foi composto pelo inglês Robert Southey. Publicado em Londres, *História do Brasil* (1810),[32] teve sua primeira edição no país somente mais de meio

---

[28] "A concentração em torno de uma única universidade teve como consequência a homogeneização intelectual da elite letrada do Brasil. [...] Após a Independência, a unidade intelectual da maioria da elite letrada brasileira facilitou o desenvolvimento do Brasil rumo ao Estado monárquico centralizado e inviabilizou a divisão do país em diversas repúblicas – contrastando assim, com o que ocorrera no universo colonial espanhol." GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...* p. 36.

[29] "[...] a passagem da sociedade agrária para a industrial, do pré-capitalismo para o capitalismo, da sociedade tradicional para a newtoniana, do feudalismo para o capitalismo." WEHLING, Arno. *Estado, história e memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 26-28.

[30]"[...] época decisiva do século XIX, quando a dedicação à história do Brasil foi uma obrigação generalizada dos setores sociais mais cultos [...]." GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...* p. 52.

[31] Conforme Wehling, "as opções historiográficas existentes nas primeiras décadas do século XIX reduziam-se a cinco": a história ficção, a crônica histórica e a crônica de tradição erudita maurina, a retórica histórica e a filosofia da história. WEHLING, Arno. *Estado, história e memória*..., p. 23-25.

[32] "[...] o modo pelo qual os valores do conservadorismo inglês e do humanitarismo autoritário, que caracterizam a política colonial da Inglaterra, na primeira metade do século XIX, tornaram possível uma primeira sistematização das fontes sobre a história colonial brasileira e uma primeira interpretação peculiar das perspectivas que oferecia o Brasil para transformar-se em nação independente, na época da sua separação de Portugal. A separação política não coincidiria com a consolidação da unidade nacional e na falta de uma consciência nacional bem definida não

século depois. Apesar de pela primeira vez sistematizar um número considerável de fontes e fatos sobre a constituição do Brasil, perdeu-se na narração de diversos detalhes, sem constituir "uma narrativa ilustrada que apresentasse um panorama do Brasil e não apenas um conjunto infinito de informações sobre esse território", segundo seus principais críticos.[33]

Até a fundação do IHGB e, por consequência, a publicação de sua revista, com textos produzidos por intelectuais brasileiros, o que havia sido escrito de mais consistente sobre o passado do país foi elaborado por estrangeiros.[34]Apenas em 1854, é que surge o primeiro grande texto de um brasileiro, o *História Geral do Brasil*, de Francisco de Adolfo Varnhagen. Considerado o autor fundador de nossa historiografia, Varnhagen – cuja obra foi "o produto mais famoso e melhor elaborado" de uma política de valorização à memória nacional, fruto da política regressista do segundo reinado, quando de fato pode-se considerar que o projeto de

---

seria muito de esperar, naquela data, que partisse dos ilustrados brasileiros o primeiro ensaio de interpretação histórica, com uma visão orgânica e de conjunto sobre a evolução e as peculiaridades da colonização portuguesa. [...] Elaborada na Inglaterra, por um poeta romântico marginalizado e profundamente imbuído dos valores da ideologia conservadora da contrarrevolução, sua obra faria com que a história colonial brasileira fosse pela primeira vez integrada no contexto da moderna civilização europeia, de um prisma ambíguo de crítica ao capitalismo industrial, a partir de uma perspectiva tradicionalista e agrária e ao mesmo tempo afirmativa, através de uma conceituação evolutiva e organicista da história, da superioridade das tradições e instituições europeias a serem implantadas nos trópicos." Ver: DIAS, Maria Odila da silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil – um estudo dos valores ideológicos do império do livre comércio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 1-3. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/481/O-fardo-do-homem-branco-Southey-historiador-do-Brasil-Com-um-estudo-dos-valores-ideologicos-do-imperio-do-comercio-livre>. Acesso em: 12/03/2015.

[33] VARELA, Flávia Florentino. Antiquariato e escrita da história na *History of Brazil* de Robert Southey. 6º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. 2012. Ouro Preto. *Anais eletrônicos*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1378/702>, p. 7. Acesso em: 12/03/2015. Para Januário da Cunha Barbosa, um dos principais idealizadores do IHGB, o instituto seria "a única instância legítima para escrever a história do Brasil. Com isso, desqualificava outras obras, como, por exemplo, o livro elaborado em 1822, de Robert Southey, sobre a história do Brasil. [...] o instituto adotou uma atitude que pode ser caracterizada, no mínimo, como discreta em relação ao trabalho de Southey, e, certamente, é possível afirmar que o fato de ser inglês tenha desempenhado papel decisivo para a definição dessa postura. " Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...*, p. 118.

[34] A história produzida pelos membros do IHGB deveria também preencher essa lacuna com uma historiografia produzida por brasileiros. "E deixaremos sempre ao gênio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa história, sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escrito nacional? Ah! O meu coração se dilata dentro no peito só à ideia de que este Instituto Histórico e Geográfico se ocupará desveladamente em erguer à glória do Brasil um monumento que lhe faltava e do qual não emanará pequena honra aos que agora aqui reunidos se oferecem às vistas da nação como {????} do majestoso edifício da nossa história." BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado ao ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 1, v. 1, 1839, p. 15.

governo centralizado triunfou – é apontado como o primeiro historiador brasileiro que imprimiu uma abordagem historicista do nosso passado.[35]

No entanto, os parâmetros iniciais do modo como os historiadores deveriam compor a história do Brasil foram elaborados por outro intelectual. O botânico e naturalista alemão Carl F. P. von Martius foi o vencedor de um concurso pelo IHGB, em 1847. O secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, apresentou, ainda em 1840, em nome do instituto, uma premiação a quem expusesse o melhor projeto de escrita da história do Brasil. Composto em 1843 e publicado dois anos[36] depois na Revista do IHGB, *Como se deve escrever a história do Brasil* apresentou o aspecto fundamental, elemento *sui generis*, que segundo o autor, não poderia ser deixado de lado por qualquer um que se dispusesse a escrever a história do Brasil, que seria o encontro das três "raças" (a indígena, a branca e a negra), que deu à nossa população uma característica singular. Essa "mescla" de povos só pôde atingir um viés positivo, de acordo com a autor, em virtude da presença do branco, representado pelo português colonizador, o "essencial motor" do desenvolvimento do homem brasileiro.

Para tanto, de acordo com Martius, três pontos deveriam ser observados: perscrutar "minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos"; a implantação e o aperfeiçoamento das instituições portuguesas; e as influências – positivas e negativas – da introdução dos escravos negros na colônia.[37] Suprimindo a importância dos

---

[35] WEHLING, Arno. *Estado, história e memória*..., p. 28-29.

[36] Embora a data presente na capa do 6º volume, em que foi publicado originalmente o texto, seja o ano de 1844, este tomo contempla os números 21 a 24 da revista. O texto que premiou Martius foi então publicado na *Revista Trimestral de História e Geografia* ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 24, de janeiro de 1845, tomo 6, p. 381-403.

[37] Lisboa ainda aponta que o tratado de Martius obteve grande ressonância e foi muito bem recebido pelos historiadores brasileiros do século XIX "indicando, sobretudo, *grosso modo*, a vereda metodológica da *História do Brasil* de Varnhagen e repercutindo no pensamento de Capistrano de Abreu." LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida*..., p. 61. Para um melhor entendimento sobre a forma como Martius compreendia o processo histórico ver WEHLING, Arno. A concepção histórica de Von Martius. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 155, n. 385, p. 721-737, out/dez, 1994. Como bem observou o historiador Vainfas (1999), o pensamento naturalista de Martius considerava as misturas étnicas da mesma forma como se "pensava o cruzamento de plantas ou animais, porém sua relativa sensibilidade etnológica fê-lo ao menos rascunhar o que já se chamou de 'sincretismo' cultural e atualmente se formula como circularidades ou hibridismos culturais". VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia

outros povos na constituição da sociedade brasileira, ficava claro, nas palavras de Martius, que a interpretação histórica do passado nacional deveria ser uma versão clara de supervalorização da empresa colonizadora portuguesa que nos trouxe a civilização, que agora seguia continuamente rumo ao progresso, sob os auspícios do governo imperial.[38]

Digamos que há um entendimento pacífico entre os historiadores que pesquisam sobre os primórdios da produção historiográfica no Brasil dos últimos vinte anos, de que existiu uma ligação direta entre o cenário político e a institucionalização do conhecimento histórico. A elaboração consensual de uma identidade nacional era de fundamental importância para justificar, ideologicamente, a unidade nacional empreendida pelo poder monárquico. O processo de autonomia política do Brasil, construído verticalmente, sem nenhuma participação popular, refletia-se também nos espaços intelectuais, tanto em sua composição como em suas relações sociais.[39]

---

brasileira. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, ago. 1999, p. 2. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf>. Acesso em: 13/03/2015.

[38] "Tanto o texto de Martius como a premiação que recebeu foram políticos, ou seja, a ideia de história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuação sobre o presente. Uma nação homogênea seria o resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, fundamentando por outro lado, também o sentido centralizador do Estado." DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998, p. 24-25. "Tanto o projeto político regressista, como as teses do chamado "liberalismo doutrinário" e os textos historiográficos, conforme se apresentam nos primeiros anos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na *Memória* de Martius e na obra principal de Varnhagen, defendiam os mesmos pontos fundamentais: a monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, [...]; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local. O exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais concreta realização, no plano cultural, deste objetivo." WEHLING, Arno. *Estado, história e memória*..., p. 34-35.

[39] "No Brasil, o lugar privilegiado na produção historiográfica permaneceria, até um período bastante avançado do século XX, vinculado à profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista. Foi dentro desse espaço que se produziu o discurso historiográfico, que desempenharia um papel decisivo na construção da historiografia e das interpretações sobre o Brasil em torno de uma questão nacional. [...] Podemos argumentar que a tarefa de pensar a história do Brasil, naquele momento, absorveu postulados comprometidos com o processo de gênese da nação brasileira, envolvidos e entregues aos letrados do IHGB, pois a historiografia produzida por esses reforçaria a origem, buscando garantir uma homogeneização de visão sobre o Brasil e referendando as elites brasileiras. O IHGB, pela produção de conhecimento historiográfico, buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social, os quais, por sua vez, trariam o esclarecimento ao restante da sociedade, tendo sido esse, basicamente, o ponto central no qual residiu o *pensar a nação brasileira*." DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*..., p. 24-25. (Grifos do autor).

Embora os textos com tendências ou de caráter historiográfico tenham longa data, uma vez que, desde os gregos, narrar os feitos dos homens do passado como forma de vencer a morte e o tempo já era um exercício, foi no século XIX que essa atividade, após diversas transformações, atingiu o nível da profissionalização. Inspirada, em certa medida, pelas ciências da natureza, a investigação histórica estabeleceu os seus parâmetros como disciplina autônoma, separando-se da literatura, conforme as premissas metodológicas da época.[40] Para muitos autores, a subjetividade deveria ser deixada de lado para não impedir o discurso histórico de atingir o seu objetivo fundamental, que era o estabelecimento da verdade dos fatos. Na Europa, como assinalado anteriormente, a institucionalização da história deu-se num momento de conformação de muitos Estados nacionais. Essas transformações, àquele tempo, foram elementares para o aperfeiçoamento do conhecimento histórico.

Não muito diferente de outros Estados nacionais que se constituíram naquele universo temporal, a fundação do Estado brasileiro buscou, por meio da construção de sua História, desempenhar o papel de legitimação da sua presença dentro do cenário político internacional. Para tanto, a criação de instituições em que a História e outros conhecimentos afins às ciências sociais pudessem ser elaborados e divulgados foi fundamental. No caso específico da História, em 1835, foi criado o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tendo como principal objetivo "traçar a origem da nacionalidade brasileira".[41] Através do prestígio e dos incentivos financeiros imperiais, o IHGB figurou como o principal espaço de produção e divulgação do conhecimento histórico no Brasil, durante todo o império, e, posteriormente, mesmo não tendo mais "a imediata proteção imperial", que lhe garantia certos privilégios e posição de destaque na comunidade intelectual do país, sua influência permaneceu de modo quase incontestável pelo restante final do XIX, indo até as primeiras décadas do século seguinte.

---

[40] "Com o século 19, qualificado de "século da história", o gênero histórico se profissionaliza, dotando-se de um método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento." DOSSE, François. *A história*. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 37.
[41] DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*..., p. 27.

Para compor a nossa nacionalidade, os escritores e pesquisadores do IHGB procuraram a construção de um passado único para a nova Nação, edificada, segundo sua matriz de compreensão histórica, pela força e comprometimento de figuras singulares que atuaram desde os primórdios de nossa colonização. Primeiramente, o Brasil seria o espaço onde o processo civilizador português logrou êxito: seríamos, assim, exemplo do triunfo da civilização nos trópicos. No entanto, para que esta concepção tivesse efeito convincente, era necessário silenciar, ou melhor, omitir as contradições, que não eram poucas: um território imenso com um precário sistema de comunicação entre as partes, provocavam uma variedade de interesses políticos e econômicos; a diversidade de povos que estiveram presentes no processo de ocupação e exploração do território, dando origem a uma sociedade extremamente miscigenada; e a presença da escravidão como modo de produção e distinção social. Diante desse grande desafio, a partir de quais pontos seria possível, de fato, apresentar e compreender o sentido de unidade, para assim cogitar a ideia de uma Nação, dentro dos padrões de pensamento estabelecidos até então? Unidade de *raça*, de língua, territorial? Certo é que a história foi um dos fios condutores dessa visão unificada como também silenciadora das diferenças.

No entanto, apenas recentemente a produção historiográfica nacional vem se debruçando sobre o outro lado desse discurso, o lado das tensões, dos dissensos, provocados por diferentes espaços produtores de conhecimento, que corroborando ou não a fala do IHGB, também construíram as suas versões da história do Brasil a partir de suas experiências locais.[42]

---

[42] RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2011; MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica*: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis/SP, 2001; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2009; TAVARES, Giovana Galvão. *A trajetória de uma "Casa de Saber":* o Instituto Histórico e geográfico de Goiás (1930-1970). Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Geociências área de Educação Aplicada às Geociências, Campinas,

Como mencionamos há pouco, no século XIX, em todo o mundo ocidental, o interesse pelo conhecimento histórico levou à sua institucionalização, por meio da criação de matrizes conceituais, metodológicas, e de espaços de produção e pesquisas, como as universidades e as academias. No Brasil, consolidou-se inicialmente o segundo modelo, inclusive porque o IHGB inicialmente não se deparou com outros concorrentes. Somente o Instituto Arqueológico Pernambucano, fundado em 1862, pôde se apresentar como outro espaço de produção do conhecimento histórico no país, até a virada daquele século, quando começaram a despontar pelo Brasil outras associações semelhantes, interessadas na produção de suas memórias locais.

Francisco Iglésias, no prefácio da terceira edição do livro *História antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos, aponta que essa busca pela construção de histórias locais e/ou regionais foi compartilhada por diversos espaços do território nacional.[43] Na verdade, o momento político do país, com o início do regime republicano e a instauração do federalismo, proporcionou a emergência dos discursos locais que, de certa forma, foram silenciados, ou melhor, deixados de lado ainda no período da independência, quando da centralização política imperial.[44] A conciliação das elites políticas em torno de um poder central no Rio de Janeiro

---

2000; SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Origem e estratégias de Consolidação Institucional (1894-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2006; SILVEIRA, Daniela Oliveira. *"O passado está prenhe do futuro"*: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008 e BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura*: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história no Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

[43] "Se é constante no Brasil e em outros países, entre nós o interesse [por histórias regionais] cresce na última década do século XIX e começo do atual, com o federalismo instaurado pela República. O papel atribuído aos Estados pelo novo regime nega a centralização do Império: a atenção às peculiaridades locais atende a velho anseio, que se manifesta em lutas durante o período monárquico. A mudança do regime político tem mesmo nessa aspiração de autonomia das regiões um de seus fatores decisivos." IGLÉSIAS, Francisco. *Reedição de Diogo de Vasconcelos*. [Prefácio]. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1974, p. 13. v. 1. Recentemente foi publicado uma coletânea de ótimos textos dentro da proposta de refletir as contribuições de Diogo de Vasconcelos ao campo historiográfico de Minas Gerais. Ver: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.). *Diogo de Vasconcelos*: o ofício do historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

[44] Recentes pesquisas históricas questionam esse papel centralizador quase absoluto do poder voltado para a Corte no Rio de Janeiro, apontando a permanente presença das elites políticas regionais nesse processo, onde elas também lançaram os seus interesses numa política conciliatória, de caráter federalista, para a construção do Estado nacional brasileiro: "[...] o projeto federalista, tal qual foi concebido por parte da elite brasileira na primeira metade do século XIX não morreu em 1824, tampouco em 1840. O projeto federalista saiu vencedor, embora tenha que

não favorecia a manifestação de discursos que trouxessem alguma incoerência à concepção de uma história geral do Brasil, e, nesse sentido, viessem possivelmente a questionar a unidade política e territorial garantida com a manutenção do regime monárquico.

Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, apesar de suas especificidades, foram os espaços que mais refletiram esse sentimento, por exemplo. Os laços estabelecidos com o poder central imperial sempre foram tensos. Evidência clara desse aspecto está na construção de uma identidade contestatória pernambucana desde o início de nossa conformação nacional, com reflexos presentes ainda hoje no imaginário social e político naquele Estado, bem como o separatismo dos gaúchos e o republicanismo paulista, este que sempre em momentos de tensão política não se entende como parte do Brasil.

Carvalho (1990), em estudo sobre a construção do imaginário republicano no Brasil, revela quais foram os mecanismos discursivos e, principalmente, simbólicos utilizados na construção de uma versão justificadora da mudança de regime político. Dentre os exemplos citados pelo historiador, podemos mencionar a questão da empatia popular que os brasileiros tinham com a figura de seu imperador, que deveria, segundo o entendimento dos novos

---

ter feito, no bojo da negociação política, algumas concessões. Se a opção pela monarquia tornava o Brasil uma exceção no continente, a escolha de um modelo do tipo federativo denunciava sua inapelável vocação americana. A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação na Câmara dos Deputados. Desse modo as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. E ao fazê-lo constituíram-se como elites políticas." DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, 14. Durante o período imperial, o controle político e administrativo do poder central nas províncias foi maior a partir da criação de instituições e órgãos como as Presidências de Província, as Assembleias Legislativas provinciais e a Guarda Nacional, controle esse exercido muitas vezes por figuras que não pertenciam à elite política da província. De todos os ângulos, a partir da representatividade local, a Corte buscava estender os seus tentáculos no controle da ordem social e política. O Brasil enquanto unidade política e territorial de dimensões continentais se efetivou justamente nessa época. A partir de 1831, com a abdicação do imperador, para alguns historiadores, as elites regionais passaram a questionar a centralização do poder político na Corte. A partir o Ato Adicional de 1834 que criava as Assembleias Provinciais, dotando suas respectivas províncias de uma autonomia política maior – se comparado com a situação anterior à época da Constituição outorgada – que levou inclusive a eclosão de algumas rebeliões locais. Mas, na regência de Araújo Lima, o Ato foi revisto em diversos pontos, levando ao momento que ficou conhecido como a "Restauração Conservadora", que posteriormente trouxe, inclusive, a declaração da maioridade do D. Pedro II, para assim coroar de vez a conciliação em torno novamente de um chefe político capaz de representar a nação e vaporizar o clima de instabilidade política.

republicanos, ser substituída por personagens mais próximos do povo. Assim, um novo mito de origem para nossa sociedade deveria ser estabelecido, como foi a reconfiguração dos personagens da Inconfidência mineira, por exemplo, em especial as imagens atribuídas a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Novamente, o passado foi ressignificado para corresponder aos anseios do tempo presente e, com isso, a história do Brasil e suas abordagens foram repensadas.[45]

Muitos institutos históricos surgiram nesse novo período, e, embora suas conformações institucionais se estruturassem nos moldes do IHGB, tinham como um dos principais objetivos a construção de uma memória que desse a esses espaços o papel de sujeitos históricos, que a escrita totalizante do ou ligada ao IHGB negara; apesar de, como pode-se inferir do programa histórico apontado por Martius, e também citado por nós em longa e proposital epígrafe que abriu este capítulo, as histórias provinciais tivessem sido de grande importância na constituição de uma narrativa geral sobre o Brasil. Mesmo que, segundo o autor, boa parte dessas histórias produzidas até então não satisfizessem "ainda as exigências da verdadeira historiografia, pois se ressentiam sobremaneira de certo espírito de crônicas": transbordando de fatos, de acontecimentos minuciosamente detalhados, repetições, dados administrativos e de inúmeras questões sem nenhuma importância histórica, que fugiam do objetivo principal, que seria estabelecer uma relação causal com um todo maior, o Império

[45] "Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissoluvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ao da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da ideia de desejabilidade e de superioridade da nova situação." CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-14; "[...] a escrita da história que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República é fundamental e decisiva para a constituição do campo da historiografia brasileira. Foi nesse momento que inúmeros acontecimentos e personagens foram "revisados" ou porque se introduziram novos fatos e heróis da narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada. Além disso, exatamente pela situação de incerteza e disputa vigente, produziram-se debates e novas versões sobre o que era e o que deveria ser a História do Brasil, com desdobramentos importantes para o campo intelectual e historiográfico. Nesse sentido, estabeleceram-se parâmetros sobre a forma de narrar a história da nação, agora sob um regime republicano que, a partir de inícios do novo século, todos sabiam que viera para ficar, independentemente das críticas que pudesse receber." GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 23-24.

brasileiro. Além dessas dificuldades, Martius apontou a questão da grandiosidade do território, "da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população".[46]

Desse modo, diria Martius, se um determinado autor dedicasse atenção à uma dessas circunstâncias, correria o risco de "não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de história especiais de cada uma das províncias". Entretanto, caso também não demonstrasse "a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse". Como forma de não incorrer por um desses caminhos e construir a história geral do império brasileiro, Martius sugeriu então os elos de ligação adequados, inclusive propondo a perspectiva da possibilidade de histórias regionais. Para tanto, seria necessário atribuir uma cronologia para todo o país (as épocas "judiciosamente determinadas"), indicando suas ligações temporais com a "Mãe Pátria" (aqui no caso Portugal) e a história da civilização ocidental ("as mais partes do Mundo"), destacando nessa linha do tempo "o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história" sobre os eventos mais locais, não necessariamente particularizando os acontecimentos provinciais, mas tratando "conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencem umas às outras".[47]

Vê-se assim que com esta recepção contínua do texto de Martius – afinal, fora publicado em 1845, recebendo o prêmio de melhor tese somente dois anos depois – desde os primeiros momentos, foi defendido pelos intelectuais do Instituto a necessidade da composição das histórias provinciais, que deveriam ser pensadas na perspectiva de serem partes contribuintes de uma história maior, que seria a história da formação do império brasileiro. O

---

[46] MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. (1844). Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, p. 399, 1845. Segundo Guimarães (2011) esse tipo de discussão também fazia parte do panorama do Instituto Histórico de Paris, instituição que serviu de modelo aos fundadores do IHGB. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no...* p. 99-114.

[47] _____. Como se deve escrever a História do Brasil..., p. 400.

próprio Raimundo José da Cunha Matos, um dos idealizadores do IHGB, defendia, depois de vinte anos de criação do Instituto, que ainda não seria possível se escrever uma história geral do império do Brasil sem "que indaguemos em primeiro lugar a história particular ou das províncias, para [assim] com bons materiais escrevermos a história geral do império brasileiro".[48]

Entretanto, como bem apontam algumas pesquisas recentes,[49] não podemos compreender a história produzida pelos institutos históricos provinciais exclusivamente como histórias locais. Mesmo com toda a diversidade de temas e de objetos, seus intelectuais buscaram compor narrativas de cunho nacional, com uma perspectiva local. O espaço de origem do intelectual apresentava-se como o ponto de partida para a compreensão da história nacional. Em sua maioria corroboraram com diversos pontos da história produzida pelos historiadores do IHGB, apesar de questionarem a síntese empreendida pelas ditas histórias gerais, que omitiam uma pretendida importância e os interesses dos grupos políticos locais na construção da unidade nacional.

Na Paraíba, tivemos um exemplo do que provavelmente aconteceu em diversos Estados brasileiros, principalmente quando da implantação do regime republicano no país. Em 1905, setenta e quatro cidadãos da alta sociedade paraibana – entre eles o governador do Estado, o prefeito da capital e o bispo da diocese[50] – mais exatamente, a 7 de setembro, decidiram reunir esforços para dotar a Paraíba de um espaço institucional, capaz de representá-la como personagem de uma história que mais uma vez sofria reelaborações, no que diz respeito à construção de uma memória nacional.

---

[48] CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do imperio do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 26, 1863, p. 122.
[49] Ver nota 42.
[50] Álvaro Lopes Machado, Francisco Xavier Junior e D. Adauto Aurelio de Miranda Henriques, respectivamente. Conforme "Apresentação" e "Termo de fundação" do Instituto, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano*. Parahyba, n. 1, 1909, p. 3-4; 9-10. A Diocese foi elevada à Arquidiocese em 1914.

Em meio às comemorações do evento histórico da Independência do Brasil, a elite intelectual e política local criou o IHGP (*Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*), que se tornou, durante mais de seis décadas, o espaço de produção, recepção e divulgação privilegiado do discurso histórico na Paraíba. Apesar de ser uma instituição criada em princípios do século XX, o Instituto paraibano, ressalvadas as particularidades, foi pensado e composto a partir do modelo de seu congênere maior, o IHGB que representava até então o principal espaço de produção do conhecimento histórico no país.

Das revistas publicadas pelo IHGP, dos livros lançados aos textos que surgiam no veículo mais importante de comunicação à época, o jornal impresso, os intelectuais paraibanos construíram a história e buscaram dar uma maior visibilidade à Paraíba. O principal objetivo do Instituto paraibano era transformar a imagem de um espaço que até então era tido como uma abstração,[51] desconhecido e isolado da história e do presente, não configurado enquanto realidade espacial e temporal. Dentro de toda a produção cultural desses atores sociais, a História tinha um protagonismo indubitável para a reversão desse cenário.

Esses intelectuais imbuídos por um espírito de investigação, comum à época, iniciaram o levantamento e identificação das fontes para a fixação dos principais eventos e personagens do passado paraibano. Amparados por uma perspectiva de que a história deveria ser um exercício de comprovação dos fatos narrados, com a presença inquestionável de fontes – escritas em sua maioria – corroborando esse discurso da verdade, elencaram também as especificidades da sua identidade local. Buscavam assim imprimir ao *povo* paraibano um papel específico dentro do plano político e social do país – embora não conflitante com a identidade

[51] "Um povo sem história, sem precedentes conhecidos que atestem as revoluções do seu espírito, é como o indivíduo estranho que passa com a indiferença do desprezo, senão com a paródia sarcástica que provoca o riso. A Paraíba estava neste caso; desconhecida, motejada e até considerada por alguns como uma mera abstração, deixavam-na quando muito no seu canto moirejando para satisfazer com o suor do trabalho a hospitalidade recebida em seu próprio país!" Maximiano Lopes Machado no "Prólogo" de História da Província da Paraíba. Edição cotejada: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. vol. 1. João Pessoa: EDUFPB, 1977, p. I. (Coleção Documentos Paraibanos, 2). [1912]

nacional – com características singulares, constatadas por *fatos reais*, comprovados, datados e documentados. Era o início da construção da identidade específica dos paraibanos, a *paraibanidade.* [52]

Embora o regime republicano tenha se instalado no Brasil sem muito alarde e muito menos com a participação efetiva do povo,[53] buscava-se em fatos do passado os elementos que atestassem a presença de uma identidade republicana na história da Paraíba, evidenciando a transformação política recém-conquistada como algo já predestinado a acontecer.[54] Até porque, passados poucos anos do evento que marcara a mudança do regime político no país, a identidade da nação brasileira necessitava de novas especificidades que casassem com o atual momento.

A República retomou alguns dos temas do Império com um novo e paradoxal viés: era preciso esquecer a tradição *varnhageniana* da compreensão do Brasil como continuidade do império português, que fora fundamental à construção do Estado imperial brasileiro, mas a ideia de unidade, garantida desde o período da Independência, não poderia ser negada. O discurso produzido agora por esses intelectuais deveria buscar uma trajetória temporal contínua de

---

[52] Sobre o conceito de *paraibanidade* ver: DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996. Conceito sobre o qual discorreremos ao longo do trabalho.

[53] CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[54] Para muitos dos intelectuais, desde o início do século XIX já existia uma cultura política no norte do país que discutia a possibilidade da implantação de um regime republicano no Brasil. "Se sondarmos a psicologia da revolução de [18]24, encontraremos uma feição eminentemente simpática, que é a sobrevivência do espírito republicano nas plagas do Norte, não sufocados pelos arminhos do manto imperial. Outro caráter torna-a antipatriótica; é o pensamento da separação de uma parte do Brasil, quando todo o país, tendo atingido sua independência, necessitava de unidade, sinergia e convergência de todos os esforços para que não se malograsse esse fato culminante, e a evolução social prosseguisse calma e ininterrupta para facilitar o advento da República. Não merece simpatias nenhuma bandeira que tenha por lema o fracionamento da nossa grande pátria [...]". CAVALCANTI, Manoel Tavares de. Conferencia realizada no IHGP, no dia 15 de novembro de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909, p. 45. Em relatório sobre as cerimônias promovidas pelo IHGP, em comemoração ao centenário da Revolução de 1817, temos a seguinte passagem a destacar: "O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, como lhe cumpria, comemorou solenemente a passagem do centenário da revolução de 1817, um dos movimentos mais significativos da nossa história pela sua alta inspiração liberal, **denunciadora de uma já elevada cultura política nas províncias do nordeste do Brasil naquela época colonial**. [...] " O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 5. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922, p. 09. O texto ainda acrescenta discurso proferido por Ascendino Cunha quando do lançamento da pedra fundamental de um monumento em praça pública, em homenagem aos mártires de 1817, do qual citamos o seguinte trecho: "Povo paraibano – Faz hoje justamente um século que a 13 de março de 1817, os patriotas desta terra, se apossaram do governo público com o fim, não de engrandecimento pessoal, mas sim de estabelecer o regime republicano e proclamar a nossa independência – miragem que os acalentou através de angústias que a palavra não descreve." p. 13. (Grifos nossos).

acontecimentos que demonstrasse a busca desse presente republicano. Os momentos que, independente dos motivos, contestaram o domínio do império português sobre o Brasil, ainda no período colonial, ou a centralização política, já em tempos do Brasil independente, eram vistos, anacronicamente, como indícios de um espírito ou de um caráter nacionalista[55] intrínseco ao povo brasileiro e, por conseguinte, ao povo paraibano.

Mais do que isso, era necessário destacar o papel dos personagens e dos eventos locais na construção de um todo maior, o Estado Nacional Brasileiro. **Portanto, o discurso almejado era o de uma história que buscava unidade e conciliação das diferenças existentes no processo de formação histórica da sociedade brasileira.** E seria o discurso advindo dos intelectuais dos Institutos históricos uma ferramenta primordial dessa articulação. As divergências, apontadas por alguns intelectuais ligados aos institutos provinciais (estaduais), estavam muito mais relacionadas com a questão da possibilidade da construção de discursos locais não subordinados a uma historiografia geral ou centralizada no IHGB do que necessariamente ao processo de centralização política.[56]

Como bem lembramos um pouco antes, os institutos locais foram pensados desde a criação do IHGB como peças fundamentais para a construção de um todo, de uma história geral do Brasil, que seria uma tarefa a cargo dos seus membros. Aos historiadores das outras províncias do Brasil, caberia apenas uma tarefa auxiliar. Segundo Guimarães, os principais

---

[55] Sobre esse ponto, ver: A formação de uma identidade colonial no Brasil. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Da América Portuguesa ao Brasil* – estudos históricos. Lisboa: Difel, 2003, p. 217-271. Para o autor, o sentimento de distinção entre colonos e reinóis teve início ainda no período colonial, mas tinha um caráter muito mais localista – provocado pela discriminação racial/social, política e/ou econômica – do que algo que os ligasse a um sentimento nacional. A construção da nacionalidade brasileira é uma elaboração conceitual que data do século XIX, e mesmo que possam ser apontadas características nacionalistas no passado mais remoto de nossa formação, não existem evidências que possam corroborar esse discurso.

[56] É sintomático, por exemplo, no livro *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen, ver como sua narrativa foi construída tendo como centro dos acontecimentos a Corte no Rio de Janeiro, deixando para o final do estudo um capítulo que traz, resumidamente, o que se deu em cada província, porque, segundo o autor, caso eles surgissem saltados no texto, interromperiam o fio contínuo da narrativa, causando confusão. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorrido sem algumas províncias até essa data*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957; como também OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. Recife: Fundaj/Massangana, 1997.

objetivos do IHGB – ainda no período imperial – declarados em seus primeiros estatutos, eram: o levantamento e a divulgação das fontes referentes à história do Brasil; "o incentivo ao ensino público, de estudos de natureza histórica [...], relações com instituições congêneres"; e o estímulo à "criação de institutos históricos provinciais".[57]

Apesar desse "estímulo" ao surgimento de institutos provinciais ter sido aventado por alguns componentes do IHGB,[58] poucas iniciativas desse tipo surtiram efeito.[59] Fundado em Pernambuco, o Instituto Arqueológico foi o grêmio mais combativo que surgiu fora do círculo intelectual e político do IHGB, ainda no século XIX, embora tivesse como modelo institucional o estabelecimento carioca.

2.1. O IHGB e o Instituto Pernambucano: matrizes institucionais, tensões e divergências.

Criado em 1862, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano[60] seria o único outro espaço de produção do conhecimento histórico no Brasil àquele momento,

---

[57] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 08.

[58] Ver, por exemplo, Januário da Cunha Barbosa, secretário do IHGB, em discurso publicado no primeiro número da revista do respectivo Instituto, quando declara que um dos objetivos de sua fundação era o de não deixar esquecidos os fatos da história de nossa pátria "acontecidos em diversos pontos do império" e de "reunir e organizar os elementos para a história e a geografia do Brasil, espalhados por suas províncias". Mas para tanto, essa tarefa só seria possível com "a coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império". BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado ao ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 1, v. 1, 1839, p. 9-10.

[59] Após a fundação do IHGB, em 1838, poucos exemplos foram seguidos nas províncias, como o IAHGP (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1862), o IHGAL (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 1869) e o IC (Instituto do Ceará, 1887) apenas. Caso particular se deu no Rio Grande do Sul, que buscou a criação de um instituto nos anos de 1855 e 1860, atingindo êxito somente em 1920 quando é fundado o IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). Os outros exemplos, juntamente com suas datas, corroboram um dos argumentos desta pesquisa, no que diz respeito ao surgimento em grande escala dos institutos históricos locais a partir do regime republicano: o IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia) e o IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), ambos em 1894; IHGPR (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná), em 1900; IHGSC (Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina), de 1902; O IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), em 1905; IHGMG (Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais), 1907; o IHGES (Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo), de 1916, e muitos outros que continuaram surgindo tanto como promotores de histórias estaduais, por exemplo, o IHGRJ (Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro), de 1957, bem como em alguns municípios, tendo como exemplos mais recentes o de Montes Claros, em Minas Gerais, fundado em 2006 e o de Campina Grande, Paraíba, criado em 2013.

[60] Inicialmente Instituto Arqueológico Pernambucano (IAP).

além do instituto sediado na corte carioca. Embora não tivesse a ressonância do IHGB, dentro da intelectualidade brasileira como um todo, sua influência entre as províncias mais próximas era inegável.[61]

A agremiação pernambucana foi fundada, segundo contam alguns relatos, como resposta a provocações extremamente peculiares. Em visita a Pernambuco, o imperador Pedro II mostrou-se decepcionado com a falta de preservação da memória na província, tão conhecida no Império em virtude do seu propalado nativismo. O imperador não encontrou nenhum vestígio ou monumento significativo do aludido passado glorioso da província. Além desse episódio, as críticas empreendidas pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, segundo Cabral de Mello (2008), feriram o orgulho dos pernambucanos, que decidiram dar como resposta a criação de um Instituto de pesquisas históricas local nos moldes do IHGB.[62]

Os pernambucanos pretendiam, assim, elaborar por contra própria a sua história, sem esperar que viesse do Instituto, que se apresentava como o responsável pela história nacional, iniciativa para tanto. Contudo, a grande questão não era necessariamente produzir uma história diferente ou distanciada daquilo que se compreendia por História do Brasil, mas atribuir a personagens e eventos do passado pernambucano uma importância singular e primordial para a história do Brasil.

Embora tratando de instituições que surgiram em temporalidades diferentes – como os institutos históricos brasileiro, pernambucano e paulista –Schwarcz (1993) apontou que os discursos produzidos por essas associações de intelectuais promoveram “falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante”. Ao defender os argumentos de sua participação na

---

[61] Alguns dos futuros historiadores paraibanos fundadores do IHGP foram membros ou sócios correspondentes do Instituto pernambucano, como Irineu Joffily e Maximiano Lopes Machado.

[62] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

construção da história do país, cada espaço repercutiu também os pressupostos das elites políticas locais de participavam ativamente do jogo político nacional.[63]

No entanto, a história das províncias brasileiras não foi desprezada como um todo pela produção historiográfica do IHGB, como, à primeira vista, os comentários acalorados possam fazer parecer. Os sócios correspondentes contribuíram com algumas publicações para a revista, embora a quantidade de textos e a abertura temática não correspondessem à diversidade de experiências temporais.[64] Antes de fazer parte dos índices e constarem no periódico, todos os textos passavam – e ainda hoje em qualquer periódico científico existe um processo a ser seguido de submissão e aprovação dos trabalhos – por uma comissão avaliadora que decidia se eles se encaixavam com a linha editorial e temática da revista, linha essa que estava totalmente ligada ao pensamento político predominante da época.[65]

Desde seus momentos iniciais, o IHGB foi apresentado por seus idealizadores como o local onde seriam concentrados todos os esforços intelectuais e documentais para a elaboração

---

[63] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-100.

[64] Observando os índices da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre os anos de 1839 a 1910, percebemos que, de alguma forma, todas as partes do território nacional foram contempladas com algum texto (embora, das províncias do Norte, a que recebeu mais espaço foi Pernambuco). Vale ressaltar que não podemos qualificá-los enquanto discursos historiográficos da mesma forma como hoje eles são concebidos. Em sua maioria todas as revistas seguiram o mesmo padrão de distribuição textual: os discursos dos oradores, as contribuições dos sócios correspondentes, as atas das sessões e as relações nominais dos sócios como também as relações dos documentos históricos que eram rotineiramente enviados ao instituto pelas diversas províncias do país. A colonização do Brasil, as expedições de reconhecimento territorial e as demarcações e disputas de fronteiras foram os temas mais presentes na revista, durante a temporalidade observada. O empenho contínuo do Império em assegurar a unidade do imenso território nacional foi um dos temas mais destacados pela revista. A seção de biografias foi publicada em todos os volumes e contemplava os homens de destaque na história nacional, como também de ilustres sócios do Instituto – estes eram homenageados nos necrológios, rotineiramente publicados. Como exemplo, encontramos nos índices de mais de 120 volumes da revista, textos que traziam em seus títulos palavras e expressões tais como: fronteira, memória, extrato de memórias, memória sobre usos, costumes e linguagens; biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes e etc., ou biografia dos brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil; genealogias; roteiros corográficos (de alguma província); descrição (de algum edifício, da fauna e da flora ou da costa de alguma província); cartas, correspondência; viagem, resumo do itinerário, notas, notícias, roteiro de viagem, diários, expedições; relatórios de comissões (de engenheiros junto às forças de expedição a alguma província, de trabalhos históricos, de trabalhos geográficos, de arqueologia e etnografia); estatutos, atas, sessões magnas, programas históricos, relação de sócios admitidos; relatórios e documentos oferecidos pelas presidências das províncias, entre tantos outros.

[65] Conf. DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas*: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, p. 75-97.

da História do Brasil, que se pretendia geral, primeiramente, por questões de síntese histórica como também pela pressuposição de que não havia lugar mais adequado para se realizar essa tarefa do que na Corte imperial.[66] Não se pode deixar de compreender que nesse argumento estavam embutidas outras questões, como, por exemplo, a de que o projeto de história empreendido pelo IHGB buscava em sua narrativa, pretensamente nacional, ignorar as diferenças regionais, com um discurso que favoreceria assim a ideia de unidade política e territorial. A escrita da história, como mencionamos mais acima, estava intimamente ligada ao ideário político imperial e seria mais um dos mecanismos de sua legitimação.

Dessa forma, a presença de abordagens na revista do IHGB referentes às revoltas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, no Brasil, que representaram de algum modo os descontentamentos de diversas regiões com a política empreendida pelo governo central, encontrava obstáculos. A concepção de identidade nacional pensada pelo governo imperial buscava manter a ordem para garantir a unidade política e territorial da Nação Brasileira, ainda em pleno processo de gestação. Qualquer evento que trouxesse referência a alguma forma de insubordinação política era tratado com ponderação pela historiografia oficial. O discurso de uma história que buscava no passado exemplos de conduta social a serem seguidos não poderia de forma alguma estimular valores comportamentais não condizentes com a sociedade da época. Portanto, muitos autores do IHGB amenizaram a importância de vários desses eventos, elegendo o Descobrimento do Brasil e o processo da Independência como os mais relevantes e adequados para o modelo de história que compreendiam como nacional, minimizando os movimentos localistas, que tiveram em Pernambuco distinta representatividade.[67]

Para Ribeiro (2011), “o surgimento dos institutos históricos locais trouxe outras alternativas a esse modelo de narrativa histórica totalizante preconizada pelo IHGB”. É dentro desse contexto que o Instituto Pernambucano surge com a intenção de “reescrever a história de

---

[66] Vide nota 34.
[67] RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*..., p. 220-221.

Pernambuco sobre outro ponto de vista, não mais atrelado à visão de uma história globalizante, mas que, sobretudo, ressaltasse a importância histórica da região nos destinos da nação". A historiadora ressalta ainda que isso fazia parte de uma pretensão local que ultrapassava a historiografia, indo ao encontro de interesses políticos e econômicos. Junto com essa proposta de elaborar uma "nova narrativa histórica para o Brasil", os membros do Instituto Pernambucano buscavam contribuir na construção de uma imagem que creditasse a Pernambuco certa notoriedade perdida nos últimos anos, em virtude da "transferência do eixo político-econômico para o Centro-Sul" do país.[68]

Anseio da elite local que conclamava pelos jornais a criação de uma entidade voltada ao estudo do passado pernambucano, o IAP[69] buscou em seus anos iniciais consolidar-se dentro do horizonte intelectual e político da região. Desenvolveu os seus projetos historiográficos, publicou sua revista, empenhou-se no levantamento constante de fontes, que teve entre seus principais feitos a ida do membro José Higino Duarte Pereira aos Países Baixos – com o objetivo de pesquisar, nos arquivos históricos holandeses, toda a documentação referente ao período da ocupação neerlandesa no Nordeste do país, missão essa que não contou com o auxílio do governo central. Em síntese, durante as três primeiras décadas após sua fundação, o IAP consolidou-se como a instituição mais importante, em âmbito regional, no que diz respeito à pesquisa e produção de textos de cunho historiográfico no Brasil, além do IHGB.

Todavia, segundo Ribeiro, a transição do Império para a República trouxe um novo momento para o Instituto Pernambucano. Não obrigatoriamente com relação ao crescimento da produção textual, mas no tocante à possibilidade da história dos feitos e dos homens de Pernambuco ascender ao panteão da história nacional. O entendimento seria, a partir de então, difundir a ideia de que fora em Pernambuco o lugar onde o movimento republicano teve início.

---

[68] RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*..., p. 221.
[69] Apenas no século XX o Instituto acrescentou o "Histórico" ao seu nome, passando assim se chamar Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Nesse sentido, argumenta Ribeiro que a interpretação histórica difundida pelos historiadores do Instituto passou a destacar "os eventos e os heróis pernambucanos [...] como elementos precursores do novo regime político", bem como o calendário oficial republicano foi adotado e os princípios e a simbologia republicana positivados pelos intelectuais da entidade.[70]

Nesse quadro, de acordo com a historiadora, ganham destaque o evento da chamada Revolução Pernambucana de 1817 e o intelectual Manuel de Oliveira Lima. Pernambucano, diplomata desde os tempos do Império, Oliveira Lima adquiriu destaque no campo da produção histórica, desde a publicação do seu primeiro livro, *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*, em 1895, na cidade de Leipzig, Alemanha.[71] Aos 28 anos de idade, sócio correspondente do Instituto Pernambucano, angariou também, com a sua primeira investida no campo das pesquisas históricas, o lugar de sócio correspondente do IHGB. Pouco tempo depois, retornou ao Brasil em virtude de suas relações conflituosas com o Barão do Rio Branco. No mesmo período, após desentendimentos com Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, provocados por algumas mudanças em suas convicções políticas, aproximou-se ainda mais do Instituto Pernambucano, vindo a presidir a comissão das comemorações do centenário da Revolução de 1817.[72]

Oliveira Lima apontava o episódio de 1817 como um evento fundamental para a história do Brasil. Sua obra sobre a história de Pernambuco buscou "desconstruir a imagem do movimento separatista, situando 1817 como uma das provas de que Pernambuco já preconizava a defesa de ideias liberais e democráticas no começo do século XIX".[73] Nesse sentido buscou elementos para relacionar os acontecimentos de 1817 com os de 1822. Desse modo, além de

---

[70] RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*..., p. 223.
[71] OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*. [1895]. Recife: Fundaj/Massangana, 1997.
[72] RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*..., p. 224-227.
[73] _____. *Construindo histórias e memórias*..., p. 227-228.

garantir o papel indispensável dos pernambucanos na construção da nacionalidade brasileira, Oliveira Lima construía uma narrativa sem rupturas profundas, conciliatória.

Para Cabral de Mello (2008), Oliveira Lima "reduziu a criação do Instituto Pernambucano à preocupação de perpetuar a tradição de 1817"; no entanto, aponta que os movimentos contestatórios do século XIX não foram o ponto central das atividades do Instituto e sim os eventos pertinentes à Restauração pernambucana – nome pelo qual ficou conhecida a reconquista portuguesa das capitanias dominadas pelos neerlandeses na América portuguesa do século XVII. A ideia principal do Instituto pernambucano era de "preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo historiográfico do Rio, imperialismo na dupla acepção", destaca o historiador. O Instituto pernambucano apresentava-se assim como o único espaço de pesquisas históricas que não se subordinava à história nacional produzida na Corte, segundo Cabral de Mello.[74]

Esse imperialismo historiográfico, segundo Cabral e Mello, permanece ainda hoje [2008]. A historiografia brasileira é conservadora, pois despreza a pluralidade da formação histórica brasileira. Essa centralização produtiva e temática da historiografia nacional é denominada por Cabral de Mello como "saquarema". Assim como o grupo político conservador do Rio de Janeiro, que empreendeu a centralização política e econômica do país, Cabral de Mello denomina a atitude de muitos historiadores brasileiros que não colocam determinadas questões nas discussões históricas e veem a unidade nacional como uma consequência inevitável. Apesar de toda a riqueza das mais recentes pesquisas, argumenta o autor, a unidade brasileira ainda é vista teleologicamente, até mesmo pela historiografia de esquerda.[75]

---

[74] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*..., p. 57-58.

[75] Wehling apontava, em 1999, que em relação a questão da unidade nacional empreendida no período imperial de nossa história, existiam "na historiografia brasileira contemporânea, ainda vigentes, três tipos de teses": as tradicionais, as marxistas e as weberianas. "As tradicionais, frequentemente inspiradas pelo nacionalismo e enraizadas no próprio século XIX, têm como preocupação maior a justificação e o elogio da forma política encontrada com a Maioridade. As marxistas, em graus variáveis, procuram associar a centralização do Segundo Reinado e a unidade do país à ação (ou reação) da classe dominante rural contra as tendências centrífugas, sobretudo pelo que estas pudessem significar de risco para o *status quo* escravista. As de inspiração weberiana, por sua vez, apontam para a formação de um estamento burocrático com finalidades próprias e que acabaria por

Compreensão comum, segundo Cabral de Mello, não somente no campo dos historiadores mas por todo o universo político do país que compartilha a "mística" de que "o Brasil tem características criadoramente únicas, originalíssimas; e que elas serão eternas a partir do momento em que o país se revelou a si mesmo".[76]

Toda essa *mística* foi construída no Segundo Reinado. Para Cabral de Mello, o Primeiro Reinado foi "oportunista", as ações em busca de um consenso político foram nele empreendidas, mas a "justificação", a construção ideológica dessa centralização foi efetivada "pelos publicistas e a historiografia do tempo de D. Pedro II". O Instituto histórico criado no Rio, que recebeu a alcunha de "Brasileiro", foi a instituição responsável por isso. Ainda que uma de suas propostas fosse a de estimular a criação de institutos nas províncias, tudo indica que não houve muito esforço em incentivar a possibilidade de leituras diversas sobre o passado brasileiro, afirma Cabral de Mello. A intenção era, sim, a de "monopolizar o discurso da história nacional", os outros formariam uma rede de operários "a reunir o material que o Rio elaboraria, dando-lhe sentido histórico, pois só ele seria capaz de ter visão nacional, que era um dom da monarquia".[77]

Para o historiador Alencastro (2008), essa "queixa regionalista" – o processo de centralização temática e produtiva da construção do discurso historiográfico brasileiro em órbita ao Centro-Sul do país, mais especificamente do Rio de Janeiro, desde o século XIX, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que é um dos incômodos insistentes nas falas e escritos de Cabral de Mello – foi fundada por um "mal-entendido" e também por uma "questão de método" dos historiadores que a pronunciaram. Ressalta que desde 1847, quando von Martius recebeu o prêmio promovido pelo IHGB com o estudo *Como*

---

manipular a seu talante as classes sociais, jogando com seus interesses contraditórios." WEHLING, Arno. *Estado, história e memória*..., p. 33-34.

[76] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. O acaso não existe. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 166-167.

[77] _____. O acaso não existe, p. 167-169.

se deve escrever a História do Brasil, que sugeria a produção de histórias provinciais – conforme pontuamos há pouco – em detrimento da ideia de uma história geral, nomes como Raimundo José da Cunha Matos, João Francisco Lisboa e Capistrano de Abreu empreenderam uma história descentralizadora. "Por isso, um pouco afastada de qualquer 'imperialismo' cultural ou ideológico, a corrente favorável às pesquisas regionais – Capistrano ia mais longe ao pregar a necessidade de uma 'história das municipalidades' – tentava tapar as lacunas setoriais de nossa historiografia".[78]

Entretanto, a queixa de Cabral de Mello, assim a entendemos, não pode ser pensada como uma espécie de manifesto regionalista, como Alencastro a caracteriza – embora ela não escape dos mecanismos e das estratégias de um discurso propalado desde o início do século XX, que instituiu a denominada região *Nordeste* como o espaço discriminado, marginalizado e estereotipado pela produção cultural brasileira.[79] Capistrano foi uma verdadeira exceção, empenhando-se em escrever ricas apresentações de estudos "regionais";[80] todavia, apesar de toda a sua influência na produção historiográfica brasileira, pouco publicou na revista do referido Instituto. Portanto, não é uma reclamação deslocada, pois é sentida ainda hoje, nos espaços de produção historiográfica que não estão concentrados no eixo Centro-Sul do país.

---

[78] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravos de Pernambuco e glória do Brasil. A obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 39.

[79] Segundo o historiador Durval Muniz, o Nordeste é muito mais um objeto de saber e de poder, instituído através de discursos e imagens, do que um espaço inscrito na natureza e identificado através de homogeneidades culturais, econômicas e naturais, levando-o, inclusive, a questionar a perspectiva metodológica da História Regional que "[...] por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade. Longe de constituir uma ruptura com esta dizibilidade, suas críticas são apenas deslocamentos no interior do próprio campo do regionalismo. Ao criticar o regionalismo, mas assumir a região como uma "proposição concreta", como uma conscrição histórica, e fazer dela um referente fixo para o seu discurso, de onde retira sua própria legitimação, esta História está presa à dizibilidade regionalista e à rede de poderes que sustenta a ideia de região como referencial válido para instituir um saber, um discurso histórico. A "História Regional" vem contribuir, sim, para colocar a ideia de região em outro patamar, legitimá-la, atribuir-lhe veracidade, dando a ela uma História, tentando lhe dar, inclusive, uma base material. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira". In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001, p. 20 e 28.

[80] Como por exemplo, o prefácio de *Notas sobre a Parahyba*, de Irineu Joffily, publicado em 1892.

Seguindo o argumento, Cabral de Mello ainda ressaltou que D. Pedro I aventou a possibilidade da criação de um Império Federal. Diz que, se a ideia tivesse se consolidado, a unidade nacional não existiria como hoje é apresentada. Até mesmo se os episódios de contestação ao poder central do período regencial tivessem obtido êxito, a configuração política da ex-colônia portuguesa na América não seria a mesma. Entretanto, não parece ser muito pertinente aos historiadores esse tipo de história como digressão especulativa. O que ele ressalta é que os historiadores precisam reconstruir esses momentos de tensão da história brasileira, em que as decisões ainda não foram tomadas, no qual todas as possibilidades eram postas em cena, para que possamos vir a conhecer os outros projetos que estavam em discussão.

Algumas dessas tensões podem ser identificadas através da produção de diversos trabalhos de cunho historiográfico, empreendidos por muitos intelectuais distantes do Rio de Janeiro ou que, mesmo vivendo na capital política e cultural do país, não conquistaram muita ressonância. Na Paraíba, apenas no início do século XX, surgiram as primeiras associações de letrados, como por exemplo, o citado Instituto histórico e geográfico local. Como a influência de Pernambuco na região ultrapassava o campo econômico e político, dois dentre os mais atuantes intelectuais paraibanos à época, **Irineu Ceciliano Pereira Joffily** e **Maximiano Lopes Machado**, além de sócios do grêmio pernambucano, encontraram na revista do Instituto e na entidade da província vizinha um importante elo de comunicação e espaço de publicação de suas impressões.[81]

Consagrados pela intelectualidade local como os fundadores da historiografia paraibana, apesar de contemporâneos, Joffily e Machado apresentaram trabalhos de alcance e

[81] Embora não tenha publicado textos no periódico do instituto pernambucano, Joffily mantinha correspondência com a associação. A *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. 36, de janeiro de 1890, traz a apreciação, pela comissão de assuntos arqueológicos, dos fósseis enviados no ano anterior por Joffily, então encontrados por ele no interior da Paraíba. Ver: "O fóssil de Campina Grande". In: *REVISTA do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano,* Recife, n. 36, p. 23-29, jan. 1890. Maximiano Lopes Machado foi sócio efetivo do instituto da província vizinha. Encontramos publicados, entre os anos de 1883 a 1890, quatorze textos de sua autoria, mas apenas um deles referia-se diretamente à Paraíba. Conf. *Índice das Revistas do IAHGP (RIAP)*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nº 63, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.iahgp.com.br/RIAHGP/INDICE-REVISTAS-IAHGP.n63.2010.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

de formato distintos. O livro produzido por Irineu Joffily, embora não demonstrasse o mesmo rigor metodológico com as fontes e os arquivos, foi lançado antes da publicação que estava sendo elaborada por Maximiano Lopes Machado. Os textos produzidos por esses dois homens de letras apresentaram os fundamentos e a linha de compreensão da história produzida na e sobre a Paraíba até a segunda metade do século XX, quando os novos professores da Universidade Federal local romperam com a historiografia herdeira do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

No próximo capitulo veremos como se deu a construção das narrativas fundadoras do passado paraibano por esses dois intelectuais.

3. Entre notas, viagens e memórias: os primeiros ensaios de uma consciência histórica paraibana.

Embora possamos indicar o ano de 1905 como marco do início de uma produção sistemática de discursos de cunho historiográficos na Paraíba, em virtude da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da publicação periódica de sua revista, poucos anos depois, os textos fundadores da memória histórica paraibana foram publicados e/ou escritos ainda durante as duas últimas décadas do século XIX.

Notas sobre a Parahyba, de Irineu Joffily, editado pela tipografia do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, foi, efetivamente, uma compilação de "notas" – daí o título do livro – sobre a Paraíba, que apresentavam a província aos leitores cariocas. Publicadas no jornal supracitado, pela repercussão positiva que obtiveram, acabaram por ser reunidas em formato de livro. Apesar da miscelânea de temas e abordagens, a História e a Geografia foram os campos de conhecimento mais presentes em todos os textos.

A *História da Província da Parahyba*, segundo comentadores e biógrafos do autor, Maximiano Lopes Machado, começara a ser escrita em 1886, e era de conhecimento de seus contemporâneos, já que alguns capítulos da obra haviam sido lidos em reuniões do Instituto Pernambucano e também publicadas em jornais e revistas, tanto na Paraíba como em Pernambuco. Embora sua publicação tenha ocorrido apenas em 1912 – o segundo volume somente em 1916 – é consenso entre vários autores que ela seria a primeira narrativa histórica da Paraíba, no que diz respeito à forma e à metodologia dos textos, que se apresentavam à época, de caráter historiográfico.

Sobre a Paraíba – apesar de estar presente, de forma salpicada, em diversos relatos e crônicas, além de documentos oficiais desde os anos iniciais de sua ocupação – o que se tinha de mais específico, até o final do século XIX, eram praticamente três textos: o *Sumário das*

armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba,[82] do século XVI, de autor anônimo e composto muito provavelmente por um jesuíta, testemunha ocular dos fatos narrados; a *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*,[83] escrita por Elias Heckman, então governador da Paraíba no período de dominação holandesa, no século XVII – esses dois primeiros são muito mais registros históricos da época que crônicas históricas dos fatos passados da história da Paraíba; e finalmente, mais contemporâneo a Machado, o *Catálogo dos governadores e presidentes da província da Parahyba do Norte*, do Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos, publicado em duas partes na Revista do IHGB, nos anos de 1846 e 1860, respectivamente. Quanto a este último, também não podemos considerar texto de cunho historiográfico, já que se trata de uma cronologia de nomes e ações empreendidas pelos governadores que passaram pelo governo da província, desde o início da ocupação territorial, ainda no século XVI e até o início do século XIX, não possuindo sequer o formato de uma narrativa.

Abordaremos, neste primeiro momento, as duas principais narrativas que iniciaram o processo de constituição da memória histórica paraibana: seus autores, suas versões sobre a história da Paraíba, as metodologias e leituras para a composição dos textos e também a recepção de tais obras no meio intelectual da época.

3.1. Irineu Ceciliano Pereira Joffily

> *O estudo de um fato histórico vale por si só muito mais do que todas as efêmeras produções literárias, que aí aparecem com profusão, semelhantes a essas nuvens róseo-douradas do fim do dia, que um momento alegra a vista e*

---

[82] HISTÓRIA da Conquista da Paraíba (Sumario das Armadas que si fizerão e guerras que se derão na conquista do Rio Parahiba – 1585). Brasília: Senado Federal, 2006. Sobre os elementos discursivos utilizados na construção desse discurso, além de outras observações, ver: BATISTA, Adriel Fontenele. *O Sumário das Armadas*: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: < http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16962>.

[83] HERCKMAN, Elias. *Descripção geral da Capitania da Parahyba*. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, tomo v, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial, jun. 1886.

> *logo desaparecem nas trevas da noite. Passada a idade juvenil, a idade dos sonhos, quando a razão entra no seu completo desenvolvimento, o homem tem o dever de empregar-se em estudos mais sérios, de resultados reais, e nenhum mais importante do que os históricos, tão pouco cultivados entre nós. Os nossos arquivos públicos são um tesouro que nunca foi explorado, tendo eu apenas iniciado algumas investigações que por força maior deixei de continuar, e mais ninguém. Quanto material importante para a nossa história existe na Secretaria do Governo, nos cartórios, na municipalidade, na Santa Casa, na Matriz dessa cidade, etc., e nos arquivos das câmaras municipais mais antigas do interior do Estado! Enquanto não for tudo explorado, e mais ainda os documentos existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro indicados nos seus Anais, não se poderá escrever a história da Paraíba. Uma que não exista inédita, a de Dr. Maximiano Lopes Machado, se ele a deixou concluída, tenho razão para acreditar que não preenche os fins de uma verdadeira história, pois que limitar-se-ia, talvez, a coordenar ou compilar o que era mais fácil adquirir, será quando muito semelhante à história do Ceará do ilustrado Dr. Tristão Araripe, que depois dos pacientes e profundos estudos do Barão de Studart e de J. Brígido, viu-se quanto era deficiente. Pernambuco não tem ainda história, apesar de possuir as Memórias históricas de Fernandes Gama, mas o seu Instituto Arqueológico tem coligido imenso material por meio de seus membros, a cuja frente se acha o ilustrado Dr. Pereira da Costa, incansável nas investigações históricas do seu Estado. [...] O que venho dizer mostra que seria de grandes resultados práticos e de utilidade incontestável a criação de um Instituto histórico-geográfico nessa capital, a exemplo dos que possuem Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, etc., e até Alagoas, como meio de congregar o pessoal habilitado e habilitando, que por certo não escasseia aí. É uma ideia cuja realização só depende de um homem de boa vontade que chame, que anime o grande pessoal dos homens de letras, fazendo voltar sua atenção para tão patriótico fim. Criando o Instituto histórico e geográfico paraibano, com a sua revista, pelo menos semestral, tomariam grande expansão os estudos respectivos, e no fim de poucos anos estaria explorando tudo o que existe de ignorado em nossos arquivos. Quantos distintos magistrados aposentados e outros funcionários aí residem em inteira disponibilidade. É na idade madura, para o declínio da vida, que os estudos históricos apresentam mais atrativo para o homem. A divulgação de um fato histórico, ainda desconhecido, a retificação de outro que a tradição nos legou adulterado, desperta sempre interesse, causando grande prazer ao investigador. Mãos à obra, patriotas paraibanos, começai o século com esse empreendimento de tão grandioso resultado para as nossas letras. Trabalhemos para o progresso de nossa terra!*[84]

O trecho supracitado, de um artigo publicado por Irineu Joffily[85] no jornal paraibano *A União*, poucos meses antes de sua morte, apresenta um rápido panorama daquilo que muitos intelectuais paraibanos, em plena virada do século XX, entendiam como História, quais seriam

---

[84] Artigo publicado no jornal *A União*, de 24/08/1901, de autoria de Irineu Joffily, sob o pseudônimo de 'Índio Cariry'. Apud: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. 447-449. (Edição fac-símile da primeira edição de 1892, pela Tipografia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & C., 1892)

[85] Embora nos impressos da época a grafia do nome apareça como *Irenêo Joffily*, decidimos adaptar os textos para o uso da linguagem presente, tanto para o nome do autor como para as citações extraídas dos periódicos e das edições dos livros.

as pessoas mais habilitadas a empreender esse exercício cognitivo, a função e o sentido prático deste campo de conhecimento.[86] Concepção que não diferia em muitos aspectos daquela dos intelectuais de outras regiões do país, desde a fundação do IHGB que, por consequência, incentivou as pesquisas de caráter historiográfico por todas as províncias.

Está presente, no argumento de Joffily, o nítido entendimento da distinção entre o discurso histórico e o literário; este último, segundo o autor, embora alimentasse o espírito, seria incapaz de promover o registro e, consequentemente, tornar imortais os fatos passados da maneira como se deram. Joffily conclamava os paraibanos, lançando-os ao desafio de escarafunchar os arquivos, levantar as fontes necessárias ao empreendimento – entendido como um exercício cívico – de promover o desenvolvimento "das letras" e do progresso do Estado. Segundo o autor, fundar um Instituto histórico, estimulando a prática da pesquisa documenta e publicando os resultados em periódicos de divulgação, não só traria à luz a história da Paraíba com também simbolizaria a existência de uma elite intelectual culta e moderna, em sintonia com os parâmetros sociais da época.

Do mesmo modo, para Jofilly, esse tipo de esforço seria fruto da maturidade intelctual, quando a razão "em seu completo desenvolvimento" traria capacidade e maior interesse para o exercício da memória e do registro, despertados, provavelmente, pela proximidade com a morte. Para um jovem cheio de sonhos e de desejos, tal atividade de "resultados reais" não seria tão atraente. A pesquisa histórica, para aquele que a praticasse, além de um ato de devoção à Pátria,

---

[86] No periódico *Gazeta do Sertão*, dirigido por Joffily entre 1888 e 1891, havia um espaço reservado à história da Paraíba, que publicava, na íntegra, cartas de sesmarias referentes ao território paraibano, no intuito de que servissem como prova indiscutível, em casos de disputas jurídicas de demarcação de terras, aos possíveis litigantes. Após o texto introdutório, que surgiu no primeiro número, em todos os outros números, os documentos já vinham transcritos sem nenhum comentário ou nota. A seção do jornal denominava-se *Materiais históricos e geográficos*. "Como indica a epígrafe desta seção, nos propomos a publicar alguns materiais, que auxiliem a história e a geografia desta província, ou antes, da antiga capitania da Paraíba [...]. Esses materiais constam de documentos oficiais, como cartas régias e alvarás e principalmente da sinopse das sesmarias, concedidas posteriormente ao domínio holandês. Dos respectivos instrumentos de concessões colhe-se muitas notícias curiosas, que esclarecem pontos obscuros da história e geografia da província, além de oferecer uma vantagem muito superior pelo seu resultado prático. [...] Acreditamos que o nosso trabalho seja de grande utilidade à população da província, que colecionando a Gazeta do Sertão, possuirá um repertório de grande utilidade, de onde colherá muitos esclarecimentos para resolver as suas questões de terras". *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 01 set. 1888, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00001.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

seria uma operação revigorante para o espírito, uma verdadeira aventura no tempo. Os materiais, as fontes, existiam em abundância e estavam à espera de quem desejasse desbravá-los.

Testemunha ocular, apresentando-se frequentemente como personagem dos eventos históricos relatados, **Irineu Ceciliano Pereira Joffily** está entre os primeiros construtores da memória histórica paraibana, com seu livro *Notas sobre a Paraíba*, de 1892. O que hoje compreendemos por historiador, com a existência de campos específicos de atuação entre o ensino e a pesquisa (mesmo ainda não existindo no Brasil uma lei[87] que regulamente a profissão), as características, bem como suas formas de abordagem e compreensão históricas, divergem em muitos pontos daquelas apresentadas por muitos intelectuais do século XIX e início do XX.

O excerto acima demonstra, em seus variados sentidos, como a História era encarada, não somente por Joffily, mas por uma cultura intelectual interessada na produção de textos, bastante comuns desde o século XIX, voltados à produção de memórias: sempre em um plano secundário, como exercício de abstração, passatempo, embora revestido de caráter prático. As viagens empreendidas pelo território, os diálogos trocados e o contato com arquivos e documentos diversos, muitas vezes em virtude da própria profissão, davam a muitos desses homens as ferramentas e habilidades prévias para o exercício daquilo que compreendiam como conhecimento histórico – **porque assim foram divulgados e recepcionados os textos em seu tempo de produção.**

Tanto Joffily como os outros autores, que apresentaremos nesse primeiro momento de nosso estudo, podem ser observados por esse prisma. Como não existia no Brasil a disciplina *História* nem um curso específico de formação, as pesquisas e os discursos produzidos por esses

[87] Até o momento da entrega deste trabalho para a banca avaliadora, o **Projeto de Lei nº 4699/2012**, que regulamenta a profissão do historiador, fora aprovado na Câmara dos Deputados em 03/03/2015 e, desde então, aguarda apreciação no Senado Federal.

intelectuais resultavam de sua curiosidade pelo passado, atreladas à elaboração de uma identidade local, revestida de oficialidade pelos políticos e pelas instituições públicas. Magistrados, advogados, deputados, médicos, entre outros, suas ligações com o poder estatal ultrapassavam os laços estritamente profissionais. Funcionários públicos, em sua maioria, associavam o cotidiano de suas atividades com o diletantismo histórico, produzindo suas versões do passado que sempre apresentavam em seus relatos os feitos dos ditos "grandes homens", que lutaram, desde os primórdios, para o estabelecimento, como bem assim diziam, da civilização e do progresso em suas localidades.

As produções textuais de Joffily – um misto de relato histórico, crônicas, compilação de documentos, diários de viagens – demonstram o caráter eminentemente híbrido e experimental de seus estudos, em que a topografia, a filologia, uma antropologia e uma sociologia rudimentares, por exemplo, compunham um panorama variado dos espaços descritos, sem obedecer a uma metodologia específica. Boa parte dos textos tinha essa aparência de apresentação, de roteiro introdutório – um guia topográfico, histórico e social de determinada localidade, fosse uma vila ou cidade e até mesmo a província como um todo.

Entretanto, apesar de toda diversidade apontada, esses intelectuais preferiram ser encarados, a partir de sua produção textual, como *historiadores* e, consequentemente, aquilo que produziam, como *História*. Para além do texto, apresentava-se também um sentido objetivo: atribuir um passado e uma identidade a determinado espaço, mesmo que para tanto as ferramentas discursivas fossem em grande parte subjetivas. No entanto, deve-se observar também a influência provocada pelos campos de saber predominantes nessa época, no Brasil (Direito, Medicina e Engenharia, por exemplo), sobre o processo de produção historiográfica, que gerou a necessidade de atribuir ao discurso histórico um valor "respeitável" no universo

das pesquisas, que compelia os intelectuais a difundirem a ideia de que a história era também um conhecimento com fundamentação científica.[88]

Nos registros e fontes consultados, os textos de Irineu Joffily marcam o início do interesse direto dos paraibanos na pesquisa e produção de textos de cunho historiográfico. Como exemplo disso, podemos citar que os jornais dedicavam especial atenção nesses textos, servindo muitas das vezes como único espaço de divulgação, até a criação da revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, publicada pela primeira vez em 1909. Com a fundação da Imprensa Oficial pelo Governo local e sua editora *A União*, em 1893, as publicações passaram a surgir em maior número, possibilitando a divulgação de diversos títulos. No entanto, *Notas sobre a Parahyba*, de Irineu Joffily, fora lançado na cidade do Rio de Janeiro, em 1892.

Apesar do conhecimento público, à época, de que Maximiano Lopes Machado tinha sua história da Paraíba praticamente pronta, naquele momento, a edição do livro de Joffily, anterior a de Machado, é para nós a data simbólica do início dos estudos de cunho historiográfico na Paraíba. Ainda mais porque contou com uma apresentação de Capistrano de Abreu, que inclusive estranhou a má recepção ao texto de Joffily, na Paraíba. Descrédito encabeçado por nada menos que Maximiano Machado, que considerava a obra de Joffily muito mais um diário de viagem do que um livro de História, pela imprecisão, na indicação das fontes, e pela inserção, no texto, daquilo que o próprio autor observara em suas andanças pelo território da Paraíba.

No prefácio, como dissemos, assinado por Capistrano de Abreu, revela-se um aspecto peculiar do livro, relacionado ao universo de disputas e busca de legitimação no meio intelectual da época. *Notas sobre a Paraíba* surgiu a partir da compilação de diversas "notas históricas" sobre o Estado, publicadas por Joffily no *Jornal do Commercio*, da cidade do Rio de Janeiro,

---

[88] Discussão pertinente e esclarecedora entre os pressupostos da filosofia da História e da História dita "científica" do século XIX, encontramos em REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

que foram muito bem recebidas pelo público fluminense, como revela Abreu. No entanto, na Paraíba, o célebre historiador afirmou que a recepção não foi a mesma:

> [...] foram tão favoravelmente recebidos pelo público fluminense que, à instância de amigos e apreciadores, resolveu-se o autor a reuni-los em volume que agora sai à luz. Deve-se dizer que na Paraíba, a impressão foi diferente. O *Jornal do Commercio*, anunciando a publicação do trabalho, disse sem a menor malícia que aquele Estado ainda não tinha história escrita, que Varnhagen, o mais instrutivo e completo dos nossos historiadores, poucas páginas, senão poucas linhas, lhe consagrara, que quanto à geografia achávamo-nos hoje tão adiantados como em 1817, quando Ayres do Casal publicou a sua basilar *Chorographia Brasilica*. Estas palavras não foram bem aceitas nas terras paraibanas. Um cidadão de Campina Grande protestou que o Estado não precisava do Dr. Irineu para torná-lo conhecido. O Dr. Maximiano Lopes Machado escreveu a propósito uma série de artigos em que não aceita uma proposição emitida, não reconhece um só ponto esclarecido, não perdoa uma só observação aventurada, por mais inocente. Um trecho destes artigos, de que vimos quatorze no *Estado da Parahyba*, bastará para que se veja o tom em que são escritos. Disse o Dr. Joffily que as cartas de Candido Mendes e de Homem de Mello representam muito diversa do que é a configuração da Paraíba. O Dr. Irineu fala por sua conta, escreve o Dr. Machado; "conta o que viu por impressões recebidas em lugares que visitou como *touriste*; **não cita uma autoridade**, o nome de um profissional que descobrisse as grandes curvas das extensas linhas de divisão de Sul ao Norte. As impressões não dão autoridade a fatos e por mais que nos mereça o Dr. Irineu, não levará a mal se lhe dissermos que aqueles dois respeitáveis nomes estão muito alto no domínio das ciências para serem sacrificados à vaidade de quem ainda não começa a penetrar nele." Compreende-se bem que quem escreve estas linhas não tem que intervir nessa discussão, mesmo porque o Dr. Maximiano Machado sem o querer fez o maior elogio das páginas que vão seguir. Efetivamente encontram-se aqui impressões de turista, coisas vistas, notações diretas. Havia antes alguma coisa que satisfizesse a tais exigências? Não havia com certeza, e nisto consiste o valor principal das *Notas sobre a Paraíba*, que ocuparão um lugar ainda vazio, isto não só quanto à parte geográfica; **também quanto à parte histórica. [...] E também quanto à história, não é menos valiosa a contribuição agora oferecida,** e será este o nosso manancial enquanto o ilustrado crítico não nos der a sua *História da Paraíba*, trabalho considerável em que trabalha a alguns anos.[89]

O tão propalado livro de Maximiano Machado seria publicado na Paraíba somente em 1912, dezessete anos após a sua morte.

Embora não seja nossa intenção condicionar exclusivamente as experiências vivenciadas como aspectos determinantes na escolha do objeto de estudo, não há como negar

---

[89] ABREU, Capistrano de. Prefácio. (1892). In: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. iv-vi [72-74]. Os números entre colchetes fazem parte da nova numeração atribuída à edição fac-similar, impressas no canto inferior direito do livro.

as suas influências num momento tão significativo para a construção das identidades locais, como foi o final do século XIX e o início do XX na Paraíba. Os próprios autores deixaram bem claro isso em seus textos. No caso de Irineu Joffily, essas questões foram decisivas para a construção e o percurso de suas pesquisas.

Irineu Joffily nasceu em terras pertencentes a uma antiga freguesia[90] de Campina Grande, interior da Paraíba, no ano de 1843.[91] De família de posses, pecuaristas e detentores de antigas sesmarias, Joffily se dizia descendente de Teodósio de Oliveira Ledo,[92] um dos primeiros conquistadores do sertão nordestino. Seus estudos iniciais foram no colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, alto sertão paraibano. A escola do Pe. Rolim[93] ficou conhecida em boa parte da região pelo seu pioneirismo e influência na formação educacional de muitos filhos da elite local, tanto que a cidade cresceu sob influência das atividades relacionadas ao colégio.

Em 1857, seu pai foi acometido pelo *cholera-morbus*, que dizimou número significativo da população do interior da província.[94] Sua mãe então casou-se com um comerciante de Recife, cidade para onde se mudou, levando consigo os filhos. Aos dezoito anos de idade, iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Recife e em 1864 decidiu mudar de nome: substitui seu último sobrenome "da Costa" por "Joffily".[95] Bacharelou-se, no ano de

---

[90] Hoje o município de Pocinhos, a 132 km da capital do Estado.

[91] Dados biográficos extraídos da Apresentação do livro, assinada por Geraldo Irenêo Joffily, e de um pequeno panfleto publicado pelo IHGP: GALIZZA, Diana Soares de. *Irineu Joffily, vida e obra*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção Historiadores paraibanos, 9). Ver também: FERNANDES, Ocione do Nascimento. *Entre a Geografia e a história*: um olhar sobre a obra de Irinêo Joffily. In: MARIANO, Serioja R. C. SÁ, Ariane Norma de Menezes e (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

[92] A família Oliveira Ledo foi responsável pelo povoamento de grande parte dos sertões que compreendem hoje uma área que vai do norte da Bahia até o Rio Grande no Norte. Na Paraíba, foram os maiores requerentes de sesmarias no século XVII.

[93] Sobre o Padre Rolim, ver, entre outros: ALCÂNTARA, Lúcio. *Vida e obra do Padre Rolim*. Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

[94] Conforme dados apresentados pelo presidente da província em 1856, quando da abertura dos trabalhos da Assembleia legislativa, indicam que mais de 25 mil pessoas morreram acometidas pela doença na Paraíba, entre finais de 1855 e início do ano posterior. Conf.: PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977, p. 247. [Reedição da publicação original de 1908].

[95] "Naquele tempo, estava em moda trocar de nome. O Diário de Pernambuco, de 7 de março de 1864, publicou a seguinte declaração: 'O acadêmico Irineu Ceciliano Pereira da Costa faz público que d'ora em diante chamar-se-á Irineu Ceciliano Pereira Joffily.' Ele próprio explicou aos filhos que se tratava de uma homenagem ao seu pai, José Luiz, com o seguinte arranjo: de **josephus fillii** (filho de José) chegou a **joffily**, com **ff** em vez de **ph** e

1866, na tradicional faculdade pernambucana, onde entrou em contato com as discussões científicas mais em voga na instituição. Ainda estudante, Joffily fundou um periódico, o *Acadêmico Paraibano*, no qual reunia textos dos seus colegas conterrâneos, em que discutiam, principalmente, sobre a necessidade da autonomia econômica da Paraíba perante Pernambuco, como também uma autonomia para o clero paraibano, ainda subordinado à jurisdição de Olinda.[96]

Iniciou sua carreira jurídica como promotor, na cidade sertaneja de São João do Cariri, na Paraíba, tendo sido logo depois removido para Campina Grande e, no ano seguinte, nomeado juiz municipal. Em 1868, foi eleito deputado provincial pelo Partido Liberal, sendo um dos poucos que defendeu na tribuna da Assembleia a abolição dos escravos. Foi reeleito deputado diversas vezes, bem como deputado geral em 1889. Fundou em Campina Grande, em setembro de 1888, junto com Francisco Retumba, o jornal *Gazeta do Sertão*, que difundia o ideário republicano no interior da Paraíba. Como Joffily não se conformou com a adesão relâmpago e sistemática dos monarquistas paraibanos ao republicanismo, logo após a mudança do regime político em 1889, seu jornal acabou sendo empastelado pelas forças locais que decidiram silenciar as suas críticas que eram direcionadas, principalmente, ao governador do estado.

Todos os textos de Joffily foram escritos em jornais. As cidades de Recife, Rio de Janeiro, a capital da Paraíba, bem como Campina Grande, no interior, presenciaram a verve política e memorialística de Joffily. Homem de posses, conseguiu montar sua própria tipografia

---

substituindo o final **ii** por **y**." Apud. JOFFILY, Geraldo Irinêo. *Apresentação*. In: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 17.

[96]"A Paraíba do Norte é, como algumas províncias do Brasil, sem importância e esquecida de todos, principalmente do Governo. Sujeita a Pernambuco, assim no comércio como eclesiástica e juridicamente, compunge-nos vê-la feita quase uma colônia desta província. Queremos tratar de seu comércio, lembrando a vantagem de torná-la independente e florescente, de sua agricultura, dos recursos minerais de seus terrenos, de sua autonomia eclesiástica e judiciária, e, enfim, de tudo o que lhe possa interessar. Tal e, pois, o motivo principal para que convergem todos os nossos esforços. A nossa política é, especialmente, o bem da Paraíba. Não somos bairristas, mas se apesar de nossa declaração alguém enxergar bairrismo no que escrevemos, seremos bairristas." Trecho do *Acadêmico Parahybano*, de 4 de julho de 1866, apud: JOFFILY, Geraldo Irinêo. Apresentação. In: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 18. Conferir também a singular observação de Angela Alonso sobre os movimentos intelectuais e a crise do Império brasileiro, na segunda metade do século XIX. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

para a impressão de seu jornal. Desde o primeiro editorial da *Gazeta do Sertão*, Joffily pregava em suas páginas o fim da escravidão, defendia veementemente o federalismo, apresentando os problemas que assolavam a Paraíba e que não permitiam que ela adentrasse a senda do progresso.

A centralização do poder, canalizando todas as fontes de recursos para a manutenção da Corte imperial, simbolizava um dos grandes incômodos de significativa parcela política dos homens do norte do Brasil, desde o período da Independência, e Joffily tecia críticas contínuas a essa situação. No entanto, embora o jornal campinense tenha defendido em seus princípios um ideal de viés republicano, a força do Partido Conservador era inconteste na província, fato que não proporcionou ao movimento repercussão mais expressiva, nem sequer a criação de um Partido Republicano local.

Anno I. - Provincia da Parahyba. - Num. 1.

Gazeta do Sertão

ASSIGNATURAS. Na Camara
Anno ..... 2$000
Semestre ..... 1$500
Numero avulso .....
Pagamento adiantado.
Publicações por ajuste.

Orgão Democratico.
Publicação semanal.
DIRECTORES - I. Joffily e F. Leitão.
Typographia e escriptorio — à Praça Municipal — n. 24.

ASSIGNATURAS. Fora da camara e provincias.
Anno ..... 2$000
Semestre ..... 1$000
Pagamento adiantado.
Tiragem 500 exemplares.

Campina-Grande, Sabbado 1 de Setembro de 1888.

EPHEMERIDES.

Almanak

EXPEDIENTE

GAZETA DO SERTÃO

Campina-Grande 1 de Setembro de 1888.

Imagem 1: Página inicial do jornal nº 1 da Gazeta do Sertão, de 1º de setembro de 1888

Nas páginas do *Gazeta*, encontramos testemunhos do cenário político local que evidenciavam como algumas das províncias do norte do Brasil – particularmente a Paraíba –

encaravam as decisões tomadas do centro do poder, além do cotidiano e a crônica social de algumas cidades do interior do Estado, principalmente Campina Grande. Publicado todos os sábados, com tiragem entre oitocentos e mil exemplares, o jornal contava com colaboradores de todas as partes da Paraíba, e sua periodicidade semanal foi quase que ininterrupta entre setembro de 1888 a maio de 1891.

A centralização do poder político e das decisões econômicas sobre o país, no Rio de Janeiro, como dissemos mais acima, era um dos principais alvos das críticas dos editoriais do jornal. Concentração essa refletida e ressentida inclusive dentro das próprias províncias, pois todos os benefícios fiscais, de acordo com Joffily, apesar de mínimos, estacionavam nas capitais, deixando as cidades do interior em total desamparo.[97] Para Joffily, a insustentável situação incidia inclusive no próprio espírito do povo, absortos em uma inércia, anulados em suas potencialidades, fatores tais que não permitiam qualquer tipo de reação. No entanto, as críticas não partiam para a defesa clara de uma dissolução dos poderes constituídos:

> Atravessamos, sem nenhuma dúvida, tristíssima época de indiferentismo absoluto, de prostração intelectual quase completa. Aquele nosso velho e arrojado patriotismo de outrora como que nos abandonou de todo [...]. De tal modo havemos decaído no conceito de todos que nos cercam, que hoje já não é mais possível negar resumir-se o Brasil inteiro, para além do oceano, em uma só província, mais ainda, em uma só cidade. [...] De todos os lados urge que a opinião pública levante-se briosa e comece desde já a obra da reação, a fim de desviar o país do caminho tortuoso que vai seguindo. Por nossa parte, pelo que toca a província da Paraíba, é o que justifica nossa presença na imprensa do país. Todos sabem de onde provem o maior dos males que nos acabrunham. Referimo-nos à centralização perigosíssima a que desde há muito, parece, estamos condenados. Não há corpo nenhum, por melhor constituído que seja, que possa viver sem que suas partes componentes, gozem todas de plena liberdade de movimento, sem que entre elas reine a melhor ordem, a mais perfeita harmonia. [...] Vemos que em cada província limitam-se todos a promover o engrandecimento e bem-estar das capitais, ao passo que os sertões do interior, cobre-os eternamente o manto do esquecimento. Para as capitais todos os cômodos que fornecem a ciência e a indústria, todos os fulgores que suavizam por momentos o amargor da existência, todas as belezas que formam, de ordinário, o cortejo da vaidade. Para os sertões, nada senão desprezo, nada senão indiferença. [...] E triste do sertanejo quando um

[97] Conf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, que traz uma primorosa leitura sobre a situação política e econômica do nordeste do país, no período de maior tensão e questionamentos da condução política do governo imperial.

> dia lhe vem o abraço da capital, ele bem sabe, coitado, que a esses afagos segue-se quase sempre o hediondo e progressivo imposto. [...] Compreenda-se devidamente o alcance de nossas palavras: por certo, não movemos guerra de morte às capitais das províncias e muito menos à corte do império. Somos dos primeiros, bem ao contrário, a reconhecer e a proclamar bem alto a indispensável necessidade delas [...]. O que não podemos admitir é o exclusivismo, o monopólio do progresso; e que trabalhem muitos para benefício de um só. [98]

Não custa nada ressaltar que a *Gazeta do Sertão* era publicada em Campina Grande, maior cidade do interior da Paraíba, que tem uma rivalidade histórica com a capital em questões de importância econômica e de transferência de recursos públicos.

Segundo os editores do jornal, as críticas à centralização das decisões políticas, tanto no nível local, como a nível nacional, norteariam a publicação, verdadeira plataforma política de Joffily, mais um espaço para os seus discursos além do plenário da Assembleia legislativa da província. Percebe-se, desde o primeiro editorial do periódico, críticas ao processo eleitoral vigente[99] e à inexistente participação popular no espaço político brasileiro, quadro que poderia ser revertido, segundo Joffily, com o incentivo à instrução pública, principal fator da democratização e de progresso científico-econômico do país.

Era necessário, diriam os editores do jornal, uma inversão de prioridades que pensasse no desenvolvimento das partes, quer dizer, das províncias, que assim proporcionaria o crescimento de todo o império:

> Sob a influência de semelhantes ideias é que ousamos nos apresentar em público. Nosso título define nosso programa. [*Gazeta do Sertão. Órgão Democrático*] Convictos [...] de que o progresso da parte redunda em proveito do todo, não cessaremos um só momento de reclamar a altos brados que se promova, quanto antes, os melhoramentos de que tanto necessita a província da Paraíba. O derramamento da instrução pública por toda a extensão do território paraibano, o prolongamento das estradas de ferro para o interior [...],

---

[98] Editorial do primeiro número do periódico. In: *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 01 set. 1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00001.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

[99] Na edição de 26/10/1888, o editorial tece comentários sobre as eleições distritais ocorridas no dia 04 do mesmo mês, relatando as práticas de intervenção ao pleito, comuns à época. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00009.pdf>. Acesso em: 30/08/2014. Sobre o processo de construção da democracia no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

> a reta distribuição da justiça por todo o sertão, de forma que no mesmo tempo seja garantida a independência do magistrado e respeite-se os direitos do cidadão, são melhoramentos urgentes [...]. Nossa indústria, reduzida à criação de gado, nossa agricultura, definham a olhos vistos. A instrução técnica, indispensável para que prosperem essas duas fontes únicas [...] falta de todo. [...] Resignemo-nos, pois, a esperar: cumpre formar, educar nosso povo antes de tudo, para termos posteriormente o direito de ombrear com as demais nações do globo. [...] Por que não alargar e estender ao longe as fontes de nossa riqueza nacional? Por que continuar sempre na dependência do estrangeiro [...]? [...] Há mais de meio século que caminhamos de promessas em promessas. De ilusões em ilusões; está, pois, tirada a prova dos governos que temos tido: nada obteremos senão regresso. [...] A soberania do povo, única que reconhecemos, única que não é ficção, única legítima, é também a alavanca única que poderá imprimir ao progresso o movimento enérgico e duradouro, a que aspiramos todos. Bem sabemos que, continuamente ludibriado como tem sido, não se acha ainda o povo brasileiro devidamente na altura de desempenhar cabalmente o papel que lhe toca na administração do país. Mas não é esse o motivo para recuarmos [...], pois não podemos descrer de uma força que não se manifestou ainda. E ela existe [...] em estado latente na alma do povo. É preciso despertá-la, dirigi-la, torna-la consciente de si própria. A instrução política de nosso país deve ser derramada a jorros, a fim de que cada cidadão tenha conhecimento pleno de poder, de sua soberania; a fim de que possa ele exigir contas da representação nacional, bem como das autoridades do país. É indispensável que o eleitor seja ao mesmo tempo juiz e não instrumento inglório de mandões emperrados. Essas teorias do passado, é tempo que cessem [...]. Progresso e democracia – tal é o nosso primeiro brado. Progresso e democracia serão também nossas últimas palavras. [100]

Além do espaço reservado no jornal para publicação de notas de membros do Partido Liberal, também havia a seção *Crônica Parlamentar*, espécie de resumo das sessões da Assembleia Legislativa. Também chamavam atenção no periódico as *Cartas políticas ao presidente da província*, que, escritas em tom de advertência, apresentavam sugestões administrativas e inúmeras críticas às figuras políticas de destaque na província.[101]

Afora estas observações sobre a linha editorial do periódico, encontramos, em suas páginas, várias passagens que representam a forma como Joffily se munia de diversos elementos para auxiliar sua compreensão do processo histórico, como, por exemplo, seu entendimento

---

[100] Gazeta do Sertão, *Campina Grande*, 01 set. 1888, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00001.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

[101] O tom das cartas publicadas nessa seção não era nada amigável, como podemos observar no trecho a seguir: "[...] o nosso fim é tão somente o bem e a prosperidade da província da Paraíba: nada mais. Faça V. Ex.ª com que esta avance, um só passo que seja, na estrada do progresso e estaremos ao seu lado sempre. Se sua administração, porém, não passar das usuais politicagens, estamos então prontos a condená-lo sem piedade, a guerreá-lo sem trégua." In: Gazeta do Sertão, *Campina Grande*, 01 set. 1888, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00001.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

sobre algumas datas cívicas do calendário nacional. Contagiado pelo tom das críticas ao governo imperial, já tão comuns à sua época, Joffily não considerava o 7 de setembro como uma festa nacional, porque, segundo ele, a nossa Independência não foi conquistada através da participação popular, como ocorrera na Revolução Francesa, apresentada como o símbolo da libertação dos povos contra as forças do absolutismo.[102]

Ainda assim, não existia em Joffily aversão ao calendário cívico, o que vemos é uma crítica à falta de identificação popular com as datas comemorativas de âmbito nacional, como bem demonstraram as suas impressões sobre as comemorações da independência do Brasil:

> Mais uma vez vai troar o canhão; mais uma vez serão os navios surtos no porto embandeirados em arco; mais uma vez as repartições darão feriado e os edifícios públicos serão iluminados; mais uma vez haverá no Paço Imperial cortejo ante a efígie de S. M. o Imperador; mais uma vez, enfim, as bandas de música tocarão o hino nacional! São estas as festas tradicionais com que se costumam saudar entre nós a aurora do dia que hoje desponta; em todas elas entra unicamente o elemento oficial. E o povo? E a nação? Quais as manifestações públicas e ruidosas de sua alegria, do júbilo imenso de que nos deveríamos achar possuídos todos? Absolutamente nenhumas, nem no passado, nem no presente; com certeza menos ainda no futuro. É essa a festa nacional da mais importante das nações sul-americanas? Quase não o acreditaríamos, se não fosse a invariável monotonia do calendário, tamanha é a indiferença, tão profundo o esquecimento das classes populares. Quando em França aproxima-se o dia da festa nacional, apodera-se o delírio da população e as festas do governo são eclipsadas pelas do povo; [...]. Na América do Norte, por sua vez, a data – *4 de julho* – é saudade brilhantemente no mundo inteiro, porque em cada canto do universo há um cidadão americano que

[102] A Revolução francesa, para Joffily, foi um ato "decretado pela providência divina", pois sem ela os homens não teriam sido capazes de empreender transformações sociais de tal magnitude. "Tantos há que da grandiosa epopeia, conhecida pelo nome de revolução francesa, nasceu a liberdade e irradiou-se pelo mundo além. Com justo motivo de júbilo ergue-se hoje a grande nação para celebrar a festa da libertação dos povos. Não é somente no coração do francês que deve achar-se esculpida em letras de ouro a data memorável, a data fulgurante de *14 de Julho*; a queda da Bastilha foi o triunfo da humanidade; [...] arrancou a nação francesa, em nome do mundo, a liberdade enferrolhada [sic] nas masmorras da tirania e atirou-a na imensidade do espaço, colocando-a ao alcance de todos. Partilhemos, pois, do jubilo comum e não deixemos passar em silêncio o centenário do imenso fato que, libertando a consciência humana, incutiu no ânimo do cidadão a ideia do direito e do dever, aproximando-o assim mais um passo da essência da divindade. [...] Longe de ter sido um ato a revolução francesa que ferisse de frente a religião de Cristo, ela elevou-a pelo contrário, somente tendo abalado até a base a religião de Roma. [...] Justamente a revolução francesa salvou a razão, que a realeza da terra, sacrilegamente parodiando a divindade, pretendia afogar nas trevas, para substituí-la pela sombra dos reis, o despotismo. [...] Para quem lê atentamente as cenas todas de heroísmo sublime que tecem em cada página da história da revolução francesa uma epopeia sem rival, para quem sabe avaliar a coragem, o valor, a decisão firme e inabalável, a convicção profunda de que praticavam um bem [...] não resta a menor dúvida de que hajam sidos decretados pela providencia aqueles fatos monumentais, que de outro modo não se podiam realizar, para os quais as forças do homem somente teriam sido impotentes." In: *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 12 jul. 1889, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1889_00029.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

> jamais se esquece da pátria [...]. E nós? Digamo-lo com franqueza, não temos festa nacional e não a temos porque a independência do Brasil não foi obra do povo como negra traição de um rei ambicioso de reinar. Sim, homens eminentes, brasileiros beneméritos, não cessaram de pugnar por ela; [...] correu o sangue de um mártir, nas plagas do sul; mais tarde, no norte, cruel cilada entregou igualmente ao cadafalso sublime e sacra cabeça: referimo-nos a Tiradentes e a Caneca. Tudo isso é exato, com efeito; mas trata-se aí dos pródromos da independência tão somente; sua realização, porém, só em 1822 teve lugar e ditou-a o rei português que, para não ficar sem trono, desobedeceu simplesmente à real ordem paterna e rebelou-se. A desobediência do filho de D. João VI tirou à declaração de nossa independência o caráter popular que devera ter tido e cobriu-a com o manto esfarrapado e manchado da generosidade. Sua generosidade! Tamanha foi ela que ousou mais tarde promulgar uma constituição que ninguém aceitou, dissolvendo, para seus fins, a Assembleia Constituinte com os murrões acesos e assestadas as peças![103]

Para Joffily, a compreensão dos eventos históricos, muitas vezes, também estava condicionada às suas lembranças como testemunha ocular e, em alguns momentos, até como personagem diretamente envolvido. No início de 1849, após derrotados em conflito com as forças legalistas, uma parte dos combatentes da Insurreição Praieira dirigiu-se à Paraíba, indo até a cidade de Areia, à procura de refúgio. Expulsos logo depois, continuaram sua marcha até os arredores de Campina Grande. A passagem dos revoltosos pela localidade foi relembrada com vivos detalhes por Joffily:

> Em fevereiro de 1849, derrotados os revoltosos liberais no combate de Areia [...], procuraram o sertão e na manhã do dia seguinte chegaram a Pocinhos [povoado pertencente à Campina Grande], transpostas em uma noite as dez léguas que separam esta povoação daquela cidade. Ali os chefes revoltosos Borges da Fonseca, B. J. da Camara Santos Leal e outros formaram conselho e resolveram o licenciamento e dispersão das suas forças em razão da ineficácia da resistência. Separaram-se os chefes em diversas direções disfarçados de vaqueiros. Guardamos com a mais remota recordação da infância essa entrada das forças rebeldes, carregando os seus feridos, e obrigadas pela fome a abater o gado que procurava a bebida à tiros de clavinotes [sic] e bacamartes.[104]

---

[103] *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 07 set. 1888, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1888_00002.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

[104] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*... p. 189 [271]. Uma leitura recente sobre o movimento da Insurreição Praieira (1848) ocorrida em Pernambuco, encontramos no texto: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Pernambucana. *Almanack Brasiliense*. São Paulo: USP, n. 08, p. 5-38, nov. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11691>. Acesso em: 06/11/2014.

Outro evento histórico também relatado por Joffily foi a revolta de *Quebra-quilos*. Entre fins de 1874 e início de 1875, as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas presenciaram mais uma revolta popular. Insatisfeitos contra as recentes determinações do governo imperial, que modificara o sistema de pesos e medidas, somadas a uma crise de produção agrícola local, os moradores de diversas vilas decidiram destruir os instrumentos de medição utilizados pelos comerciantes, bem como inúmeros documentos referentes ao controle fiscal; invadindo Câmaras Municipais, coletorias e cartórios. Os revoltosos ficaram conhecidos, assim, em virtude do alvo específico da rebelião, como os *Quebra-quilos*. Embora pouco discutidos pela historiografia, os episódios são tratados como um dos maiores levantes populares da segunda metade do século XIX, no Brasil.[105]

As imposições do Estado imperial sempre foram vistas com desconfiança pelos moradores das províncias do Norte. A população não aceitou de imediato o estabelecimento do sistema métrico francês para aferição das medidas. Embora Joffily mencione a "ignorância" da população pobre em entender o novo sistema, o que estava em jogo, além da quebra de costumes, era a desconfiança com a nova forma de aferição, que para muitos seria uma nova maneira de encarecer os produtos e aumentar os impostos. Geraldo Joffily diz que Irineu Joffily prestou serviços como advogado a muitos dos revoltosos.[106] Embora em suas notas Joffily não mencione esse detalhe, a revolta não passou despercebida:

> Foi no município dessa cidade [Campina Grande] que teve princípio em 1875 o movimento popular denominado – Quebra-quilos – na serra Bodopitá, 4

[105] Ao proceder a um levantamento bibliográfico, encontramos duas dissertações que se prestam como as mais recentes releituras sobre o caso: LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas do Quebra-quilos* – levantes populares contra o sistema métrico decimal. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006 e LIMA, Luciano de Mendonça. *Derramando susto*: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2001. Outras informações podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: MILLET, Henrique Augusto. *Os quebra-kilos e a crise da lavoura. Recife*: Typografia do Jornal do Recife, 1876; JOFFILY, Geraldo Irinêo. *O Quebra-Quilo* – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874. Brasília: Thesaurus, 1977; MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos* – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 e MONTEIRO, Hamilton Mattos. *Revolta do Quebra-Quilos*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

[106] "Em 1874, vamos encontrar Joffily na revolta dos Quebra-quilos, como advogado dos matutos rebelados [...]." JOFFILY, Geraldo Irinêo. Apresentação. In: JOFFILY, Irenêo. Notas sobre a Parahyba..., p. 22.

> léguas ao sul da cidade. Essa população serra, ignorante e imbuída de prejuízos, já se tinha oposto em 1852 à execução de uma lei censitária que chamaram *lei do cativeiro*, movimento que ficou conhecido na crônica local pelo nome de *Ronco da abelha*. A sedição *quebra-quilos* foi feita por esta mesma população, sem o menor plano preconcebido, e, devido a diversas causas e circunstâncias, percorreu a maior parte da província, alastrando-se pelas vizinhas, e chegando mesmo até a de Alagoas. A turba desenfreada queimou nessa cidade e em muitas outras os cartórios e arquivos municipais. Para sufocar a sedição foi impotente o governo provincial; da capital do império partiram forças [...]. Os sediciosos, apesar de numerosos, debandaram-se, porque não tinham um chefe capaz de os dirigir. A punição do crime foi pretexto para as maiores violências por parte das forças ocupantes: centenas de populares de todas as idades foram presos, sujeitos ao suplício de *colete de couro* e remetidos para a capital do império. Podemos assegurar, como testemunha de vista, que não é verdadeira a opinião dos que dizem ter sido a sedição *quebra-quilo* promovida pelo clero paraibano e principalmente pelo missionário Padre Ibiapina. A causa foi a decretação de novos impostos pela assembleia provincial da Paraíba em sua sessão desse ano. A notícia chegou a essa população pobre e ignorante de tal modo aumentada e extravagante, que despertou logo um ódio geral contra o governo, que chamava dos doutores e bacharéis. Queriam um governo de homens rústicos como eles. Neste estado de exaltação de espírito estava o povo quando pôs-se em execução a lei que estabelecia o sistema métrico decimal, cuja vantagem não podendo por eles ser compreendida, fez explodir a mina já preparada. Os novos pesos, para esse povo, simbolizavam o aumento de impostos, a tirania do governo, e por isso fez convergir para eles o seu ódio. Deste fato, pois, proveio o nome de *Quebra-quilos*, dado aos sediciosos, os quais o maior mal que causaram foi a destruição de documentos preciosos com a incineração de inúmeros arquivos públicos.[107]

Voltando ao periódico, como podemos observar, o *Gazeta do Sertão* foi, desde o início, a voz da oposição política dentro da província da Paraíba. Os seus fundadores, baseados nas fileiras do Partido Liberal, fizeram do jornal a plataforma de suas candidaturas e o espaço de críticas aos conservadores que ocupavam os principais cargos administrativos naquele momento.[108] O republicanismo, o sufrágio universal, a abolição, a autonomia dos municípios e das províncias, o combate às secas, o desenvolvimento da indústria local, entre outros, foram as matrizes de sustentação do discurso da *Gazeta* durante toda a sua breve existência.

Nas eleições gerais de 1889, Joffily foi eleito deputado para representar a Paraíba na Corte. Mal sabia que presenciaria, em pleno Rio de Janeiro, quando viajou para tomar posse de

---

[107] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*... p. 186-188 [268-270].

[108] A estrutura oligárquica, paradoxalmente, alcançaria seu ápice em plena mudança de regime político, transformando-se então em base fundamental de sustentação ao regime republicano pelo interior do país.

seu cargo, a deposição do poder imperial em 15 de novembro. De volta à Paraíba, suas impressões sobre o evento só apareceriam nas páginas da *Gazeta* em janeiro de 1890, no editorial, sob o sugestivo título "*Patriotismo*". A citação é longa, mas muito ilustrativa do período:

> Os grandes acontecimentos de que foi teatro a cidade do Rio de Janeiro, capital do país, sobrevindo em época em que o espirito público parecia abatido e aguardava ansioso a abertura do parlamento, lançaram por sobre toda a nação tão intenso raio de luz, que a ninguém foi dado, nos primeiros momentos de fulgor, vaticinar os futuros destinos da pátria, há tanto tempo traída e acabrunhada. [...] Alterada violentamente a bússola que guiava o passo à nação brasileira em busca do progresso e da prosperidade, instintivamente a nação retraiu-se e pôs-se à escuta de voz portentosa que lhe indicasse novos horizontes a rasgar; a política sem orientação só pode conduzir à despenhadeiros sem fim: exatamente a nação viu quebrada em poucos instantes, na manhã de 15 de novembro passado, a cadeia de todas as suas ideias políticas, torcido o fio de todas as suas concepções sociais: aos moldes da vida que a monarquia se aplicara durante mais de meio século a implantar em terras brasileiras, e que aos incautos pareciam definitivamente estabelecidos, tornava-se necessário substituir outros diametralmente opostos em forma e substância. [...] Colocada [*Gazeta do Sertão*] longe das regiões, onde sucedem-se com a maior rapidez as concepções políticas, que só tardiamente nos chegam, era rigoroso dever nosso, no intuito de garantir nosso crédito e corresponder à confiança pública, adotarmos a forma de proceder de que fizemos uso. Hei-nos, porém, de novo em campo: é chegado o dia de prosseguirmos na missão, encetamos há mais de um ano, em defesa da liberdade e da democracia; não temos a nos afastar dela uma só linha: o nosso procedimento atual achar-se-á intimamente ligado ao nosso passado; em nosso artigo programa proclamamos e reconhecemos a soberania do povo; permanecemos nessas ideias, hoje sobretudo que vemos em via de realização a maior de nossas aspirações. Dizemos em via de realização e vamos nos explicar. Houve, com efeito, na manhã de 15 de novembro, na capital da nação, uma revolução que deu em terra com o trono imperial e afugentou para longe de nossas plagas a família de Bragança. À primeira vista parece que o governo a seguir-se deveria ser naturalmente o republicano: mas tal não aconteceu e, dadas as circunstâncias que sabemos, nem outra coisa se deveria esperar. Rigorosamente falando, não podemos considerar devidamente fundada a república; a república é a liberdade em ação, e na ordem de coisas atualmente existente o que menos obra é a liberdade: estamos em pleno domínio da ditadura, e o que mais importa, da ditadura ilegal, consequência lógica de toda a revolução. De moído nenhum censuramos o governo atual; antes reconhecemos sua necessidade, que justifica-se amplamente pelas condições de política geral em que se acha o nosso país. Há mais de um ano procuramos inocular no espírito de nossa população rural o sentimento puro da verdadeira política consubstanciada da palavra – república; havemos experimentado em nossa missão contrariedades numerosas, decepções amargas: a fatal e completa ignorância em que deixava a monarquia mergulhado o povo tornava-se, por um lado, barreira quase insuperável à marcha das novas ideias, ao passo que, por outro lado, a ambição e o egoísmo

> das almas pequeninas, movidas não pela ideia do patriotismo, mas pela voz do interesse pessoal, a tudo recorriam para nulificar as tentativas dos homens de coração que só viam a pátria diante de si. Daí proveio a lentidão com que entre nós ia ganhando prosélitos a causa da república, de sorte que, ao rebentar a revolução no Rio de Janeiro, bem diminutas eram as forças republicanas em nossa infeliz Paraíba. O mesmo, devemos convir, dava-se em quase todas as províncias do norte do decaído império [...]. Nestas condições, sobrevindo a revolução e por força dela a ditadura, ao ditador e seu governo cumpria, justamente o que está pondo em prática, fazer nascer dentro os partidos políticos que existiam o novo partido republicano, a quem cabe governar desta data por diante. Atentos os ódios profundos que a monarquia tão matreiramente sabia plantar entre os partidos de seu tempo, é evidente que a união deles para formar o partido republicano somente pode ser efetuada por um poder superior que represente a força de certo modo. Eis porque admitimos sem reserva e aplaudimos sem limites a existência da ditadura militar que hoje dirige os destinos do país. Mas tudo tem seu modo de existir: a ditadura é necessária para fundar em tempo a república, mas não para se perpetuar no poder. [...]. Por isso mesmo cumpre ao ditador proceder com a maior cautela e o mais vivo amor da pátria. Examinemos, pois, se as suas ordens têm sido devidamente cumpridas no país, e caso o não sejam, cumpre à imprensa denunciar os fatos. Não temos por enquanto a fazer política, sim somente obra de patriotismo.[109]

A instalação do novo regime político na Paraíba ocorreu conforme as determinações vindas do centro do poder. Apesar de toda propaganda republicana nas páginas da *Gazeta*, não há registros, como bem lembramos um pouco acima, de nenhum movimento ou criação de um partido republicano na Paraíba antes de 1889. As forças políticas locais permaneceram monarquistas, embora quando da mudança do regime, todos tenham se declarado adeptos da República e construído um discurso de que na Paraíba o espírito republicano sempre esteve presente.[110]

---

[109] *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 03 jan. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1890_00001.pdf>. Acesso em: 18/07/2013.

[110] GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999, p. 53-54. Uma leitura interessante sobre o período encontramos no seguinte trecho: "Como o correu na maioria das Províncias, principalmente nas do Norte, a República chegou à Paraíba por via telegráfica. Não havia, na Capital nem no interior, partido, clube ou jornal republicano. Na última eleição para a Assembleia Geral do Império, realizada no segundo semestre de 1889, o único candidato que desfraldava a bandeira republicana – Albino Meira, professor da Faculdade de Direito do Recife – obtivera apenas vinte e quatro votos. É verdade que, fora da Província local, alguns paraibanos apareceram entre os pregadores da República. Dois deles – Aristides Lobo e Manoel Acauã – figuraram entre os cinquenta e cinco signatários do Manifesto Republicano de 1870. Coelho Lisboa foi republicano da primeira hora, mas residia e atuava no Sul. Maciel Pinheiro foi precursor destacado, mas o seu campo de luta restringiu-se a Pernambuco. As primeiras notícias da proclamação da República chegaram à capital paraibana, ainda sem confirmação oficial, às últimas horas do dia 15 de novembro. Naturalmente, foram recebidas com incredulidade. Nas primeiras quarenta e oito horas, ninguém se aventurou a aderir ao novo regime. Mas, depois que se teve informação certa da deportação da família imperial, algumas pessoas de qualificação política e social tomaram a

O federalismo da primeira fase do regime republicano no Brasil proporcionou aos estados mais ricos uma autonomia política e um crescimento econômico significativos. É certo que o mais beneficiado de todos foi São Paulo, que viu sua produção cafeeira atingir níveis excepcionais. Nos Estados em que a economia sofria de problemas estruturais de longa data, apenas Bahia e Pernambuco escaparam da crise, porque, como eram áreas de influência regional, suas respectivas rendas fiscais proporcionavam uma sobrevivência dentro da partilha desigual empreendida pelo poder central. A Paraíba, dentro desse cenário, era um dos Estados que mais sofria, não só por incompetência de seus políticos, que de qualquer forma faziam parte do pacto, mas sobretudo porque não tinham força e influência necessárias: a economia local, insignificante dentro do montante nacional, e uma população pequena refletiam numa reduzida representatividade política.[111]

Com a introdução da chamada 'política dos governadores', empreendida pelo presidente Campos Sales, os compromissos estabelecidos entre os grupos políticos locais e o poder central buscaram dirimir essas disparidades. A figura do coronel tornou-se emblemática nos rincões de todo o país. Sua presença na vida pública e social dos espaços subordinados ao seu domínio era praticamente total. A distribuição de empregos, terras, a proteção policial e o assistencialismo à população mais carente garantia ao coronel a sua liderança como chefe político local.[112]

Essa estrutura de dominação proporcionou a alguns grupos familiares o comando do cenário político, pois a distribuição de empregos e outras benesses, em virtude do comando da

---

iniciativa de organizar o governo do novel Estado da Paraíba. Quando afinal se teve certeza de que a Monarquia havia sido derrubada, a Paraíba política inteira passou a manifestar convicções republicanas ou, pelo menos, a disposição de servir ao novo regime. Só não podemos dizer que não se derramou uma lágrima pelo Império, porque o último Chefe de Polícia provincial, Sá e Benevides, ao ser informado dos acontecimentos, disse a Eugênio Toscano de Brito, com olhos rasos de água: 'A República será a desgraça deste país.'" TRIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na primeira República*. João Pessoa: Ed. A União, 1982, p. 9.

[111] GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*..., p. 55-59.

[112] Sobre o assunto ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

máquina pública, garantiam a permanência desses grupos no poder. Nas três primeiras décadas do século XX, na Paraíba, as lutas entre essas famílias foram determinantes para o modo como a política era conduzida. A apropriação da coisa pública como um bem privado provocava disputas acirradas, em que a corrupção, eleições fraudulentas e a violência eram ferramentas permanentes de ação.[113]

Tão logo o governo central indicou os novos nomes para compor o governo local, aumentaram as críticas e os ataques nas páginas da *Gazeta do Sertão*. Sob influência de seus irmãos generais, Venâncio Neiva foi nomeado por Deodoro da Fonseca como presidente do Estado, mesmo sendo filiado ao Partido Conservador. Ao assumir o poder, Neiva tratou de preencher todos os cargos públicos com seus correligionários e familiares, afastando qualquer possibilidade de manifestação oposicionista. Deu-se início, assim, à oligarquia *venancista* na Paraíba, uma das grandes forças políticas locais nas primeiras décadas do século XX. Visivelmente descontente com os rumos que a política tomou e quase sem apoio, Joffily foi acumulando inimigos e inúmeros dissabores. No dia 6 de maio de 1891, mesmo sob ameaças de fechamento do jornal pela polícia, Joffily publicou o último número da *Gazeta do Sertão*:

> Merecendo a confiança do grande partido oposicionista desta província, nacional ou católico, como se queira chamar; confiança manifestada de um modo brilhante na eleição geral, procedida o ano passado; e confirmada por incessantes provas de apoio, que tenho recebido como diretor da "Gazeta do Sertão"; é do meu dever levar ao seu conhecimento os motivos, pelos quais sou obrigado a suspender publicação de dito jornal e a ausentar-me da Paraíba. O Dr. Venâncio Neiva, desde que assumiu o exercício de seu cargo de governador em 1889, querendo implantar um regime de trevas e de corrupção, tratou sem demora de aniquilar a imprensa. Com efeito, usando de manejos indecentes e de ameaças, levou avante o seu intento conseguindo o desaparecimento sucessivo dos três órgãos de imprensa da capital, reduzindo-a à completa mudez, como até hoje se conserva. A *Gazeta do Sertão*, este modesto periódico, que fundei especialmente para defender os interesses da

[113] "As oligarquias paraibanas, no decorrer da história republicana se definiram e redefiniram face às novas condições políticas e econômicas, em meio ao processo de reestruturação da economia nacional e regional às modificações político-sociais. Os grupos dominantes locais se compõem e recompõem, preservando assim, seu poder, Embora subordinando-se a nível nacional ao predomínio das oligarquias do Sudeste". GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*..., p. 56-57. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Mais especificamente o capitulo I.

> extensa zona, de que tem o nome, ficou só em campo a profligar os erros do pro cônsul desta infeliz província; trabalho urgente, esforço temerário, na opinião de muitos; porque fazia convergir para um só ponto os ódios da turba, que tripudia do cadáver desta minha pobre pátria. Se a capital calava-se, quanto mais o centro, pensou o ditador da Paraíba; e por seus asseclas fez circular boatos aterradores, constantes de repetidas ameaças já de ser danificada a minha oficina tipográfica e já de prisão contra mim. E chegaram elas a tal ponto, que geralmente esperou-se a realização, em razão de sua incontestável origem oficial. Tudo porém desprezei, e com artigo por mim firmado responsabilizei ao Dr. Venâncio Neiva por qualquer ataque feito à minha propriedade e por qualquer desacato que sofresse em minha pessoa. Colocando neste ponto a desigual luta, que eu sustentava; o manhoso capitão-mor da Paraíba recuou para não ficar tão descoberto. Mas a resistência e valor cívico que patenteou a "Gazeta do Sertão", se fez recuar ao Dr. Venâncio, foi para formar um novo plano, próprio da rabulice em que tem feito a sua educação política. Preparou a seu jeito em corpo disciplinado para executar a sua vingança, as autoridades judiciárias, policiais e administrativas desta comarca e ordenou contra mim um ataque simultâneo e contínuo. As minhas propriedades invadidas e usurpadas, os meus amigos ameaçados de prisão e de processos, e outros muitos atos de violência proposital, provocam-me diariamente a usar da repulsa pela força. Ostenta-se mesmo desde o juízo de direito até o último agente de polícia a guerra de extermínio a que estou votado e os que me são dedicados. Debalde tenho reclamado contra tantos abusos e violências, indicando os crimes de todas essas autoridades e oferecendo provas; elas escarnecem, dando a conhecer claramente que cumprem ordens superiores; e cada vez mais recrudescem os seus desatinos. Neste meio asfixiante em que me acho, sem as garantias da lei, porque ela é letra morta, seria necessariamente aniquilado, se não seguisse um dos dois alvitres: reagir com a força, ou abandonar o estreito círculo em que me tenho debatido inutilmente. Colocado neste dilema prefiro a última proposição, porque o sacrifício só recai sobre mim, isentando os meus amigos de maiores males. Escolho o exílio. Tenho consciência de ter correspondido a confiança de meus correligionários políticos sustentando até agora esta última vedeta contra os abusos de poder, a "Gazeta do Sertão"; e se deixo o meu posto de combate é obrigado pela força, pela prepotência do execrado governo da Paraíba. O Dr. Venâncio cantará hosanas pelo seu vergonhoso triunfo, e ouvirá d'ora em diante com maior deleite os panegíricos dos seus *germanos*. Silencio profundo, se fará; e o jornal oficial será para esta pobre província o que foi o *Semanário* para o ditador do Paraguai. Uma só vontade, uma só voz na imprensa, um só pensamento. Separando-me da família e retirando-me da Paraíba levo a convicção profunda, que será por pouco tempo minha ausência. Deus tem em si os destinos dos povos; e não há de permitir que se prolongue esta época de provação por que passa o povo paraibano.[114]

Circulando por pouco mais de três anos, a *Gazeta* teve sua gráfica empastelada pelas forças do governo local.[115] Perseguido politicamente e com o fechamento de seu jornal, Irineu

---

[114] *Gazeta do Sertão*, Campina Grande, 06 mai. 1891, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213667/per213667_1891_00017.pdf>. Acesso em: 18/07/2013.

[115] "Possuía uma oficina tipográfica, onde durante três anos imprimiu-se a Gazeta do Sertão, que redigimos até que o *machado* dos ódios políticos a destruiu no dia 6 de maio de 1891. Registramos este atentado, porque ele marca época notável na história desta cidade e também do Estado, por ser resultado do governo *republicano*, que

Joffily migrou para o Rio de Janeiro, pois não se sentia mais seguro na Paraíba. Passou a colaborar com o *Jornal do Commercio*, publicando suas notas sobre a história e a geografia do seu Estado, apresentando o pequeno e quase desconhecido território paraibano aos leitores fluminenses, que por receberem tão bem os textos do autor, influenciaram-no a reunir as publicações num único volume, em 1892, que veio a ser o livro *Notas sobre a Paraíba*, como nos relata Capistrano de Abreu, em prefácio do mesmo livro.[116]

Miscelânea de diário de viagem, estudo corográfico e levantamento histórico, o livro de Joffily inovou, não apenas por ser o primeiro texto significativo e de repercussão sobre a Paraíba, mas por trazer a público o espaço e as experiências daqueles que viviam nos sertões do norte do país. Apesar do rigor da citação não ser uma preocupação basilar, Jofilly deixou claro em suas notas o quanto se valeu dos arquivos cartoriais, facilitados, é claro, pela própria carreira de jurista nas comarcas do interior, e pelo acesso ao Arquivo Público da Assembleia Provincial, quando deputado.[117] No entanto, tinha a plena consciência de que não apresentava

---

durante dois anos implantou ali uma oligarquia militar." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 186 [268]. (Grifos do autor)

[116] "Pessoas que sabiam o quanto ele era conhecedor da geografia de seu estado natal, lembraram-lhe aqui que, aproveitando o ócio forçado que a política local lhe fizera, escrevesse, embora sucintamente, o que aprendera nas viagens, ouvira de pessoas competentes, ou apanhara em livros, que esclarecesse e aumentasse o pouco que até então era conhecido sobre a Paraíba. Embora não tivesse aqui apontamentos, prestou-se a fazê-lo sem falsa modéstia como sem pretensões, e em setembro do ano passado [1891] saiu o primeiro artigo da série no *Jornal do Commercio*. Outros lhe sucederam rapidamente, e foram tão favoravelmente recebidos pelo público fluminense que, à instância de amigos e apreciadores, resolveu-se o autor a reuni-los em volume que agora sai à luz." ABREU, Capistrano de. Prefácio. In: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. iv-v [72-73].

[117] Em 1893 (ou 1894), logo após a publicação de *Notas sobre a Parahyba*, Joffily publicou também o livro *Sinopses das sesmarias da Capitania da Paraíba*, provavelmente a compilação das cartas de sesmarias publicadas na seção *Materiais históricos e geográficos* [vide nota de rodapé nº 3 deste capítulo] do periódico *Gazeta do Sertão*. Livro de difícil acesso, não conseguimos entrar em contato com nenhuma edição. Citamos o texto por ter sido mencionado como parte da obra de Joffily por inúmeros intelectuais da época, dentre eles, temos José Rodrigues de Carvalho, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que, em prefácio ao livro *Apontamentos para a história territorial da* Paraíba, de João de Lyra Tavares, publicado em 1909, diz que: "Conforme disse Irineu, e tive desejo de verificar, os primitivos livros de sesmarias não existem mais, então, na Secretaria da Província, nem existem no Arquivo Público. Foram transladados os registros, parece que em folhas avulsas e depois encadernadas sem obedecerem a ordem cronológica, de sorte que se me tornou dificílimo organizar com método esse trabalho. A ortografia não é certamente a original, assemelhando-se melhor a da época em que foram transcritos os registros. Devem merecer, entretanto, inteira fé as transcrições, pois, conforme consta [sic] de nota em alguns livros em que se acham registradas, foram elas conferidas e reconferidas [cita os nomes dos tabeliães]." CARVALHO, José Rodrigues de. Prefácio. In: TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1982, p. vi. (Coleção Mossoroense, v. CCXLV).

uma história dentro dos rigores e padrões científicos do momento.[118] Isso seria papel para as novas gerações de intelectuais que se debruçariam sobre os arquivos. A sua grande intenção seria apresentar a Paraíba, registrar as suas impressões e, de certo modo, trazer à tona as lembranças de sua terra natal, a "pátria primeira",[119] como assim a mencionava.

No início do século XX, acometido pela hanseníase, Joffily retornou à Paraíba, permanecendo isolado do convívio social, mas sem deixar de colaborar com a imprensa local. Faleceu em 1902, deixando diversos manuscritos, que foram incinerados pouco depois pelo medo que a doença provocava naqueles tempos.[120]

3.1.1. *Notas sobre a Paraíba*: para além da simples curiosidade de um *touriste*.

A edição a que obtivemos acesso do livro *Notas sobre a Parahyba* é um fac-símile da versão original e surgiu como uma homenagem à memória do autor. Essa versão, publicada em 1977, apresenta um estudo biográfico sobre Irineu Jofily, então produzido por Geraldo Irenêo Joffily, neto do autor e organizador do volume, que ainda acrescentou ao livro notas explicativas e uma seleção de crônicas de Joffily, publicadas nos jornais da Paraíba e de Pernambuco, entre os anos de 1883 a 1901.

---

[118] "[...] o nosso fim é somente, escrever uma memória ou antes, dar uma breve notícia da Paraíba do Norte; informando sobre o seu estado atual e sobre as suas origens, terreno este nunca investigado por nenhum escrito e no qual penetramos quase às escuras, apenas alumiado pela vacilante luz, resultante das referências de alguns documentos que temos coligido e aos quais, ainda assim só podemos recorrer de memória." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 24 [106].

[119] Sobre essa questão, o historiador Francisco Iglésias destaca que: "Ao lado da luta política que parecia vitoriosa – apesar de o sistema ser logo distorcido na prática, com a exacerbação do coronelismo na chamada "política dos governadores" – lembre-se que é viva então a ideia de "pequenas pátrias", pregada por Augusto Comte e pelos positivistas (que vivem entre nós o seu momento máximo): veja-se na França onde as Províncias têm suas particularidades cada vez mais valorizadas, ou no Brasil, quando os seguidores do comtismo falam em "pátrias brasileiras", como Teixeira Mendes, "pátria paulista", como Alberto Sales, ou "pátria mineira", como João Pinheiro. É forte o sentido, ao longo da primeira República." IGLÉSIAS, Francisco. *Reedição de Diogo de Vasconcelos*..., p. 14. v. 1.

[120] In: GALIZZA, Diana Soares de. *Irineu Joffily, vida e obra*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção Historiadores paraibanos, 9).

O livro é dividido em vinte curtos capítulos ou notas, como assim o autor as denominou, além de um apêndice no qual apresenta a reprodução de alguns documentos, principalmente requerimentos de terras na Paraíba, da época de sua colonização, quando da interiorização da ocupação do território. Os títulos dos capítulos são curtos e diretos, apresentando a temática a ser tratada em cada um deles: os limites territoriais, as serras, os rios, a fauna e a flora, o "reino mineral", a "criação e indústrias", as vias de comunicação, as divisões jurídica, administrativa e eclesiástica, as cidades e as vilas, os 'elementos étnicos', usos e costumes e o fenômeno das secas. Um verdadeiro roteiro *histórico* e *geográfico* da Paraíba, fruto das andanças de Joffily pelo interior da antiga província.

Esse lado errante – alimentado pela herança dos costumes dos antigos vaqueiros e tropeiros que cortaram o território paraibano em episódios de conquista, pastoreio ou simplesmente transporte de mercadorias, além da extrema precariedade dos meios de comunicação que impingiam o uso constante do lombo do cavalo como transporte, adicionados às viagens pelo sertão comuns à sua vida profissional e laços políticos – fez de Joffily um observador peculiar, interessado em descrever minuciosamente o espaço e sua dinâmica, buscando transpor em seus textos as ideias de fixidez e inércia atribuídas à paisagem desses rincões esquecidos do território brasileiro. Para ele, não só a presença humana como a própria natureza, em seus ciclos contínuos, transformavam o cenário.[121]

[121] Sobre as relações entre os sentidos dados às paisagens através das experiências humanas ver: SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Imagem 2: Capa da edição fac-similar (1977) de *Notas sobre a Parahyba*

Apesar de alguns documentos reproduzidos no apêndice do livro, as fontes mencionadas no corpo do texto não são identificadas em grande parte das citações. Não havia o rigor da citação, nem o próprio formato do texto assim o exigia. O interesse pela pesquisa documental, o tratamento das fontes e o acesso a elas foi basicamente proporcionado pelo exercício de sua profissão como magistrado no interior da Paraíba. A historiografia que orientava Joffily era composta das leituras mais influentes da época e que, de algum modo, mencionaram a Paraíba em seus escritos: Frei Vicente do Salvador, Duarte de Albuquerque, Simão de Vasconcelos, Rocha Pitta, Moreira Pinto, J. Capistrano de Abreu, o *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*, de Milliet de Saint-Adolphe. Fez consultas também ao *Dicionário Universal da História Natural*, organizado por Charles d'Orbigny, às Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e aos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, acrescidos de leituras mais específicas sobre as províncias do norte, como as descrições de Elias Herckman e do naturalista Manuel de Arruda

Câmara.[122] Geraldo Joffily, autor da apresentação da edição fac-similar por nós consultada, cita ainda que foram encontrados os seguintes títulos na biblioteca pessoal de Irineu Joffily: *Histoire de la Révolution Française*, de Adolphe Thiers; *Révolution em Italie, 1848*, de Peurens;[123] *Histoire de la Révolution de 1688, en Angleterre*, de F. A. J. Mazure; *Révolution des Peuple du Nord*, de J. M. Chopin; e *La terre*, de Elisée Reclus,[124] que provavelmente orientaram grande parte de suas observações.

Joffily, como podemos perceber em excerto que abriu este tópico, tinha um entendimento sobre a história, o seu sentido e a sua função, muito próximo do que considerou von Martius no seu tratado metodológico sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil. Mas essa identificação apresenta aproximações e distanciamentos. Assim como von Martius, para Joffily o português também foi o elemento mais importante para o estabelecimento da civilização no Brasil,[125] no entanto, não encontramos um elogio aberto à Coroa Portuguesa nem ao Regime Imperial centralizado no Rio de Janeiro. Joffily abraçou muito mais o nativismo existente nas províncias do norte, que tinham Pernambuco como "ponta

---

[122] Muito do que os historiadores conhecem sobre este período da história da Paraíba é decorrente do relato de um personagem diretamente ligado à ocupação batava das capitanias mais ao nordeste da colônia: Elias Herckman foi diretor da Capitania da Paraíba, entre os anos de 1636 a 1639, tendo escrito, nesse último, o documento que ficou conhecido como a *Descrição geral da Capitania da Paraíba*, publicada em português apenas em 1886, por iniciativa do Instituto Histórico pernambucano: Herckman, Elias. Descripção geral da Capitania da Parahyba. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo v, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial, jun. 1886.

[123] Não conseguimos identificar tal obra.

[124] Ver JOFFILY, Geraldo Irinêo. Apresentação. In: JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 34.

[125] "Portanto, julgo provável que as duas raças tupi e cariri entrassem com quinze ou vinte mil indivíduos para a formação do povo paraibano. A fusão com o colono português ou pernambucano de origem portuguesa principiou na zona do litoral, e aí manteve-se até depois de meados do século XVII, limitada unicamente às duas tribos tupis, tabajaras e potiguaras. O elemento africano fez-se também sentir desde logo, mas em grau muito mais baixo do que aqueles. Foi na várzea do [rio] Paraíba principalmente, onde existia a grande lavoura, os engenhos, cercados de aldeias; e nas do Mamanguape e Camaratuba, onde nasceu a raça cruzada, que tantas provas de valor deu na guerra holandesa, guiada por heróis compatriotas, como Vidal de Negreiros e Camarão. Aí fez-se rápida e completa a fusão dos três elementos, americano, europeu e africano. [...] Depois que a colonização estendeu-se a todo o território da capitania, com o desenvolvimento da cultura do algodão nas caatingas, aumentou o elemento africano, sem que, com tudo, ele chegasse a preponderar em parte alguma pelo número; principalmente no sertão, onde foi sempre fraco, porque para os trabalhos pastoris era muito mais apropriado o americano. [...] Pode-se pois, estabelecer a seguinte escala dos elementos constitutivos do povo paraibano; 1º europeu; 2º americano; 3º africano. [...] O recenseamento, que se fez da população escrava em todo o país, prova que a Paraíba era uma das províncias que menos escravos possuía, relativamente à sua população livre." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 152-154 [234-236].

de lança" e produtor de um imaginário local que alimentava diversos posicionamentos e inclinações políticas peculiares à região. Talvez por isso a sua inclinação ao federalismo.

A queixa regionalista, encabeçada por Pernambuco, sobre a concentração político-econômica que o Rio de Janeiro exercia sobre o país, desde os primeiros momentos de autonomia do Brasil perante Portugal, foi transferida para uma esfera local, na qual os paraibanos dirigiam essa mesma crítica à influência exercida justamente por Pernambuco na região.[126] O Estado vizinho sufocava o comércio e a arrecadação de rendas dos mais próximos. Era preciso, o mais rápido possível, livrar-se desse monopólio:

> Se com o Ceará as permanentes relações comerciais do sertão da Paraíba circunscreviam-se às ribeiras vizinhas dos Cariris Novos, [...]; e se com o Rio Grande do Norte eram limitadas ao sal que consome; com Pernambuco eram elas tão extensas e de maior importância do que com a própria capital da Paraíba. A atração que exerce o mercado do Recife sobre todos os produtos de exportação das indústrias paraibanas é sentida desde o princípio do século passado; e mais ou menos dali datam as reclamações de medidas administrativas que façam paralisar essa corrente, desviando-a para a capital. Mas até hoje tudo tem sido em vão; as leis fiscais têm sido impotentes diante de uma lei econômica, que fatalmente resulta da configuração do território paraibano. Com uma extensíssima linha divisória de mais de cem léguas, sucede que, pela aproximação das duas capitais, Paraíba e Recife, na orla marítima, os sertões da Paraíba estão para elas a distâncias quase iguais, resultando naturalmente deste fato a maior concorrência de produtos para o mercado mais importante e onde alcancem melhor cotação. Leis proibitivas, dando lugar ao contrabando, nenhum resultado benéfico tem apresentado, e é debalde que se invoca em seu auxílio os sentimentos de patriotismo da população; o capital não tem coração, guia-se por uma lei social imutável e tais sentimentos são afinal ofuscados, ainda mesmo que irrompam frementes por vezes. O Ceará conseguiu emancipar-se do mercado do Recife, já não precisa de intermediário para exportação de seus produtos; o Rio Grande do Norte marcha para o mesmo resultado, mas a Paraíba dificilmente lançará de si essa túnica de Nessus, se não forem empregadas grandes medidas. É um erro histórico, é grande injustiça atribuir-se ao corpo comercial do Estado a causa de tudo isto, por elevar os preços das mercadorias estrangeiras que vende, e diminuir os dos produtos nacionais que compra e exporta. A história nos diz que o estado mórbido da praça da Paraíba data dos tempos coloniais e que, apesar dos nobres intuitos do marquês de Pombal em querer remediá-lo com a criação da Companhia de Comércio da Paraíba, tais foram os meios empregados pela praça monopolizadora do Recife, que os benéficos efeitos

[126] Desde o século XVIII, essas questões foram sentidas pelos paraibanos, como bem demonstra o estudo do professor Mozart Vergetti sobre o período anterior à subordinação administrativa e fiscal a Pernambuco, pelo qual passou a capitania da Paraíba entre 1759 a 1799. Ver: MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*. Fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2005.

> esperados foram inteiramente desvirtuados; não passou de ilusão o seu mote – *ut luceatomnibus*.[127]

Diríamos também que Joffily foi um dos responsáveis sobre o imaginário construído em torno do sertão nordestino e do seu sujeito típico, o sertanejo. A minúcia com que o espaço é descrito nos seus textos denota uma capacidade de observação impressionante. *Notas sobre a Paraíba* é um testemunho seminal sobre o interior do território paraibano. Boa parte da produção historiográfica na Paraíba, desde seus primeiros momentos, tem-se dedicado em seus relatos principalmente à região litorânea do Estado e aos espaços de maior proximidade e contato com a capital. Joffily foi o primeiro a direcionar o foco da narrativa para o interior, para além dos brejos e da serra da Borborema, barreira natural que separa o clima, a vegetação e os grupos humanos litorâneos dos sertões nordestinos.

A ocupação do território, suas especificidades, a vegetação e o relevo típico da região foram minuciosamente detalhados. A configuração territorial da Paraíba, os marcos geográficos de limites com os Estados vizinhos foram durante muito tempo assunto de discussões políticas acirradas. Discordando da representação geográfica da província nos mapas apresentados por Cândido Mendes de Almeida e pelo Barão Homem de Mello, entre 1888 e 1889, Joffily empreendeu algumas viagens pelo território paraibano, a fim de desfazer certos *equívocos*. Esquadrinhando todos os extremos, subindo e descendo serras, atravessando ribeirões, anotando e explicando de uma forma peculiar e didática as formações singulares do solo, as características da vegetação local, o significado dos nomes dos acidentes geográficos, em sua maioria topônimos indígenas, Joffily apresentou a Paraíba com um formato diverso daquele conhecido até o momento, descrevendo-a "como uma *viola*, discordando da forma quase retangular",[128] como surgia nos textos mais especializados da época:

---

[127] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 146-147 [228-229].
[128] FERNANDES, Ocione do Nascimento. Entre a Geografia e a história: um olhar sobre a obra de Irinêo Joffily. In: MARIANO, Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.) *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, p. 141.

> As extensas linhas de divisão com esses dois últimos Estados [Rio Grande do Norte e Pernambuco] vão até ao meio mais ou menos retas; mas aí formam duas grandes curvas, de modo que a Paraíba tem configuração muito diversa da que lhe dão o senador Cândido Mendes de Almeida e o Barão Homem de Mello nos seus mapas geográficos; [...].[129]

Para Joffily, os limites naturais prescindiam de qualquer outro fator, no que diz respeito à demarcação das fronteiras. Lamentada em suas notas, a 'mutilação' sofrida pela Paraíba, quando da anexação de partes da região do Seridó[130] ao Rio Grande do Norte, repercutiu na produção de muitos intelectuais paraibanos. Esse caso, especificamente, foi retomado mais de sessenta anos depois pelo historiador paraibano Horácio de Almeida, por exemplo.[131]

---

[129] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 7 [89].

[130] "Os limites com o Rio Grande do Norte não são naturais, são convencionais e muitas vezes confusos. Os dois Estados geograficamente formam uma mesma região, aos quais são comuns diversos rios e serras. No tempo de colônia as duas capitanias dividiam-se em rumo quase reto de Este a Oeste, do litoral ao mais remoto sertão; pertencia então à Paraíba toda a ribeira do Seridó, [...], mas tendo sido desligada esta importante parte do território paraibano para ser incorporada à província, hoje Estado vizinho, a linha divisória [...], forma grande curva por inclinar-se para Sudoeste, concorrendo assim para estreiteza que tem o território paraibano [...]. Encravado, pois, como se acha, na Paraíba, todo o território componente da ribeira do Seridó, não podia haver razão nem há que justifique semelhante mutilação, não só contraria aos limites naturais que aí existem entre os dois Estados, como também às relações comerciais dos habitantes. Para este resultado fortemente concorreu a influência política de um só homem representante da então vizinha província, contra nulidade de diversos que representavam a Paraíba." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 9 [91]. A região do Seridó, ainda hoje assim denominada, compreende uma área central entre os territórios dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Toda a área pertencia à freguesia do Piancó, sertão da Paraíba. Do seu desmembramento, em 1748, foi criada a freguesia da Senhora Santa Ana do Seridó. Este fato, somado "a elevação do Arraial do Queiquó à Povoação do Caicó", em 1735, seria um dos fatores desta contenda com a Paraíba. Ver: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó*: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005. Além da criação da citada freguesia, que foi resultado do crescimento econômico daquele espaço, diversos fatores ocasionavam desconforto para ambas as províncias, como o maior contato do sertão norte rio-grandense com outras regiões de influência que não a sua própria capitania, ou seja, "o interior não tinha sua economia integralmente articulada ao restante da província". _____. *A penúltima versão do Seridó*..., p. 77. A Paraíba e Pernambuco exerciam uma atração e interação econômicas muito maiores, contudo, os representantes políticos locais estavam adquirindo influência e poder dentro do jogo político potiguar. Mas o imbróglio maior ocorreu "quando da formação das Juntas Constitucionais das capitanias, por ordem das Cortes de Lisboa em 1821" – _____. *A penúltima versão do Seridó*..., p. 77 – e seguiu durante as posteriores conformações políticas do Rio Grande, nas quais sempre esteve inserido um representante político do Seridó. Não poderíamos deixar de mencionar a questão de que até o ano de 1818 a ainda capitania do Rio Grande do Norte "esteve subordinada juridicamente à Paraíba" – _____. *A penúltima versão do Seridó*..., p. 77 – fazendo com que os paraibanos, mesmo depois da autonomia política da região, continuassem "[...] a considerar da sua Capitania certos trechos do território do Seridó. Alguns iam além e achavam mesmo que todo o Seridó deveria pertencer à Paraíba". _____. *A penúltima versão do Seridó*..., p. 78.

[131] Mais de 70 anos depois das *Notas* escritas por Joffily, o historiador Horácio de Almeida revivia essa questão. Ver: ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

Joffily refletia também elementos do discurso do Governo Imperial sobre a unidade nacional brasileira, que, junto à construção de um processo histórico único para o país, entendia ser essenciais a identificação e a delimitação de um espaço, o reconhecimento de um território, de um domínio. Esta questão nos faz corroborar a observação de que a História do Brasil "é um contínuo processo de expansão territorial".[132] Inclusive nas próprias páginas da revista do IHGB, houve uma atenção especial ao relato de diversos viajantes, enviados pelo Instituto, no intuito de reconhecer e fixar os limites geográficos do país, até porque, como o próprio nome da instituição indica, as pesquisas do IHGB não estavam dedicadas exclusivamente à história:

> Um segundo corpo temático amplamente tratado na *Revista* diz respeito a publicações relativas às viagens e explorações do território brasileiro, abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país [...]. Se pensarmos que num momento de constituição da Nação, também a definição de sua identidade físico-geográfica é parte do projeto mais amplo, podemos entender o porquê de um instituto reservar espaço tão amplo ao tratamento do assunto. Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não-definido a realização plena de sua identidade.[133]

A questão era reconhecer aquilo que pertencia ao Estado, material e geograficamente falando, como domínio. Cenário político não muito diverso de alguns países europeus que passavam pelo mesmo processo de transformação em Estados nacionais. Definir a linha demarcatória de um imenso território, algo digno de uma grande Nação, com uma potencialidade de riquezas naturais inumeráveis, simbolizando, assim, o poder deste país, fez parte do discurso político no segundo reinado, até porque "é preciso ter em mente que será o governo de dom Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras".[134] Se uma das determinações para a empresa colonial era o pleno domínio e a

---

[132] Conf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. Espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005, p. 94.
[133] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 23.
[134] _____. Nação e civilização nos trópicos... p. 23.

exploração do território, esse "pecado de origem" persegue a formação histórica brasileira desde então. [135]

Todavia, a história revela que, dentro do processo de constituição da identidade nacional brasileira, diversos pontos de tensão questionadores desta própria unidade não deixaram de existir. Como expressamos em momento anterior, as mudanças de regime político provocaram a emergência mais clara dos interesses de cada localidade. Desde então, percebe-se que a identidade cultural e a unidade político-territorial de nosso país são frutos de uma permanente negociação.

> A construção da unidade territorial brasileira foi um empreendimento do Estado imperial. [...] Esse empreendimento, iniciado com a "transmigração", definiu-se política e ideologicamente pela associação das noções de continuidade – materializada na dinastia de Bragança – e de ruptura – expressa na Independência de 1822. Mas a sua substância consistiu na articulação dos interesses das oligarquias regionais no interior das instituições da monarquia parlamentar, tarefa recheada de dificuldades, oriundas essencialmente da tendência da classe senhorial de conceber a autoridade e a dominação como privilégios ligados à propriedade e não ao poder público.[136]

Mesmo refletindo em seus discursos essas tensões, quer dizer, os interesses locais apresentados nas discussões políticas frequentes em torno da unidade política nacional – sempre questionada, Joffily atribuiu à figura do sertanejo e sua trajetória singular de ocupação do interior do país – por seu caráter essencialmente migratório – o papel primordial para a unidade do território nacional, assim como os bandeirantes paulistas, peças-chaves na constituição de nossa conformação espacial:

---

[135] "A imagem do 'país em construção', como uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social. [...] Assim, vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares. [...] as classes dominantes forjam sua identidade tendo a concepção de conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade. A ideia do nacional tem, assim, forte conotação cartográfica. O Brasil como uma dada porção de espaço. [...] Esta temática vai aparecer, notadamente, nos momentos de reordenamento institucional, quando assumem novas facções das classes dominantes no comando do aparelho do Estado." MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*..., p. 98-99.

[136] MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP: Moderna, 1997, p. 129.

> É um fato curioso e digno de merecer a atenção dos nossos mais eminentes homens de letras – essa região das secas é também um viveiro humano para o Brasil. Este fenômeno, aparecendo periodicamente, obra como reagente sobrenatural e impele o sertanejo paraibano, cearense ou rio-grandense, que reuniremos com o nome de cariris, a procurar outras regiões, onde necessariamente será em pouco tempo contado com elemento de primeira ordem na evolução social. Esse povo pobre, educado em um meio, onde – *o homem está sempre a principiar* – modo porque exprime a luta incessante com a natureza, parece ter uma nobre missão a cumprir. Assim como o paulista, tupi-português, levado pela ambição, nos tempos coloniais, alargou consideravelmente os limites do Brasil; aos descendentes da raça cariri-portuguesa, levados pela fome, parece estar destinada a missão de manter a união brasileira, por vezes ameaçada de rompimento. O progresso do Estado do Amazonas é obra sua; e numerosos representantes seus existem em todas as classes dos centros mais populosos do país, procurando estreitar esses laços, que as novas reformas de federação têm conseguido afrouxar.[137]

Também foi fundamental para a perspectiva de temporalidade presente nos escritos de Joffily, a forma peculiar de relação entre tempo e espaço, que, por sinal, era uma associação cotidiana de compreensão do tempo em sua época, para muitos que viviam – e ainda vivem – naquela região. A chuva e a estiagem são condicionantes primordiais dessa relação. O fluxo populacional dos retirantes, que a cada período de seca saem em retirada para o litoral e voltam ao sertão no inverno seguinte, bem como a vida que *brota* depois da chuva e que traz uma sensação ilusória de prosperidade são a tradução dessa conexão que se inicia a cada ciclo.[138]

A experiência do tempo em Joffily é sempre um fluxo dos contrários: seca e chuva, vida e morte, liberdade e dependência, progresso e decadência, lutar e fugir, ir e voltar. O sertão

---

[137] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 98 [180]. Em toda a trajetória política de Joffily, a defesa da federação foi uma presença constante em seus discursos, em especial nas páginas da *Gazeta do Sertão*. Talvez, pelo fato dos textos que compõem as *Notas* terem sido publicados no Rio de Janeiro, encontremos essa crítica ao federalismo que, ao que parece, vinha deixando de lado as políticas nacionais de Estado, pensadas para o país como um todo.

[138] "Nessa imensa luta com a natureza vê ele [o sertanejo] chegar o fim do prazo, passar Março, entrar Abril, sem que o céu mude de aspecto; então, quando as carniças e arcabouços, empestando o ar, assinalam por toda parte o aniquilamento da criação, o mísero, já abatido de forças, fica completamente desenganado ou antes o infortúnio esmaga-o moralmente, quase não pensa mais, é somente o instinto de conservação que o impele a deixar o torrão natal [...]." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 94-95 [176-177]. "Chegou afinal um bom inverno, e um fenômeno apareceu ou antes repetiu-se, maravilhando a todos: a extraordinária força produtiva de todas as espécies de vegetais e animais. É por isso que a população dessa região depois de tais hecatombes refaz-se e aumenta consideravelmente nos períodos de uma para outra seca." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 97-98 [179-180]. "Logo que cai uma chuva nesses pedregosos tabuleiros, nessas várzeas de massapê impermeável, de rara vegetação ou despidas delas, as águas seguem incontinente pelos regos ou sulcos, dão logo nos riachos e rios, produzindo, quando são fortes, as grandes cheias, verdadeiras avalanches, que tudo destroem em sua passagem, [...]." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 103 [185].

é o seu lugar privilegiado de observação e o seu espaço de experiência, mas é também o núcleo, de onde partem e para onde convergem os homens, as mercadorias, as vidas. É a partir desse lugar que ele compreende o tempo social, extrai exemplos, sugere transformações. Não seria apenas um método, mas uma forma de percepção – sua lógica de compreensão. A imagem do desafio também é permanente: o espaço impõe ao homem do sertão uma luta sem fim, produz o desejo de superação constante desses personagens que, assim, estariam *sempre a principiar*.

A versão da história da Paraíba proposta por Joffily atribuiu a esse passado um tom de conquista permanente desde os seus primórdios, especialmente quando se fala das regiões do interior do Estado. Por exemplo: enquanto a ocupação da porção litorânea do território foi *facilmente* efetivada em virtude das alianças dos índios com os europeus,[139] a do interior do território foi bem mais difícil, como provam os sangrentos combates com os Tapuias, que impediam a capitania de iniciar sua marcha em direção ao progresso.[140] Até antes da produção de suas *Notas sobre a Paraíba*, estes episódios eram ainda uma página em branco na história escrita.[141] Através da leitura de relatos de época e de cartas de requerimentos de sesmarias consultadas, Joffily construiu algumas breves impressões sobre a língua, os cultos religiosos, a

---

[139] "Os tabajaras, pela sua fidelidade e constância na prestação de auxílio aos seus aliados europeus, constituíram-se um dos fatores da prosperidade que em pouco tempo alcançou a capitania de Pernambuco. [...] Os tabajaras facilmente fundiram-se na raça branca, chegando mesmo com o seu sangue a mesclar o da família dos donatários da capitania de Pernambuco." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 22 [104].

[140] "O levante dos Tapuias [...] foi geral e tão bem combinado, que o governador e capitães-mores do interior, apanhados de surpresa, não puderam nos primeiros momentos repelir os índios em suas correrias por todo o sertão. [...] A guerra durou anos deixando cruentos sinais por todo o sertão. Finda ela [...] a raça indígena submeteu-se inteiramente, e sem maiores obstáculos entrou francamente a capitania na senda do progresso." _____. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 37-38 [119-120]. A Confederação dos Cariris ou levante dos Tapuias assim foram denominados pela historiografia tradicional os diversos levantes entre os indígenas e os colonizadores que aconteceram na segunda metade do século XVII, no norte da colônia portuguesa, em virtude da expansão da fronteira de ocupação. Estudos recentes questionam esse caráter de confederação dos levantes, apontando a multiplicidade de personagens e interesses envolvidos. Ver: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo Edusp, 2002.

[141] "A luz da história desaparece agora inteiramente a respeito da outra raça que habitou o interior da Paraíba, os Cariris." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 23 [105]; "Desse interessantíssimo período da história paraibana, não há infelizmente uma crônica, uma memória sequer, que faça menção dos combates e dos nomes dos chefes indígenas, diretores do movimento; mas são abundantes as referências em diversos requerimentos dos bandeirantes, pedindo graças ao governo pelos serviços prestados contra os *ferozes Tapuias, no seu levante geral*. Mais infelizes do que os Tamoios, cujos heroicos feitos foram imortalizados pela musa de Magalhães, os guerreiros Cariris, que obrariam prodígios de valor iguais, senão superiores aos seus irmãos do sul, jazerão em perpétuo esquecimento. Dessa época dos bandeirantes até o levante das tribos Cariris [...] chamaremos tempos heroicos do sertão [...]." _____. *Notas sobre a Parahyba*..,, p. 38 [120].

descrição dos tipos humanos e suposições sobre os fluxos migratórios. Elencou também as primeiras tentativas de interiorização da ocupação: as ações de catequeses e as bandeiras, que introduziram a Paraíba no horizonte de conquistas dos bandeirantes paulistas, entre eles Domingos Jorge Velho, que ocupava a região desde fins do século XVII.

Embora tenham alcançado maior expressividade com a produção literária regionalista das primeiras décadas do século XX, as descrições exaustivas e minuciosas dos espaços e dos 'tipos humanos' - em particular o sertanejo como síntese do 'homem do Nordeste' – o discurso político e a imprensa local já exploravam essas imagens desde as últimas grandes secas de fins do século XIX[142], como alguns textos de Joffily, por exemplo, podem evidenciar. O fenômeno climático das secas, as relações de tempo, que o sertanejo utilizava para saber – consultando astros e mudanças na paisagem[143] – a intensidade do próximo inverno imprimiam, segundo Joffily, uma originalidade ímpar ao sertanejo.[144] Inclusive, Euclides da Cunha, autor de obra singular sobre a região, cita Irineu Jofilly quando descreve o espaço do homem sertanejo.[145]

---

[142] Sob o argumento de que as secas seriam o grande problema a assolar os povos do sertão no norte do país, os grupos políticos locais, interessados quase que exclusivamente em sua sobrevivência dentro das tramas do poder e da apropriação indevida de recursos públicos, contribuíram na elaboração dessas imagens como um quadro único e imutável para a região nordeste do país. Cenário que influenciou, segundo o historiador Durval Muniz, para as visões estereotipadas do homem e do espaço nordestinos. Sobre o uso da seca no discurso político local ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia*: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas-SP, 1988. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017925>. Acesso em: 16/09/2014.

[143] "Os habitantes dessa região são um pouco astrólogos: observam com o maior interesse a barra de Natal e do Ano-Bom, isto é, o modo porque aparecem a aurora de cada um desses dias; e, baseados nesse exame, dão o seu juízo a respeito do próximo inverno." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 93 [175].

[144] "Os habitantes da zona agrícola, porém, pela aproximação do litoral e pelas frequentes relações com as praças comerciais, nunca tiveram originalidade digna de nota em seus usos e costumes." _____. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 158 [240].

[145] No final da primeira parte do livro *Os* sertões, ao falar sobre a intermitência das chuvas na região, o autor cita Irineu Joffily. Conf. nota de rodapé em CUNHA, Euclides da. *Os* Sertões.3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69. Inevitável, na citação a seguir, não encontrar correspondências entre a narrativa de Joffily e uma literatura produzida anos depois, instituidora de um senso comum sobre a paisagem e o homem do Nordeste, que influenciou diretamente, tempos depois, a literatura produzida por diversos autores paraibanos: "Nos anos secos, quando o povo sofre fome, as arribaçãs são para o sertanejo durante uma quinzena pouco mais ou menos, o que para o povo judeu foram no deserto as codornizes; A seca não é fenômeno privativo de qualquer país do globo; a história nos fala do seu aparecimento até nas mais felizes regiões [...]; É um quadro mais ou menos bíblico o que oferece uma família retirante no primeiro dia de sua viagem para o ... desconhecido; Essas façanhas cinegéticas, que a tradição tem conservado, para muitos passem hoje como fabulosas pela sua inverossimilhança, a ponto de ser usada a expressão de – história de onça – como sinônimo de um conto imaginário ou de uma mentira." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 58 [140]; p. 89 [171]; p. 95 [177] e p. 157 [239], respectivamente.

Esse exercício discursivo de dar existência ao homem e ao espaço paraibano fazia com que Joffily estendesse suas observações ainda mais na linha do tempo. Quanto mais distante a narrativa fosse buscar elementos para compor o quadro, mais verdadeiro seria o relato, mesmo que tudo não passasse de meras suposições. Admitindo que não tinha o conhecimento específico para tal empreendimento, Joffily não deixou de observar a presença de inúmeros artefatos provenientes das antigas ocupações humanas no interior dos sertões da Paraíba.[146] Segundo Joffily, a constante necessidade de água fazia com que em suas prospecções o sertanejo se deparasse com esses materiais estranhos à gente comum daquelas paragens. Inclusive recolheu alguns fósseis, enviando-os ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano para análise.

Relatar os problemas de ordem econômica[147] e social que prejudicavam o desenvolvimento da Paraíba e expor as possíveis soluções, como mencionamos em outros momentos, também foram aspectos fundamentais nos textos produzidos por Joffily. O exercício concomitante da magistratura e da representação política transparecia vivamente nas publicações. Como o espaço privilegiado de suas observações era o sertão nordestino, não deixou de cogitar a transposição do rio São Francisco como solução para o problema das secas na região:

> Convencido de que a multiplicação dos açudes reformaria o estado físico do sertão, além das grandes vantagens que traria incontinente para a criação e agricultura; julgamos que o Governo comete grave falta em não auxiliar ou promover por todos os meios a sua construção com a solidez desejável. O Estado deveria dar o exemplo, mandando levantar diques nesses boqueirões [...] que existem em todo o sertão da Paraíba. Essas obras servirão ao mesmo

---

[146] "De todos os Estados do Brasil é a Paraíba um dos que mostra possuir mais rica fauna fóssil: falta-lhe apenas um Couvier ou um Lund que a explore. Bastaria talvez que *cientificamente* fossem examinadas as diversas jazidas de ossos fósseis que simples curiosos, como nós, têm assinalado em alguns municípios [...]. A descoberta de jazidas de fósseis foi e continua a ser devida à imperiosa necessidade que sentem os habitantes desse território de água potável [...]." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 63-64 [145-146]. Nas páginas seguintes, Joffily transcreve, da Revista do Instituto, parecer de comissão científica, de 1890, dado às amostras de fósseis enviadas por ele ao Instituto Pernambucano.

[147] "[...] verifica-se que a Paraíba é um dos Estados da União que tem marchado com maior lentidão na estrada do progresso industrial, onde está a sua salvação. Para este ponto deviam convergir as vistas do seu governo, esforçando-se para que aparecessem estabelecimentos industriais, que aproveitassem todos os produtos agrícolas e pastoris, melhorando e transformando-os. A cultura de cana de açúcar não pode ficar reduzida ao único engenho central que possui o Estado [...] A viação férrea é dessas medidas a que se considera mais eficaz para tornar a cidade da Paraíba a capital comercial do Estado, pois que até agora só é política e administrativa". _____. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 134[216] e 148 [230].

> tempo de escola prática aos sertanejos, para as quais concorreriam eles também com a sua experiência. Os principais rios do sertão da Paraíba não têm açudes, ninguém ainda ousou represar-lhes as águas, quando a custo consegue-se deter a dos riachos; portanto, um poderoso dique, que restabelecesse a continuidade de uma serra rompida por caudalosa torrente, seria uma obra que por si só mudaria o aspecto e o clima de uma ribeira ou de uma grande parte dela. [...] A Holanda conquistou ao mar o seu território por meio de diques, serviço que lá merece especial cuidado do governo. Do mesmo modo deveria haver entre nós um serviço especial de açudes, com o fim de conquistar o sertão ao devastador flagelo das secas. A canalização das águas do São Francisco para o rio Piranhas e Jaguaribe, e os poços artesianos são outros meios lembrados e propostos para melhorar o sertão.[148]

No que diz respeito à edificação de personagens históricos, Joffily apontou os nomes que deveriam ser celebrados como os verdadeiros heróis paraibanos, como André Vidal de Negreiros,[149] militar de destaque na luta pela reconquista da colônia portuguesa perante os holandeses, no século XVII. Por ter nascido na Paraíba, embora esse sentimento patriótico localista não existisse na época, Negreiros passou a ser apontado como símbolo e exemplo da bravura e coragem típicas do homem paraibano.

Se o valor da história, para muitos intelectuais da época, estaria no seu caráter prático, Irineu Joffily, sócio correspondente do Instituto Histórico do Rio de Janeiro (IHGB) e do Instituto Arqueológico Pernambucano[150], alcançou tal feito com as suas diversas notas históricas. Empreendeu pesquisas bibliográficas e documentais, publicou seus resultados, foi recebido pelos pares, movimentou o cenário intelectual e político apresentando questionamentos e deslocamentos de olhar. Em sua trajetória pública, lutou por espaços de poder, defendendo sempre a autonomia política e econômica de seu Estado.

Apesar da perspectiva metódica em voga, quando publicava em seu jornal as cartas de sesmarias do século XVII, na íntegra, havia uma motivação para tal empreendimento, como

---

[148] JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 107-108 [189-190].

[149] "A Paraíba é pátria de A. Vidal de Negreiros, do jovem patriota Peregrino de Carvalho, o qual, semelhante ao romano Coriolano, sacrificou-se pelo amor paterno, de A. Borges da Fonseca e dos irmãos Silveira Lobo, senador F. P. da Silveira Lobo, já falecido e Aristides da Silveira Lobo." JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*..., p. 173 [255].

[150] Como foi mencionado em folha de rosto do livro *Notas sobre a Parahyba*. Chama-nos a atenção pelo fato do IHGB ter sido mencionado como o Instituto da cidade do Rio de Janeiro e não com a designação de 'Brasileiro'. Existe um Instituto Histórico e Geográfico do Rio Janeiro, mas este foi fundado em 1957.

mencionamos anteriormente. Sabemos que o processo de ir aos arquivos, promover o levantamento das fontes para, de algum modo, responder às diversas questões que nos motivam a realizar uma pesquisa são situações condicionadas pelo próprio presente. As experiências de vida de Joffily, tanto pessoais quanto políticas, foram o impulso e o alimento de suas observações.

Desse modo, Joffily configurou muitos dos temas históricos que foram perseguidos durante décadas pelos intelectuais paraibanos. Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 1905, pouco tempo depois de sua morte, diversos intelectuais e políticos paraibanos puderam dar corpo a muitas das intenções mencionadas por Joffily, mas que não eram exclusivamente suas, pois faziam parte de uma espécie de imaginário de sua época.

No entanto, quem fora congratulado pelos intelectuais locais como o primeiro historiador da Paraíba foi Maximiano Lopes Machado, contemporâneo de Irineu Joffily. Formado em Direito pela tradicional Faculdade pernambucana, exerceu diversos cargos públicos e transitou também pelo mundo da política. Membro ativo do Instituto Arqueológico pernambucano foi durantes anos o seu orador oficial. Apesar de ter dedicado sua passagem nessa instituição em enaltecer a tradição histórica pernambucana, Machado foi o responsável por conceber a primeira narrativa mais consistente sobre a história da Paraíba.

3.2. Maximiano Lopes Machado

O início do século XX foi mais favorável ao surgimento dos trabalhos de cunho historiográfico na Paraíba. Além das condições políticas que apontamos ao longo do texto, faziam-se presentes as condições materiais: a Imprensa Oficial da Paraíba garantia o suporte técnico das produções. Fundada em 1892, pelo então presidente do Estado, Álvaro Lopes

Machado, “a Imprensa Oficial tinha por fim executar todos os trabalhos de impressão e acessórios de que precisassem a Assembleia, a Secretaria de Estado, o Tesouro, o Superior Tribunal de Justiça e qualquer outra repartição pública estadual”. [151] Além desses atributos, como única editora presente durante anos no território paraibano – as outras oficinas gráficas existentes mais se dedicaram à publicação de jornais, muitos deles de vida curta – foi responsável pela publicação da quase totalidade dos livros produzidos pelos intelectuais locais, durante boa parte das décadas seguintes. Em levantamento feito por Eduardo Martins (1977), de sua fundação, em 1892, até 1976, a editora estatal produziu entre livros, periódicos e publicações oficiais quase 600 títulos.

No governo de João Lopes Machado (1908-1912), textos importantes surgiram no meio cultural paraibano, como o livro *Datas e Notas para a História da Parahyba*, de Irineu Ferreira Pinto, em 1908, considerado o primeiro levantamento documental de fôlego sobre o passado da Paraíba e, do mesmo momento, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, editada a partir de 1909, somente após quatro anos de fundação da instituição.

No entanto, o cenário nem sempre era tão favorável assim. A economia oscilante do Estado implicava em intervalos enormes na periodicidade das publicações que contavam com seus subsídios – como a Revista do IHGP, que entre os anos de 1912 e 1922 não foi editada – sem contar a “peregrinação” a que foi submetida até a conquista da sede definitiva do Instituto Histórico, por meio de um convencimento social da viabilidade de uma instituição desse tipo. As diferenças políticas também poderiam travar a publicação de algum trabalho. O livro de Maximiano Lopes Machado, *História da Província da Paraíba* é um exemplo emblemático disso.

[151] MARTINS, Eduardo. *A União* – jornal e história da Paraíba. Sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União, 1977, p. 100.

A edição é póstuma, de 1912, após dezessete anos da morte do autor. Na apresentação do livro, escrita por João de Lyra Tavares,[152] encontramos os percalços que prolongaram a data e que também foram incialmente revelados no prólogo escrito por Machado. Como o Instituto Histórico Paraibano não existia, quando da conclusão do trabalho, o Instituto Pernambucano foi o primeiro espaço de recepção do texto. Orador oficial daquela congregação durante anos, é bem provável que Machado houvesse tido a oportunidade de apresentar os resultados de suas pesquisas aos consórcios pernambucanos e, foi assim, que partiu deles a ideia de solicitar à Assembleia paraibana subsídios para a publicação da obra:

> Ciente a benemérita associação pernambucana da importância do trabalho a que se entregara o seu operoso consórcio, resolveu, em sessão de 5 de agosto de 1886, interceder perante a Assembleia Provincial da Paraíba no sentido de ser dada uma subvenção para que [o livro] fosse editado.[153]

Contudo, mesmo com voto favorável na Paraíba ao projeto de lei que subsidiaria a edição, conforme Machado, o presidente da província não o sancionou sob "o pretexto da falta de recursos dos cofres públicos".[154] De acordo com Lyra Tavares, "a causa legítima que a referida alegação procurou encobrir" estava no fato de Maximiano Machado ser um liberal e o governo da província, no momento, ser composto por figuras do Partido Conservador local. Em relatório apresentado em 1887 por João Batista Regueira Costa, 1º secretário do Instituto Pernambucano, o fato ocorrido no ano anterior é relembrado, ressaltando a importância da necessidade da publicação de tal obra para a história paraibana. Faz-se interessante observar

---

[152] Considerado o patrono da Contabilidade no Brasil. Nascido em Pernambuco no ano de 1871, Lyra Tavares construiu sua carreira política entre os estados do Rio Grande e Paraíba, onde foi senador e deputado estadual respectivamente. Entre os anos de 1902 e 1914 residiu na Paraíba, quando além de deputado, exerceu o papel de relator das despesas e receitas do Estado. Inclusive Lyra Tavares foi sócio fundador do IHGP, empreendendo pesquisas históricas que resultaram, em 1910, na publicação de *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*, entre outros trabalhos.

[153] TAVARES, João de Lyra. Texto de apresentação in: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol.1, 1977, p. IX.

[154] Ainda no Prólogo, dizia Machado: "Esse governo era então representante da decadência da monarquia nos tempos próximos da sua deposição; governo introduzido no corpo de um jovem adventício, sem individualidade própria, sujeito aos ditames da velha escola partidária. [...] O pretexto da falta de recursos dos cofres públicos, com que fundamentou a devolução do projeto, era tão original e lastimável, como supor que aquele mal estado continuasse até a consumação dos séculos". _____. *História da província da Paraíba*..., vol.1, 1977, p. V. Em 1886, o Presidente da Província da Paraíba era Antonio Herculano de Souza Bandeira.

também as impressões do secretário do Instituto Pernambucano sobre a metodologia utilizada por Machado, e a forma como se compreendia o estatuto do conhecimento histórico, naquele momento:

> Nunca é demais para encarecer a importância dessa obra, com que o nosso eloquente orador pretende levantar um monumento *aere perennius* à heroica província que lhe deu berço. A história, reduzida primitivamente às civilizações helênica e itálica [...] era representada entre os gregos por Heródoto de Halicarnasso e Tucídides e entre os romanos por Fábio Pictor e Catão o Censor, que perpetuaram as tradições de suas pátrias. Mais tarde Sempronio Azeglio, apartando-se do estilo dos pontífices, contribuía para que consistisse ela não na simples enumeração dos acontecimentos, mas no conhecimento de suas causas, na explicação de seu espírito. [...] Só então [...] depois que a atenção do historiador se fixou sobre toda a humanidade, foi possível criar o que se chama, com muitíssima propriedade, a *filosofia da história* e, traçado esse novo caminho, apareceram Vico, Montesquieu, Cantu, Cousin, Michelet, Edgard Quinet e muitos outros. Animado do mesmo espírito filosófico que esses escritores, que elevaram a história à sua verdadeira altura, e guiado pelos processos modernos, não limitou-se o dr. Maximiano Lopes Machado, ao compor a obra de que me ocupo, a uma simples crônica dos fatos, de que foi teatro a sua província natal. Ao contrário, colocando num ponto de vista, de onde pudesse apreciar as causas, as relações e as consequências dos acontecimentos, que aí tiveram lugar desde os tempos primitivos até os nossos dias, folheou os documentos que lhe foi possível consultar, combinou as asseverações dos diferentes escritores acerca de certos pontos duvidosos, corrigiu as inexatidões, de que se ressentiam as crônicas da época e de todos esses elementos extraiu a verdade, escrevendo, com *aquela brevidade correta e luminosa*, de que nos fala Cícero, a importante *História da Paraíba do Norte*. Reconhecida a essa prova de patriotismo, por parte de um de seus filhos mais distintos, a heroica terra de Vidal de Negreiros sentiu pulsar-lhe no peito um coração amante das suas glórias no passado e esse sentimento inspirou-lhe a apresentação de um projeto na sua Assembleia provincial, concedendo uma subvenção para a publicação daquela obra.[155]

Somente em 1893, a Assembleia da Paraíba autorizava pela lei nº 131 “a aquisição da história” de Maximiano Machado. Bem provável nos parece que foi a partir desse evento que Machado escreveu o prólogo de sua história, inclusive porque encontramos no texto as esperanças, ainda vivas do autor, da certeza da publicação de seu trabalho, considerado por ele, não somente como a primeira narrativa histórica da Paraíba, mas um dos elementos de um

[155] COSTA, João Batista Regueira. Relatório apresentado pelo 1º Secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano na sessão magna aniversária, de 27 de janeiro de 1887. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. n. 33. Recife: Typographia Universal, 1887, p. 19-20.

passado maior, que seria a história do Brasil, uma vez que a história geral do país só seria possível através da junção das "histórias parciais":

> O regime político, aceito ultimamente pela nação, reconhecendo que na voz do passado há sempre lição e conselho, adotou pelo ilustre governador do Estado, o projeto da antiga Assembleia como ela o havia votado. A Paraíba, pois, vai ter a sua *Historia*, e oferecer subsídios, ao exemplo de outros Estados, à História Geral da União Brasileira. É só com o enfeixe das histórias parciais que poderemos obter com exatidão esse desejável resultado.[156]

Entretanto, segundo Lyra Tavares, "esta resolução permaneceu esquecida"[157] apesar de insistirem pela sua execução vários intelectuais, sinceramente interessados no aproveitamento das raras contribuições conseguidas para o conhecimento do nosso passado";[158] vindo a realizar-se somente no ano de 1910, quando Lyra Tavares, enquanto deputado, apresentou outro projeto na Assembleia Legislativa Paraibana, que foi aprovado unanimemente. Vencidos todos os entraves, o Governo indenizou os herdeiros do autor e financiou a impressão dos exemplares. Mas não se pode deixar de ressaltar que, no presente momento da autorização, o Presidente da Paraíba era o senhor João Lopes Machado, sobrinho do falecido autor. Ficou, assim também, Lyra Tavares responsável pela publicação do livro, levantando e reunindo os originais para enviá-los à Imprensa Oficial.[159]

---

[156] Prólogo. MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*, vol.1, 1977, p. V.
[157] TAVARES, João de Lyra. Texto de apresentação in: _____. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. IX-X.
[158]TAVARES, João de Lyra. Texto de apresentação in: _____. *História da província da Paraíba*..., 1977, p. IX.
[159] "É lamentável que da demora ocorrida na publicação proviesse o desaparecimento de uma parte considerável que a fazia atingir a época da independência nacional, e de três páginas dos originais referentes ao período aqui compreendido. " TAVARES, João de Lyra. Texto de apresentação in: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol.1, 1977, p. X.

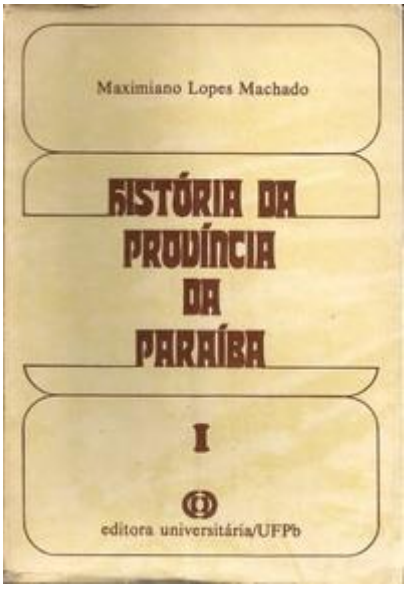


Imagem 3: Capa da segunda edição (1977) de *História da Província da Paraíba,* publicada pela Editora Universitária, da UFPB

Maximiano Lopes Machado, filho do comerciante português Manoel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado, nasceu em 7 de agosto de 1821, na capital da Paraíba e faleceu em 11 de fevereiro de 1895, no Recife.[160] Logo depois do seu nascimento, seu pai decidiu transferir-se com a família para a capital de Pernambuco, a fim de proporcionar uma melhor educação aos filhos. No convento Madre de Deus, em Olinda, Machado iniciou seus estudos primários e, em 1839, concluiu o curso preparatório para, no ano seguinte, ingressar na Faculdade de Direito de Olinda.

Fundada em 1828 e sediada inicialmente em Olinda, a Faculdade de Direito foi transferida para o Recife em 1854. Junto com a Faculdade de Direito de São Paulo, instalada

[160] Boa parte dos textos que abordam a biografia o autor tem por base um texto escrito por Manoel Tavares Cavalcanti, no *Almanak do Estado da Parahyba*, de 1908, como por exemplo, o texto introdutório de João de Lyra Tavares, presente no primeiro volume da *História da província da Paraíba*, publicado em 1912. Ver também: GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Maximiano Lopes Machado primeiro historiador da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção historiadores paraibanos, vol. 1); MACHADO, Maximiano Lopes. Espírito revolucionário – pensamento libertador. In: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoas: Ed. Universitária/UFPB, 2003; MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2009; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. *Os indígenas na primeira história da Paraíba*: um estudo sobre a História da Provincia da Parahyba de Maximiano Lopes Machado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012.

no mesmo ano que a sua congênere, fora um dos principais centros de produção científica e convívio intelectual do país, durante todo o restante do século XIX e início do XX, juntamente com os centros de estudos médicos e dos institutos de pesquisas históricas e geográficas, neste mesmo momento.[161] O processo de autonomia política do país exigia também a busca de uma autonomia cultural, e esses espaços de produção e divulgação científicas foram fundamentais para tal intento.

Desde sua criação, até o início da década de 1930, a diversidade social dos estudantes da Faculdade de Direito pernambucana não divergira muito. Boa parte dos estudantes era proveniente, além do Estado de Pernambuco, de outros vizinhos, como a Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. No início, em Olinda, os alunos estavam mais ligados à elite rural local. Com a passagem para o Recife, isto não deixou de existir; contudo, jovens advindos da classe média urbana começaram a frequentar a instituição. Mas o fato é que mandar um filho para estudar na faculdade de Direito não era uma aspiração meramente relativa ao intelecto, buscava-se dotar estes homens da capacidade de serem os futuros condutores e líderes da política local e, possivelmente, nacional.[162]

Em estudo sociológico sobre a formação profissional e cultural dos bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, no século XIX, Sérgio Adorno (1988) observou o lugar dos cursos de Direito e seus respectivos profissionais na construção do Estado Nacional brasileiro. De acordo com o autor, os bacharéis de Direito foram responsáveis pela construção da unidade política nacional e da burocratização do aparelho estatal brasileiro. Durante o século XIX e boa

---

[161] Estas faculdades de Direito surgiram no intuito "[...] de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole, mas matinha no comando um monarca português. Era necessário provar "para fora e para dentro" que o Brasil imperial era de fato independente [...]". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 141. Ver também: BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012. (Coleção Nordestina). A obra foi originalmente publicada em 1927, em comemoração ao primeiro centenário da instauração dos cursos jurídicos no Brasil.

[162] "[...] o prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito" [...]". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças* ..., p. 142 e 150.

parte do início do XX, esses intelectuais predominaram também sobre a escrita da história e, pela sua proximidade ou organicidade com o poder, não há de se estranhar a força de verdade desses discursos sobre a cultura histórica local, por exemplo.[163]

Machado bacharelou-se em 1844, aos 23 anos de idade sendo, logo em seguida, nomeado promotor público em Olinda. O cenário político na época da formação de Machado foi extremamente conturbado,[164] inclusive no que diz respeito às disputas de poder local. Não é nossa intenção enveredar pelos caminhos das discussões que caracterizavam a divisão tradicional das forças políticas entre liberais e conservadores no Brasil imperial. Até porque, consenso e ideologia partidária não existiam, o que predominava eram os interesses políticos dos componentes de cada situação, que provocavam, inclusive, subdivisões internas entre os próprios partidos. E se formos elencar como um dos diferenciais o posicionamento contrário ao poder nas mãos do Imperador, os liberais jamais teriam sido um dos eixos da centralização no Segundo Reinado.

---

[163] "[...] o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de magistrados, dominado por juízes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica. O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação de quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano [...]. Ademais, a criação dessa *intelligentsia* viabilizou a formação de uma consciência nacionalista, fundada em bases ético-jurídicas que encontrou nas teses liberais seu ponto de convergência. Mais do que isso, a profissionalização da política, principiada no interior das Academias de Direito, conferiu papel determinado ao bacharel. Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção de carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo. [...] Toda uma "trama" intrincada de relações e de práticas sociais constituiu o terreno sobre o qual se edificou o universo ideológico que fez emergir o principal intelectual da sociedade brasileira durante o século passado [XIX]: o bacharel. Tratou-se de um intelectual que se desenvolveu às expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, construída nos interiores dos institutos e associações acadêmicos, que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta e tornou viável a emergência de uma ética jurídica liberal, defensora das liberdades e da vigília permanente da sociedade. As academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos de saber. Um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais." In: ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 78-79. Ver também: CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor"*. Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2004.

[164] DA SILVA, Wellington Barbosa. Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849). *História Social*, n. 16, p. 29-44, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/232>. Acesso em: 22/02/2015.

De 1844 a 1848, os Liberais passaram a ter um predomínio na política nacional, quando foram chamados pelo Imperador para compor o ministério. Nesse meio tempo, fora nomeado, em 1845, para presidir a província de Pernambuco, o liberal Antonio Pinto Chichorro da Gama, então recebido com entusiasmo pelos praieiros, o grupo de dissidentes do Partido Liberal. Permanecendo no poder até 1848, o governo de Chichorro foi marcado pelo predomínio dos liberais, embora as forças conservadoras não tivessem arrefecido. As eleições locais eram extremamente disputadas, inclusive o presidente Chichorro fora eleito duas vezes senador pela província, mas por intermédio dos conservadores pernambucanos; na Corte, nenhum dos pleitos foi reconhecido. Acrescentam-se a este cenário a destituição de inúmeros cargos públicos ocupados por figuras ligadas ao Partido Conservador bem como as manifestações na capital da província, agressões a portugueses e as reivindicações da nacionalização do comércio. O rastilho das tensões foi ocasionado pela queda do ministério Liberal na Corte e a nomeação do conservador Herculano Ferreira Pena para Presidência de Pernambuco.[165]

Justamente foi essa mudança de comando da província pernambucana, que passou das mãos dos liberais para os conservadores – representados pelos latifundiários e grandes comerciantes, muitos dos quais portugueses – que ocasionou o levante. Um grupo de liberais publicava um jornal chamado *Diário Novo*, cuja sede se localizava na Rua da Praia – por isso o nome Revolução Praieira – que lançava inúmeras críticas à situação econômica e política de Pernambuco. Assim que o novo governador tomou posse, em outubro de 1848, iniciou-se uma perseguição ferrenha aos liberais, destituindo vários partidários de seus cargos públicos. Da luta de argumentos à luta armada, fora menos de um mês.

---

[165] CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, jul./2003.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16526.pdf>. Acesso em: 22/02/2015.

No entanto, Machado retornou à Paraíba ainda em 1847, então nomeado juiz da comarca da cidade de Areia, interior da província. Tornou-se uma figura política ativa, filiando-se ao Partido Liberal, pelo qual foi eleito deputado provincial paras as legislaturas de 1846-1847 e 1847-1848. Simpatizantes do movimento da Revolta Praieira que eclodiu no Recife, quando as tropas rebeldes se dispersaram pelas províncias vizinhas de Pernambuco, à medida que avançavam pelo território paraibano, tinham como um de seus planos refugiarem-se, não por coincidência, na cidade onde Machado residia. Por apoiar o plano dos revoltosos e inclusive ter recebido em sua residência os líderes do grupo, Machado também sofreu a perseguição das forças legalistas e, ferido em combate, fugiu da cidade, mas foi preso pouco tempo depois. Por força de *habeas corpus* foi solto e passou assim a viver de modo discreto pelos sertões da Paraíba por praticamente dois anos, quando foi anistiado em 1852.[166]

Dessa experiência, resultou a publicação, em 1851, do *Quadro da rebelião Praieira na Província da Paraíba*.[167] Livro que, por ter sido escrito ainda no calor das emoções, é considerado por diversos autores que estudaram a obra de Machado como o texto mais crítico à centralização política nacional, ao governo local e à figura do Imperador. Nesse mesmo ano, já residindo em Campina Grande, Machado estabeleceu-se como advogado e professor no magistério. Assumiu então a chefia do Partido Liberal na cidade, sendo eleito novamente deputado provincial por mais duas legislaturas.

Em 1862, Machado retornou ao Recife como professor da Escola Normal; não deixou, entretanto, a vida política, tendo sido eleito deputado por mais cinco exercícios legislativos

---

[166] Conf. ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

[167] No livro "Machado retrata os principais motivos que levaram à revolta, relatando desde os problemas causados pela administração política de D. Pedro I, como a indicação para cargos públicos de pessoas contrárias à Independência, até a derrota dos revoltosos. Aborda a nomeação do bacharel João Antônio de Vasconcellos para a presidência da província da Paraíba e sua atitude política depois de instaurada a Revolta Praieira. Cita as causas que levaram os pernambucanos a se rebelarem, fala, em partes diferentes, como se deu o conflito em algumas regiões, dando ênfase a Areia e o porquê da escolha desta cidade para refúgio dos rebelados. Comenta, também, as práticas exercidas pelos vencedores, que reprimiam os praieiros de forma humilhante, procedendo ainda com perseguições políticas, além de prisões ilegais". MACHADO, Maximiano Lopes. Espírito revolucionário – pensamento libertador..., p. 105.

consecutivos. Machado também exerceu durante esse período atividade intelectual significativa, destacando-se como redator chefe do jornal *Liberal* e depois no *Liberal Progressista*; tornou-se membro do Instituto Arqueológico Pernambucano, publicando no periódico da entidade e participando ativamente das sessões como orador oficial, onde apresentou diversos trabalhos.

Além de suas colaborações em jornais, tanto nas províncias da Paraíba como na de Pernambuco, Machado publicou um montante de quatorze textos na revista do Instituto Pernambucano,[168] entre os anos de 1883 e 1890. Seus comentadores ainda indicam um *Tratado de Calligraphia* e *A Parahyba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida* (quando ainda professor na escola Normal do Recife) bem como o já citado livro sobre os acontecimentos da revolta Praieira na Paraíba, de 1851.

O *Atlas do Imperio do Brazil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiasticas, eleitoraes e judiciarias*, foi elaborado em 1868, por Cândido Mendes de Almeida, na época deputado na Corte Imperial. O Brasil passava por um momento que demandava de seus políticos e intelectuais um maior conhecimento do seu território: as disputas internas de jurisdição e por consequência a delimitação de terras e os direitos fiscais sobre a movimentação de produtos, bem como, no âmbito externo, as recentes reduções do território em virtude da Guerra do Paraguai, exigiam ações mais efetivas do Governo Imperial sobre o assunto. Diante disso, o atlas de Mendes de Almeida veio com a proposta de apresentar os limites a essas demarcações. No entanto, de acordo com Machado, o atlas de Mendes de Almeida foi impreciso com relação à Paraíba.[169] Reconhecendo ainda o estatuto primário do campo da Geografia no

---

[168] Conf. *Índice das Revistas do IAHGP (RIAP)*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nº 63, Recife, 2010.Disponível em: <http://www.iahgp.com.br/RIAHGP/INDICE-REVISTAS-IAHGP.n63.2010.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

[169] Conf. MACHADO, Maximiano Lopes. *A parahyba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida*. Recife, Tipografia do Comercio, 1871 e GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Maria Duarte dos. O "Atlas do Império do Brazil": uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. Porto-PT, 2011. IV Simpósio Luso Brasileiro (Faculdade de Letras/Universidade do Porto). Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/28.pdf>. Acesso em: 22/02/2015.

país, Machado apresenta as incoerências do atlas, por ele comentado, e propõe uma demarcação da província da Paraíba, mais de acordo com os limites reconhecidos pela tradição histórica local e baseado também no seu conhecimento da região. Além das críticas dirigidas ao Governo Imperial, o principal culpado, segundo ele, do desconhecimento do território nacional, Machado defende a necessidade real da demarcação oficial das divisões administrativas do Império a fim de evitar inúmeros conflitos, como o já citado anteriormente com relação às províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Em 1887 publicou o *Esboço biográfico do Conselheiro e Senador do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama*, que, de acordo com Guimarães (1999), seria uma homenagem ao político que fora, ao longo de sua trajetória, além de senador, ministro e presidente de diversas províncias no Império e de passagem marcante por Pernambuco, ainda no tempo em que Machado era estudante na Faculdade de Direito, como mencionamos há pouco:

> Chichorro governou Pernambuco numa fase de grande exaltação político-partidária, prestigiando a corrente liberal. Talvez por isso Machado tenha lhe prestado essa homenagem, principalmente porque ele considerava que Chichorro viera a Pernambuco para "curar as chagas ulcerosas feitas pelo Barão da Boa Vista e seus sucessores.[170]

Francisco Muniz Tavares, parlamentar pernambucano e um dos personagens da Revolução de 1817[171], publicou a *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, no ano de 1840. Considerada por pesquisadores do período como a primeira publicação de repercussão sobre o movimento, a obra traz um elogio veemente aos participantes do levante, apontando-os como precursores da independência nacional. Embora procure não tecer críticas ao poder central, seu livro foi extremamente mal recebido pelos intelectuais ligados ao IHGB, como

---

[170] GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Maximiano Lopes Machado primeiro historiador da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção historiadores paraibanos, vol. 1), p. 16-17. Ainda segundo Guimarães o texto foi publicado novamente em 1967, na Revista do instituto pernambucano, vol. XLVI.

[171] Sobre a Revolução conf. SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, dez/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19/02/2015 e MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Varnhagen, por exemplo, que apontou ter sido uma "moda" naqueles tempos "adular" os feitos pernambucanos da revolução e que, mesmo passados quarenta anos dos acontecimentos, os "sucessos narrados com pouco exame vão convertendo em um mito heroico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum".[172] Muniz Tavares foi também um dos fundadores e o primeiro presidente do Instituto Pernambucano, criado em 1862, pouco tempo depois de ter renunciado ao posto de sócio correspondente do IHGB, em 1860.

A Introdução do livro a *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, escrita por Maximiano Machado em 1884, na segunda edição da obra, veio em defesa não só do autor, mas também da própria história da revolução que, ao contrário das críticas, segundo Machado, não pode ser tomada pelos historiadores com um evento diminuto e sem importância para a história do país. Especula-se também que Machado tenha escrito um romance cujo enredo passa-se em Pernambuco entre os anos de 1828 e 1830, mas como não foi publicado, não existe hoje nenhum registro de sua composição.[173]

3.2.1. A *História da Província da Parahyba*

A edição da *História da Província da Paraíba* consultada por nós neste trabalho foi publicada em 1977 pela Editora Universitária, da Universidade Federal da Paraíba. Integrando a coleção "Documentos Paraibanos", a editora preparou uma reprodução da primeira edição de

---

[172] VARNHGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, 1857. Tomo 2, p. 374. Diz ainda Varnhagen sobre o mesmo assunto: "Ao sensato leitor brasileiro que tenha refletido no estado próspero do Brasil, que se colige de quanto fica referido nas precedentes seções, deixamos que sinta e decida em consciência se lhe parece que haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brasil, se intentasse uma revolução contra o benéfico Sr. D. João, e contra a integridade do seu predileto reino de novo criado [...]. Entretanto, uma revolução, proclamando uma república absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar. Forçados porém a dedicar-lhe algumas linhas, procuraremos ser breves." E ainda acrescenta: "A missão do historiador não é lisonjear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos do país, ou antes neste a meia dúzia de gritadores e apaixonados parciais". _____. *História geral do Brasil*. Tomo 2, p. 373-375.

[173] CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba* (Patronos da Academia). Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1955; LEITÃO, Deusdedit. *Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853*. João Pessoa: A União. s/d.

1912, obedecendo à divisão original em dois tomos, sem acrescentar nenhuma atualização ortográfica, incluindo apenas um “estudo introdutório”, do historiador e professor José Octávio de Arruda Mello. A história apresentada por Machado faz um percurso cronológico e sequencial da Paraíba, partindo das primeiras décadas do século XVI, indo até fins do século XVIII.

A temporalidade é apresentada cronologicamente, recorrendo a uma narrativa em muitos momentos exaustiva que convida o leitor a compreender a inserção da Paraíba num contexto maior: a história do Império Português e sua expansão que resultou, posteriormente, na criação da nação brasileira. Ao lermos o texto de Machado, percebemos o quanto o autor se empenhou em construir um relato no qual, possivelmente, mesmo concebido dentro de uma atmosfera discursiva eivada de localismos, o leitor chegasse à conclusão de que a história da Paraíba era também a história do Brasil; que a Paraíba não poderia ser vista como um apêndice dos feitos e do passado de sua província vizinha, Pernambuco.

Para ter uma ideia mais clara das imagens dadas ao passado paraibano, na história produzida por Machado, faz-se necessário elencar os pontos mais recorrentes do seu discurso. Muitos desses *topos* compunham o imaginário das províncias mais próximas, mais precisamente sobre aquelas que, de algum modo, orbitavam Pernambuco. Dentre eles, podemos citar como os mais presentes, por exemplo: a questão da conquista e povoamento do território brasileiro, apresentados como produtos de um esforço quase que exclusivamente empreendido pelos locais, sem o apoio da metrópole; o período da ocupação holandesa e os movimentos de restauração, apontados como os primeiros e mais importantes feitos de nossa nacionalidade: e, tratando-se particularmente do objetivo da história produzida por Machado, as questões que envolvem a conquista do território que compreende a Paraíba – tomado como fator primordial para o avanço decisivo do domínio português na colônia – e a participação do paraibanos nos momentos decisivos de construção de nossa nacionalidade. Adicionamos a esses elementos o que chamamos de posicionamento político-ideológico da defesa de uma autonomia

historiográfica, defendida pelo autor com relação à história produzida pelos intelectuais ligados à Corte no Rio de Janeiro.

Em todos os capítulos, Machado procurou inicialmente construir o contexto político da História de Portugal, para, assim, introduzir a Colônia no universo da civilização ocidental, e, mais especificamente, as porções mais ao norte do território para que fosse compreensível e coerente, tanto temporal como factualmente falando, o relato sobre a História da Paraíba.[174] Estratégia discursiva que, de certo modo, traiu o próprio autor, por dificultar, em certos momentos, que seja constatada a presença da Paraíba no próprio relato.

É certo que, alicerçado nas crônicas e na história disponível à época, Machado não podia se afastar muito dessa metodologia, nem muito menos consultar um universo documental distante e, em certos casos, ainda escassamente organizado em arquivos para esse determinado fim, no país, apesar de seus esforços, demonstrados nas inúmeras citações no texto, evidenciadas inclusive em notas de rodapé.[175] Machado reconhecia essas dificuldades materiais e metodológicas, quando criticava o monopólio da escrita da história empreendido pelos historiadores vinculados ao IHGB, no Rio de Janeiro que, segundo o autor, arvoravam-se como os construtores de uma história geral – entenda-se por nacional – que desprezava as

---

[174] Essa apresentação sucessiva de acontecimentos seria uma das "razões de método" adotadas pelo autor para que se pudesse compreender "as partes de um grande todo": "Achamos de bom acerto lembrar, ainda que por alto, mas sem prejuízo de clareza e verdade, certos fatos gerais que, parecendo à primeira vista estranhos à história particular, a reflexão e o estudo conseguiram descobrir neles o ponto de partida de sucessos reservados à narração especial, e por isso mutuamente compreendidos como partes de um grande todo. Se alguns dos nossos leitores sabem que no reinado de D. Manoel, [...], o Brasil foi casualmente descoberto – ainda que outros pensem de modo diverso – nem todos conhecem como esse venturoso soberano veio ocupar o trono da mais poderosa monarquia daqueles tempos, sucesso causal de grande repercussão no mundo social e político, resultando dos seus efeitos a extensão dos domínios da coroa pelas quatro partes conhecidas da terra, e a submissão dos seus habitantes, em cujo número figuram os brasileiros como vassalos, seus e dos seus sucessores até a primeira parte do presente [XIX] século. Ligados intimamente à essa fase da história de Portugal entendemos que não devíamos passar por alto a modificação operada na sucessão imediata da coroa, sendo chamado um terceiro que, em circunstancias normais talvez nunca a tivesse colocado sobre sua cabeça. Se ela não se operasse tão rapidamente, era bem possível que a nossa existência social, as nossas crenças, instituições e costumes fossem outros, tendo sido o Brasil anteriormente visitado por navegadores e traficantes franceses e castelhanos. Deixar em olvido o fato, de verdadeiro valor histórico, como fizeram todos os nossos escritores, seria de novo tentar contra a harmonia existente dos fatos, para torna-los pouco compreensíveis no seu conjunto." Conf. Prólogo. MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol.1, 1977, p. V-VI.

[175] Machado revela que fez o que esteve ao seu alcance, apesar das condições sofríveis dos arquivos públicos consultados. Conf. Prólogo. _____. *História da província da Paraíba*..., vol.1, 1977, p. IX.

especificidades locais na construção de nosso passado e de nossa nacionalidade. No prólogo de seu livro, Machado apresentou de forma clara e simbólica a problemática de uma história que se pretendia geral, produzida no "sul" do país, e as dificuldades de se empreender pesquisas de cunho historiográfico nas províncias mais distantes da Corte, onde a relação com a preservação da memória ainda não passara a ser de interesse público:

> A reconstrução seria, com efeito, a melhor, dirigida por tão insigne mestre [falando de Varnhagen]; mas ainda assim não sairia completa pela variedade das circunstâncias. A extensão do território brasileiro e a sua divisão em Província ou Estados, tão grandes, como em geral as maiores nações do continente europeu, parte dos quais a enorme distância do centro da administração e cada um com a sua feição local [...] trariam dificuldades que o talento mais cheio de aspirações não poderia superar sem acurados estudos dos sucessos particulares de cada um dos Estados. Essas dificuldades, porém, se tinham modificado com o movimento literário que principiou a girar no Brasil de certo tempo a esta parte, muito antes das citadas palavras de Varnhagen. Em alguns, aquele movimento converteu-se no desejo de tornar conhecida a história da sua terra natal. **[...] Infelizmente o governo geral, no regime monárquico, entendeu abafar o sentimento do amor das nossas tradições e feitos patrióticos, fazendo recolher ao arquivo público do Rio de Janeiro tudo quanto pelas secretarias das Províncias e Casas de Misericórdia pudesse servir ao estudo da história particular e completar o que faltava refletir. [...] Ficamos estacionários, a espera que nos mandassem da corte uma História completa do Brasil, e a História Geral foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciais o exame dos fatos relativos a cada uma das partes do todo! E o que vinha a ser essa História Geral sem as suas partes componentes? Não era possível aceitá-la como tal, passando por alto a nossa organização primitiva, as fases do nosso progresso, os nossos movimentos revolucionários** provocados pelos desacertos da suprema administração, lançando um traço negro sobre o nome dos vencidos, ocultando o confisco dos seus bens e o martírio do cadafalso, ou tratando-os de resto, como uns desgraçados sem entusiasmo pela realeza e sem reconhecimento pelos benefícios recebidos.[176]

Apesar da nítida reclamação de Machado, sobre a decisão imperial que obrigava as províncias a remeterem documentos para alimentar o Arquivo Público do Rio de Janeiro; não sabemos, entretanto, até que ponto tais documentos teriam sido preservado se utilizados para o mesmo fim, caso permanecessem em cada parte do Império. No entanto, Machado declara que suas pesquisas continuaram "nesses restos que ficaram, como abandonados, nos arquivos das

[176] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. III. (Grifos nossos)

secretarias provinciais". Na Paraíba, a pesquisa promovida por Machado, de acordo com suas próprias convicções, foi mais completa, inclusive pela questão da história paraibana, especificamente, ser "mais rica"[177] em fatos que a ligam ao todo maior da História nacional, acrescida das pesquisas levadas a cabo pelo autor, no Arquivo Público Nacional, das correspondências com arquivos estrangeiros, bem como da documentação trazida por José Higino Duarte Pereira para o Instituto Pernambucano.[178]

Embora o "gênero histórico" promovido por Machado em sua obra tenha dialogado com o fazer historiográfico de Varnhagen, a busca por uma leitura mais particular do passado local foi elaborada por Machado evidenciando, em muitos momentos, uma posição *antivarnhageniana*. Machado ainda reconhece que essa possível História Geral do Brasil não poderia ser escrita com exatidão sem a consulta aos arquivos espalhados pela Europa, e ninguém melhor que o próprio Varnhagen para executar tal empreitada, tanto porque aquele intelectual residia fora do país, como também pela sua indiscutível "capacidade técnica para o gênero histórico". No entanto:

> As *Histórias do Brasil* [...] são incompletas por terem concentrado no sul, a narrativa e a crítica histórica, lançando daí apenas uma ligeira vista de olhos para o norte, sem interesse, nem ponto fixo. Dir-se-ia que se formava aquela corrente centralizadora, que tão caudal se tornou depois, até envolver os que pareciam adversos à irresistibilidade do impulso. Varnhagen, que podia ser mais cabal e correto, seguiu o mesmo plano dos outros, desculpando-se com a persuasão em que estava, **de não ser a história minuciosa a que pode ser mais útil**; e declinando para os historiadores parciais que não tardariam aparecer o exame dos fatos relativos a cada uma das partes do todo, põe termo a sua obra sem aquela luz brilhante que as circunstâncias peculiares derramam sobre os acontecimentos gerais. Desculpa injustificável. É o todo sem as esplendidas feições das suas partes! Daí o mal que todos conhecemos: o ensino nas escolas por compêndios extratados dessas Histórias, vazadas nos mesmo moldes, incorretas e incompletas.[179]

---

[177] Aponta Machado que, diante dessas dificuldades materiais, foram necessários mais de dez anos para a composição de sua história da Paraíba. MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. IV.

[178] Machado inclusive atribui a esse conjunto documental o papel de fornecer os subsídios fundamentais para o que ele trouxe de *novo* e mais consistente sobre o passado da Paraíba. No seu livro, diz Machado que "[...] está a novidade da *História da Paraíba*, até então ignorada ou quando muito limitada a poucas linhas, segundo o suave cogitar do emérito escritor do Rio de Janeiro." Conf. Prólogo. _____. *História da província da Paraíba*, vol.1, 1977, p. IX.

[179] _____. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. II.

Aponta, assim, para a necessidade da produção das histórias locais e, mais do que isso, para o incentivo ao surgimento de instituições culturais nas províncias e para o desenvolvimento de uma cultura histórica distante ou de certo modo, autônoma da Corte, como, por exemplo, a que era desenvolvida pelos membros do Instituto Pernambucano. Acrescenta-se a isso que também não se poderia compreender, segundo Machado, a construção da unidade política nacional sem a participação de sujeitos e eventos históricos que não estavam exclusivamente na ou sob a órbita da Corte Imperial. Exercício historiográfico e também político, esse defendido por Machado, que posteriormente desembocaria naquilo que alguns autores caracterizariam como uma das vertentes do regionalismo[180] historiográfico no Brasil. O período de produção da obra de Maximiano Machado compreende um momento específico da história do país, quando os elementos de identificação de nossa nacionalidade passavam por contestações e reelaborações. Sua filiação ao Instituto Arqueológico Pernambucano, primeira agremiação a produzir uma concepção de passado nacional divergente, em muitos aspectos, do que pensava a cultura histórica advinda do IHGB, bem como sua vinculação às tendências liberais,[181] apontada por alguns de seus biógrafos, aparecem como pontos fundamentais, que influenciaram sua narrativa histórica.

---

[180] A historiadora Anne-Marie Thiesse, observando o exemplo francês, esclareceu que "a representação regionalista é um elemento forte da identidade nacional" na França. Faz-se interessante essa observação para pensarmos a temática por nós aqui trabalhada, com a clareza de não confundir os processos nem suas especificidades. Assim como no Brasil, o discurso regionalista surgiu na França no final do século XIX e com algumas caraterísticas bem próximas às de nossa experiência, como, por exemplo, uma forte crítica à centralização política e econômica em Paris e, no nosso caso, no Rio de Janeiro, na Corte Imperial. Ainda observa Thiesse que "o regionalismo francês não foi construído contra o nacional, mas sobreveio, ao contrário, como vontade de corrigir os males de que a nação padecia". O regionalismo francês não se desenvolveu "em oposição ao sentimento de identidade nacional, mas como forma consensual da reunião nacional". Para mais detalhes ver: THIESSE, Anne-Marie. "La petite patrie enclose dans la grande": regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 3-4.

[181] Desde seu início o Partido Liberal tinha como uma de suas bandeiras a necessidade de uma autonomia política das províncias e como consequência um papel representativo das forças locais na construção da unidade em torno do poder imperial (monarquia federativa). Com as posteriores radicalizações em seus programas a partir da década de 1860 o partido passou a defender bandeiras caras às oligarquias como a abolição da escravatura e as eleições diretas. Em 1870 a ala radical do partido fundou o Partido Republicano. Ver: BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o 2º império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179482>. Acesso em: 07/03/2015.

Das diversas crônicas e relatos históricos consultados por Machado, podemos citar como principais: *História geral do Brasil* e *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, de F. A. de Varnhagen; *História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, de Alexandre Herculano; *História do Brasil*, de R. Southey e a polêmica obra *Histoire du Brésil*, de A. de Beauchamp, acusada de plágio por Southey; *História da América Portuguesa*, de S. da Rocha Pita; *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador; *Compêndio de história do Brasil*, de J. I. de Abreu e Lima; como também as narrativas de viagem de Jean de Léry e a *Relação da viagem ao país dos Tapuias*, de Roulox Baro; bem como os textos mais específicos sobre o período da ocupação holandesa no Brasil, como o *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*, de Gaspar Barleus; *O Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado do Salvador; *Memorias diarias de La guerra del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho e *Castrioto Lusitano*, de frei Rafael de Jesus; bem como o texto de Joannes de Laet, até então ainda não traduzido para o português, mas "cujas notas [...] foram obsequiosamente ministradas [por] José Higino Duarte Pereira"[182]. Ainda fez uso de documentos compilados e publicados, tanto na Revista do Instituto Pernambucano, como na do IHGB, como também um dos documentos essenciais para a narrativa da conquista da capitania da Paraíba, o *Sumário das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba*, e outros textos que tratavam das crônicas de algumas ordens religiosas no Brasil, como o *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, escrito por Antonio de Santa Maria Jaboatão e a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*..., de Simão de Vasconcelos.

Todos esses escritos – elencados aqui pela recorrência com que aparecem citados no livro de Machado e não com a pretensão de apontar tudo o que foi consultado – dão um panorama do universo simbólico e discursivo arregimentado pelo autor, na construção de sua

[182] Não encontramos referências ao título do texto escrito por Joannes de Laet. MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, pág. 158 (nota de rodapé).

narrativa sobre a História da Paraíba. Até a conclusão de sua obra, por volta de 1886, quando se iniciam as movimentações para sua publicação, como bem aponta Arruda Mello[183] em sua introdução crítica, presente na segunda edição da mesma obra, pouco havia sido escrito exclusivamente sobre a Paraíba. Apesar dos esforços empreendidos pelos intelectuais filiados ao IHGB, desde finais da década de 1830, e do seu congênere pernambucano, muito pouco havia sido escrito sobre as histórias das províncias e também, porque não, do próprio país como um todo.

Até o início do século XIX, o que se escrevera sobre o Brasil, enquanto discurso de cunho historiográfico ou não, era fruto de estrangeiros que, passando pelo país em viagens e missões ou até mesmo sem nunca terem cruzado o atlântico, escreveram sobre as batalhas de conquista do território, a fauna, a vegetação, os povos "naturais" encontrados pelos colonizadores, entre outros assuntos que dominaram a curiosidade e divulgaram a ainda colônia portuguesa ao dito Velho Mundo, durante os séculos XVI ao XVIII e boa parte do XIX. Nesse último século, mesmo com o início do surgimento de discursos locais, era praticamente inevitável que pensar o Brasil não estivesse ainda condicionado às imagens atribuídas a ele, durante todos esses séculos, por essas narrativas europeias.[184] No momento em que as instituições e o corpo do Estado Nacional brasileiro começavam a tomar forma, fazia-se necessário também a construção de discursos que legitimassem essa verdade, e a fórmula para tanto já havia se tornado clássica: construir um passado comum a determinados espaços

[183] ARRUDA MELO, José Octávio de. Maximiano Machado – liberalismo, radicalismo e revisionismo na primeira história da Paraíba. In: MACHADO, Maximiano Lopes. História da Província da Paraíba. 2. ed. vol. 1. João Pessoa: EDUFPB, 1977. (Coleção Documentos Paraibanos). [1912]

[184] Um dos principais elementos simbólicos dentro do processo de expansão de conquistas territoriais iniciado no século XV pelos europeus foi a literatura produzida sobre os espaços e os povos "descobertos". A chamada literatura de viagem foi fundamental para a construção da identidade europeia através da percepção do outro, o não-europeu e também para o espírito de conquista dos colonizadores. Sobre o assunto, existem dois trabalhos fundamentais: GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*: o deslumbramento do novo mundo Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 1996 e SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas*: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

geográficos, elencando os fatos que supostamente identificam a trajetória de um povo, atribuindo os feitos a figuras simbólicas, elaborando, assim, uma identidade.

Como bem observou o historiador Jean Marcel Carvalho França (2013), boa parte dessa literatura sobre o Brasil não foi produzida pelos colonizadores portugueses. Eles pouco contribuíram "para a construção do Brasil no pensamento europeu". Um silêncio que, o autor aponta, não estava condicionado somente a uma estratégia política da Coroa em não divulgar suas possessões além do Atlântico, mas pelo desinteresse mesmo dos portugueses nos relatos de viagem:

> Tamanho "laconismo" lusitano acerca do Brasil, uma constante durante o primeiro século que se seguiu à viagem de Cabral, não abrandou com o tempo. Ao contrário, ao longo do Seiscentos e do Setecentos, Portugal notabilizou-se muito mais pelo que deixou de publicar e traduzir sobre suas possessões americanas do que pelas contribuições que deu ao lento processo de construção do Brasil pelo Velho Mundo. Os lusitanos, durante tão extenso período, não publicaram uma única narrativa sobre o país que tenha ultrapassado os limites do pequeno reino e conquistado o público europeu – público ávido por escritos do gênero. Das grandes coleções de viagem, nenhuma saiu das prensas portuguesas ou ganhou uma tradução na língua de Camões. Nem mesmo a vasta correspondência jesuíta produzida nos trópicos conheceu edições em língua portuguesa. As poucas cartas que caíram no conhecimento do público europeu foram [...] publicadas em algumas das muitas coletâneas de cartas jesuítas ou de relatos de viagem publicados na Itália, na França, na Inglaterra, na Alemanha e, em muito menor escala, na Espanha. As consequências de tão pouco apreço dos lusos pela "escritura", como lamentava Gândavo, pesaram enormemente também sobre a minguada produção escrita da colônia. Do pouco que se escreveu em terras brasileiras, terras desprovidas ou carentes de prensas, de instrução, de bibliotecas, de livros, de leitores, em suma, de tudo que se relaciona à cultura escrita, uma parcela diminuta saiu impressa na época.[185]

[185] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. *Acervo*. Rio de Janeiro. v. 24, n. 2, p.12-13, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/495/415>. Acesso em: 03/04/2013. Ver também do mesmo autor o interessante livro *A construção do Brasil na literatura de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012. A historiadora Lisboa (1997) acentua que com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e o fim do monopólio comercial entre metrópole e colônia não proporcionaram apenas a abertura dos portos brasileiros a outras nações, mas permitiram inclusive a vinda de muitos estrangeiros (comerciantes, artistas, naturalistas e imigrantes). Com a permissão de estudar o Brasil, muitos desses visitantes passaram a conhecer e divulgar para a Europa um espaço até então, de certo modo, ainda desconhecido. A vinda desses estrangeiros, de acordo com a historiadora, está estreitamente ligada às reformas promovidas por D. João VI, entre elas a permissão de estrangeiros na exploração do ouro, as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, a fundação da Imprensa Régia, bem como a criação de outras instituições (Biblioteca Nacional, Jardim Botânico e a Escola Real de Belas Artes) que proporcionaram à nova corte experimentar e conviver com os símbolos daquilo que compreendiam por civilização moderna. Dentre as várias nacionalidades que passaram a frequentar os principais centros portuários da colônia, destaca a autora que os ingleses foram predominantes nesse momento da nossa história. "Em razão dos privilégios comerciais que desfrutavam no Brasil, desde o Tratado de

Embora Irineu Joffily já tivera publicado, pouco antes, suas *Notas sobre a Parahyba* (1892), como apontamos no início deste capítulo, como também o livro de Irineu Pinto, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, em 1908; a primeira narrativa mais consistente, nos moldes do que era produzido àquele momento, como discurso histórico, sobre a História da Paraíba, de fato, seria o livro de Maximiano Lopes Machado, apesar de ter tido sua aparição completa somente em 1912. Partes do livro, ainda inédito, foram publicadas inclusive no periódico *Gazeta do Sertão*, de propriedade e direção de Irineu Joffily, que dedicou espaço durante quase dois meses ao seu conterrâneo, para que pudesse ilustrar as páginas de seu jornal com um pouco da história da Paraíba, elaborada por Machado. Entre 7 de junho e 19 de julho de 1889, foram publicados no *Gazeta*, a cada semana, um trecho do quinto capítulo, presente no segundo tomo, da tão divulgada – e ainda não publicada – História da Paraíba, de Maximiano Lopes Machado. Pouco antes, também o jornal campinense havia publicado, em outros dois números, o discurso proferido por Machado na sessão de aniversário do Instituto Arqueológico Pernambucano, comemorado em 27 de janeiro daquele mesmo ano.[186]

Situações que demonstram que não havia uma animosidade entre Machado e Joffily, como o episódio da má recepção por Machado ao livro de seu conterrâneo (lançado em 1892, no Rio de Janeiro), comentado por Capistrano de Abreu e citado mais acima, inicialmente, nos fazem pensar. Inclusive, encontra-se na revista do IHGP, número 17, de 1969, a transcrição de algumas cartas que Maximiano Machado enviara a Irineu Joffily. Percebe-se uma relação bastante amigável entre os dois, embora os assuntos tratados nas cartas versem principalmente sobre esse universo intelectual em que os dois transitavam. Em uma das cartas, de 26 de agosto

---

1810, exercem significativa influência sobre a economia e o campo das ideias, sendo os primeiros a lançar publicações sobre o país." LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida...*, p. 29-30.

[186] Na edição publicada do livro de Maximiano Machado, o capítulo publicado passou a ser o sexto e não o quinto, conforme pudemos observar no periódico. Conf. os números 22 a 30, do ano II, do periódico *Gazeta do Sertão*, disponíveis na plataforma da Hemeroteca digital brasileira, da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213667&PagFis=157&Pesq=>. Acesso em: 22/01/2015.

de 1887, Machado informa a Joffily sobre o recebimento dos "fósseis" que ele enviara ao Instituto Pernambucano, da "excelente impressão" que causara e, inclusive, da comissão paleontológica que fora formada para analisar o material. Nessa mesma carta, Machado diz ao seu interlocutor que o Instituto Pernambucano preparava documento para solicitar à Assembleia Paraibana subsídios para a impressão de sua História da Paraíba, embora não fosse esse o seu principal desejo, como podemos observar no trecho abaixo citado:

> O Instituto resolveu dirigir-se a Assembleia provincial de nossa terra pedindo-lhe um *auxílio* para a impressão da *História da Paraíba*. Em outras condições ser-me-ia isso muito lisonjeiro, mas como paraibano, não. Não desejo que a minha terra contribua, como subescritora, para possuir aquilo que é seu. Estou resolvido a embaraçar a expedição do ofício. Digo-te isso com reserva e desejo ouvir-te.[187]

Infelizmente não chegou até nós a existência de tal opinião emitida por Joffily sobre o assunto.

As muitas leituras das quais Machado fez uso para enriquecer a sua narrativa, principalmente as que tratam do período holandês no nordeste do Brasil, fazem parte das principais crônicas promotoras do nativismo[188] local dos séculos XVII ao XIX: *O Valeroso Lucideno*, de frei Manuel Calado do Salvador; *Memorias diárias de La Guerra Del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho; e *Castrioto Lusitano*, de Frei Rafael de Jesus são exemplos disso. Estes dentre outros livros elencados por Evaldo Cabral de Mello, em seu estudo do nativismo pernambucano, sobre o período da ocupação holandesa no nordeste do Brasil, foram

---

[187] Ver: MACHADO, Maximiano Lopes. Carta. In: Revista do Instituto histórico e Geográfico Paraibano. n. 17. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1969, p. 81.

[188] Ressalta Cabral de Mello que o nativismo pernambucano não assumiu um caráter essencialmente anti-lusitano ou anti-estrangeiro, até porque, em muitas situações houve uma positivação dessa presença estrangeira na história do país, em especial do nordeste do período da ocupação holandesa. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008, p. 15-16. Machado reconhecia a subjetividade de muitas das crônicas consultadas, embora, ao que parece, não hesitava em repeti-las sem nenhuma criticidade: "Contemporâneos dessas lutas, escreveram o que viram e souberam, e se referiram alguns fatos com os transportes de alma arrebatada, é isso desculpável naqueles, que mais se deixaram cariar pelo fanatismo religioso convertido em crença. Foi assim que os oprimidos se elevaram à altura de heróis e conseguiram destroçar as hostes aguerridas dos *hereges*, como chamavam aos conquistadores holandeses." Prólogo. In: MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, pág. II. (Grifo do autor).

impressos na segunda metade do século XVII, inclusive, os dois últimos citados acima, encomendados por Fernandes Vieira, um dos principais personagens do período.[189]

Segundo Cabral de Mello, até o século XVIII, essas obras foram imbatíveis como discursos históricos sobre o período da Restauração, sofrendo concorrência a partir dos primeiros estudos modernos surgidos no século seguinte, por "historiadores estranhos à província" pernambucana. Mas o fato é que mesmo as crônicas luso-brasileiras foram compostas "por autores que não haviam participado dos acontecimentos", como no caso do *Castrioto Lusitano* e a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica*, de Francisco de Brito Freire, que, por sinal, serão as obras mais apropriadas pelo imaginário local.[190] Sucesso proporcionado tanto pelo tom laudatório, que caiu como uma luva aos genealogistas, como pela dificuldade de acesso às fontes, em sua maioria perdidas no incêndio de Olinda ou pelas barreiras espaciais e linguísticas dos documentos arquivados na Europa.

O Valeroso Lucideno passou a ser mais apreciado no século XIX, embora tenha sido a fonte principal dos outros textos "encomendados por Fernandes Vieira". Durante muito tempo, foi um livro proibido de circulação pela Igreja. Mas o modo como a narrativa foi construída é apontado por Cabral de Mello com um dos mais importantes fatores do pequeno interesse pela obra, na época. O texto do Frei Calado ia contra "os modelos vigentes do discurso histórico" no século XVIII, que desprezava os aspectos da vida cotidiana e a intimidade dos que deveriam ser descritos como heróis. Por este motivo, o *Valeroso* foi fundamental para reabilitação, como diz Cabral de Mello, de Maurício de Nassau, por descrever o período do governador neerlandês com detalhes preciosos. O pouco conhecimento das *Memorias diárias* só será suprido na segunda metade do XIX, quando surge sua tradução para o português. Mas o fato é que sua circulação foi proibida, por críticas que tecera à condução do Governo Espanhol

---

[189] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008, p. 63.
[190] _____. *Rubro veio...*, p. 64-65.

na guerra contra os holandeses. Mesmo a *História* de Gaspar Barleus e a *História natural do Brasil*, de Piso e Markgraf, tiveram tradução no país só em 1940. Antes disso, ficaram restritas aos poucos que dominavam a língua batava.[191]

Um personagem importante para que as fontes viessem à tona, permitindo um conhecimento maior sobre o período do domínio holandês, foi o erudito José Higino Duarte Pereira. Este passou a estudar o holandês e, ao encargo do Instituto Pernambucano, dirigiu-se aos Países Baixos, em fins do XIX, no intuito de trazer as cópias dos manuscritos do Arquivo Real do Reino. Embora, anteriormente, Joaquim Caetano da Silva tivesse conseguido trazer as correspondências oficiais, travadas entre os Países Baixos e as autoridades instaladas na colônia, traduzidas para o francês, Cabral de Mello aponta a missão de José Higino como a mais importante conquista para os estudos do período.[192]

Em decorrência de muitas das fontes consultadas, a leitura de Machado sobre o período da ocupação holandesa no nordeste da colônia portuguesa seria devota da primeira fase do nativismo pernambucano, apontado por Cabral de Mello. Estendendo-se da segunda metade do século XVII a meados do século XIX, o nativismo pernambucano, transformou-se constantemente, de acordo com as necessidades históricas que o convocaram. O historiador identifica três fases desse nativismo pernambucano: a do "nativismo nobiliárquico", logo após a Guerra da Restauração, quando a *açucarocracia*, por ter reconquistado e devolvido a capitania à Coroa, julgava-se dona de seu próprio destino, buscando inverter a natural submissão jurídico-econômica de uma colônia; como segunda fase, no século XVIII, o predomínio de um "nativismo de transação", moderado em virtude da repressão ocorrida após a Guerra dos Mascates; e, por último, o "nativismo democrático" do século XIX, quando os ideários republicanos transformaram a tradição nobiliárquica em uma justificativa popular, crítica à centralização imperial brasileira, que por este mesmo caráter vulgar, na melhor acepção do

---

[191] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*..., p. 75-85.
[192] _____. *Rubro veio*..., p. 86-87.

termo, levou a derrocada de tal alternativa e a submissão definitiva de Pernambuco à ordem central.

Aliás, o universo de eventos que contempla o período da ocupação holandesa no nordeste do Brasil ocupa a maior parte da história escrita por Machado, mesmo quando o foco central era a História da Paraíba. A influência da história pensada e produzida pelo Instituto Pernambucano é nítida, e não é forçoso fazer essa relação com a obra de Machado, pois ele fazia parte do grupo de intelectuais que compunham os quadros do Instituto. Como bem ilustrou Cabral de Mello,[193] os eventos relacionados a esse período da história da colônia portuguesa foram o ponto central da historiografia produzida pelos historiadores ligados à agremiação pernambucana.

Com o avanço das pesquisas historiográficas, diversas leituras criteriosas e competentes foram elaboradas sobre o período. Nossa intenção, aqui, é somente elencar as imagens construídas e ou reforçadas por Machado. Para ele, a invasão holandesa interrompeu o ciclo venturoso do processo de civilização iniciado pelos colonizadores portugueses. Reforçando os estereótipos construídos pelas narrativas nativistas do século XVII, Machado reveste os conquistadores holandeses de imagens que denotam aspectos negativos, como se a lógica de exploração da empresa colonizadora não fizesse parte também da política da Coroa portuguesa:

> Quando tudo fazia crer no Brasil que um auspicioso período de paz, de trabalho e prosperidade, ia começar pelo desengano dos franceses, repelidos de toda parte, dos bandos de piratas que infestavam a costa e pela quase geral submissão das hordas selvagens, toldavam-se os seus horizontes e soava o momento tremendo de uma luta desesperada e cruel, provocada pela criminosa avidez de uma sociedade estrangeira, autorizada pelo governo do seu país.

[193] A bibliografia sobre o período do domínio holandês no nordeste do Brasil e os movimentos de luta em torno da reconquista têm um volume considerável de publicações no Brasil. Mas encontramos no universo de compreensão empreendido por Evaldo Cabral de Mello entre as décadas de 1970 e 1980 as mais minuciosas leituras sobre o período. Dentre os seus trabalhos, podemos citar como os mais específicos sobre o período: *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*; *O norte agrário e o Império, 1871-1889*; *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*; *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial3*; *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco 1666-1715* e em *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*.

> Fatal cegueira! Esse mesmo governo que, tanto lutara pela liberdade de sua pátria e se tornara digno por isso da admiração da Europa, consentia agora que uma sociedade, organizada nas trevas, caísse de improviso e à mão armada sobre um povo longínquo e indefeso para lhe arrebatar o fruto do seu trabalho e fadigas, e dividi-lo entre si com desprezo da moral e do direito universalmente acatados! E ainda mais: que, despojado dos seus bens o reduzisse a opressão e ao cativeiro dos seus próprios súditos![194]

As críticas aos holandeses, empreendidas pelos intelectuais ligados ao Instituto Pernambucano, eram de cunho religioso e classista. Por serem preconceituosas, as indagações denotavam, em muitos casos, um verdadeiro desconhecimento da sociedade batava. Reafirmando as crônicas laudatórias publicadas após a "Restauração Pernambucana", ainda no século XVII, tinham a convicção de que fora inadmissível para a "nobreza da terra" ter sido governada por representantes de uma empresa comercial, de um povo avesso às hierarquias nobiliárquicas, que cometia em larga escala o pecado da usura. Em contrapartida, a presença de Nassau e os feitos dos anos iniciais de seu governo, mesmo sendo um representante da Companhia da Índias Ocidentais, era tolerada por tratar-se de um fidalgo da Casa de Orange.[195] Apesar de todo o levantamento documental sobre o período, empreendido pelos membros do Instituto, seus anos iniciais de produção construíram um estranho paradoxo: o elogio ao governo de Nassau e a condenação da administração batava na capitania.

Essas visões distorcidas, sem a necessária visão crítica sobre o período, seriam, segundo Cabral de Mello, um dos agravantes que obstruíram a capacidade dos revolucionários pernambucanos, no século XIX, de invocar "o republicanismo dos Países Baixos no século XVII, seu livre exame da liberdade e consciência, preferindo recorrer à ideia de uma segunda restauração". À vista disso, é descartada pelo autor a possibilidade da existência do tão propalado republicanismo precoce dos pernambucanos – e, por consequência, das províncias vizinhas que sempre aderiam aos seus projetos de contestação da centralidade do poder, na região centro-sul do país:

---

[194] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. 142.
[195] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*..., p. 292-298.

> As fontes históricas induzem a conclusão diferente: a convivência com os batavos transmitira aos luso-brasileiros da capitania uma insuperável repugnância pela sua cultura, religião, estilos de vida, reativando seus preconceitos de católicos e de monarquistas. Por conseguinte, não deixa de ser irônico que o elogio do domínio holandês pelo nativismo oitocentista tenha partido dos descendentes dos que outrora tinha assumido atitude de inflexível rejeição a toda espécie de influência batava, de modo a impermeabilizar-se à influência dos hereges. Os luso-brasileiros encararam invariavelmente suas relações com os batavos em termos de incompatibilidade radical, que hoje diríamos cultural, razão pela qual enxergar-se na restauração pernambucana os pródomos da consciência nacional brasileira soa [sic] a anacronismo.[196]

Machado não conseguiu se desvencilhar dessa visão, hoje, para nós, anacrônica e ainda compreendeu as batalhas para retomada do domínio da colônia à Coroa portuguesa como um movimento de libertação nacional. Vitória alcançada, como Machado fez questão de destacar, com o auxílio imprescindível dos paraibanos. Fazia-se necessário, então, marcar na narrativa dessa grande *epopeia* a presença dos paraibanos, muitas vezes desprezada pela crônica oficial, subvertendo a verdade e construindo aquilo que o autor chamou de "falsa tradição":

> Pernambuco, onde esse grito foi erguido primeiro com entusiasmo e esperança, colheu, não há negá-los os imarcescíveis louros que embelezam a sua fronte gloriosa. É, porém, forçoso confessar, por mais que seduzam os esplendores da fama, que ele não esteve só nessas horas tremendas em que se jogava a honra da pátria. E quando seu coração estremecia no mais renhido da luta pela ansiedade do receio, a Paraíba estava ao seu lado envolta no sangue da peleja. Se a história registra o nome paraibano na grande epopeia da restauração, os *entendidos* [...] guardam o maior segredo a respeito da sua gloriosa intervenção nessa guerra legendária, à qual deve o Brasil a sua integridade. E assim coerentes com a inculcada incorporação do território vão criando no espírito público uma falsa tradição, engolfados nas idealidades das sensações individuais, segundo a qual reservam exclusivamente aos pernambucanos todas as palmas da vitória.[197]

Esse papel coadjuvante da presença da Paraíba nos eventos históricos pernambucanos é mencionado com frequência pelo autor, e os exemplos simbólicos disso são rememorados desde os episódios da conquista e fundação da antiga capitania, ainda no século XVI. As constantes ameaças impostas pelos indígenas aos povoados pernambucanos, em especial à

---

[196] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*..., p. 302.
[197] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. VII-VIII. (Prólogo)

cidade de Olinda, foram solucionadas pela decisão da Coroa Portuguesa de criar a Capitania Real da Paraíba,[198] fato fundamental para a tomada definitiva do território e para a segurança da capitania mais rica da colônia, como assim afirma Machado: "Pernambuco teria sido aniquilado pelas hordas selvagens do norte, se a Paraíba não fosse colocada na vanguarda da luta. O governo de Portugal assim bem o compreendeu, e com os largos recursos da real fazenda levou a efeito o que o donatário nunca conseguiria".[199] A conquista da Paraíba deve ser vista então como uma necessidade estratégica de defesa para as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, que se coaduna com outros interesses mais imediatos, como a expulsão dos franceses e o controle interno através da destruição dos indígenas.

Outra ponta do imaginário local atribuía a reconquista das capitanias e a vitória sobre os holandeses aos esforços dos seus moradores que, à custa de *sangue, vidas e fazendas*, expulsaram os invasores, restituindo seus territórios à Coroa portuguesa por fidelidade, nunca antes vista, ao Rei, mesmo sem nenhum auxílio significativo por parte dessa mesma Coroa. Esse argumento, no entendimento de Cabral de Mello, serviu de base ao enredo central do nativismo em diversos momentos da história de Pernambuco e, por consequência, como vimos com Maximiano Machado, também aos Estados mais próximos.

Logo após a restauração, a construção da narrativa transitava sobre um povo, uma elite, que com todo o seu empenho bélico, financeiro e humano conseguiu vencer e expulsar os holandeses sem uma ajuda sequer do reino. E mesmo assim, o território foi devolvido à Coroa em virtude da existência da promessa de uma contrapartida relativa à concessão de cargos públicos e benesses fiscais aos restauradores. A relação entre a Colônia e a Coroa passaria, assim, a ter um caráter contratual. Mas Cabral de Mello revela que nunca houve nada que comprovasse a intenção de Portugal em premiar os homens locais com o *status* devido de

---

[198] Ver: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares*: política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
[199] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. VII. (Prólogo)

nobreza, nem muito menos de uma suposta autonomia fiscal. Apenas André Vidal de Negreiros[200] e João Fernandes Vieira (militares líderes dos levantes armados contra os holandeses) foram os mais significativamente premiados com essas regalias.

Com o retorno das capitanias do norte ao domínio português, depois de anos de luta, boa parte delas encontrava-se desolada. Conforme Machado, todos os esforços foram voltados para a reconquista do território, arrasado pelas inúmeras batalhas, com seus engenhos e plantações destruídos, impossibilitando um soerguimento rápido, caso não houvesse uma ajuda substancial para que elas pudessem restabelecer as suas finanças. Todo o esforço praticado pelos colonos não foi suficiente para que Portugal viesse em auxílio das capitanias. Pelo contrário, pesou sobre elas uma carga tributária ainda maior, para que se pagasse a indenização, estabelecida com o acordo entre Holanda e Portugal, para o fim do conflito, que se somava ao imposto cobrado para que a Coroa completasse o dote referente ao casamento de D. Catharina:

> Depois de tão prolongada luta, de tantas vidas e fortunas sacrificadas em defesa da pátria dilacerada e oprimida pelo jugo holandês, exigir das províncias restauradas e empobrecidas a sua quota-parte para pagamento da indenização à Holanda, quando apenas principiavam a reorganizar-se, não era somente uma injustiça, mas ainda uma grande iniquidade. O governo não levava em conta aquele imenso sacrifício que haviam feito, para voltarem ao domínio de Portugal, exigia além disso dinheiro em paga desse nobre e raro esforço, dessa nacionalidade reconquistada! [...] E o governo português não escrupulizou, nivelou esses tantos heróis que o Brasil venera, que afrontaram a morte no campo das batalhas, sem temerem os riscos das surpresas, sempre com a espingarda ao rosto, cheios de coragem, de crença e patriotismo, com outros que se conservavam indiferentes, longe do teatro dos acontecimentos, no regaço da família, nas comodidades do lar e no gozo tranquilo dos frutos do trabalho! Nada mais iniquo, e, contudo, todos se submeteram sem uma palavra de queixa! Mal se concluía a distribuição do imposto para o pagamento dos cento e vinte mil cruzados anuais, ou de um milhão novecentos e vinte mil em dezesseis anos, nova exigência para completar o dote da infanta D. Catharina, contratada em casamentos com Carlos II, da Inglaterra. [...] Já vimos que as províncias restauradas reorganizavam-se, reparando as igrejas, os conventos, os engenhos, e fundando as safras, sem resultado imediato dos seus minguados capitais. Aquelas imposições repentinas e pesadíssimas atiradas sobre a Paraíba e Pernambuco, quando apenas se erguiam de um

[200] Recebeu o comando do Maranhão e Pernambuco, como também de Angola respectivamente. Contribuiu também Machado para a construção mítica da figura de Vidal de Negreiros: "O capítulo da história, que representa a missão cumprida do herói paraibano, é um santuário de fé inexaurível. Ninguém ainda mais fez pela libertação da pátria oprimida, ninguém mais desamparado na hora extrema do perigo por aqueles mesmo que o incitaram à luta; e com tudo ninguém foi ainda mais longe na resistência à política do rei, para salvar a pátria, do que ele." MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. 312.

> cativeiro de vinte e quatro anos, eram impolíticas e opressivas pelas circunstâncias e não podiam deixar de produzir prevenções e ódios, que no futuro trouxeram sérios embaraços à marcha da administração e à política do governo.[201]

O aperto fiscal, como vimos, cresceu sobres as capitanias, e a pretensão nobiliárquica de seus habitantes, principalmente os da cidade de Olinda, foi bruscamente arrefecida com a preterição da Coroa pelos mascates recifenses,[202] que tinham em seus quadros, evidentemente, muitos portugueses. Dessa situação adviria outro conflito, que ficou conhecido como a *Guerra dos Mascates* (1710-1711). Nasceu destas constantes decepções com Portugal a grande ferida narcísica pela qual os pernambucanos respiraram durante muito tempo.[203]

Além da pesada carga tributária imposta pela Coroa, a vizinhança com Pernambuco não favorecia em nada o desenvolvimento econômico da Paraíba, argumentava Machado. Sem uma infraestrutura adequada para a época, boa parte da produção escoava para o porto do Recife, além do que, os atravessadores pernambucanos possuíam meios mais eficazes e competitivos no âmbito das trocas comerciais. Tem-se aí mais um episódio que se transformaria em algo recorrente nas queixas históricas dos paraibanos contra os pernambucanos, presente em muitas narrativas posteriores à história produzida por Machado.[204]

A crise por que passaram as capitanias do norte, desde o fim do chamado período holandês – as despesas com a guerra para a expulsão dos batavos, a quebra da produção dos engenhos e a posterior concorrência internacional do açúcar – fez com que muitas delas declarassem a não possibilidade do pagamento dos novos impostos. Para complicar ainda mais, o dízimo da Paraíba passou a ser enviado para Pernambuco, a partir de 1754; apesar das reclamações do governo local e da ordem do Conselho Ultramarino, para que o imposto fosse

---

[201] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, p. 270-271.
[202] MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*..., p. 91-120.
[203] Ver: _____. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC são Paulo, 2001. (Série Livre Pensar, v. 10).
[204] ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

devolvido à Paraíba. Como a situação tornou-se insustentável, a Paraíba foi anexada a Pernambuco em 1755, fato que perdurou até o ano de 1799.

A anexação da Capitania da Paraíba a Pernambuco se inseriu dentro de um plano maior de interesses, que não somente o dos comerciantes pernambucanos. Foi fruto da racionalização administrativa empreendida pelo Marques de Pombal em todo o império português. Para tanto, foi criada em 1759 a *Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba*, que teve exclusividade sobre o comércio das ccapitanias que se estendiam do Ceará a Alagoas. A continuidade das diversas queixas sobre os preços dos monopólios, a falta de mão de obra para a lavoura, além da questão fiscal que direcionava para Pernambuco os lucros da produção paraibana, fizeram com que a Companhia fosse extinta em 1780. Mesmo assim, com o retorno da autonomia política, em 1799, a dependência econômica e financeira perante Pernambuco continuou.

A História da Paraíba, de Maximiano Machado, encerra-se com uma síntese sobre a situação política da Metrópole, em finais do século XVIII, e o agravamento de suas relações com a Colônia, em um momento em que as notícias sobre a Independência dos Estados Unidos da América e a circulação de ideários iluministas provocaram o reaparecimento dos "antigos ódios contra o domínio português". [205]

Segundo Machado, a ideia de emancipação da colônia foi se espalhando no espírito público dos brasileiros, mas o malogro da sedição em Minas Gerais aconselhava prudência e "apesar da censura e do cuidado escrupuloso com que o governo procurava impedir a entrada de livros estrangeiros", os princípios democráticos "encontraram decididos adeptos em Pernambuco e na Paraíba".[206] Assim, no início do século XIX, aponta Machado, diversas sociedades secretas, disfarçadas de academias, despontaram pela Paraíba e principalmente em

[205] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 2, 1977, p. 523.
[206] _____. *História da província da Paraíba*..., vol. 2, 1977, p. 523.

Pernambuco, que teve no *Areópago de Itambé*, fundado em 1799, pelo paraibano Manoel de Arruda Câmara, o ponto de irradiação das "teorias do governo republicano".[207]

Todos esses pontos elencados até aqui foram apresentados por Machado em sua narrativa histórica sobre a Paraíba e transformaram-se, com a posterior produção dos intelectuais ligados ao instituto histórico local, nos elementos-chave de todas as memórias históricas construídas a partir de então. A influência da obra de Machado sobre esses intelectuais foi decisiva para que ele fosse considerado o fundador, não apenas de uma memória histórica, mas do exercício da pesquisa e da produção de textos de cunho historiográfico na Paraíba.

3.2.2. O *"historiógrafo"*, o todo, a parte e a história: a compreensão da história por um intelectual brasileiro em fins do século XIX.

> O historiógrafo – já alguém o disse – não é o orador que procura convencer pelo atrativo de palavras floridas, inflamado por manifestações de fogo poético. O seu fim é outro, expor os fatos e sobre eles o seu juízo, com critério e retidão, como o juiz que, depois de averiguar as provas, sentencia na conformidade das leis equitativas da sociedade e justiça humana.[208]

Com a composição de sua história da Paraíba, Machado ultrapassou a tradição memorialística anterior à sua geração, por ter lançado os fundamentos e delimitado a História da Paraíba como campo de estudos e de pesquisas históricas. Apesar dos escritos esparsos de Irineu Joffily apontarem para uma mesma direção, Maximiano Machado foi o primeiro intelectual paraibano a compreender a História da Paraíba numa visão de conjunto, dentro de

---

[207] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 2, 1977, p. 525.
[208] _____. *História da província da Paraíba*..., vol. 1,1977, p. VIII.

uma temporalidade de longa duração e como parte dos elementos constituintes da empresa colonial portuguesa e posteriormente do Estado independente brasileiro.[209]

Como apontamos ao longo do texto, pouca coisa havia sido escrita sobre a formação histórica da Paraíba até fins do século XIX. As investidas de Machado no campo da História foram pioneiras. Embora não aponte tacitamente nenhuma influência historiográfica, é notório que o universo metodológico positivista,[210] tão comum em sua época, fez-se presente em sua obra. A necessidade recorrente de elencar as fontes documentais, de apresentá-las como prova e fundamento dos fatos históricos tinha como objetivo primordial "restituir a verdade ao seu lugar".[211] E não seria estranho para a sua época essa dependência direta das fontes escritas, dos documentos oficiais, das memórias e dos relatos de viagem. A compreensão do exercício historiográfico como uma ciência de critérios e métodos exatos e de objetivos práticos, tanto quanto as ditas ciências da natureza, concedia ao intelectual a certeza de que a função primordial da História seria a busca da verdade. Verdade essa que, segundo Machado, ainda não havia sido estabelecida, no que diz respeito à sua terra natal.

O contexto da produção historiográfica de Machado fora o da efervescência e dos radicalismos que questionavam a forma como era estabelecida a divisão de forças políticas no

---

[209] "Em relação à disposição dos fatos, observamos na exposição os que nos pareceram ter preferência na ordem dos tempos, sem todavia desprezarmos as relações dos fenômenos sociais coexistentes com outros e sem nos limitarmos a simples referência, mas apreciando-os segundo o espírito da época e até que ponto contribuíram para o desenvolvimento e civilização do Estado." MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. VIII.

[210] De acordo com Pereira (2012), em estudo mais pormenorizado sobre a obra de Maximiano Machado, o autor diz que: "Machado parece se alinhar aos metódicos franceses mais do que aos alemães no que se refere à filosofia da história. Como deixa transparecer em suas expressões [...] tais como progresso, civilização, evolução, todas para se referir à marcha do processo civilizatório e da evolução social pela qual a Paraíba teria passado, nos parece estar implícita em sua narrativa, ideias de uma filosofia iluminista. [...] vamos perceber, ainda, [...] um frequente uso de termos ligados a um vocabulário que nos indica uma forte influência do pensamento evolucionista em sua narrativa, provavelmente adquirida no meio intelectual pernambucano." In: PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. *Os indígenas na primeira história da Paraíba*: um estudo sobre a História da Provincia da Parahyba de Maximiano Lopes Machado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012, p. 44-45. No prólogo de sua história da Paraíba, disse Machado que: "Herbert Spencer chama a história de valor prático sociologia descritiva [sic], acrescentando que a narração da vida das nações, exposta de forma a se poder traçar rapidamente o *consensus* existente entre os fatos, constitui os materiais para a sociologia comparada." MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. VI. (Grifos do autor)

[211] _____. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. VIII.

país. Antes da construção de uma identidade nacional, fazia-se necessário a percepção de uma identidade local, de âmbito regional, baseada necessariamente em eventos que remetiam à contestação (não necessariamente o rompimento) da ordem estabelecida pelo poder central – fosse a Metrópole portuguesa ou a Corte Imperial, no Rio de Janeiro. Por consequência, sua escrita da história também se revestia de um exercício político, como o autor explicitou no prólogo de seu livro. Os espaços em que transitou, as tribunas em que pode pronunciar os seus discursos e ideias, tanto nas Assembleias da Paraíba e de Pernambuco como no Instituto Pernambucano, constituem indícios extremamente esclarecedores sobre esse ponto. É certo também que Machado acabou por assim inaugurar outra tradição discursiva, herdeira do nativismo local, das disputas por espaços de poder pelas oligarquias em declínio de sua região, que construiu uma memória, de viés pedagógico, baseada em personagens e eventos de um passado que deveria ser relembrado, revivido com cores e força que somente o relato histórico seria capaz de alcançar, como se pode perceber em discurso[212] proferido por Machado, no então Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 27 de janeiro de 1889:

> Se nos fosse dado voltar ao século XVII, assistiríamos neste dia e a esta mesma hora, com todas as alegrias que a alma desprende e a fantasia poetisa, ao grandioso espetáculo da sagração da nossa individualidade nacional pela posse do território da pátria, arrancado a ferro e fogo das mãos vigorosas do conquistador batavo.
> [...]
> É a tradição que fala pela sua voz misteriosa ao coração em êxtases de amor e muitas vezes de melancólicos desenganos; que noticia às gerações que surgem algum fato singular das gerações que passam, como depositária fiel da herança moral com que um povo se identifica, perpetuando-o.
> Mas não basta isso, não basta repetir certos fatos para dar a conhecer o viver e o sentir do passado. É preciso ainda muito mais: descrever a origem, os costumes, a moral, a política e as lutas, tudo quanto, enfim, pode revelar, mas sempre com respeito profundo e quase religioso, as ideias e a civilização do tempo.
> A tradição não tem observação crítica, nem sabe agrupar em torno dos acontecimentos as cenas da existência, os episódios que ocorrem na vida dos povos, refere o que sabe. A arqueologia é que os ilumina e lhes dá estado com

[212] De acordo com o jornal paraibano *Gazeta do Sertão* que o publicou em dois números, 22 e 23, dos dias 24 e 31 de maio de 1889, respectivamente. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213667&PagFis=157&Pesq=>. Acesso em: 08/03/2015. O discurso seria publicado na revista do Instituto, n. 36, de 1890, p. 61-68.

> a prova material, arrancada dos arquivos, do solo ou das pedras carcomidas dos monumentos e os vai oferecer a história que os coordena, analisa e prende aos seus antecedentes naturais.
> Se, pois, não nos é permitido pela fragilidade da nossa natureza voltar ao passado e ver neste dia , ao esplendido clarão do sol dos trópicos, as frontes requeimadas de tantos guerreiros ilustres, o seu olhar ardente e apaixonado, e notar o vigor com que apertavam o punho das espadas, como se desconfiassem da submissão do inimigo; se não podemos ver os que choravam mudos à lembrança do poder que lhes fugira, nem aqueles espectros dispersos na solidão das praias, façamos como os republicanos de Tácito que tinham seu fôro nas livrarias e seus comícios nos íntimos colóquios dos amigos. Estudemos a história, aproximemo-nos desses tempos pelo fio condutor que encerra a ela e nos dará olhos para ver o grande movimento da restauração, que neste dia consolidou a integridade do império brasileiro.[213]

Nesta passagem, Machado expõe com clareza a sua concepção histórica. A história seria resultado do esforço de diversas frentes, no qual tantos outros saberes convergem para um único objetivo: compreender o sentimento de um povo e a sua marcha no processo civilizatório. Se o exercício histórico não nos permite voltar ao passado e revivê-lo tal como foi, de acordo com Machado, pode-se ao menos ir ao encontro das ideias que guiaram os homens no seu tempo.

A narrativa histórica de Machado ultrapassava também a mera concatenação de datas e fatos. Em diversos momentos do texto, o autor buscou envolver o leitor com passagens extremamente vívidas, deixando a imaginação fluir em seu relato, como na passagem em que descreve os sentimentos dos colonos com a aproximação das forças invasoras da Companhia das Índias Ocidentais, "os holandeses", na capitania da Paraíba, no século XVII. Assim disse ele:

> A ansiedade produzida pelo terror da aproximação de um inimigo indomável e cheio de caprichos insaciáveis aumenta nos fugitivos de instante a instante. A esposa e a filha já não se lembram do teto onde viveram recatadas e tranquilas no meio dos afetos da família. Caminham a princípio resolutas e cheias de dignidade ante o triste espetáculo que se desdobra às suas vistas, sem escutar o gemido dos ventos por entre a ramagem do bosque, nem os agudos silvos das feras. Descem pelos desvios fragosos do ermo, tombando

[213] O discurso publicado na *Gazeta* possui algumas falhas de composição, bem provável de natureza tipográfica e editorial. Preferimos assim citar o presente na revista do Instituto. MACHADO, Maximiano Lopes. Discurso do orador do Instituto. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. n. 36. Recife: Typographia F. P. Boulitroux. Jan/1890, p. 61-63.

> silenciosas aqui e ali, mas já ressentidas contra as rochas, que supõem embargar-lhes o passo. Transpõem depois os rios, deixando correr uma lágrima de vergonha pelo sacrifício de irem além das leis do seu recato. Chega, por fim o desalento, e os pés contundidos ou dilacerados não as deixam mais caminhar, e com tudo é forçoso seguir! Sinistro pensamento assalta então a todos para se entregarem a horrível herança da desgraça. Nenhum já duvida de que o inimigo bate no encalço e que estão por momentos a honra e a vida dos entes que nos são mais caros...[214]

Ainda para Machado, a história deveria ser levada "à praça", aos círculos intelectuais, aos espaços onde o exercício político acontece, até porque, para ele, a história é uma ferramenta política. Sendo assim, pesquisar, escrever e divulgar a História da Paraíba seria também um exercício de amor à pátria, conceito que ora se confundia com um todo maior, o Brasil, mas que em praticamente todos os momentos de sua obra, recebia os contornos de uma identidade local, de limites regionais. O cerne do discurso identitário proposto por Machado seria apropriado posteriormente pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, principais responsáveis na elaboração da *paraibanidade*, que viria ser o universo conceitual, simbólico e discursivo sobre o ser o paraibano.

Maximiano Machado e a sua narrativa foram responsáveis pela construção de um verdadeiro monumento[215] à História da Paraíba. Sua história foi produzida no intuito de homenagear o seu Estado, de construir uma memória sobre esse passado, pois considerava que

---

[214] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. 173. A observação de Iglésias, sobre a obra de Diogo de Vasconcelos, ajudou-nos a pensar sobre esses aspectos tão comuns a obras desta natureza e temporalidade, e leva ao encontro de uma prática muito comum dos textos históricos dessas primeiras décadas do século XX, no Brasil: **"Esse traço, entre outros, confere à sua construção a característica da historiografia tipicamente romântica. De certo, é no romantismo que se deve enquadrá-lo, com o gosto da evocação do passado, certo culto ou respeito ao vivido, com minúcias descritivas de quem tivesse presenciado a cena, que apresenta como fazem os ficcionistas, chegando a diálogos.** São peculiaridades que se repetem e podem ter ilustrações. **Não há arquitetura sólida na obra, que às vezes dá a impressão de coletânea de crônicas sobre lugares, pessoas ou acontecimentos. Embora tenha percebido o essencial, em estruturação lógica, há muito de fragmentário em toda a narrativa**, o que lhe tira o vigor. Apesar de conter esses traços, **ultrapassa o nível de simples cronista, pois o autor sabe captar o essencial e fazer a crítica."** IGLÉSIAS, Francisco. *Reedição de Diogo de Vasconcelos*..., p. 19. (Grifos nossos) Ainda sobre o movimento romântico no Brasil e sua participação na construção da identidade nacional, ver: RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção temas brasileiros)

[215] "Com o que assim adquirimos e com a autoridade dos escritores notados nesta obra, e pelos conhecimentos que temos da geografia do Estado, podemos, ainda que desajudados, erguer o celebrado monumento da nossa pátria ao sol do pensamento histórico". MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, p. 1977, X. Conf. também as considerações sobre a concepção de documento para o exercício do historiador no texto "Documento/Monumento" In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

“Um povo sem história, sem precedentes conhecidos que atestem as revoluções do seu espírito, é como o indivíduo estranho que passa com a indiferença do desprezo, senão com a paródia sarcástica que provoca o riso. A Paraíba estava neste caso; desconhecida, motejada e até considerada por alguns como uma mera abstração”.[216]

Para que a Paraíba ultrapassasse esse estado de inanição cultural, político e intelectual, fazia-se necessário dar voz a esse passado, esquecido nos documentos ou desprezado nas grandes narrativas. Para Machado, não se poderia constituir o todo, não se poderia pensar o Brasil, sem a reunião de suas partes, e as partes não seriam concebíveis sem a sua articulação com o todo, como bem disse Gregório de Matos: “O todo sem a parte não é todo / A parte sem o todo não é parte / Mas se a parte o faz todo, sendo parte / Não se diga que é parte, sendo todo”.[217]

[216] MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*..., vol. 1, 1977, p. I. (Prólogo)
[217] MATOS, Gregório de. *Ao braço do menino Jesus*. Poema. Domínio Público.

4. Da historiografia do IHGP à historiografia acadêmica paraibana

> A historiografia empirista se apoia primeiro na exterioridade espacial, no "onde" o evento ocorreu; depois, a documentação se refere à data, que revelará o "quando": quando o testemunho esteve lá, foi antes, depois, durante, por quanto tempo? A data é um dado do tempo calendário, que é um sistema de datas extrínseco aos eventos. Todo evento se inscreve nesse espaço-tempo exterior: local/data. O historiador que se equivocar em relação ao local e à data do evento estará mergulhado na imaginação, no mito, na fábula. A organização cronológica, a sucessão rigorosa dos momentos que constituem um evento e dos eventos entre si, deve ser visível em uma documentação objetiva. Enfim, a historiografia empirista quer se lembrar de eventos concretos: individualidades, experiências reais, exteriores, determinadas, visíveis, perceptíveis, datadas. O discurso histórico empirista se aproxima do discurso policial e jurídico: sem dados exteriores, sem provas materiais, não há evento, não há problema a ser resolvido, não há história a ser contada. [218]

> [...] o que a história pode fazer é descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudanças radicalmente aceleradas e abrangentes. [...] Ora, um projeto dessa ordem exige uma estrutura analítica para a análise da história. Essa estrutura deve estar baseada no único elemento observável e objetivo de mudança direcional nos assuntos humanos, isto é, a capacidade persistente e crescente da espécie humana de controlar as forças da natureza por meio do trabalho manual e mental, da tecnologia e da organização da produção. [...] Aqui reside a importância crucial de Karl Marx para os historiadores, porque ele construiu sua concepção e análise da história sobre essa base. [...] E isso significa, basicamente [...], uma concepção materialista da história. [219]

A história ou o modo de compreensão do passado, sobre o qual discorremos até agora, tinha como metodologia basilar as características de uma história empirista, conforme a crítica de um dos historiadores citado na epígrafe que abre este capítulo. Parece-nos um lugar comum que a maioria das histórias produzidas – pelo menos no Brasil sobre o qual podemos fazer essa afirmação com um mínimo que seja de segurança – por intelectuais ligados às instituições com as mesmas características do IHGP, foram empiristas em sua essência. E embora no momento presente a produção historiográfica acadêmica, das universidades, tenha superado esse modo

---

[218] REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs.). *Cultura histórica e ensino de história*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13.

[219] HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 43-45.

de construção do discurso histórico, aquelas instituições, como que num exercício de teimosia existencial, permanecem, apesar do encontro com novas perspectivas de abordagem, afirmando suas versões do passado com as mesmas ferramentas de seus antecessores e, no caso da Paraíba, com algum tipo de influência na opinião pública.

A produção historiográfica paraibana esteve inteiramente atrelada, durante um bom tempo, à matriz de concepção histórica representada pelo IHGP. Mais precisamente entre os anos de 1905, quando da sua fundação, aos anos de 1980, marco simbólico daquilo que chamaremos aqui de *virada* historiográfica, que corresponde ao momento inicial de contestação do domínio dos discursos de cunho historiográfico provenientes do Instituto pela então emergente produção acadêmica dos professores do Departamento de História, da Universidade Federal da Paraíba, na capital.

Para entender a versão da memória paraibana dos intelectuais ligados ao IHGP fomos ao encontro de seu principal veículo de divulgação e portador de suas matrizes interpretativas: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, publicada a partir de 1909, quatro anos depois da fundação da instituição.

4.1. A Revista do IHGP: o laboratório da *paraibanidade*

A seção 'Bibliografia', presente na Revista do IHGP era um espaço de recepção e crítica dos livros e textos publicados pelos intelectuais do Instituto – o que chamaríamos hoje de resenhas sobre as obras de determinados autores. Essas resenhas fizeram parte da seção até a edição de número 5, do ano de 1922. O volume seguinte não apresentou mais a seção, que apareceu novamente nos dois números posteriores (vols. 7 e 8) então somente como uma lista de títulos dos periódicos e livros enviados ao Instituto, por sócios e instituições congêneres. No décimo volume, de 1946, a seção deixou de existir e as 'resenhas' passaram a fazer parte dos

textos livres publicados na revista. Mas o que importa aqui é ressaltar a existência do exercício da crítica pelos intelectuais do Instituto desde seus anos iniciais.

Na edição de 1910, segunda a ser publicada, a seção reproduziu uma nota – sem indicar a data exata – presente no jornal *A União*, veículo oficial do Estado, que dava boas-vindas ao periódico e parabenizava o Instituto, em nome de seu corpo editorial, sobre tão importante feito que, segundo o jornal, fora a entrada da Revista no cenário intelectual local:

> A *Revista do Instituto Histórico*, de par de uma grande e louvadíssima satisfação coletiva do Instituto, trouxe para nossa terra um elemento grandioso de valor moral e cívico para o serviço das nobres ideias progressistas, porque nela se encontra a condensação de milhares de pensamentos brilhantes e profundamente práticos para a sociedade, bem como a cópia de um inestimável trabalho de investigações tendentes à formação da obra histórica da Paraíba. [...] A *Revista do Instituto Histórico*, será publicada anualmente; contando com tão poderosos elementos de atividade e valor intelectual ela, em pouco tempo será, no Brasil um dos melhores repositórios de história pátria e de outros ramos importantes do conhecimento humano, que estão sendo criminosamente descurados por quem se entrega às coisas da inteligência. [220]

A Revista do IHGP é simbólica para qualquer pesquisa sobre o Instituto e sobre a produção historiográfica local porque é nela que estão materializadas as ideias gerais do Instituto e o registro dos mecanismos utilizados por seus intelectuais na construção da memória paraibana. Segundo a apresentação do primeiro número, em 1909, a publicação da Revista era a realização de um anseio dos membros da instituição e também dos paraibanos que desejavam o "progredimento" do Estado. Além do mais a revista seria "o repositório dos documentos e informações adquiridas na marcha constante nesse campo de ação em que a mira alvejada é a sociologia". [221]

No art. 4º, do capítulo 1º dos Estatutos do IHGP a revista foi colocada no rol dos principais fins da instituição: "Publicar uma Revista em que serão reproduzidos os documentos

---

[220] Revista do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 2. Parahyba: Imprensa Oficial, 1910, p. 459-461.
[221] Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909, p. 4.

colecionados, retratos de homens ilustres, de monumentos, paisagens e as memórias, conferências e quaisquer estudos feitos de acordo com esses Estatutos". Completavam os outros "fins da Associação" manter correspondência com as instituições congêneres, a organização de um arquivo (para recolha e guarda dos documentos produzidos ou adquiridos pelo Instituto), realização de conferências (sobre os assuntos compreendidos no objeto social do Instituto), a promoção de comemorações solenes das grandes datas e acontecimentos pátrios (em especial os dias 13 de maio, 5 de agosto, 7 de setembro e 15 de novembro) e "perpetuar por quaisquer meios a memória dos homens e feitos da história da Paraíba". [222]

A Revista seria assim o repositório e o veículo permanente da memória paraibana. De uma memória, deve-se registrar, não somente seletiva porque o discurso sobre o passado seria feito através de escolhas pessoais, metodológicas ou conceituais, mas porque a memória produzida pelos intelectuais do IHGP era o relato dos feitos dos 'grandes' homens, das personalidades políticas, dos eventos históricos muitas vezes deslocados de qualquer conjuntura e tomados como síntese de um passado que deveria servir de exemplo à sociedade paraibana em suas ações no presente e no futuro.

Não conseguimos dimensionar a quantidade de exemplares publicados a cada número. Não era uma preocupação da comissão editorial em apresentar esse tipo de informação, embora as mais de cinquenta associações e/ou instituições nacionais, além de outras quarenta no exterior, que mantinham correspondência e recebiam as revistas do IHGP, dão um breve panorama da rede de contatos estabelecidos, para além de seus associados e colaboradores, entre a direção do Instituto com as associações que promoviam atividades afins, como museus, bibliotecas, academias e obviamente instituto históricos e geográficos. [223]

---

[222] Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909, p. 11.

[223] Reproduzimos a lista de associações e instituições, publicada na revista de n. 4, de 1912, com as quais o instituto manteve correspondência e enviava sua revista. Ver em anexos.

Diante dos exemplares da Revista e a partir dos apontamentos já discutidos pela historiadora Oliveira (1996) em seu trabalho pioneiro, procuramos aqui conhecer o periódico e cartografar o processo de sua construção. Registro das atividades institucionais, espaço de experiências, além do seu caráter informativo, panfletário e pedagógico, a revista do IHGP é também fonte e objeto de pesquisa, o arquivo da memória da própria instituição, testemunho direto da forma como seus idealizadores e colaboradores pensaram a Paraíba e quais os instrumentos utilizados para a sua versão da história paraibana. [224]

A Revista do IHGP surgiu num período de transformações na Paraíba. A economia local, ainda era essencialmente agrária, mas a ascensão do algodão como principal produto de exportação, provocou mudanças que ultrapassaram a questão material. Algumas cidades experimentaram um surto econômico expressivo, principalmente as que passaram a ser atendidas por uma linha férrea, que despontou em diversas localidades, a fim de facilitar o escoamento da produção.

A presença do trem proporcionava à capital e a algumas pequenas cidades do interior um pouco mais de dinamismo, onde a vida passou a ser ditada pelos horários de chegada e partida dos trens[225] que traziam as notícias, de forma muito mais rápida e praticamente diária

---

[224] Auxiliou-nos pensar sobre o periódico do IHGP, além da pesquisa da historiadora Oliveira – DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996 – os seguintes trabalhos: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*. Uberlândia, v. 14, n. 25, jul./dez. 2012, disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF25/Lucia_Guimaraes.pdf>, acesso em: 03/04/2015; DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República* – História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005 e DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

[225] O campo da ficção também faz uso dos elementos simbólicos disponíveis no momento de suas construções narrativas. José Lins do Rego, em 1935, retratou as transformações que o trem provocou ao chegar às cidades mais distantes do interior do Nordeste no início do século XX: "A casa inteira recebeu a carta com muita alegria. Ricardo vinha do Recife passar uns dias com eles. Há anos que se fora. Ainda quase menino, sumira-se do engenho sem ninguém saber para onde. Ricardo fugiu. [...] O fato era que aos 16 anos, Ricardo não ia mais à estação buscar os jornais, não lavaria mais cavalo no rio. [...] a sua fugida ele a calculara. Todos os dias aquele ir e vir de trens, aqueles passageiros de boné na cabeça e guarda-pó, o povo da segunda classe, os que iam a Recife, a Paraíba, a Campina Grande, gente falando de feira, de cidades, de terras que não eram engenho, tudo isto fazia crescer a sua imaginação. Ficou pensando em fugir. [...] Ricardo tomara o trem do Pilar. [...]. Agora ele via engenhos passando. Não se pareciam com o seu. Via gado pastando, gente de enxada cavando terra, canaviais subindo e descendo encosta. [...]. O trem puxava, as estações se sucediam. Ricardo notava que a gente que entrava no vagão já era diferente, gente mais despachada, ganhadores pedindo frete, moleques vendendo jornais. O Recife estava próximo.

vindas dos jornais da capital ou do Recife, sem contar os diversos produtos que ofereciam às pequenas localidades uma sensação peculiar do contato com a modernidade.[226] As transformações urbanas começavam a remodelar os espaços e os comportamentos sociais, principalmente na capital, onde esses ditos 'signos da modernidade' puderam ser mais sentidos.[227]

O início da Primeira Guerra favoreceu a produção do algodão no Nordeste em virtude do aumento da demanda mundial e da dificuldade de cultivo das áreas tradicionalmente produtoras que exportavam o algodão e estavam diretamente envolvidas no conflito. Na Paraíba surgiram novos grupos oligárquicos[228], muitos deles vinculados à expansão do comércio e às

---

A cidade se aproximava dele. Teve até medo. Falavam no engenho do Recife como de uma Babel. 'Tem mais de duas léguas de ruas.' 'Você numa semana não corre.' E bondes elétricos, sobrados de não sei quantos andares. E gente na rua que só formiga. O dia todo é como se fosse de festa." REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1999, p. 3-8.

[226] "Assim, o dinamismo da cultura algodoeira favoreceu a economia da Paraíba, expandindo a agricultura, estimulando o comércio e o crescimento das cidades. Ao mesmo tempo, ocorreu o fortalecimento de proprietários rurais do interior, que passam a constituir a nova oligarquia algodoeira-pecuária e a disputar o poder político a nível estadual com a tradicional oligarquia açucareira". GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*..., p. 57. Um interessante e bem feito panorama sobre o período encontramos em: ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

[227] Conf. a Tese de Doutorado em História do professor Waldeci Chagas que fez um estudo primoroso sobre a modernização da capital paraibana entre as décadas de 1910 a 1930. CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2004.

[228] Os conflitos não foram tão opostos assim embora a elite paraibana fosse um pouco mais diversificada do que em períodos anteriores onde apenas os grupos ligados ao comércio açucareiro predominavam. As disputas versavam principalmente sobre o comando da estrutura político-administrativa e do domínio sobre as terras produtivas, elementos que provocaram lutas acirradas, principalmente no período que compreende o governo do paraibano Epitácio Pessoa (1919-1922), na presidência da República, quando o *boom* de obras contra as secas no Nordeste movimentou vultosas quantias privilegiando determinados grupos envolvidos tanto nas contratações das obras quanto no resultado final delas, que acabaram beneficiando muito mais os latifundiários do que a população que mais necessitava dessas intervenções estruturais que foram pensadas para amenizar os efeitos drásticos de um fenômeno natural tão prejudicial ao Nordeste que são as secas. Os grupos políticos eram definidos pela organização em verdadeiros clãs familiares, as ditas *parentelas* que se identificavam pelo nome do seu líder político que era consequentemente o chefe do partido nas eleições. Os partidários de Álvaro Lopes Machado eram os *alvaristas* e os de Venâncio Neiva os *venancistas*, por exemplo. Esse último foi o primeiro governador da Paraíba no período republicano. Até então nunca havia militado na política e fora nomeado governador por intermédio de seus dois irmãos militares que tinham uma proximidade com Deodoro da Fonseca. Neiva entregou os cargos do alto escalão do governo aos seus familiares mais próximos retirando os seus adversários de posições que poderiam vir a atrapalhar o seu projeto de poder. Álvaro Machado, militar de carreira, substituiu Venâncio Neiva com a chegada de Floriano Peixoto à presidência da República. Seu grupo político permaneceu no poder, comandando o governo do Estado por mais de vinte anos. Em 1912 após a sua morte o domínio da parentela começou a entrar em crise, mas ainda conseguiu eleger o irmão de Álvaro Machado, João Lopes Machado para a presidência do Estado. Álvaro Machado e o vice-governador, monsenhor Walfredo Leal se revezaram no poder por quatro mandatos consecutivos: quando um era presidente o outro era vice. Machado fundou o Partido Republicano local e quando não esteve como chefe do Executivo foi também senador pela Paraíba. Muitas das obras que utilizamos como

primeiras atividades industriais que despontaram com o beneficiamento do algodão. Mesmo assim a estrutura de poder continuava com suas bases ligadas diretamente à produção agrícola; muitos comerciantes também eram fazendeiros e as cidades cresciam movimentadas pela comercialização dos produtos vindos da zona rural. [229]

Esse ambiente, de certo modo, proporcionou a gestação de práticas e comportamentos diferenciados, principalmente de uma elite local que considerava fundamental a apropriação e produção de símbolos que os identificassem com o que estava sendo feito em outros espaços do território nacional, onde a atividade intelectual passava por um crescimento significativo com a ampliação do mercado editorial nacional e da profusão de jornais, revistas e diversas publicações.[230] O IHGP foi assim pensado como um lugar de produção de conhecimento, de trocas de experiências, ao estilo das *sociétés savantes* ou *corps savantes*, muito comuns no século XIX em toda a Europa e que serviram de inspiração ao IHGB, modelo direto dos novos institutos históricos surgidos na Primeira República e que, como bem os descreveu Guimarães (2011), eram organizações "formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes" [231].

---

fontes nessa pesquisa foram editadas nesse período, inclusive a revista do Instituto Histórico, que parou de ser publicada em 1912 lançando um novo número somente dez anos depois. Com a morte de Álvaro Machado uma nova figura despontou no cenário político local, chegando inclusive a adquirir visibilidade nacional. Epitácio Pessoa, jurista pela Faculdade de Direito do Recife tinha uma vida pública já consolidada nesse momento. Fora deputado pela Paraíba na Constituinte republicana, secretário geral em um dos mandatos de Venâncio Neiva, ministro da Justiça no governo Campos Sales e ministro do Supremo Tribunal Federal, além de senador também pela Paraíba. Epitácio Pessoa e Walfredo Leal eram então os dois grandes nomes da política paraibana, mas romperam suas ligações políticas, provocando um racha na elite política em 1915, ano de eleições locais. Os candidatos *epitacistas* obtiveram a maioria dos votos, iniciando assim a ascensão desse novo grupo político, comandado por Epitácio Pessoa, que permaneceu no poder até 1930, ano marcado tanto no plano local como no nacional pela crise desses grupos oligárquicos. Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*... e LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

[229] Ver: GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*...

[230] Dois estudos fundamentais sobre o período e que tem como foco principalmente o cenário intelectual da então capital federal do país, o Rio de Janeiro, encontramos em: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultura e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

[231] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do..., p. 39.

A Revista do IHGP, seus textos e autores falam de um lugar, um espaço onde as práticas e relações estabelecidas são permeadas por interesses diversos que ultrapassam a simples intenção da construção de uma memória paraibana elaborada pelos paraibanos. Os sujeitos que apoiaram a criação da instituição responsável pelo periódico, os membros que compuseram os seus quadros, as temáticas e temporalidades abordadas, as atividades desenvolvidas e o revestimento de oficialidade na versão da história então construída são elementos fundamentais de compreensão do lugar social do IHGP.

As revistas utilizadas para o levantamento dos dados que alimentam este capítulo são as de número 1 ao número 35, lançadas entre os anos de 1909 a 2002. Ao longo desse período a Revista não mudou a sua configuração de forma muito significativa. Em sua primeira parte, encontramos os textos identificados como "pesquisas e estudos históricos e geográficos", em seguida os discursos proferidos nas reuniões, logo depois as seções onde publicavam documentos referentes aos episódios da história local e regional estabelecidos dentro de uma cronologia própria. As resenhas sobre as obras publicadas e as seções onde escreviam homenagens com a biografia e comentários sobre a vida social e intelectual dos "mortos do Instituto" e por fim as "atas das sessões" e os relatórios das atividades da instituição constituem o restante das subdivisões do periódico. De maneira geral desde 1909 até 2002 a ordem de apresentação e divisão seccional da revista foram tratadas dessa forma.

A sua impressão sempre foi uma dificuldade para a instituição e apresentou diversos intervalos em sua periodicidade. O primeiro volume foi publicado pela Imprensa Oficial do Estado somente quatro anos depois da fundação do Instituto. Os outros três números foram impressos anualmente até 1912. A partir de então adveio sobre o periódico um ostracismo de exatos dez anos até que em 1922 a Revista voltasse a ser publicada – o texto de apresentação dessa edição, intitulado "A nossa Revista", saudava o presidente do Estado por ter franqueado "as oficinas da Imprensa Oficial para as publicações de que necessit[ass]e fazer" o Instituto

fazendo questão de mencionar, rapidamente, que os anos de interrupção da publicação foram provocados não só por dificuldades econômicas[232] como também pelo desinteresse de alguns governos em subsidiar a sua impressão. [233] Apesar das novas edições que se seguiram os longos intervalos de publicação foram rotina com menções sobre essas dificuldades em quase todos os textos de apresentação das mais de 30 edições da Revista.

Por falar em apresentações, esses pequenos textos, presentes no início de quase todos os volumes pesquisados, revelam-nos além dos objetivos da instituição, os percalços dos caminhos percorridos pelos intelectuais do IHGP, para que vissem seus trabalhos publicados. As dificuldades de edição foram constantes, no entanto, todas as revistas foram impressas através dos subsídios do governo estadual junto à Imprensa Oficial, quando não, pela editora da Universidade Federal da Paraíba.

Após 1922 o número seguinte foi lançado somente em 1928 e, segundo o próprio editorial informou, foi ao prelo por força dos próprios associados que reuniram "as minguadas economias de que dispunha[m] para oferecer ao leitor mais este número"[234]. As próximas edições foram impressas em 1932, 1935 e 1937 até que um novo e longo hiato sobreveio: o número posterior só seria publicado em 1946. De acordo com a comissão de redação do periódico "várias causas contribuíram para o atraso na publicação da Revista, superando entre outras o acúmulo de serviços na Imprensa Oficial, onde a mesma [vinha] sendo impressa gratuitamente, desde o seu aparecimento"[235]. Ressalta ainda o editorial que a publicação deste volume só foi possível graças aos auspícios de um secretário[236] de Estado junto ao governo, que

---

[232] No início da segunda década do século XX no Nordeste do Brasil o algodão ultrapassou o açúcar como principal produto de exportação da região àquele momento favorecendo, durante alguns anos, a recuperação da produção agroexportadora local.

[233] A nossa Revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 5. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922, p. 7-8.

[234] Ao Leitor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 6. Parahyba: Imprensa Oficial, 1928, p. 8.

[235] A nossa Revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 10. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1946, p. 3.

[236] Horácio de Almeida (1896-1983), advogado, jornalista e escritor paraibano. Na época citada era o Secretário do Interior e Segurança Pública.

também era sócio do Instituto. Vê-se que não bastava agradecer em seus editoriais o governo do Estado nem tampouco ser um veículo de construção da versão da história oficial local, era necessário também articular as pessoas certas para conseguir a impressão da Revista.

A comissão editorial também fazia questão de afirmar que apesar das dificuldades, o Instituto avançava consideravelmente em seus objetivos. A entidade crescia a cada dia em importância dentro do cenário cultural paraibano[237] e, apesar do pequeno número de estudiosos que de fato colaboravam[238] com a instituição, suas atividades não foram interrompidas, o que prova a afirmação da necessidade de regularização da periodicidade de publicação como algo urgente para que se desse "vasão a abundância do material recolhido, mais do que suficiente para a organização de três opulentos volumes"[239].

E assim continuou essa periodicidade claudicante de publicações da Revista. O próximo volume veio dois anos depois em 1948, quando foi acrescentado aos novos estatutos do IHGP que "a Revista poderá ser publicada anual, semestral ou trimestralmente"[240], no provável intuito de reparar tal situação e dotar o periódico de uma regularidade de publicação que, de fato, ainda não existia. Todavia as determinações regimentais não foram prontamente alcançadas. Os números seguintes foram impressos respectivamente em 1953, 1958, 1961, 1964 e 1968 quando a comissão editorial então declarou que "este número marca[va] o início de nova

---

[237] "Não deixa de ser desvanecedora para nós a sua promissora aceitação, tanto por parte do público regente, como por parte dos que continuam a nos prestar todo o auxílio, quer material, quer intelectualmente. A nossa ufania sobe de proporções por que o meio paraibano, de apático que era para os cometimentos jornalísticos, de certa época a esta parte tem se revelado apto a incentivar a todos quanto, acima do interesse individual, buscam trabalhar pelo bem social. O estudo da história entre nós era, por assim dizer, desconhecido, e hoje, graças à fundação do Instituto Histórico, de esta revista é expoente, temos a nossa história em dia, e coligidos documentos sobre os diversos departamentos de nossa vida política, econômica, social [...]." Prosseguindo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 3. Parahyba: Imprensa Oficial, 1911, p. 5-6.

[238] "Pela experiência, sabemos o que custa a manutenção duma sociedade dessa natureza, onde, aqui e ali, reduzido é o número dos estudiosos e investigadores do nosso passado e cultores das nossas tradições. E igualmente sabemos que os labores cotidianos e as preocupações que, às vezes, por completo dominam o homem, quase sempre cheio de afazeres e responsabilidades, não lhe deixam tempo para ir além dos seus deveres, a despeito de reconhecer a utilidade de tais associações". [238] A nossa Revista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 7. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932, p. 3-4.

[239] Ao leitor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 6. Parahyba: Imprensa Oficial, 1928, p. 8.

[240] Estatutos do IHGP. Capítulo 5º, art. 25, § 1º. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 11. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1948, p. 11.

e promissora época da vida da Revista do IHGP, uma vez que a circulação obedecer[ia] a plano devidamente estruturado, tendo em vista a regularidade do aparecimento assim como a seleção dos textos"[241]. Acreditavam então os seus redatores que o problema da não periodicidade da Revista estaria resolvido, visto que foram tomadas providências, não claramente citadas, para sua publicação semestral.

Até que em 1969, o décimo sexto volume, foi editado pelas gráficas da Editora Universitária da UFPB, na capital paraibana. Nas atas das sessões ordinárias presentes no volume encontramos a informação de que fora firmado convênio entre a Universidade e o Instituto dispondo que o IHGP cederia um dos andares de sua sede para a instalação do Museu da Imagem e do Som, organizado e mantido pela UFPB que, em contrapartida, publicaria semestralmente, o periódico do Instituto.[242] Pelo menos até 1971 o Instituto conseguiu que a revista fosse impressa anualmente, reforçando em suas apresentações a sua importância como a atividade cultural mais significativa do Instituto por sua contribuição à "historiografia paraibana".[243] Mas a revista de número 20 sofreu um novo intervalo de três anos para sua publicação, tanto que os redatores declararam que "não importa[va] que entre um número e outro decorr[essem] seis meses, um ou dois anos. O importante é que em setenta anos de vida do IHGP não tenha ela parado a caminhada"[244].

---

[241] Prosseguindo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 16. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1968, p. 8.

[242] Ver: ATA da sessão ordinária do dia dezessete de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito e ATA da sessão ordinária do dia vinte e sete de abril de mil novecentos e sessenta e oito. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 17. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1969, p. 164-165 e 169.

[243] Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 17. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1969, p. 3.

[244] Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 20. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1969, p. 7. A revista de número 21 foi impressa em 1975 até que em 1979, com uma nova formulação gráfica, o número 22 foi editado pela editora oficial do Estado, A União. Não encontramos as atas do presente volume nem a informação sobre qual editora publicou o próximo volume no ano de 1984 porque o arquivo disponível no sítio eletrônico do Instituto está incompleto nem dispomos da consulta ao exemplar impresso. Mas em 1986 o número 24 voltou como edição pela UFPB e a direção do Instituto informou que providências estavam sendo tomadas para o estabelecimento de um convênio com o Ministério da Cultura a fim de subsidiar as futuras publicações. Conf. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 24. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, ago./1986, p. 7. Os outros dois números seguintes ainda foram publicados pela Editora Universitária até que em 1995, em comemoração aos 90 anos do Instituto foram editados três números além do índice geral da Revista, este que compreendia desde o primeiro até o vigésimo sétimo número, de setembro

Embora não observamos os números mais recentes da revista, acreditamos que em um espectro de mais de 30 volumes que correspondem a uma temporalidade de praticamente um século, conseguimos levantar algumas informações sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Além da revista, através de seus editoriais, índices e atas, o próprio sítio eletrônico do Instituto apresentou-se como uma ferramenta fundamental para que pudéssemos elaborar certos levantamentos específicos e, a partir deles, alguns gráficos que ilustrassem melhor as nossas impressões.

Como já bem destacamos em outros momentos do texto, fundado em 1905 dentro das comemorações cívicas do 7 de setembro – "aniversário da independência nacional" – o IHGP adquiriu, logo em seus primeiros momentos, o status de principal espaço de produção e intercâmbio intelectual na Paraíba. O IHGP seria o lugar, de acordo com seus fundadores, onde os apreciadores da história, essa "especialidade científica", "poderiam exercitar as suas aptidões". A criação do Instituto fora também, segundo seus idealizadores, a prova cabal de que se desenvolvia entre os homens de letras da época um "gosto pelo conhecimento de tudo quanto se relaciona[va] com a história da Paraíba". Afinal, a agremiação se "destina[va] a eternizar os fatos memoráveis da nossa Pátria, e especialmente desta circunscrição"[245]. Tanto que a epígrafe

---

de 1995. Dentre esses, apenas o número 27, de abril de 1995 e o Índice Geral, também do mesmo ano, foram impressos pela Editora Halley, em Teresina, no Piauí, subsidiados por um empresário paraibano que reside nessa cidade – pelos auxílios prestados o "distinto mecenas" recebeu o título de sócio benemérito do Instituto paraibano. João Claudino Fernandes, dono de conglomerado empresarial no Nordeste, com sede no Piauí. "Ao distinto mecenas o Instituto agradece o seu gesto generoso e o proclama protetor das coisas do espírito, incentivador das iniciativas culturais e lhe concede o título de sócio benemérito de nossa nonagenária entidade, para que possa ter assento entre nós, os guardiões dos nossos documentos relativos à história, geografia, arqueologia, e etnografia do Estado da Paraíba. " PEREIRA, Joacil de Brito. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 27. Teresina: Editora Halley, abr./1995, p.7. Os outros dois números seguintes voltaram a ser impressos pela Editora da UFPB quando, a partir de agosto de 1998, passaram a cargo da editora A União, órgão do governo do Estado até 2002, publicados anualmente, sem interrupções – depois dessa data não há registros ou arquivos de outras publicações no sítio do Instituto além do volume 42, de fevereiro de 2012. Nele estão disponíveis todos os números da revista para download, incluindo o índice geral da revista, de 1995, sendo todos esses arquivos provenientes da digitalização empreendida pela Biblioteca Nacional, dentro do Plano nacional de microfilmagem de periódicos brasileiros, do ano de 2002. Ver: <http://www.ihgp.net/>.

[245] Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909, p. 5. Nesse aspecto, observou Oliveira (1996) que "Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: **a passagem**

presente nas revistas e no brasão do Instituto seria a expressão em latim *Patriae pro gloria et magnitudine*.[246]

Seria então "dever primordial" de seus membros, incentivadores e colaboradores "impulsionar esse amor à contemplação do quadro muitas vezes majestoso e sempre instrutivo e venerável do passado". A história seria um instrumento de compreensão do presente e da busca de um futuro próspero, através dos exemplos do passado, da "recordação dos feitos de beneméritos antepassados". Por isso o lema da Revista foi apresentado como sendo "a perpetuidade do passado, o estudo do presente, em busca do futuro digno da Pátria Comum".[247] Como bem pontuou Oliveira (1996) não havia distinção entre os objetivos do IHGP e os do periódico, a revista seriam assim a "ação mais eficaz e duradoura para o principal interesse que fez surgir o Instituto: escrever a história da Paraíba" [248].

Congregaram para esse feito 61 homens reunidos entre as mais diversas profissões e cargos públicos de destaque na Paraíba. Através da lista das personalidades que assinaram o termo de fundação do IHGP e de algumas informações biográficas, conseguimos estabelecer alguns perfis daqueles que se interessaram na fundação do Instituto, através do levantamento da formação acadêmica e de suas atividades profissionais para além do campo intelectual[249].

---

de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos". DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 36. (Grifos do autor)

[246] "Para a glória e grandeza da Pátria", em tradução livre.

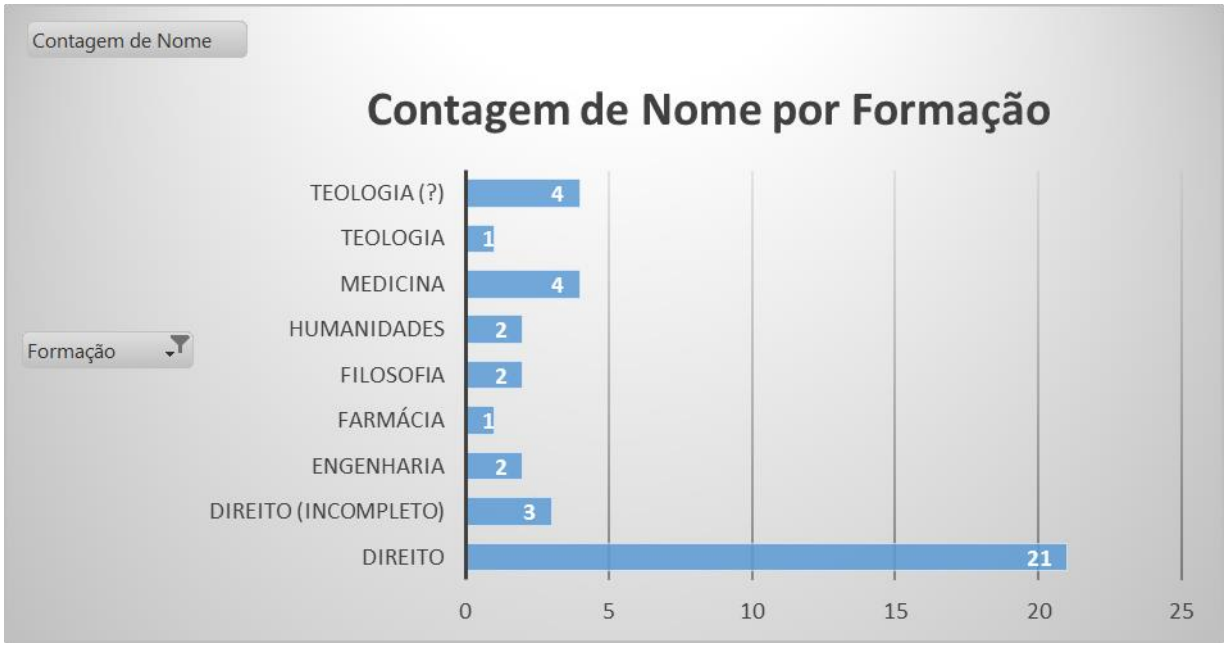
[247] Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909, p. 5. Foi ainda determinado no primeiro Estatuto da instituição que o IHGP teria "por objeto reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos à história, geografia, arqueologia e etnografia do Estado, e bem assim proceder a estudos e indagações sobre as mesmas matérias". Cap. 1º, art. 1º. ESTATUTOS do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 01. Parahyba: Imprensa Oficial, 1909, p. 11.

[248] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 48.

[249] A noção de intelectual tratada por nós nesse trabalho tem como inspiração as leituras dos seguintes textos: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997; BOURDIEU, Pierre. "O campo científico". In: *Pierre Bourdieu:* sociologia. Renato Ortiz (org.). Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 198; _____. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004; GRAMSCI Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; ROLLAND, Denis. "O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006; SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de

As áreas de conhecimento e de atuação profissional desses sujeitos são pontos reveladores das influências e experiências que incidiram diretamente nos objetivos e nas práticas de construção da memória pensada e produzida por esses intelectuais naquele momento:

Quadro 1: diversidade de formações dos intelectuais fundadores do IHGP

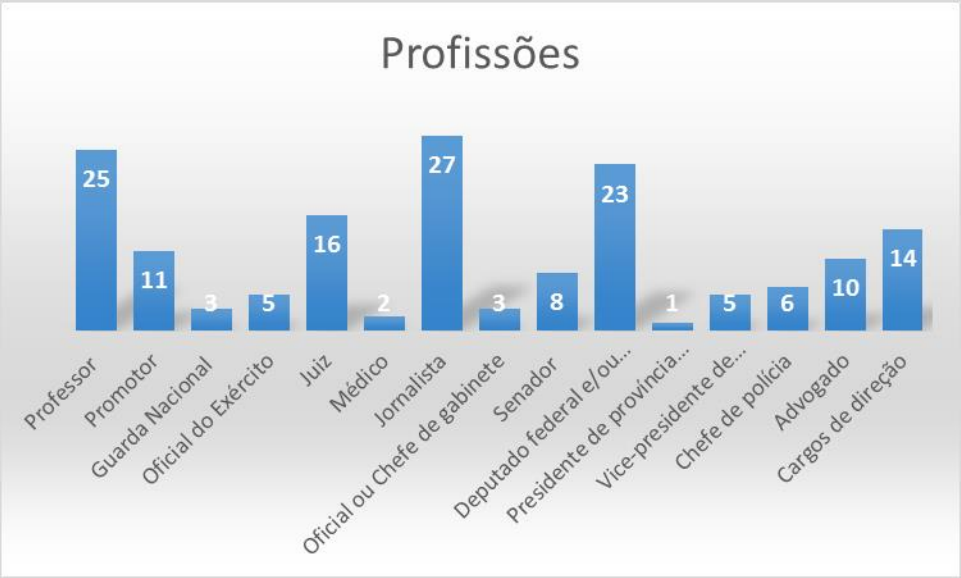


Temos assim que, dentre as 40 biografias que conseguimos atribuir a formação acadêmica, mais da metade (52,5 %) dos fundadores do Instituto eram formados em Direito – todos bacharelados pela Faculdade pernambucana. Se adicionarmos ao grupo os que passaram pelo curso de Direito, mas não chegaram a concluir o bacharelado, a proporção vai à casa dos 60%. Outro grupo que chama atenção na composição é o dos sacerdotes. Embora nos perfis biográficos levantados não tenha ficado clara qual a formação exata desses (somente em três deles alcançamos a referência) eles compunham um montante de 17,5% entre os membros fundadores.

Janeiro: Editora FGV, 2003; RÉMOND, René. As Elites Culturais. IN: RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997; _____; ORY, Pascal. *Los intelectuales em Francia*: Del caso Dreyfus a nuestros dias. Trad. Evelio Miñano. València: PUV, 2007.

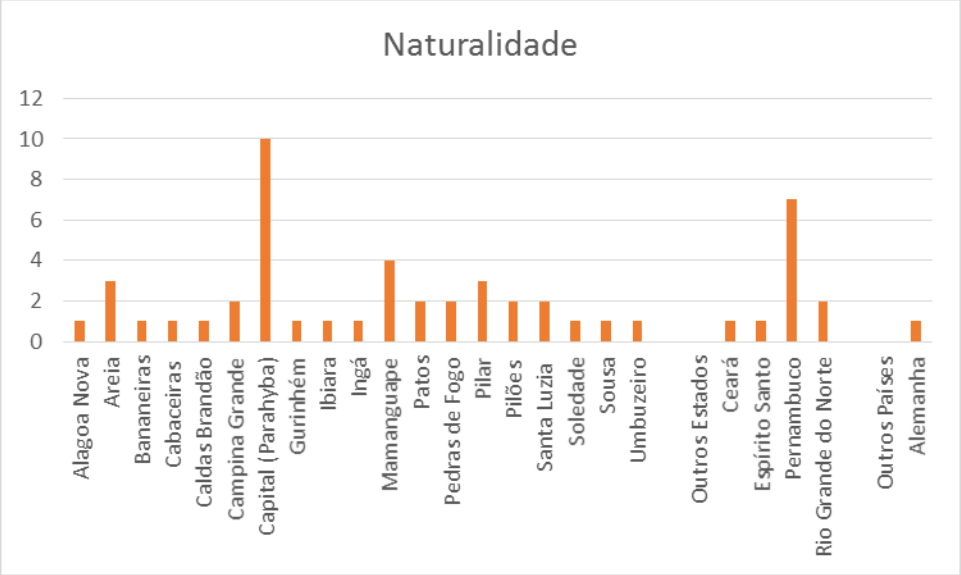
Com relação às atividades profissionais a pluralidade fora ainda maior. No entanto aqui elas ilustram a trajetória pessoal de cada fundador durante toda a sua vida profissional, não necessariamente indicando a realizada por eles no momento de fundação do Instituto. Mas o certo é que, em sua totalidade, todos exerceram em algum momento de suas carreiras alguma função pública. Além disso preponderaram outras atividades como a advocacia, o magistério, a representação política e o jornalismo.

Quadro 2: atividades profissionais dos fundadores do IHGP



Além dessas circunstâncias a naturalidade dos fundadores é outro ponto interessante a observar: dos 52 perfis que conseguimos atribuir o local de nascimento percebemos que boa parte deles provinha de diversas cidades do interior do Estado, mas preponderaram entre eles os nascidos na capital (19,2%) e no Estado vizinho, Pernambuco (13,4%). No entanto, uma das prerrogativas para ser membro do Instituto, de acordo com os Estatutos, era – e ainda hoje também – residir na capital do Estado.

Quadro 3: local de nascimento dos fundadores do IHGP



No entanto a relação mais importante que podemos observar através do levantamento feito nos números do periódico diz respeito à temática dos textos produzidos. Expediente alcançado com a ajuda do trabalho exaustivo presente nos Índices Gerais da revista que foram realizados em dois momentos: o primeiro foi publicado na revista de número 18, em 1971 e que também serviu de base para o segundo de 1995, publicado em volume único. Este, mais recente, foi o utilizado para nossas observações. No índice mais atual, elaborado pela bibliotecária do Instituto, Tânia Maria da Silva, tem-se as seguintes subdivisões: *Índice de autor*, *Índice de títulos* e *Índice de Assunto*.

De 1909 a 1995 colaboraram com a Revista do IHGP exatos 255 autores responsáveis por um total de 576 textos. As revistas em média tinham entre 250 e 300 páginas e não refletiam especificamente uma produção intensa dos autores: a questão estava muita mais relacionada aos longos intervalos entre uma publicação e outra e o consequente acúmulo de textos, como demonstramos mais acima. Boa parte dos autores produziram somente um texto durante toda a sua passagem pelo Instituto. Vê-se que necessariamente não seria tão relevante a quantidade da produção intelectual para participar dos quadros da casa. Alguns poucos membros produziram

mais de cinco textos e dentre eles merecem destaque dois dentre os mais atuantes nas primeiras décadas do século passado: **Coriolano de Medeiros**[250] e **Irineu Ferreira Pinto**, que publicaram 23 e 20 textos (entre crônicas, discursos, pesquisas e outros temas) respectivamente. Como mencionamos em momentos anteriores Irineu Ferreira Pinto[251] foi o autor de um dos livros mais importantes nesse período para a produção histórica local.

---

[250] João Rodrigues Coriolano de Medeiros foi um típico intelectual brasileiro da virada do século XX. Nasceu em 1875, no sertão paraibano, próximo a cidade de Patos migrando ainda criança com sua família para a capital devido a grande seca de 1877. Estudou no Liceu Paraibano, uma das escolas mais tradicionais do Estado e em 1891 ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Abandonou o curso no terceiro ano por questões financeiras e buscou o comércio como forma de sustento, mas não conquistou muito espaço na área. Apesar de aprovado em concurso para *postalista* nos Correios, segundo seus biógrafos, Medeiros não conquistou a tão sonhada nomeação. Passou a dar aulas particulares de 'primeiras letras' na capital e em certas ocasiões substituía alguns servidores quando estavam de licença. Ingressou definitivamente no serviço público em 1909, como escriturário na Escola de Aprendizes de Artífices (hoje o Instituto Federal), chegando ao cargo de diretor em 1922, no qual permaneceu até a sua aposentadoria. Medeiros foi um dos grandes nomes da imprensa e da vida cultural da capital paraibana. Integrante do grupo dos v*alfredistas* colaborou em jornais que apoiavam o grupo político tornando-se inclusive diretor do *Diário do Estado*. Foi um dos fundadores da *Filipéia*, primeira revista publicada na Paraíba, como também sócio fundador do Instituto Histórico em 1905 e da Academia Paraibana de Letras em 1941. A sua produção escrita foi muito diversa, passando de romances históricos, livros de contos e memórias que não deixavam de lado o passado da história da Paraíba e de sua trajetória pessoal como o *Tambiá de minha infância*. Publicado em 1942, nesse último encontramos o relato do cotidiano da capital e do tradicional bairro que nomeia o texto em fins do século XIX, quando Medeiros veio para a então cidade da Parahyba com sua família. O *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*, editado em 1911, foi publicado em época de intensa produção cultural na Paraíba. O texto, difícil de ser encontrado mesmo depois de sua segunda edição em 1950 pelo Ministério da Cultura, pode ser considerado a primeira descrição detalhada daquilo que se compreendia na época como paisagem do território paraibano. Conf.: LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. *Coriolano de Medeiros*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção Historiadores Paraibanos, v. 2)

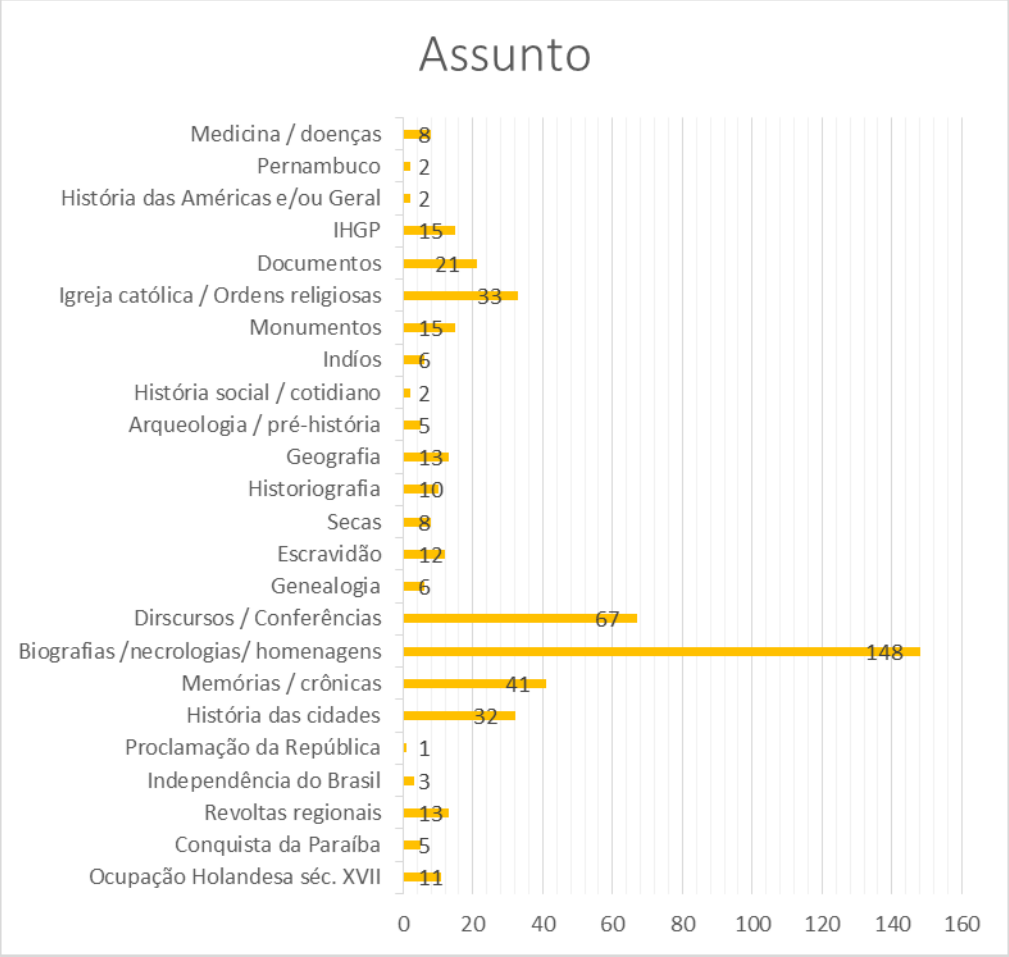
[251] *Datas e notas para a história da Paraíba* foi o primeiro levantamento de fontes significativo empreendido para a construção da história do Estado. A obra separada em dois tomos também representa distintos momentos da pesquisa do autor. O primeiro, publicado em 1908, fruto de uma verdadeira peregrinação de Irineu Ferreira Pinto nos arquivos da Paraíba – se pensarmos que ainda hoje o Estado não possui muitos arquivos e os existentes funcionam de maneira precária é possível imagina os esforços de Irineu Pinto nos arquivos públicos e religiosos da capital, relembrados pelo autor na introdução do livro – o segundo volume veio a lume um pouco mais tarde em 1916 depois de viagem feita à Europa. Em 1913 o Instituto Histórico intermediou e a presidência do Estado comissionou a ida de Irineu Pinto aos arquivos portugueses. A viagem durou quase três meses e Ferreira Pinto trouxe, redigidos de próprio punho, mais de quatro mil documentos que foram entregues ao governo do Estado. No ano seguinte o Instituto Histórico reiniciava os seus trabalhos, em 14 de março, dando vistas à Comissão de Pesquisas e Estudos Históricos de um ofício do governo que remetia ao Instituto cópias de todos os documentos trazidos de Portugal por Irineu Pinto. Nascido em 1881, na capital do Estado, Irineu Ferreira Pinto foi outra grande figura de destaque no cenário cultural local. Como muitos outros personagens de destaque da história da Paraíba, Irineu Pinto cursou o primário no Liceu Paraibano. Nessa época passou a fazer parte de grêmios literários e de associações intelectuais que movimentavam a capital, como por exemplo, o clube Benjamim Constant. Em 1909 Irineu Pinto é nomeado funcionário da Secretaria do Estado e em 1903 ingressa nos Correios onde permanece até a sua morte em 1918. Juntamente com José Rodrigues de Carvalho, Irineu Pinto foi um dos elaboradores da ideia de fundação de Instituto Histórico e ficou marcado como um dos sócios mais ativos da casa. Participou de todas as sessões do Instituto sempre presente com algum cargo na diretoria, sugeriu diversas comissões entre elas a de elaboração das armas do Instituto e da localização dos restos mortais dos "heróis" paraibanos da Revolução de 1817. Irineu Pinto, quando secretário do Instituto exerceu intenso contato com as instituições congêneres do país e no exterior, inclusive participando do I Congresso Nacional de História realizada em 1914, no Rio de Janeiro. Portador de uma colite crônica, Irineu Pinto faleceu aos 38 anos de idade em plena atividade intelectual, mas ainda em vida recebeu homenagens de instituições culturais brasileiras e estrangeiras como a sua eleição ao quadro de sócios correspondentes da *Real Academia de História de Madrid* e a concessão da medalha de prata da *Societé*

Para completar os nossos dados fomos aos índices e textos dos números restantes da revista (28-35) que não foram contemplados no índice de 1995 e então, com base em alguns critérios de elaboração desse índice, chegamos às seguintes informações: acrescenta-se ao Índice de títulos mais 272 textos, chegando a um total de 848 publicados somados a mais 22 autores, totalizando um montante de 307 que escreveram e publicaram seus textos no periódico entre os anos de 1909 e 2002. Desses dados podemos inferir de que a partir da década de 1990, pelo menos no que diz respeito ao volume de textos, a produção foi mais intensa que nos anos iniciais do Instituto, fato que não pode ser explicado apenas pelo alcance de uma periodicidade de impressão da Revista – o acadêmico Luiz Hugo Guimarães, por exemplo, publicou entre 1993 e 2002 exatos 47 textos entre apresentações, conferências, memórias, pesquisas históricas, sem contar os livros impresso para além da Revista.

O índice da Revista do IHGP (1995) elencou exatos 336 assuntos no seu levantamento. Diante desses dados atribuímos outra classificação – que não obedece a critérios técnicos específicos da biblioteconomia – para nossas observações. Reduzimos essa escala e chegamos ao número de 24 posições de acordo com as temáticas que achamos mais pertinentes. Temáticas essas que simbolizam, ao nosso ver, os interesses mais recorrentes dos intelectuais do IHGP ao longo desses 90 anos:

Academique d'Histoire Internacionale de Paris. Conf.: GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Irineu Ferreira Pinto*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção Historiadores Paraibanos, v. 14).

Quadro 4: temáticas abordadas pelos intelectuais na revista do IHGP



Pretendemos somente observar de modo geral os interesses temáticos da revista ao reunirmos em assuntos e tipos de textos o que foi tratado de forma mais específica no índice. Não atribuímos uma relação temporal à incidência dos temas conforme apareciam ao longo das revistas porque, a nosso ver, não existiu uma concentração temática em determinado período: tanto nos anos iniciais de fundação do Instituto como nas últimas décadas do século XX os principais interesses temáticos prevaleceram os mesmos, o que não quer dizer que novos não se somaram aos já tradicionais. Mas o que chama a atenção é que durante tanto tempo tenham se concentrado no período colonial da história do Nordeste do Brasil e pouco fora investido nos períodos imperial e republicano. Recebeu uma atenção sobrevalorizada dos intelectuais do IHGP as revoltas regionais (principalmente a Revolução de 1817) dos momentos de transição

política e de questionamentos do poder imperial que, de certo modo, foram observadas como sinais claros do sentimento de nacionalidade e do espírito republicano dos brasileiros. Nesse sentido nossos apontamentos aqui são mais ilustrativos porque têm como base principal um levantamento através dos títulos dos textos.

A historiadora Oliveira (1996) dedicou atenção aos seis primeiros volumes da Revista, publicados entre os anos de 1909 a 1928 e compreendeu ser impossível atribuir qualquer tipo de filiação a "uma linha teórico-metodológica" específica, embora seus autores/colaboradores tenham absorvido "princípios claramente positivistas, como, por exemplo, o tratamento dado às fontes e documentos históricos ou que deveria lhes ser dispensado". Ainda acrescenta que, se existia uma unidade, ela "se dava pelos objetivos" comuns da Revista e do Instituto, que seria a produção de uma memória especificamente paraibana. [252]

Oliveira identificou através da leitura das primeiras revistas do Instituto e dos livros publicados por alguns de seus membros a existência de dois grandes eixos temáticos dessa produção *proto-historiográfica* paraibana: o que pode ser tratado como o principal que correspondia a uma busca das "origens e constituição" da sociedade paraibana – a identificação dos elementos de uma identidade própria, a *paraibanidade* – e a compreensão teleológica do processo histórico local como uma marcha contínua em direção ao seu destino final, que era o regime republicano.

A *paraibanidade* , segundo Oliveira, "pode ser definida como a identidade paraibana criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formados por algumas características e valores" [253], tais como, portadora de um passado que, diferentemente de quase todas as histórias de conquista e colonização do Novo Mundo, inicia-se a partir de um acordo de paz, somados à bravura e o heroísmo dos homens que lutaram para a construção e ocupação daquele espaço.

---

[252] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 48-49.
[253] _____. *Intrepida ab origine*..., p. 50.

Para melhor entendermos esses elementos vamos ao encontro, de forma breve, desse episódio da história paraibana.[254] No ano de 1574 um Decreto Real criou a Capitania Real da Paraíba, que foi delimitada entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá. A região do rio Paraíba, povoada pelos Potiguaras, era um ponto estratégico para a Coroa portuguesa. Até a década de 1570 o contato maior com os habitantes naturais da terra foi feito por mercadores franceses que, com o apoio dos Potiguaras, extraiam o pau-brasil encontrado nas matas locais e tido como o de melhor qualidade da colônia. Em virtude dessa parceria e os constantes ataques dos Potiguaras aos habitantes de Itamaracá, a Capitania de Pernambuco e a Metrópole se viram preocupadas com a possibilidade dos confrontos entre índios e colonos tomarem espaço e avançarem em direção à Olinda, sede da capitania de Pernambuco, região mais próspera até então da América portuguesa.

Por essas circunstâncias deu-se o início da efetivação dos planos de conquista do território do rio Paraíba com a criação da Capitania Real. A prioridade da Coroa portuguesa era consolidar a ocupação e o desenvolvimento da produção açucareira da capitania de Pernambuco, por ser até então a área de maior lucratividade para a metrópole e, mais ainda, posteriormente fazer da Paraíba uma base estratégica do avanço da colonização rumo ao norte, bem como expandir a área de produção do açúcar. Tanto que conquistar o rio Paraíba tornou-se primordial quando Portugal se sentiu ameaçado em seu projeto de expansão pelo empenho da coroa francesa à exploração da madeira – que antes era diligência apenas de particulares – como também a reação violenta dos Potiguaras pelo apresamento e escravidão de seu povo por habitantes de Itamaracá, que ameaçavam a segurança desta porção norte do território. [255]

---

[254] É preciso também deixar claro que as outras versões sobre a conquista do território paraibano e sua posterior colonização não subverteram as informações ou os dados elencados pelas narrativas provenientes do IHGP. Não apresentaram novas informações ou algo mais elucidativo. Apenas as perspectivas de compreensão são outras, de modo que a observação do processo histórico é mais ampla. É uma transformação que acompanha as conquistas materiais e conceituais do próprio conhecimento histórico no Brasil. Ver, por exemplo, o livro que foi resultado da tese de doutorado da professora Regina Célia: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares*: política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

[255] A conquista da Paraíba deve ser vista então como uma necessidade estratégica de defesa para as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, que se coaduna com outros interesses mais imediatos e já mencionados, como a expulsão

O sentido estratégico-militar da ocupação não foi compreendido assim pelos intelectuais do IHGP. Segundo Oliveira (1996) seria atribuído então o entendimento de que a conquista do território teria como primeiro interesse povoar o espaço, produzir riquezas e estabelecer a civilização portuguesa, elementos que foram apontados no capítulo anterior, dado que, como mencionamos, tinham como referência a versão da história local empreendida pelos seus fundadores Maximiano Lopes Machado e Irineu Joffily.

Inclusive para a versão da história elaborada pelo IHGP a data oficial de fundação e conquista da Paraíba – 05 de agosto de 1585 – marca não só o começo da efetiva vitória dos portugueses como simboliza um ato de paz estratégico, entre João Tavares, escrivão da Câmara e juiz de órfãos de Olinda, representante da Coroa e Piragibe, chefe do outro grupo indígena que ocupava o território do rio Paraíba, os Tabajaras. A partir desse acordo os portugueses conseguiram um aliado na luta contra os Potiguaras. Com estes vencidos, iniciou-se a ocupação efetiva com a fundação da cidade, sede da capitania.

Nas narrativas, a utilização do episódio do acordo de paz entre colonizadores e naturais da terra procurou evitar a ideia de um lugar em permanente conflito, espaço de guerra apesar das lutas quase infindas que perduraram mesmo após a posse efetiva e tiveram como ápice a tomada do território pelos holandeses e as batalhas que se seguiram até sua expulsão quando, segundo o IHGP, são demonstrados os primeiros e mais fortes sentimentos de união entre os povos em defesa de sua terra e sua gente.

Mas o que nos chamou atenção diz respeito justamente ao interesse dos intelectuais do IHGP por histórias municipais e biografias, gênero este muito utilizado ao longo dos anos no periódico. A Revista publicou diversos artigos de sócios correspondentes e de seus membros sobre as mais variadas localidades do Estado. Esses textos foram de composição extremamente heterogênea. Memórias, levantamentos de datas, monumentos, personagens “ilustres” que

---

dos franceses e o controle interno através da destruição de um obstáculo mais incômodo que era os Potiguaras. Ver em: GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares*...

contribuíram – ao nosso ver – para uma das facetas mais importantes do Instituto: a divulgação de um projeto de compreensão histórica localista, de caráter sentimental[256], estruturada por relatos memorialísticos e factuais. Elementos que são complementados por essa profusão biográfica de homenagens a personagens "ilustres" do mundo político, em sua essência, mas que também contemplou sacerdotes, professores entre outros pelo seu destaque na história social e intelectual do Estado, além de figuras que se tornaram tradicionais no universo histórico local, como Vidal de Negreiros, por exemplo.

Essas narrativas municipalistas são ainda hoje o que há de mais resistente do formato de história produzido e pensado pelo IHGP. São inúmeros trabalhos de compiladores diletantes (ou de professores de história do ensino básico) pulverizados em diversas cidades do interior do Estado levantando o seu passado, elencando suas personalidades mais significativas, produzindo e movimentando essa cultura histórica local, um pouco distanciada da proveniente das universidades – muitas vezes até rejeitada por ela – no entanto, em certos casos, com efeitos muito mais presentes no imaginário social do que a história acadêmica, produzida nas universidades. Principalmente porque, seguindo ainda muitos parâmetros e abordagens da história dita tradicional, contam ainda, apesar de inúmeras dificuldades, com o apoio dos poderes políticos locais para publicação e divulgação de suas obras.[257]

---

[256] Ver: ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade*: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Ed. Bagaço, 2006. Embora a perspectiva seja diferente da nossa, o historiador revela em estudo sobre as narrativas dos autores citados no título sobre a cidade do Recife o tom melancólico de seus textos focados em um tempo e um espaço avesso à modernidade, diluído em resquícios da memória que revelavam, no final das contas, o declínio material da região e o inconformismo das elites locais.

[257] Faz-se interessante a leitura da entrevista concedida pelo professor e historiador **José Avelar Freire**, da cidade de Alagoa Grande, interior da Paraíba, presente nos anexos deste trabalho. Um dos nomes mais conhecidos no Estado sobre essa produção de história voltada à construção da memória local dos municípios, tanto pela sua obra como pelos vínculos que construiu com outros escritores e intelectuais da região. Na sua entrevista pode-se perceber a existência desse universo, muitas vezes paralelo, de produção de memórias e, em certo aspectos, distanciado das universidades, mas que movimenta a cultura histórica local por um contato mais direto com a sociedade. O presidente do IHGP, Luiz Hugo Guimarães, publicou em 1999 um levantamento dos "livros, monografias e trabalhos" sobre a história dos municípios, na Paraíba, sem contar os trabalhos publicados na Revista do Instituto. Até aquela data, pode ele listar 144 trabalhos sobre 54 municípios paraibanos. Nesse levantamento o autor esclarece que, apesar do número de trabalhos elencados, "apenas um quinto dos municípios está contemplado com histórias, apontamentos ou informes sobre sua fundação, sua evolução política, sua formação social e econômica, seu progresso, a atuação de suas principais famílias, com um passado rico de ocorrências históricas". Ainda informa o presidente do Instituto que "visando estimular o trabalho de pesquisa na

O livro *Cidades e Homens*, de Celso Mariz[258], publicado em 1945 e reeditado em 1985, em comemoração ao *IV Centenário da Paraíba* é um exemplar típico desse tipo de produção. O livro foi resultado da reunião de diversas palestras proferidas pelo autor sobre as histórias de algumas cidades da Paraíba e de suas personagens históricas. Essas conferências eram lidas em teatros, sedes de clubes, associações de imprensa entre outros espaços. Nas primeiras décadas do século XX elas movimentavam as cidades onde aconteciam, principalmente no interior do Estado, pelo caráter solene como eram tratadas. Outra obra que nos serve de exemplo para os argumentos aqui apresentados é o livro *Brejo de Areia: memórias de um município*[259], de Horácio de Almeida, publicado em 1958 pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, na Coleção *Vida Brasileira*, dirigida por José Simeão Leal, tendo como alguns nomes integrantes da série Luís da Câmara Cascudo, Jaime Cortesão e Hélio Vianna.

O segundo eixo temático que integra a narrativa de construção da identidade paraibana apontada por Oliveira (1996) seria o do destino histórico da Paraíba, a República. Nele eventos como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, a Rebelião Praieira e a Proclamação da República foram ligados por um fio narrativo que estabeleceu uma trama sucessiva de acontecimentos que tinham o mesmo objetivo final, alcançado com a mudança do regime político. O governo imperial, que ocasionaria uma ruptura nessa continuidade, foi tratado de

---

área dos municípios e posterior publicação dos dados recolhidos, está sugerido aos prefeitos municipais a criação de um Núcleo Histórico e Geográfico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura". Não sabemos até que ponto chegaram essas sugestões do Instituto. Mas vale ainda ressaltar que naquele momento Guimarães observou um crescente interesse da imprensa local em matérias de cunho historiográfico: "Temos notado o interesse do jornalismo paraibano em divulgar fatos e coisas dos municípios paraibanos, tocando de leve sobre alguns acontecimentos, principalmente por ocasião de suas datas históricas. Recentemente, nosso Instituto tem sido procurado mais amiúde por jornalistas interessados em colher dados sobre algumas cidades, tendo, assim, despertado na classe um maior empenho em conhecer a história municipal". GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Historiografia municipal da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999. O livreto não faz nenhum tipo de apreciação crítica ou historiográfica sobre o assunto. É apenas uma lista de autores e suas respectivas obras.

[258] MARIZ, Celso. *Cidades e Homens*. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985.

[259] "Numa conferência produzida em 1944, no Teatro Minerva de Areia, Celso Mariz soltou o boato de que eu tinha em preparo a história daquela cidade. Em verdade, não despertei para o assunto senão 12 anos depois, em 1956, quando dei início ao presente trabalho. Por curiosa coincidência, o prognóstico veio a ter confirmação, mas quando foi veiculado carecia em profundo de fundamento". Prefácio da 1ª edição de 1985. In: ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia*: memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.

forma tímida, sem o tom explícito de críticas ao imperador, como fizeram Maximiano Machado e Irineu Joffily.

Ainda, segundo Oliveira, sobre 1930, ano que marcaria firmemente a 'grandeza' da Paraíba na história política nacional, em virtude da morte de João Pessoa, que seria candidato à vice-presidente da chapa de Getúlio Vargas, os então historiadores do IHGP silenciaram-se "afinal, segundo eles, a história não se escrevia no momento em que acontecia"[260]. A construção do novo herói paraibano não se daria, inicialmente, pelos intelectuais do IHGP, mas por um conjunto de fatores elencados e protagonizados pela própria elite política local.

O governador paraibano, morto às vésperas da chamada Revolução de 1930 acabou sendo utilizado pelo movimento como um mártir da luta pela transformação política no país, e na Paraíba passou a ser cultuado, marcando definitivamente a política e a história locais. Agora, mais que em qualquer outro momento, a Paraíba contribuíra de forma direta e efetiva nos destinos do país e o homem responsável por toda essa nova conjuntura política foi eleito como o grande personagem de sua história.

A propaganda e a construção do homem público e herói adquiriu o seu ponto máximo quando se iniciou uma nova construção simbólica oficial no Estado: a capital, antes denominada Parahyba foi rebatizada com o nome de seu mártir; a bandeira substituída por uma representada em duas cores e apenas uma inscrição no centro: duas faixas verticais, uma vermelha, mais larga representando a Aliança Liberal e outra preta, no canto esquerdo simbolizando o luto pela morte de João Pessoa e no centro, em branco, a palavra NEGO, remetendo a negativa do governador em apoiar a candidatura de Julio Prestes à presidência da República. [261]

---

[260] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 64.

[261] Ver: RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade*: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. (Dissertação) – Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Através de um uso variado de fontes como jornais, imagens e monumentos o pesquisador buscou entender a transformação e edificação de um homem num mito-herói, após a morte do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. Partindo de evidências do senso comum que o inquietaram, procurou compreender como essa elaboração se constituiu e como ela permanece tão forte no imaginário da sociedade paraibana até o presente momento.

Em resumo, o grande intuito dos intelectuais ligados ao IHGP era construir um discurso balizado por três principais interesses: em primeiro lugar, tirar a Paraíba do anonimato, denunciar e combater o desprezo pelo qual, segundo alguns, o passado deste espaço fora tratado pela historiografia, digamos, 'nacional' e assim constituir uma produção do conhecimento local. Como segundo ponto dar uma especificidade, de fatos e de personagens, à história do Estado, apartando-a de vez de seu secundarismo diante a proximidade e influência de centros culturais e econômicos como Pernambuco, que ofuscava e reduzia a importância da história da Paraíba que não merecia mais ser encarada como um apêndice do processo histórico do Estado vizinho. E como terceiro ponto, elaborar uma fala que pudesse edificar, através de características valorativas, inspiradas por personagens e suas ações no passado, uma identidade para o povo paraibano.

Os organizadores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano faziam questão de apontar que as dificuldades permanentes de publicação do periódico não representavam necessariamente pouca atividade dos membros da instituição. Pelo contrário, os problemas de impressão da revista estavam mais relacionados, como relatamos anteriormente, aos auxílios dos governos locais, nem sempre disponíveis, afinal, como falou o então presidente da instituição em relatório sobre as atividades da casa referente aos anos sociais de 1947-1950, "a boa compreensão nem sempre domina os homens públicos"[262].

Na edição de 1922, depois de exatos dez anos sem nenhuma publicação, a Revista informava que as ações promovidas pela instituição e o seu funcionamento não se viram prejudicados. A organização de sua biblioteca, que recebia continuamente doações de todas as partes do país e do exterior[263], de um "pequeno museu" (com suas seções de numismática,

---

[262] Era presidente do IHGP o senhor Clóvis Lima. Relatório referente ao período social 1947-50, apresentado pelo presidente Dr. Clóvis dos Santos Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 12. João Pessoa: Editora Teone Ltda, 1953, p. 188.

[263] No relatório de atividades publicado em 1953 a direção da Revista destaca novamente o crescimento do acervo bibliográfico da instituição ocasionado principalmente pelo sistema de permutas da Revista com as instituições congêneres no país e no exterior. Ver: Relatório referente ao período social 1947-50, apresentado pelo presidente

armas, louças e objetos domésticos além da de artefatos indígenas) e da pinacoteca do Instituto são alguns dos exemplos das atividades desenvolvidas.

Para organizar o funcionamento do IHGP foram instituídas as comissões de Sindicância e Contas, a de Pesquisas e Estudos Históricos, Pesquisas e Estudos Geográficos e a Comissão de Redação da Revista.[264] A seleção dos textos que entrariam em cada edição, a correspondência com as instituições congêneres entre outras atividades eram de responsabilidade dessas comissões. Além das sessões, que recebiam suas designações (ordinárias, solenes, magnas) de acordo com a ocasião e importância que demandavam – as solenes, por exemplo, recebiam esse nome quando comemoravam as datas do calendário cívico – a coordenação das atividades do IHGP ficava a cargo, principalmente, dos membros da Direção do Instituto e da Comissão de Redação da Revista.

Merece destaque a viagem de Irineu Ferreira Pinto e as comemorações do centenário da Revolução de 1817 como uma das atuações mais emblemáticas do IHGP nesse período. Em 1913, por indicação do IHGP, o governo do Estado comissionou a ida de Irineu Ferreira Pinto à Lisboa a fim de pesquisar nos arquivos históricos portugueses documentos que pudessem "dirimir a questão de limites entre a Paraíba e Pernambuco"[265]. Passados cinco meses de pesquisas e tendo manuscrito um montante de quatro mil documentos, Irineu Pinto retornou ao Brasil. Somente em 1953 toda a documentação foi reproduzida em livros e parte[266] dela publicada na Revista do Instituto. Ainda merece destaque a participação de Irineu Pinto no I Congresso Nacional de História, em 1914, no Rio de Janeiro e no IV e V Congresso Brasileiro de Geografia, realizados, respectivamente em Pernambuco e na Bahia, em 1915 e 1916.

Dr. Clóvis dos Santos Lima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 12. João Pessoa: Editora Teone Ltda, 1953, p. 187.

[264] Os primeiros estatutos do IHGP elencaram de forma genérica as atribuições de cada comissão, mas deixaram claro que a direção do periódico seria de responsabilidade da Comissão de Redação.

[265] GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Irineu Ferreira Pinto*. João Pessoa: IHGP, 1999, p. 15.

[266] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 12. João Pessoa: Editora Teone Ltda, 1953, p. 187.

Em março de 1917, mais exatamente no dia 13, na capital do Estado, deram-se as comemorações do primeiro centenário da revolução, que ficou marcada na memória local e nacional como a Revolução pernambucana. Na Revista do IHGP, ano 1922, faz-se presente um relatório – já citado anteriormente – sobre os eventos que se deram nesse dia de homenagens e culto à memória dos paraibanos que participaram do levante. Boa parte dos textos que encontramos no periódico sobre o referido movimento evitam creditar à Pernambuco e aos pernambucanos um exclusivo protagonismo revolucionário, tanto que se evitou ao máximo o uso do adjetivo *pernambucano*, seria apenas a *Revolução de 1817*.

A partir da cobertura do jornal oficial *A União*, que se fez presente nos diversos eventos espalhados pela cidade, o relatório construiu um apanhado geral dos acontecimentos, citando as solenidades e reproduzindo os discursos proferidos em algumas ocasiões. De forma breve podemos citar a exposição montada na sede do IHGP com a presença de "documentos relativos à revolução e relíquias dos heróis de 17" tais como a "caveira de José Peregrino de Carvalho, o herói de dezenove anos, uma imagem que pertencia a Amaro Gomes Coutinho, objetos de uso doméstico dos revolucionários, documentos com autógrafos dos mesmos ainda bem conservados e legíveis"[267].

Somaram-se aos eventos o "préstito cívico", formado por alunos de diversas escolas da capital, que percorreu as principais ruas do centro da cidade passando pelos lugares onde os restos mortais dos revoltosos foram expostos, bem como as suas residências – locais onde o cortejo parava em deferência e os hinos da revolução e do Estado da Paraíba eram executados. O cortejo seguiu assim até a antiga praça das Mercês onde deu-se a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do monumento em homenagem aos revoltosos junto aos discursos do orador do IHGP, Ascendino Cunha e do padre Inácio de Almeida louvando os paraibanos que

[267] O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 05. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922, p. 10.

participaram da revolução, demonstrando a importância de se manter viva a memória dos personagens e do próprio movimento que foi de suma importância para a pátria brasileira.[268]

O texto ainda cita os outros diversos eventos espalhados pela capital que 'parou' para prestigiar as homenagens aos revolucionários de 1817: "as ruas centrais da cidade, mesmo aquelas por onde não passou o préstito, apresentavam aspecto festivo, notando-se no semblante de quantos transitavam o mais espontâneo contentamento, pelas homenagens efetuadas em reverência à memória dos nossos heróis"[269]. Inclusive o dia 13 de março foi decretado como feriado estadual: "as repartições públicas não deram expediente, hastearam a bandeira do Estado e à noite tiveram as fachadas iluminadas"[270].

---

[268] Em seu discurso disse Ascendino Cunha: "Assim a Paraíba, pelos mártires de 17 [...] está nos ensinando, a nós pósteros, que devemos hoje, amanhã e sempre cultivar a virtude e o sentimento e dos deveres humanos a melhor garantia de nossa felicidade presente e sobretudo o único meio de evitar a prática dos clamorosos crimes e sangrentas tragédias que desde Herodes, através dos tempos vem vitimando os inocentes, os pregoeiros da bondade e do bem comum. O monumento, cuja pedra basilar agora assentamos, será o documento material da nossa gratidão aos obreiros da República de 1817, e será também uma noção prática aos contemporâneos e aos vindouros de nossa história; porém, mais indestrutível do que ele serão a consequência dos feitos que hoje comemoramos, fortalecendo a consciência da verdade, da justiça, sobre todas as vaidades deste mundo, até os esplendores da Eternidade." O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. *Revista do Instituto Histórico* ..., p. 13. No mesmo texto foram reproduzidas as palavras do padre Inácio de Almeida proferidas no momento da cerimônia do lançamento da pedra fundamental do monumento em homenagem aos líderes paraibanos na revolução. Sobre os sentidos da Pátria assim o diz: "A Pátria é o sítio onde deixamos parte da inteligência e do coração, é o cofre onde guardamos a primeira lágrima, ambiente de nossas primeiras tristezas [...]. É Porto Seguro... é nosso descobrimento, são nossas florestas virgens, é a primitiva família selvática, errante, desconfiada, é a primeira cruz feita do lenho virgem de nossas matas; a Pátria é a grande vitória sobre os holandeses alcançada pelos gênios guerreiros de Mathias d'Albuquerque, Camarão, Vidal de Negreiros e Henrique Dias; a Pátria é aquela epopeia irisada de lirismo que se chamou *Insurreição mineira*, onde a poesia de Gonzaga e Alvarenga Peixoto animava os sentimentos do povo; a Pátria enfim é o movimento nativista de 1817 [...]". O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. *Revista do Instituto Histórico* ..., p. 15. Bem próximo ao bicentenário da revolução, em 2013 a Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com o Ministério da Justiça, desenvolveu um projeto com o objetivo de "rememorar o movimento na Paraíba e restaurar o patrimônio histórico relacionado à revolução". Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/festa-das-neves/2013/noticia/2013/08/projeto-da-uepb-resgata-capitulo-da-revolucao-de-1817-em-joao-pessoa.html>. Acesso em: 20/04/2014. O projeto de extensão, coordenado pela professora Eliete de Queiroz Gurjão, intitulado "Antes que se apague completamente: memória e patrimônio da Revolução de 1817 na Paraíba", conseguiu a restauração das placas, produzidas e afixadas pelo IHGP no primeiro centenário da Revolução, que sinalizam os locais onde os restos mortais dos revolucionários foram exposto além de ações no campo da educação patrimonial, com a publicação de um livro com a história da revolução na Paraíba (GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org.). *Antes que se apague*: memória, patrimônio e identidade. Campina Grande: EDUEPB, 2014). Segundo a coordenadora a revolução foi apagada da memória histórica, principalmente com a importância que foi dada ao evento de 1930 com a morte do então presidente do Estado João Pessoa. Ver: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371248798_ARQUIVO_TRABALHOANPUH2013Odespertardeumamemoriaesquecidaeaviltada.pdf >. Acesso em: 20/04/2014.

[269] O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. *Revista do Instituto Histórico* ..., p. 23.

[270] _____. *Revista do Instituto Histórico*..., p. 25

Assim foram homenageados os líderes paraibanos da Revolução de 1817. Naquele ano, com a repercussão do levante na província vizinha, pelo interior da Paraíba começou a se articular o movimento que levou a deposição do governo e a instalação de um poder provisório na capital, aos moldes do que acontecia na capital pernambucana. Pouco tempo depois, sufocados e rendidos pelas tropas imperiais José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coutinho, Francisco José da Silveira, padre Antônio Pereira de Albuquerque e Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, líderes do movimento na Paraíba, foram levados ao Recife e lá enforcados e esquartejados. Nos locais em que estiveram expostos seus restos mortais, na capital, o IHGP providenciou a aposição de placas, com seus nomes e as datas das execuções, que podem ser vistas ainda no presente momento.

As constantes dificuldades de impressão do periódico, de certo modo, estimularam a procura de outras alternativas pelos consórcios do IHGP. Muitos livros começaram a ser editados[271] e a imprensa local dava espaço para comentários sobre as obras proporcionando assim um movimento de recepção e crítica dos trabalhos, fossem ou não de cunho historiográfico. Poderíamos citar como um exemplo desse universo que extrapolava os muros da instituição, mas que estava ligado diretamente ao IHGP, o intelectual Celso Mariz.

Celso Marques Mariz foi um dos intelectuais mais ativos no campo das pesquisas de cunho historiográfico na primeira metade do século XX na Paraíba. Além dos textos publicados em jornais e na revista do IHGP (10 artigos ao todo entre as décadas de 1940 a 1970[272]) até

[271] A título de exemplo poderíamos citar os seguintes livros publicados durante esses dez anos de 'silêncio' da Revista do IHGP: o segundo volume de *Datas e Notas para a História da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto, em 1916; *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba* (1914) e Do *litoral ao sertão* (1917), de Coriolano de Medeiros; *Epítome da História da Parahyba*, (1914), de Manuel Tavares Cavalcanti. Eis o comentário na Revista sobre tal cenário: "Suspensa desde 1913 a nossa Revista, servimo-nos de livros editados na Paraíba para entretenimento dessas proveitosas relações. [...] Era hábito nosso publicar na Revista a lista de ofertas. Infelizmente já não podemos continuar essa prática, constrangidos pela falta de espaço e também porque o número delas, dado o curso, de quase um decênio subiu a grande quantidade. Entretanto, à proporção que íamos recebendo essas dádivas, dávamos notícias delas ao público pelas colunas da "A União", a quem devemos além desses fatores, a propaganda do nosso grêmio, feita com muito carinho e eficácia". BILIOTECA e museu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 05. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922, p. 191.

[272] Conf. Índice da Revista do IHGP.

1976 o autor produziu um total de 10 livros[273] de composições e abordagens variadas: sínteses históricas, biografias, estudos econômicos e memórias que contribuíram durante longos anos com as versões do passado paraibano produzidas dentro dos cânones estabelecidos pelo IHGP.

Nascido em fins de 1885[274], na zona rural do município de Sousa – no alto sertão paraibano, distante mais de 430 km da capital – Celso Mariz foi criado por seu padrinho, juiz municipal em Piancó, também no sertão da Paraíba. Iniciou os seus primeiros estudos na cidade de Taperoá, em virtude da transferência do seu pai adotivo como juiz dessa comarca. Em 1904, já adolescente, foi para a capital estudar no Seminário, como ouvinte, sob os auspícios do bispo da diocese, amigo de seu padrasto. Pouco tempo depois viu-se reprovado nos exames de admissão para o Liceu Paraibano e assim iniciou sua carreira no jornalismo local.

Influenciado pelo surto econômico da borracha e pela presença de seu irmão Romeu Mariz, jornalista e deputado, no Pará, viajou para o norte do país em 1906 acreditando que poderia adquirir um espaço na imprensa local, que crescia principalmente nas cidades de Manaus e Belém, onde fora durante poucos meses revisor do jornal *A província do Pará*. Pouco tempo depois retornou a Paraíba e passou a integrar o corpo de redatores de alguns jornais da capital. Exerceu ainda o cargo público de professor até a sua nomeação de Inspetor Regional de Ensino. Em 1909 Mariz era eleito como conselheiro municipal na cidade de Taperoá onde escreveu e publicou no ano seguinte *Através do Sertão*, seu primeiro livro inspirado diretamente nos relatos de Irineu Joffily e nas pesquisas históricas de Maximiano Machado e Irineu Pinto.

---

[273] Quase todos foram publicados na capital do Estado (exceto um publicado em Mossoró no Rio Grande do Norte) e aqui citamos por ordem cronológica: *Através do sertão*. Imprensa Oficial, Paraíba do Norte, 1910; *Apanhados históricos da Paraíba*. Imprensa Oficial, Paraíba do Norte, 1922; *Evolução econômica da Paraíba*. A União Editora, 1939 (2. ed. em 1978); *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. A União Editora, 1942; *Carlos Dias Fernandes*. A União Editora, 1943; *Cidades e homens*. A União Editora, 1945 (2. ed. em 1985); *Memórias da Assembleia Legislativa*. Departamento de Publicidade, 1946; *Areia e a rebelião de 1848*. Departamento de Publicidade, 1946; *Pilões antes e depois do termo*. Departamento de Publicidade, 1948; *Notícia histórica de Catolé do Rocha*, Editora Comercial, Mossoró-RN, 1957 e *Figuras e fatos*, A União Editora, 1976.

[274] As informações biográficas foram consultadas em: NETO, Dorgival Terceiro. *Celso Mariz*, uma legenda entre os melhores escritores paraibanos. João Pessoa: IHGP, s/d. (Coleção Historiadores paraibanos, 10) e FILHO, Carmelo R. Do Nascimento. *O historiador burocrata*: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz. In: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

O livro surgiu como resultado das longas viagens de trabalho que o autor fizera pelo interior da Paraíba quando exerceu o cargo de Inspetor Regional de Ensino – espécie do que seria hoje o Secretário Estadual de Educação.

Em 1914 fixou residência na capital sendo nomeado no cargo administrativo de Diretor da Secretaria da Assembleia Legislativa. Nesse momento, Mariz passou a exercer, além da atividade política, intensa atividade na imprensa local como redator do jornal *O Comércio*, colaborando no *A União* e fundou o periódico *A Notícia*, chegando inclusive ao cargo de deputado estadual em 1924. Além de *Através do Sertão*, misto de história social com narrativa de viagem, Mariz publicou outros livros sobre a história da Paraíba, inclusive dotados de um maior rigor metodológico para com os textos históricos, como o *Apanhados históricos da Paraíba*, em 1922, *Evolução econômica da Paraíba*, de 1939 e *Cidades e Homens*[275], publicado em 1945, entre outros já citados. Celso Mariz ainda foi um dos fundados da Academia Paraibana de Letras, em 1941, com uma produtiva atividade intelectual até 1982, quando faleceu.

Na quase totalidade de seus textos o viés político é extremamente claro e em boa parte de tom laudatório, onde as grandes personalidades, os homens de destaque, são evidenciados e cultuados, afinal, para Mariz, suas ações foram fundamentais para o engrandecimento do *espírito* dos paraibanos. A Paraíba e os paraibanos sempre foram o tema central de suas composições.

Toda a obra de Celso Mariz foi subsidiada pelas instâncias públicas da Paraíba – governo do Estado através de sua editora oficial e a Assembleia Legislativa. Em muitos dos casos não se tratava apenas de uma subvenção à produção e divulgação do trabalho de um intelectual. A facilidade de publicar num meio escasso de editoras acaba por associar a versão da história como a oficial que, apresentada num traço continuo de acontecimentos, ligaria os

[275] Juntamente com o livro *Brejo de Areia*, de Horácio de Almeida (1958), é considerado como um dos marcos iniciais da história dos municípios na Paraíba.

grandes feitos do passado às ações do presente. O passado instrumentalizado como um guia, memória, exemplo para o presente e para o futuro. Até a década de 1960 vamos encontrar, por exemplo, inúmeros trabalhos relatando os fatos históricos sobre o Estado da Paraíba ou sobre algum município publicados em homenagem ou a pedido de algum administrador público. Daí a presença maçante de perfis biográficos, tanto na revista como em publicações avulsas, sempre destacando personalidades que passavam ao longe da dita gente comum.

Percebemos o quanto a produção intelectual estava atrelada e dependente dos interesses públicos, dos que faziam a política local. Um administrador interessado pelo passado de seu espaço de atuação e vivência é, antes de qualquer coisa, um homem que busca – neste tipo de gesto – criar uma imagem de comparação, um elo de sua gestão com os "grandes fatos", com os eventos históricos mais significativos do espaço em questão.[276] A predominância da editora oficial como o único[277] canal de publicação dos inúmeros trabalhos neste momento é bem significativa para o nosso argumento. Como não poderia ser diferente, Mariz se via amparado por essa tutela oficial, considerando-a inclusive como essencial para divulgação do conhecimento e útil à educação popular[278] - embora não possamos dimensionar o alcance dessa afirmação numa sociedade tão carente de alfabetização naquele momento.

---

[276] Ver, por exemplo: GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *O saber Local:* novos ensaio em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne, Petrópoles: Vozes, 1998; _____. *NEGARA*: O Estado Teatro do Século XIX. . Miguel Vale de Almeida. Lisboa: Difel, 1991e BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz TupyCaldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982, que analisam os ritos e as simbologias envolvidas na construção do poder, que foi chamado de 'teatralização do poder'.

[277] Na apresentação do livro *Cidades e Homens*, de 1945, Celso Mariz deixa bem claro essa questão: "Devo ao governo a impressão de mais este livro. A nenhum de nós, desde João Machado, mesmo antes, desde Walfredo, que deliberou o primeiro auxílio a Irineu Pinto, em 1908, a nenhum de nós que trabalhe e apele, tem faltando o apoio dos presidentes, interventores e Secretários do Estado. A imprensa Oficial, com suas oficinas e o seu jornal, vem sendo um abrigo precioso de moços, de moços e de velhos, e um veículo, cada dia mais largo, de nossa produção intelectual. Mesmo através de sacrifícios ingentes de máquina, tinta e papel, como aconteceu agora nas angústias da guerra, melhora e cresce o seu serviço à administração e à publicidade literária. Dois, quatro, seis livros por ano, no último quinquênio. Dois, quatro, seis, que não seriam fáceis de vir à luz numa terra sem editoras, faltassem também a boa-vontade e a decisão do poder público. Se em alguns, como nos meus, esmorecem a profundeza e a beleza, restará, na maioria, uma parcela de utilidade. Quereria, ao menos nalguma passagem, conter um átomo desta parcela." MARIZ, Celso. *Cidades e Homens*. 2. ed. João Pessoa, A União, 1985.

[278] "De certo tempo a esta data os governos têm procurado disseminar o conhecimento da nossa história, serviço de benemerência, pois o conhecimento da História considera-se em toda parte dos demais úteis efeitos na educação popular." P. 13. E então Celso Mariz cita por mais de duas páginas todas as publicações subvencionadas pelo governo entre os anos de 1908 a 1919 e que serviram também de fonte e bibliografia para sua síntese histórica.

Sobre seus livros, comecemos com *Através do sertão* que foi dedicado ao seu pai e ao homem sertanejo, arquétipo trabalhado na obra e sobre o qual o próprio autor também se identificava. Esse primeiro livro publicado por Mariz chama-nos atenção não só pelas suas conexões com a obra de Irineu Jofilly, mas também pelo prefácio assinado por Coriolano de Medeiros, um dos fundadores do Instituto histórico local e membro durante muitos anos da Comissão de redação da revista do Instituto. Embora reconheça a falta de rigor metodológico[279] Medeiros considera o texto inaugural de Mariz como *historiográfico* porque buscou narrar a trajetória da sociedade paraibana, de sua origem aos tempos atuais (1910):

> Se a lógica estimar verdadeira as proposições citadas e se o leitor não chegar a convicção diferente, ser-me-á permitido reconhecer como historiografia, as páginas que constituem este livro. Embora em síntese, aqui está todo viver de um povo, estudados desde os primeiros vagidos de sua formação, acompanhado no seu desenvolvimento, analisado nas suas dores e suas alegrias, observados na sua luta contra o homem e contra a natureza, rude em seu começo, feroz na sua ação, e hoje tranquilo e modesto, procurando feliz o trabalho e o progresso! Aqui tem o leitor, o passado do sertanejo paraibano, a sua capacidade atual, e um indício de sua civilização.[280]

Nessa introdução crítica do primeiro livro de Mariz, o acadêmico Coriolano de Medeiros revela as possíveis conexões, as influências bibliográficas, aponta algumas imprecisões e as passagens em que discorda da interpretação do autor. No entanto, no conjunto dos argumentos, a obra foi bem recebida pelo intelectual, principalmente, como argumentou, pelo esforço de síntese empreendido por Mariz. Opiniões compartilhadas também na Revista do IHGP, que em sua Seção *Bibliografia* reproduziu os comentários positivos ao livro de estreia de Mariz que, segundo o resenhista, veio somar "uma fase áurea" das letras na Paraíba,

---

[279] "Na luta pela vida não lhe sobrou tempo para consultar autores, para copiar documentos, resultado suas afirmações por vezes se ressentirem de um apoio mais sólido. Mas disto não decorre defeito ao seu trabalho. ***A história, apesar do rigor científico que se lhe pretende impor, continua a ser campo de fantasia, onde o espírito criador sempre tem algo de novo a verificar, consoante a miragem que se lhe antolha; assim os pontos longínquos continuam obscuros, e os contemporâneos mudam de forma e valor, conforme o lugar donde são analisados. Cada autor lobriga sucessos por prismas diferentes***!..." MEDEIROS, Coriolano. Na Partida. In: MARIZ, Celso. *Através do Sertão*. Parahyba do Norte (João Pessoa): Imprensa Oficial, 1901, p. iv-v. (Grifos nossos)

[280] MEDEIROS, Coriolano. Na Partida. In: MARIZ, Celso. *Através do Sertão*..., p. iii.

momento revelador, de "inúmeros trabalhos de investigação, denunciantes de pacientes vigílias salvadoras, que vêm disputar à força destruidora das traças e do tempo, documentos inestimáveis"[281] para o estabelecimento de nossa *verdade histórica*.

Em *Através do Sertão* o espaço é categoria conceitual privilegiada e essencial para a construção da identidade do sertanejo do interior da Paraíba. Mariz reforça a visão que defendia a existência de duas formas de civilizações distintas no Brasil: a do litoral e a do sertão.[282] Segundo Mariz, com a expansão marítima empreendida pelos portugueses a metrópole conheceu o seu momento mais próspero. No entanto, neste universo de luxo e riqueza a corrupção também cooptou o espírito dos portugueses. Antes da efetiva ocupação e exploração do território o Brasil "era apenas um degredo e uma estância silenciosa, em cujos magníficos portos as esquadras Orientais descansavam. Para cá vinham só os condenados da justiça dos reis e os que fugiam à sanha do fanatismo religioso".[283] Com a decadência da rede comercial entre Portugal e o Oriente, anima-se o povoamento do Brasil e "[...]todo que da metrópole viesse traria na alma o Portugal acima descrito, com seus amolecimentos e seus ódios. É desse elemento que especialmente descendemos nós." [284] Ainda assim, Mariz afirma que o sertão e o sertanejo possuem "visíveis caracteres" que determinaram num desenvolvimento próprio, diferenciado dos homens do litoral, esses mais influenciados pelo tipo português: o meio físico e a origem de seus antepassados, dentre eles o bandeirante paulista.

Em suas páginas de *Através do Sertão* Mariz concebeu a imagem do bandeirante paulista como a mais importante contribuição, tanto étnica quanto moral, àquilo que

---

[281] MONTEIRO, J. C. Carneiro. À margem... de um livro. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano II. Vol. II, 1910.

[282] "Os povoadores do sertão, gente prática e apta às grandes empresas vencedoras, escaparam à luxúria desenfreada que escandalizava as populações do litoral. Dedicados aos rudes serviços da criação de gados, o tempo não se lhe oferecia tão fácil para o ruído crepitante dos prazeres carnais. [...] Assim, a prostituição das índias brasileiras e das recém-chegadas índias africanas não foi tão intensa, indecorosa e humilhante como entre os agricultores, traficantes e funcionários da Coroa na civilização mórbida das adjacências do mar." MARIZ, Celso. *Através do Sertão...*, p. 38.

[283] _____. *Através do Sertão...*, p. 36.

[284] _____. *Através do Sertão...*, p. 36.

denominaria de *sub-raça* sertaneja. Apesar da vinda de elementos de conduta duvidosa para o povoamento do território brasileiro também vieram "ilustres varões que nos transmitiram o exemplo e a hereditariedade de sua nobreza". Nos sertões nordestinos esse elemento foi representado pelo bandeirante visto como "o melhor elemento da sociedade colonial [...] sob o ponto de vista da energia, da saúde, da tenacidade, do entusiasmo no trabalho. " [285] Tanto que, aponta Celso Mariz, das três raças[286] que contribuíram para a formação do sertanejo a branca seria a predominante, tendo como um dos fundamentos de defesa dos seus argumentos a observação de não ser escura a pele dos habitantes do sertão, apesar de toda inclemência do sol equatorial![287]

Evocar as imagens das bandeiras é essencial para a versão histórica de Celso Mariz, pois defende que foi a partir delas que se iniciou o processo de ocupação do sertão nordestino[288]. Em sua narrativa as correntes exploratórias que avançaram rumo ao oeste do território brasileiro figuram também como um dos momentos mais grandiosos da história do Brasil. E dentre todos esses desbravadores dos sertões Mariz elegeu o paulista como o elemento símbolo. Ser paulista, na narrativa de Mariz, é sinônimo de desbravador, proveniente de uma verdadeira "raça gloriosa". Mas segundo Mariz o "gentílico paulista" pode ser visto de modo genérico como o tipo representativo de todo brasileiro portador das características necessárias a um explorador e conquistador de territórios. Como deixa bem claro em sua interpretação:

---

[285] MARIZ, Celso. *Através do Sertão...* p. 37. Mariz ainda acrescenta que: "O sertanejo paraibano descende dos bravos expedicionários de Garcia D'Ávila e Afonso Sertão; de Domingos Jorge, Antonio de Oliveira, Luiz Soares e Oliveira Ledo. Foi este elemento são que, da parte dos europeus ou seus filhos imediatos, entrou na componente de nossa forte sub-raça. E o sangue ariano foi o predominante em grau superior no caldeamento com o sangue tupi e africano." _____. *Através do Sertão...*, p. 37.

[286] Mariz também corrobora diversas imagens que veremos presente em diversos autores portadores de uma versão tradicional e conservadora da história do Brasil. Sobre a entrada do elemento africano na colonização do país teceu os seguintes comentários: "Nações menos incultas, mais pacíficas, educáveis, e com ótimas faculdades de adaptação e trabalho, preferiram-nas os práticos colonos, quer na agricultura como na serventia doméstica, aos nossos aborígenes indolentes e volúveis." _____. *Através do Sertão...*, p. 12-13.

[287] "Daí não se escura a maioria do nosso povo que apenas o parece pelo requeimanento a que se acha submetido ao abrasar invencível dos sois equatoriais. " _____. *Através do Sertão...*, p. 38.

[288] Mariz afirmou que seria "em torno delas [das bandeiras] que se agita a vida interessante da conquista e povoamento do sertão"_____. *Através do Sertão...*, p. 7.

> Aparecia, então, na História, realçada à luz dos feitos, a organização vibrátil do paulista. Podemos, por simples comodidade, divisar nesse gentílico uma função genérica. Paulista significará, neste caso, o brasileiro nascido no Brasil, em S. Vicente, em Porto Seguro, em Itamaracá ou no Ilhéus, sem, entretanto, se negar ao originário de S. Paulo a parte principal dos fatos a que nos referimos. [289]

Mariz também afirmou e reforçou a todo momento uma imagem do sertanejo focada na masculinidade, tributária, em boa parte, pela presença do elemento paulista dentre os primeiros conquistadores daquele espaço. Fernão Dias e outros nomes citados são adjetivados por sinais enervados de "justiça", "severidade", "força máscula", "caráter de mármore" e até como "figuras simpáticas". Em sua exposição sobre as singularidades do homem sertanejo, Celso Mariz relativizou inclusive algumas teorias do higienista francês do século XIX, Michel Lévy, sobre os efeitos deletérios do calor na composição física e psíquica dos habitantes das regiões de clima equatorial.[290] Imbuído pelo cenário de vulgarização das teorias cientificistas europeias ainda presentes nestas partes do Brasil no início do século XX, Mariz apontou em defesa da "sub-raça sertaneja" o "influxo de diversas vantagens naturais", tais como a "lei da adaptação", o "refrigério das brisas" e o "regime alimentício" que proporcionaram o desenvolvimento e a sobrevivência do homem no sertão nordestino.

Mas o sertanejo precisaria ainda vencer, de acordo com Mariz, alguns obstáculos que o impedem de adentrar no processo evolutivo da busca pelo progresso humano e material. Homem forte, de bom caráter e índole[291], o sertanejo, assim defendia Mariz, necessitaria muito ainda de uma educação pública regular – "essa outra masculinidade que a cultura comunica" – para que pudesse de vez sair de uma espécie de primitividade. Católico contumaz, Mariz

---

[289] MARIZ, Celso. *Através do Sertão...*, p. 16.

[290] "Triunfantes [os efeitos dessa teoria] em absoluto, a zona tórrida já teria chegado, ou marcharia fatalmente para um completo despovoamento humano pela extinção gradual dos tipos respectivos. " _____. *Através do Sertão...*, p. 40.

[291] "O sertanejo, como produto físico, é um tipo forte, de tecidos rijos e estatura regular; como produto moral é uma caldeira onde fervem os maiores contrastes, onde se acha em ebulição um cosmos de elementos, mas tudo isso já adquirindo certa consistência, tendendo a engrossar na segurança de uma formação definitiva. Ele é o sangue de três raças diversíssimas ente si, que se fizeram, num conflito natural e impremeditado, uma raça única e consubstanciadora das forças originantes." _____. *Através do Sertão...*, p. 50.

enxergou no sincretismo religioso do sertanejo, não muito atento rigidamente aos códigos católicos, um sinal de verdadeira confusão mental, mais um ponto característico desse atraso dos povos sertanejos do nordeste do país. Como exemplo disso mencionou o "cisma indecente de Canudos", episódio ainda muito vivo na memória dos nordestinos no início do século XX. No entanto, essa busca pelo progresso tão almejada nos relatos desses intelectuais não poderia, assim defendia Mariz, deixar de lado as tradições e a preservação de um aspecto moral que faziam ainda do sertanejo "a representação sobrevivente de um Brasil que existiu". [292]

O livro *Apanhados históricos da Paraíba*, publicado em 1922, pode ser considerado como o texto melhor elaborado por Celso Mariz. Em seu prefácio o autor declarou que ele seria um arranjo, um conjunto de alguns trabalhos históricos então reunidos que sofreram acréscimos e ajustes à luz de seu "conhecimento e interesse pessoal". Mariz apresenta-se na introdução do texto como um simples compilador de fatos extraídos dos livros e dos documentos por ele consultados, confessando que seu trabalho não pode ser considerado uma história conforme os parâmetros modernos da ciência histórica:

> Não são, pois, as páginas seguintes um resumo completo de nossos fatos desde a fundação, e sim, apenas algumas vistas e narrações, se bem que às vezes pretensiosas, dos marcos principais ou daquelas fases, lutas, episódios que melhor conheceu ou com que mais simpatizou o meu espírito. Pode se dizer mesmo que aos "Apanhados", para um livro de história, no sentido alto e moderno da ciência, como crítica das épocas pela integração filosófica de seus fenômenos, falta tudo. Sou um compilador afetuoso, mas insulso. Dos livros que adiante enumero filei e reduzi as palavras próprias as pequenas noções de meus escritos. [...] Não me apresento, pois, com originalidade nem novidade. Coligi, comparei, juntei umas coisas podendo confessar uma certa aplicação própria nesses ´último capítulo da Monarquia e da República, onde algumas notas ainda se não encontram concatenadas em obras alheias. Colhi-as por mim, aqui, acolá, nas folhas velhas da Província, nas primeiras folhas do Estado, nos anais da Câmara Nacional, num ou noutro volume que pude obter. Nessa dispersa e rápida revista extraí nomes, trechos, acontecimentos, hoje talvez esquecidos no meio para que escrevo e ao qual de perto interessam. Não deixam, assim, de representar os "Apanhados" algum esforço de leitura e síntese cronológica, quase todo respeitante à nossa nunca e assaz estudada e amada Paraíba.[293]

---

[292] MARIZ, Celso. *Através do Sertão...*, p. 53.
[293] MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2. ed. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1922, p. 11-12.

De forma simples e objetiva, em boa parte de seus textos Mariz deixou bem claro o seu método próprio de pesquisa, como bem ilustrou anos antes no seu primeiro livro: "Cotejando certas datas, estudando as relações que deveriam ter alguns fatos, sondando o fundo de determinadas observações ou conjecturando sobre a superfície de velhas crônicas, nós temos humildes conclusões a expor."[294] Como já mencionamos em outros momentos do presente trabalho a figura do historiador profissional com formação acadêmica não existia ainda no Brasil de inícios do século XX. É provável que a experiência acadêmica em outras áreas, bem como um contato com uma literatura historiográfica de vulgarização sob influência excessivamente francesa muniam, de certo modo, esses intelectuais de algumas ferramentas para suas pesquisas. Contudo Mariz não possuía nenhuma formação acadêmica e não chegou a se formar em Direito ou Medicina, como boa parte dos filhos das elites nordestinas o faziam. Sua experiência vinha de seu contato com o jornalismo e o mundo político. O arquivo público da Assembleia Legislativa do Estado foi o seu verdadeiro arsenal.

A bibliografia arregimentada para a composição de *Através do Sertão*, por exemplo, indica esse autodidatismo. Livros como *História do Brasil*, de João Ribeiro, *Memórias históricas da Bahia*, de Ignácio Accioli, *Introdução à literatura brasileira*, de Silvio Romero, *A educação intelectual, moral e física*, de Herbert Spencer, *O homem conforme a ciência*, de Luis Buchner, bem como a ficção de Graça Aranha e Eça de Queiroz e consultas ao *Almanaque Garnier*, nos dão uma ideia desse caráter hibrido e amador, não só dos textos de Mariz, como de muitos intelectuais da época. Mas já em 1922, com a consulta direta às fontes documentais Mariz apresentou uma melhor concatenação de fatos numa narrativa de síntese histórica que foi o livro *Apanhados históricos da Paraíba*.

Ainda no mesmo prefácio de *Apanhados históricos da Paraíba*, embora apenas aborde a questão, Mariz considerou que seria conveniente o esforço de apresentar "nesse feixe de

[294] MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*..., p. 22.

crônicas uns subsídios[...] sobre a nossa gente [os paraibanos] quanto aos elementos que a tem formado, de maneira que se visse mais ou menos, desde a Colônia até hoje [1922], o concurso de diversos sangues na fisiologia do paraibano". Mas o assunto não foi tratado especificamente no livro. Ele não é um tratado ou ensaio inspirado em leituras de divulgação das teorias cientificistas tão em voga no Brasil desde fins do século XIX e ainda influentes no período de composição do autor. Mariz não acreditava na existência do paraibano como uma raça específica ou singular, embora lamentasse a ausência de correntes imigratórias[295] significativas na Paraíba desde a vinda dos portugueses no início da colonização, diferentemente do sul do país que teria recebido levas de imigrantes introdutoras dos elementos "eugênicos da força, da beleza, da inteligência, até o aspecto crematístico [sic] das produções industriais"[296].

Mariz também apresentou, através dos temas históricos que dão título aos capítulos do livro citado, os eventos históricos que introduzem e especificam a Paraíba na história do Brasil. Qual a contribuição do paraibano nos *fatos* históricos que marcaram o passado nacional? Quais eventos históricos distinguem, particularizam a ação dos homens daquele espaço? Mais uma vez Mariz representava esse esforço de dar à Paraíba a versão de um passado cada dia menos pernambucano.[297] Esse contraponto à versão pernambucana da história local também se fez presente nas narrativas de Celso Mariz. Para ele a Paraíba – diga-se os homens que a conduziram, politicamente falando – sempre direcionou os seus esforços no intuito de preservar a unidade nacional, independentemente das discordâncias que levavam a discussões sobre a necessidade de uma maior autonomia política para os estados brasileiros.

---

[295] Mariz retoma rapidamente essa questão em 1939: "Também nunca tivemos corrente imigratória. O nosso pequeno enxerto de estrangeiros nunca influiu com seus braços na agricultura. [...] O que tivemos de 1890 a 1905 foi uma forte saída para a Amazônia. [...] Nos últimos anos não foi pequeno também o número de famílias nossas atraídas à lavoura paulista. " MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: A União Editoria, 1978, p. 47.

[296] _____. *Apanhados históricos da Paraíba*..., p. 10.

[297] _____. *Apanhados históricos da Paraíba*..., p. 45.

O movimento pernambucano da Confederação do Equador (1824) que se espalhou pelas províncias mais próximas do seu foco irradiador, que fora Pernambuco, tem uma leitura não muito amistosa por Mariz. Para ele a Paraíba sempre contribuiu, antes de mais nada, para o processo de emancipação política do Brasil, inclusive reforçando o contingente das forças que lutaram contra a resistência portuguesa na Bahia quando da proclamação da independência. A Confederação e o seu caráter separatista foram prejudiciais para nossa unidade nacional.[298] Pernambuco, pelo seu histórico de levantes e rebeliões exercera, naquele episódio, uma influência perigosa sobre as províncias vizinhas[299], apesar do histórico de lutas e de sua personalidade contestatória. Tanto que, argumenta Mariz, os seus reflexos na Paraíba se deram muitos mais nas cidades do interior – que enxergavam com receio a possibilidade de aproximação entre D. Pedro e seu pai, D. João VI, rei de Portugal – do que na capital, que conseguiu manter o governo nomeado pelo imperador e dissipar os focos de adesão ao regime proclamado pela província vizinha.

Mariz construiu suas narrativas sobre a história da Paraíba sempre numa perspectiva de temporalidade linear. As imagens descritas e os recursos simbólicos arregimentados são bem esclarecedores neste ponto. Em *Evolução econômica da Paraíba*, de 1939, a ideia de progresso está presente por todo o texto. Progresso tanto no sentido de passagem, avanço no tempo, quanto no sentido de transformação e de objetivo a ser alcançado. Nesse "quadro geral" sobre os elementos da "riqueza" e os esforços de seu "desenvolvimento" empreendido pelos paraibanos

---

[298] "A Revolução de 1824, não obstante as proclamações de Paes de Andrade que pedia a união de todos os brasileiros e nunca desprezou a obra da independência sobre Portugal, resultou um atentado contra a unidade já estabelecida do Império. Mas isso, pelo repentino do golpe, o limite das adesões, o fogo da ideia republicana, tudo ligado à grande causa geográfica, étnica e psicológica que faz de Pernambuco um velho centro, senão do separatismo político, de ração social diferenciadora. [...] É que ontem era o Brasil firmando-se na consciência de sua emancipação contra o escravizador português aguerrido nos monopólios e opressões do absolutismo; hoje era o Brasil ardendo na conquista revolucionária da liberdade contra o Brasil independente, de qualquer modo integralizado na Monarquia Constitucional. " MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*..., p. 130.

[299] "Na Paraíba, o elemento português não se absteve de oposição às juntas do governo. Estas envidavam tudo pela paz e consolidação da obra independente, doutrinando e acalmando o espírito público por meio de proclamações e enviando interventores aos contínuos barulhos de Pernambuco, donde se temia até nós, pela vizinhança e ligações existentes, a propagação dos perigos e desordens." _____. *Apanhados históricos da Paraíba*..., p. 123.

– os homens públicos e suas ações – Mariz retomou boa parte dos *topos* que vimos evidenciando até aqui: os problemas que prejudicam o desenvolvimento do Estado, soluções para superar esses obstáculos; olhar amplo e ao mesmo tempo sintético que parte desde os períodos iniciais de ocupação do território até o seu momento presente e a ideia de que seu esforço intelectual pudesse contribuir, de alguma forma, para um repositório da memória dos erros e acertos, a fim de instruir os paraibanos em suas tomadas de decisões futuras. Além desse "grande amor pelo Estado"[300], sempre declarado, a versão da história de Celso Mariz tinha esse caráter eminentemente pedagógico.

Observada em conjunto compreendemos que a obra de Mariz propunha uma história geral da Paraíba, como uma síntese capaz de abordar todas as transformações que buscaram introduzir o Estado dentro da lógica econômica e política nacional. A versão da história elaborada por Mariz não mostrou interesse pelos outros extratos da sociedade, não era o seu interesse nem muito menos conseguiu observá-los na documentação consultada. Para ele o trabalho do historiador seria o de "rememorar", de produzir o exercício da memória política entre os paraibanos.

Arriscamos sustentar o argumento, já defendido por Oliveira (1996), de que a história contestadora desta interpretação do passado paraibano ainda não se estabeleceu firmemente na cultura histórica local, apesar do espaço conquistado pela produção acadêmica, prevalecendo nos discursos políticos, nas escolas de ensino secundário e na mídia, até então, a força de uma versão do passado pensada e construída a partir dos parâmetros lançados desde o início do século XX. Faz-nos reforçar este posicionamento quando em fevereiro de 2009, ao assumir o poder executivo da Paraíba, após um longo processo no qual o governador em exercício teve o seu mandato cassado, o novo dirigente empossado em seu discurso proferiu as seguintes palavras:

---

[300] MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*..., p. x.

> Paraibanos. Este momento coloca-me diante de extremos desafios. Todos os malefícios de uma terra arrasada nos foram legados. Contudo, a Paraíba será restaurada, ainda que ressurgindo dos seus próprios escombros. O momento é de reconstrução, e isto requer a união de todos. Juntos, transformaremos as ruínas de frustrações passadas em momentos de esperança de uma Paraíba do futuro. [...] Olho o horizonte e vislumbro novos tempos para a Paraíba. Tempos de muito trabalho, tempos de restauração, tempos de reencontro com a democracia, o Estado de Direito e a prosperidade, valores essenciais e atemporais que devem balizar o convívio entre governantes e governados. Mas, sobretudo, tempos de esperança, onde semearemos a boa terra – mesmo que temporariamente arrasada – e haveremos de colher um futuro de paz duradoura e progresso permanente.[301]

Nesses episódios é que percebemos o quanto se perpetua e se ressignifica a *paraibanidade*, caracterizada pela força, coragem, bravura somados ao ponto primordial desse discurso: a capacidade de reconstrução de um povo a partir de suas ruínas.

Como estes discursos surgidos em épocas distintas podem ter essa ressonância de ideias e símbolos tão fortes? Inicialmente poderíamos responder a partir da observação de dois aspectos. O primeiro diz respeito à questão da força dos discursos sobre identidade local na retórica política e o segundo está relacionado à apropriação e continuidade de uma matriz de concepção do pensamento histórico local na construção dessas mesmas identidades.

As práticas intelectuais, mais especificamente na Paraíba no começo do século XX, estavam vinculadas à prática política desses homens, quer dizer, os discursos produzidos e que tinham como foco a edificação da história desse lugar tinham intenções essencialmente objetivas: era necessário dotar o ente político de um passado *digno de nota*, destacável e singular para a história do Brasil, por exemplo. Pesquisar e entender a formação histórica da Paraíba, espaço de origem desses intelectuais está relacionado diretamente com a questão da própria constituição de uma identidade local.

---

[301] Discurso de posse do governador José Targino Maranhão, proferido na Assembléia Legislativa da Paraíba em 18 de fevereiro de 2009, In:< http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=70050>, consultado em 10 de fevereiro de 2011.

A identidade local foi o principal exercício dos autores que escolhemos para nossa pesquisa. Conforme já destacado em momentos anteriores, o tempo de produção desses intelectuais era um momento político propício à reconstrução de suas identidades principalmente quando se pensava a questão da sobrevivência desses entes dentro da própria organização estatal. E a história era um instrumento imprescindível na edificação dessa unidade, de um passado comum, da origem dessa especificidade.

A passagem do século XIX ao XX foi um período singular no que diz respeito à necessidade de uma reelaboração do passado histórico nacional a partir da contribuição das diversas partes do país e à efetiva possibilidade de sua construção, pela questão do surgimento de novos espaços institucionais e de divulgação do discurso histórico. Contudo, as estruturas e as ferramentas utilizadas foram as mesmas dos discursos que fundaram a nação ainda na primeira metade do século XIX.

A abordagem histórica utilizada pelos autores aqui estudados era política, balizada por eventos-chave que já estavam postos nos relatos e nas memórias históricas mais tradicionais. Os temas e o período histórico, em sua maioria foram os mesmos: a conquista e a colonização da capitania no século XVI e as revoltas do período imperial, focadas numa perspectiva regional e eivadas de um caráter teleologicamente nacionalista. Sem contar que para esses homens de letras, a pátria brasileira já existiria desde os primeiros levantes que uniram, de alguma forma, parte da sociedade local em um objetivo comum – como, por exemplo, o que teria sido a expulsão dos neerlandeses no século XVII. Os personagens históricos eram homens que através de seus feitos de bravura contribuíram para a história e deveriam ser exemplos de ação e de probidade para o presente e o futuro. Política também era a relação dos intelectuais com o Estado, pois muitas das publicações foram financiadas e levadas a efeito como projetos das lideranças locais.

A compreensão do passado pelos escritores aqui observados era conservadora. Em muitos momentos evitou destacar a participação de outros grupos sociais que não a elite na construção dos valores e dos *feitos dignos* de registro. Em certos casos uma ausência de silêncio marcante, como na questão da escravidão, exclusão real refletida claramente como exclusão discursiva. Essa elite, que escrevia a sua história como a verdadeira e única história a ser passível de representar um passado glorioso, reivindicava sua participação no presente evocando e construindo um protagonismo, extremamente oportuno aos seus interesses políticos, mesmo que para isso fizessem o uso do anacronismo.

O conservadorismo dessas interpretações era também refletido no seu próprio caráter de aversão à modernidade. O passado de riqueza econômica e social das antigas capitanias do nordeste do Brasil era o período histórico mais estudado. O momento de escrita desses intelectuais, de transferência do eixo produtivo da riqueza do país, proporcionou um discurso contrário aos efeitos da modernidade que, de certa forma para eles, trouxe consigo a decadência local, até porque o grande intuito da construção dessa memória era o da manutenção, nos seus devidos lugares, dos diferentes extratos que compunham a sociedade. Inclusive José Lins do Rego e Augusto dos Anjos, dois conhecidos escritores paraibanos, com obra de temas e composições totalmente diversas, não escaparam dessa 'áurea' melancólica por qual passava a Paraíba nesse período.

E, conciliando o discurso de um suposto caráter científico – tão particular ao século XIX – com o conservadorismo local, buscavam estabelecer um lugar no passado e no presente da história do país.[302] Num momento de tantos problemas internos era necessário aquilo que preferimos chamar de um *discurso de compensação*. Para nós, o discurso de compensação é elaborado por um conjunto de agentes culturais que através de um instrumental simbólico e textual, procuram representar as suas instituições, os territórios, um grupo ou comunidade a

[302] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*..., p. 117-125.

partir de características unificadoras e valorativas. A justificativa é sempre relacionada à positividade de aspectos que mascaram uma sensação de fragilidade, perda de *status*, seja qual o for. Nessa operação o passado é trabalhado de uma forma diretamente interessada.

As ferramentas auxiliares – fontes e bibliografia – de composição do discurso histórico eram diversas. Não havia uma filiação própria a determinada corrente historiográfica. A inexistência de uma formação profissional específica fazia dos institutos os lugares por excelência do surgimento e do exercício das Ciências Sociais em conjunto com as primeiras faculdades que surgiram na época, em especial a Direito pernambucana.

Apesar das veementes queixas de Maximiano Lopes Machado, sobre a historiografia produzida no Rio de Janeiro que impossibilitava o surgimento das histórias provinciais, o discurso desses historiadores – intelectuais, homens de letras, eruditos, antiquários, memorialistas, ou em que denominação eles possam se encaixar – não rompeu drasticamente com a perspectiva da unidade nacional. Se não focou a centralidade do processo político pelo Rio de Janeiro era porque queria evidenciar o seu papel de peça fundamental em momentos decisivos para a manutenção da unidade nacional.

Nesse cenário, observamos que as pesquisas sobre a constituição do campo dos historiadores no Brasil vêm seguindo uma trajetória ascendente, embora muito pontuais e reduzidas, no que diz respeito ao momento anterior à profissionalização e ao estabelecimento da disciplina no espaço universitário. Alguns trabalhos são referenciais[303], principalmente porque se constituem nos primeiros estudos dedicados exclusivamente às primeiras instituições que se voltaram à constituição do campo da história enquanto disciplina e prática científica. Mas quando pensamos em aspectos mais locais, que não tinham a pretensão de uma escrita totalizante como a dos intelectuais do IHGB, por exemplo, os trabalhos são quantitativamente

[303] GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996; _____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

reduzidos[304], bem como as relações estabelecidas entre, por exemplo, os institutos históricos estaduais ou locais – surgidos em sua maioria a partir do período republicano – e o IHGB, na constituição dessas práticas historiográficas.

Os textos de cunho historiográfico do período estavam voltados para justificar e edificar um consenso, uma unidade espacial, histórica e política. As elites culturais produtoras dessas interpretações trabalhavam para construir na sociedade um espaço específico para elas, que pudessem proporcionar a continuidade de suas políticas e de seus postos de comando ou de influência. Nesse caso o intelectual seria muito mais um erudito, um acumulador e divulgador de conhecimento, apropriando-se de tudo o que servisse de instrumental para executar o seu objetivo.[305]

Dessa forma, compreendemos que no início do século XX existia uma demanda social pelos discursos do passado na Paraíba e que, estes intelectuais produziram uma história, criaram instituições e estabeleceram práticas de acordo com as condições que possibilitaram a emergência de seus textos. De certo modo, também ultrapassamos essa ideia de campo científico, que nos serve apenas de instrumental para compreendermos o nosso objeto de pesquisa. Nesse momento as fronteiras não estavam tão bem definidas, os espaços de produção e de atuação eram variados – embora o Instituto histórico fosse o principal – e como era um

---

[304] Ver os trabalhos citados na nota 41. Contudo muitas pesquisas ainda têm como grande interesse o universo que orbita em torno do IHGB, com estudo sobre a revista publicada pelo Instituto, como o de DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas*: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009 ou de algum intelectual que tenha composto os quadros do IHGB, como por exemplo: RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império*: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2008; SOARES, Lucas Jannoni Soares. *Entre a missão política e a ciência histórica*: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa do Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em Ciências – História Econômica), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2011.

[305] ROLLAND, Denis. "O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. Ver também: "[...] a historiografia produzida por esses reforçaria a origem, buscando garantir uma homogeneização da visão sobre o Brasil e referendando as elites. [...] O IHGB, pela produção de conhecimento historiográfico, buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social, os quais, por sua vez trariam o esclarecimento ao restante da sociedade, tendo sido esse, basicamente, o ponto central no qual residiu o *pensar a nação brasileira*." DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*, 1998, p. 24-25.

exercício experimental não existia a figura do historiador e um tipo de discurso específico, mas sim a autodeterminação de o que se produzia era a História.

Neste trabalho buscamos entender o momento histórico que proporcionou o surgimento das narrativas históricas elaboradas pelos intelectuais paraibanos antes do surgimento das grandes interpretações do Brasil, que despontaram a partir dos anos 1930 e que se tornaram marcos do redescobrimento interpretativo do Brasil.[306]

Defendemos que esse processo interpretativo já vinha sendo feito antes por outros intelectuais, mesmo não tendo o aporte teórico e metodológico suficientemente trabalhado como nos estudos posteriores, nem tão pouco a pretensão de abordar uma totalidade, como a formação da nacionalidade brasileira, por exemplo. Não estamos aqui pensando em nomes como Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero ou Oliveira Viana. Trabalhamos com nomes muito pouco conhecidos fora de seu Estado – embora na época em que escreveram alguns de seus livros ultrapassaram as fronteiras locais. Esses textos foram portadores das primeiras interpretações de suas especificidades históricas locais. No entanto a perspectiva local seria tão somente um ponto de partida e de observação. A possibilidade de se dizer e de ser parte de um todo, peça constitutiva para o panorama que se entendia como Nação seriam os seus principais objetivos.

---

[306] Carlos Guilherme Motta estabelece uma temporalidade histórica para a historiografia brasileira, que vai das décadas de 1930 a 1970, como o período do "Redescobrimento do Brasil", no qual as grandes interpretações que buscaram compreender a formação histórica nacional trouxeram novas perspectivas, diferentes das estabelecidas pelos espaços tradicionais de produção científica, como os institutos históricos. Mais recentemente, o historiador José Carlos Reis, trabalhando com as chaves de leitura "descobrimento" e "redescobrimento" do Brasil pelos seus intérpretes – como assim são encarados pelo historiador esses sujeitos munidos de noções e metodologias diversas para entender o processo de formação do Brasil – repensou essa periodização. Para ele não importa necessariamente seguir o tempo de produção desses intelectuais, embora isso não seja deixado de lado, mas o mais importante é o posicionamento interpretativo dos autores que são divididos como aqueles que veem o Brasil como símbolo maior do êxito da colonização portuguesa e, do outro lado, os que encontram nessa especificidade ferramentas que possibilitem a verdadeira superação da herança desse passado colonial. Ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 2. ed. São Paulo: Editora 32, 2008; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

4.2. A *virada* historiográfica paraibana e a expansão da institucionalização da área de história

A profissionalização do conhecimento histórico na Paraíba se deu dentro de um contexto maior que se iniciou ainda na década de 1930, período que contempla a expansão dos cursos de nível superior e das universidades em todo o país. É a partir dessa data que começam a surgir as Faculdades e os cursos dentro do grupo de conhecimento caracterizado posteriormente como 'Ciências Humanas'. A Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, atual Universidade Federal do Rio Janeiro, instituíram os primeiros cursos de História no Brasil, em 1934 e 1935, respectivamente.[307]

Criado em 1952 ainda de forma conjunta com a Geografia, o curso de História, da então Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI)[308], foi estruturado dentro de uma concepção político-pedagógica que tinha como um de seus principais objetivos a preparação de profissionais para o magistério nos níveis secundário e normal. Segundo Bezerra (2007), não existia nenhuma diretriz de qualificação profissional continuada do corpo docente no curso de História, que por sinal era composto de professores com formação em outras áreas, como o Direito ou provenientes de seminários católicos, por exemplo. [309] Além disso a faculdade também carecia de condições materiais adequadas, refletindo diretamente na precariedade dos cursos oferecidos.

---

[307] Ver: ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012 e FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício* – a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

[308] Algumas faculdades, entre elas a FAFI, foram reunidas em 1955 criando a Universidade da Paraíba, sob administração do governo do Estado. A federalização da universidade deu-se em 1960, quando foi assim fundada a Universidade Federal da Paraíba, com sede na capital do Estado.

[309] BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974)*: aspectos acadêmicos e institucionais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2007, p. 104-106.

No curso de História, por exemplo, até 1976 o corpo docente era formado por apenas seis professores, alguns deles, inclusive, provenientes das primeiras turmas formadas dentro do próprio curso. Com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma Universitária de 1968, essa que trouxe de forma clara a associação entre o ensino e a pesquisa para o universo acadêmico brasileiro, a UFPB começou a construir um novo cenário fundamentado no aperfeiçoamento de seus quadros e na melhoria dos cursos oferecidos.

Ainda em 1968 a FAFI foi extinta, desmembrada em alguns centros, sendo criado entre eles o Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), que depois foram reunidos ao CCHLA (Centro de Ciências Humanas Letras e Artes), em 1974 – divisão administrativa essa que permanece até hoje. Nesse período além da entrada de professores provenientes de outras regiões do país, formados em História e com pós-graduação na área, outro grupo de docentes também buscou qualificação no mestrado do programa da Universidade Federal de Pernambuco. [310]

Através da consulta às Atas das reuniões do Departamento de História, entre os anos de 1968-1974, Bezerra (2007) constatou que somente a partir de 1973 os professores passaram a ser admitidos por via de concurso público na faculdade. No mesmo ano foi implantado o sistema de créditos na UFPB e o novo currículo do curso de História que, segundo Bezerra, apesar das reinvindicações de alunos e professores, não incorporou a disciplina de História da Paraíba[311] na sua grade. Por incrível que pareça não encontramos a informação de quando

[310] O mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco foi fundado em 1975. Muitos dos professores do curso de História da UFPB buscaram a pós-graduação no Estado vizinho, mesmo no final de suas carreiras. A professora Rosa Godoy Silveira recorda que isso se deu em virtude de diversos fatores: boa parte deles trabalhou no Ensino Básico antes de ingressarem na carreira universitária e a inexistência de bolsas de incentivo não permitia a dedicação exclusiva e o afastamento de suas funções. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel. (org.). *Do passado parao futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. O Programa de Pós-Graduação em História da UFPE foi o primeiro do Nordeste e durante gerações o único a proporcionar aos professores da região qualificação em nível de mestrado e posteriormente no doutorado. As outras duas pós-graduações da área mais antigas são as da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, fundada em 1990 e a da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, no ano de 2000. Sobre o PPGH da UFPE ver: MENESES, Joedna Reis de. *Artífices de Clio*: escritas da História no Programa de Pós-Graduação da UFPE. 1977-2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2005.

[311] BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba*..., p. 129.

exatamente ela foi incorporada ao currículo do curso, embora a partir de dados informais relatados por alguns professores a disciplina já estava presente desde o currículo de 1982. [312]

Além do curso de História da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciência Humanas Letras e Artes, na capital, outros quatro cursos estão em atividade e todos apresentam em seus currículos atuais somente a modalidade 'licenciatura' em suas graduações.[313] A partir do quadro abaixo podemos observar a expansão da institucionalização da área de História na Paraíba. As cidades onde os cursos se localizam equilibram o atendimento aos estudantes de todas as partes do Estado, inclusive de cidades fronteiriças dos Estados vizinhos. O foco principal dos cursos, ainda em sua maioria, é direcionado à formação de professores para a rede básica de ensino, mas o incentivo à qualificação profissional e às pesquisas com a criação de cursos *lato* e *stricto sensu*, a partir do ano 2000 vem proporcionando o surgimento de um cenário de produção historiográfica local mais consolidado.

Quadro 5: Cursos de História na Paraíba

Curso	Ano de fundação	Centro de Ensino	Universidade	Cidade sede	Em atividade	Universidade atualmente vinculado
Licenciatura plena em História[314]	1974	Universidade Regional do Nordeste - URNE	URNE	Campina Grande	Sim	UEPB - Centro de Educação (CEDUC)
Licenciatura plena em História[315]	1979	Centro de formação de professores - CFP	UFPB - Campus V	Cajazeiras	Sim	UFCG - Centro de Formação de Professores (CFP)
Bacharelado em História[316]	1980	Centro de Humanidades	UFPB - Campus II	Campina Grande	Sim	UFCG - Centro de

[312] Agradecemos a informação prestada pela professora Vilma de Lourdes Barbosa Melo, do Departamento de História da UFPB.
[313] Em consulta a grade curricular nas páginas eletrônicas dos departamentos não encontramos a informação da oferta de nenhum bacharelado em História.
[314] A Universidade Regional do Nordeste – URNE foi uma instituição privada, criada em 1966. Estadualizada em 1986 daria origem a então Universidade Estadual da Paraíba, UEPB.
[315] O curso pertencia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, entidade de caráter privado. Somente em 1979 que foi incorporada à UFPB então com o nome de Centro de Formação de Professores, CFP. O PPP do curso é um interessante documento de consulta e está disponível em: < http://www.cfp.ufcg.edu.br/historia/conteudo/projeto-pedagogico-historia.pdf>.
[316] O professor Josemir Camilo de Melo, que nos concedeu uma entrevista, foi um dos fundadores do curso de História do então campus II, da UFPB. Reproduzimos aqui uma passagem sobre esse interessante momento que

						Humanidades (CH)
Licenciatura plena em História[317]	1983	Faculdade de Filosofia de Guarabira - FAFIG	FAFIG	Guarabira	Sim	UEPB - Centro de Humanidades (CH)
Licenciatura plena em História[318]	1987	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Fundação Francisco Mascarenhas	Patos	Não	-
Licenciatura plena em História	1992	Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ	UNIPÊ	João Pessoa	Não	-

Agora os professores estão formando seus próprios alunos em níveis mais altos de qualificação junto à oportunidade de desenvolverem os seus projetos de pesquisa sem a necessidade imediata de sair do próprio Estado, a não ser para o doutoramento, nível ao qual os programas de pós-graduação em História na Paraíba ainda não conquistaram. Nesse sentido merece destaque a criação dos dois cursos de pós-graduação em História nível mestrado, na capital João Pessoa e na cidade de Campina Grande, em 2005 e 2006 respectivamente. O primeiro, com área de concentração em História e Cultura Histórica, tem duas linhas de pesquisas (História e Regionalidades e Ensino de História e Saberes Históricos), o segundo mestrado, em Campina Grande, com área de concentração em História, Cultura e Sociedade

nos foi relatado: "Naquele tempo havia a figura de professor colaborador (que eu mesmo era) e abrimos uma seleção de currículos, vindo, assim, alguns pernambucanos, de vertente marxista e até mesmo alguns colegas da URNE, duas professoras, entre estes, que haviam feito mestrado na UFPE. Portanto, este curso de bacharelado começou novo e diferente do homônimo da UFPB-campus I, onde os atritos ideológicos, quando da contratação de professores do sul e marxistas, foram mais evidentes. O quadro deste curso era eclético, com positivistas, historicistas, uma história social mais crítica e professores marxistas militantes e sindicalistas. Ao mesmo tempo, professores de História que vieram da URNE para o Campus II, puderam fazer sua pós-graduação nos novos programas de mestrado em Sociologia Rural e Economia Rural, do próprio Campus, portanto, saindo-se, assim, do ciclo positivista-historicista, principalmente devido aos novos objetos da História. " A entrevista completa com o professor encontra-se nos anexos do presente trabalho. Com o desmembramento em 2002 o campus II passou a se chamar Universidade Federal de Campina Grande (Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002). Para o professor Melo o curso começou num cenário diferente do que acontecia no momento com o da capital, sem a presença dos embates ideológicos travados no campus I, com um corpo docente bastante heterogêneo. Para não concorrer diretamente com o oferecido pela URNE nem ameaçar a sua continuidade, em virtude da gratuidade do ensino, os professores decidiram oferecer, inicialmente, apenas o bacharelado. A licenciatura foi criada somente em 1986, mesmo ano de estadualização da URNE.

[317] Criado através da Resolução de no 20/83, de 07 de abril de 1983. A FAFIG foi incorporada à URNE em 1986, mesmo ano de sua estadualização, passando assim a fazer parte da nova estrutura como o campus III, hoje Centro de Humanidades.

[318] O curso foi desativado a poucos anos, mas permanece a oferta de cursos de especialização, lato sensu, voltados para a formação de professores pela agora então Faculdades Integradas de Patos, a FIP.

desenvolve pesquisas com base nas seguintes linhas: Cultura e Cidades, Cultura Poder e Identidades e por fim História Cultura dos Espaços Educativos.[319] Os programas possuem periódico próprio e os professores ainda contam com as editoras universitárias como um canal de apoio e divulgação de seus trabalhos.[320]

Com a constante realização de simpósios e encontros de profissionais e alunos, de repercussão local e nacional – a Paraíba já sediou duas edições (1981 e 2003) do maior encontro da área no país que é o Simpósio Nacional da ANPUH, por exemplo – juntamente com a criação de diversos grupos de pesquisa, projetos de iniciação científica e a implantação nos currículos da obrigatoriedade de apresentação de trabalhos ainda no final da graduação (os TCCs), pode-se dizer que a História já é um campo profissional consolidado na Paraíba.

As conquistas institucionais refletem na qualidade e quantidade da produção acadêmica local. Embora a Paraíba não seja um centro de referência nacional no campo historiográfico seus profissionais tem contribuído permanentemente através de suas pesquisas e publicações, enviando estudantes para pós-graduação em todo o país e participando dos debates acadêmicos da área. Para compreender como se deu essa profissionalização dos historiadores na Paraíba que resultou numa apropriação científica do discurso histórico, a partir de técnicas de pesquisa, orientações teóricas e metodologias próprias desse conhecimento, que proporcionaram a construção de um panorama mais abrangente e heterogêneo do passado histórico local, foi necessário que fizéssemos escolhas. Nesse sentido partimos daquilo que seria o início da crítica historiográfica sobre a produção dos discursos históricos na Paraíba.

O ponto inicial seria justamente falar de uma produção discursiva que pretendia fazer a narrativa do passado local, a história da Paraíba, como assim chamavam os intelectuais que

---

[319] Para maiores informações ver os sítios eletrônicos dos PPGHs da UFPB e UFCG: http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/ e http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/, respectivamente.

[320] O PPGH/UFPB publica a Revista Saeculum e o PPGH/UFCG o periódico Mnemosine, todos dois em plataforma eletrônica disponíveis em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh> e <http://mnemosinerevista.wix.com/ppgh-ufcg>.

primeiro se dedicaram à produção da memória paraibana, como vimos discorrendo no trabalho. As pesquisas mais recentes no campo da história e da sociologia sobre a produção discursiva promovida por esses intelectuais ligados ao IHGP são muito pontuais e poucas se dedicaram especificamente ao Instituto[321]. Melhor dizendo, apenas uma até agora se dedicou exclusivamente ao tema e que já mencionamos ao longo desta pesquisa: *Intrepida ab origine – o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local*, da historiadora e professora Margarida Maria Dias de Oliveira, profissional que hoje tem como campo de pesquisa a Metodologia do Ensino da História e é docente na graduação e pós-graduação em História pela UFRN.[322]

Teve início, no Departamento de História da UFPB, na capital, a partir de finais da década de 1970, uma cultura combativa contra a historiografia tradicional levada a cabo pelos novos professores que estavam compondo os quadros do curso de História. Com os avanços, alcançados pela especialização da disciplina e das novas exigências profissionais e curriculares que passaram a prevalecer naquela época, o alvo direto das ações foi a compreensão do passado paraibano das primeiras gerações dos professores do departamento que sofriam ainda a influência do pensamento histórico proveniente das matrizes interpretativas do IHGP.

Dentro desse universo de disputas intelectuais a historiadora Margarida Oliveira foi motivada a produzir tal pesquisa entre os anos de 1989 e 1993. Publicado em 1996, com

---

[321] Dos trabalhos citados nenhum se dedicou exclusivamente ao IHGP enquanto instituição produtora de conhecimento histórico, embora procurem fazer uma análise das obras de diversos intelectuais membros do Instituto: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoas: Ed. Universitária/UFPB, 2003 – resultado de um projeto de pesquisa desenvolvidos com os alunos do curso de História da UFPB; MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2009; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. *Os indígenas na primeira história da Paraíba*: um estudo sobre a História da Provincia da Parahyba de Maximiano Lopes Machado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012; NASCIMENTO, George Silva. *Pátrio-Biografia*: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2010; DA SILVEIRA, Regina Paula Silva. *(Re)lendo "Histórias de Campina Grande" de Elpídio de Almeida*: uma construção histórica da "Grande" Campina. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

[322] Currículo Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5565266295414497>.

recursos próprios, o livro da historiadora foi resultado de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida em 1994, na UFPB. Segundo Oliveira sua pesquisa "foi pensad[a] a partir da constatação da inexistência de obras que analis[as]sem a historiografia paraibana"[323]. Apesar de imersa em um cenário no qual novos trabalhos sobre a história da Paraíba surgiam através da renovação do corpo docente do curso de História na UFPB, Oliveira apontava que essa "nova" historiografia paraibana ainda não se preocupara em pensar a história proveniente dos intelectuais do IHGP como produtora de sentidos, "como parte de um projeto específico de concepção da história paraibana"[324]. Desse modo a historiadora foi em busca "dos indicadores da visão mais arraigada sobre a história da Paraíba", ainda "referência para a maior parte da sociedade" naquele momento, que era a versão da história local produzida pelo IHGP.[325]

O universo acadêmico de Oliveira foi o de final da década de 1980, período de abertura política e de ascensão dos movimentos de esquerda no país. Segundo Oliveira, as universidades brasileiras também vivenciavam um momento de "abertura sem precedentes [...], em todos os sentidos, mas principalmente" pela "entrada de obras traduzidas"[326] e de novos professores com formação nos cursos de pós-graduação pioneiros no país, como USP, Unicamp e UFPE. Na UFPB a historiografia tradicional, dita positivista, da geração de professores herdeiros dos cânones e da influência do IHGP, vinha sendo superada pela historiografia marxista, pelo materialismo histórico e por alguns professores que já flertavam com a história social.

---

[323] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996, p. 15. Os sobrenomes da professora sofreram mudança. Quando o livro foi publicado era 'Santos Dias' e hoje ela tem como sobrenome 'Dias de Oliveira'. Situação que implica mudanças nas citações, mediante as regras da ABNT.
[324] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 16.
[325] _____. *Intrepida ab origine*..., p. 16. A historiadora Oliveira apontou como fundamentais, no campo metodológico, para a sua pesquisa os seguintes trabalhos: ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[326] Citaremos aqui trechos de entrevista concedida pela historiadora para esta pesquisa. O texto encontra-se, na íntegra, nos anexos deste trabalho. Embora a entrevistada não tenha especificado a data imaginamos que isso se deu em 1983 ou 1984.

No início da década de 1980[327], segundo Oliveira, foi realizada a primeira seleção, no Departamento de História da UFPB, para monitoria em História da Paraíba. Aprovada como monitora, Oliveira acompanhava o professor José Octávio de Arruda Mello, responsável pela disciplina e até então a 'maior autoridade' nos domínios acadêmicos da escrita da história paraibana. Como Oliveira fazia parte da ala dos alunos que se identificavam com as perspectivas teórico-metodológicas dos novos professores, tidos como progressistas, incomodava-a bastante, de acordo com suas próprias palavras, os posicionamentos conservadores do professor titular da disciplina e a forma descontextualizada como ele abordava os processos históricos pelos quais a Paraíba atravessou. Episódios que provocavam em Oliveira "a sensação de não saber ou, o que era pior, não conseguir entender a história da Paraíba, a História do meu estado, a minha História"[328].

Desse modo, Oliveira mergulhou na história produzida pelos intelectuais paraibanos advindos do Instituto histórico para compreender como foi construída a versão da história paraibana proveniente das matrizes conceituais do Instituto que, de acordo com suas primeiras impressões, era cheia de lacunas, portadora de conservadorismo, "de uma certa concepção do

---

[327] Oliveira ingressou no curso de História da UFPB em 1983 e concluiu o curso em 1988.

[328] Segundo texto apresentado em outubro de 2000 em um curso ministrado por Oliveira, na UFPB, dentro dos ciclos de debates "Curso – 500 anos: Paraíba em revisão histórica e historiográfica", encaminhado para nós pela própria professora. Ainda no mesmo texto acrescenta Oliveira: "Foi em busca do porquê dos silêncios da História da Paraíba que descobri a Historiografia Paraibana e tentando entender como foi escrita a História da Paraíba que encontrei o IHGP. Foi através das pesquisas e do estudo que compreendi que é impossível entender a Historiografia Paraibana sem conhecer, interpretar o IHGP nos seus anos iniciais". OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: CURSO – 500 anos: Paraíba em Revisão Histórica e Historiográfica. João Pessoa: UFPB, 2000. Em entrevista concedida para este trabalho, a professora esclarece melhor o assunto: "Ele [o professor Arruda Mello] referenciava muito o prof. José Honório Rodrigues, falava em uma história "cruenta", sobre a inserção de novos sujeitos na escrita da História. Contudo, seus posicionamentos no Departamento eram sempre ao lado das propostas mais conservadoras. Isso me desagradava muito, mas de qualquer forma fiz a seleção para a monitoria. Como sua monitora me incomodava sobejamente, a restrição do processo histórico paraibano a, apenas, algumas datas/fatos/personagens. Ficavam vazios que eu não conseguia explicar. Como, diferentemente da História do Brasil, não havia uma "síntese" da História da Paraíba (a não ser que eu recorresse aos livros de memorialistas – que nunca são sínteses, eu me sentia profundamente insatisfeita. Eu não sabia me contrapor à visão (que eu considerava tradicional do professor), mas também não tinha subsídios de uma história que organizasse uma nova visão da história da Paraíba. A profa. Joana Neves havia começado sua tese de doutorado (chegou até o exame de qualificação), sob orientação da profa. Maria de Lourdes Janotti, na USP, sobre os escritos sobre História em jornais, na passagem da Monarquia para a República na Paraíba. Por motivos pessoais ela não concluiu esse trabalho. Da sua orientação veio a ideia de estudar o IHGP. Da parte do prof. Silvio Frank Alem veio a determinação: 'você vai estudar o IHGP'".

processo histórico, que não é só oficial, factual, de heróis, mas é sobretudo mitificada e sem sujeito [...], uma história de monumentos, pensada e escrita para contemplação, não para o engajamento e a inserção de sujeitos históricos”[329]. Foram fundamentais para a pesquisa de Oliveira as Revistas do Instituto Histórico. Como demonstramos anteriormente, através do periódico publicado pela instituição Oliveira pôde compreender os principais elementos do discurso histórico promovido pelo IHGP na construção de sua versão sobre a história e a identidade paraibanas.

A influência de uma leitura marxista, de viés economicista, predominava neste momento na universidade, provocando uma verdadeira transformação, quanto aos objetos e às abordagens historiográficas, quando comparadas com a história produzida pelos intelectuais ligados ao Instituto histórico e que tiveram “sua continuidade garantida pelo mesmo e por grupos a ele ligados [...], e, sobretudo, por bacharéis, médicos, autodidatas, que são hegemônicos nesse ‘estilo’ de escrever história que peca pela repetição, parcialidade exagerada, restrita à ‘figurões da política”[330].

Em sua leitura ideológica marxista sobre o IHGP esclarecia Oliveira que esse tipo de história, tradicional e, em virtude de seus diversos elementos constitutivos, tida como oficial, angariou uma força de verdade inquestionável durante anos na Paraíba. Os elementos e as ferramentas discursivas disponibilizadas garantiram a essa versão da história um status de senso comum na memória local, provocado principalmente pelos seus laços de proximidade com o poder público, não somente em virtude de financiamentos de pesquisas e publicações, mas pela ligação orgânica de seus construtores com as estruturas do poder estatal.

Quando defendeu a sua dissertação no início da década de 1990, Oliveira foi testemunha desse momento de transição de perspectivas e abordagens historiográficas, conforme apontamos mais acima e que não passavam somente pela entrada de professores

---

[329] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 24.
[330] _____. *Intrepida ab origine*..., p. 24-25.

dotados de novas ferramentas de pesquisa, abordagens e metodologias de pesquisa[331], mas por um conflito geracional, que a professora preferiu não o reconhecer dessa forma, classificando-o como uma "divisão entre conservadores e progressistas"[332]. Ainda segundo Oliveira, apesar das novas pesquisas defendidas ou em andamento nas universidades sobre a história da Paraíba, não existiam, até aquele momento, "obras que analis[as]sem com profundidade os processos sociais, políticos, econômicos, culturais vividos" na Paraíba. Observação feita pela autora em virtude do "poder de influência" dessa historiografia na sociedade, muito maior, até então, do que a produzida pela nova geração dos historiadores paraibanos. [333]

As transformações mencionadas no curso de história da UFPB, não passaram somente pela questão do encontro com novas abordagens e metodologias, elas se deram também no

---

[331] De acordo com Dias, quando estudante de História na UFPB, na década de 1980, "o que era mais estudado eram os movimentos sociais (operário, partidário, camponês, minorias) e a inserção de sujeitos coletivos como associações de classe, entre outros. Os estudos sobre a cidade, urbanização, também eram presentes. Além disso, a renovação da história política. Revisitar temas como governos, oligarquias, mas buscando compreender esses objetos de forma mais ampla, era também uma tendência." Ver entrevista da professora Margarida Maria Santos Dias, Anexos. O professor Waldeci Ferreira Chagas, mestre e doutor em História pela UFPE, estudante de História na mesma Universidade e contemporâneo da professora Dias, disse-nos que: "Em todas as disciplinas os professores trabalhavam os macros processos, a história de longa duração, embora não perdessem de vista os micros processos, pois estavam sempre chamando a nossa atenção para os casos, a realidade local, no sentido de que ficássemos atentos para vermos como tal fato/temática se desenrolara na Paraíba. De 1989 quando ingressei no curso até 1992 quando conclui estudei a partir dos vários campos historiográficos, mas era dominante o marxismo/materialismo histórico. Todavia ocorria de professores que tratassem a história a partir dessa perspectiva, não deixavam de discutir os micros processos, a exemplo da história das mulheres, da escravidão, dos trabalhadores e etc. Percebíamos que os professores eram marxistas, porque os outros campos historiográficos embora fossem estudados não era aprofundado tanto, quanto o materialismo histórico/marxismo. Eu achava interessante, porque nos eram possibilitados conhecer. A partir de então cada estudante se aprofundava no que escolhesse. [...] Havia uma tendência entre os professores pelo marxismo, o que fazia com que alguns estudantes também seguissem essa orientação, mas havia outras orientações, o que fazia com que as divergências, conflitos em sala de aula fossem constantes, mas salutar. Cada qual que defendesse o seu modo de compreender a história, o que não queria dizer fechar os olhos para outras perspectivas historiográficas. Alguns fechavam, como se a história fosse um objeto imóvel, manipulável que o historiador pode guardar numa caixa hermeticamente fechada e a qualquer momento abrir e observar como está." Ver entrevista do professor Waldeci Ferreira Chagas, Anexos.

[332] "O conflito não se dava por conta da geração. Nós alunos progressistas, nos dávamos muito bem com um grupo de professores que também tinham uma visão progressista da escrita da História e da sociedade. A divisão era entre conservadores e progressistas. Eu nem digo em direita e esquerda porque, efetivamente, não era isso. Dentro de cada um dos grupos havia pessoas de posicionamentos variados. O que eu achava importante e acho até hoje era a coerência das pessoas. Em geral ser progressistas significava uma visão renovada da escrita da história, o esforço pela implementação de boas disciplinas – com bibliografia nova, metodologia variada – posicionamentos progressistas em relação a valores contemporâneos sociais. Isso, para mim foi o mais importante." Ver entrevista da professora Margarida Maria Santos Dias, Anexos.

[333] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 23-24. Dias ainda acrescenta que "essas facilidades traduzem-se, principalmente, na interlocução com o professorado, através de publicações (a maioria pela gráfica ligada ao Governo do Estado), por caminhos institucionais via Secretarias Estadual e Municipais de Educação, relativo contato entre autores e educadores, produção de material didático 'simplificado'". DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 24.

âmbito curricular e no incentivo às pesquisas, "pois começaram os projetos financiados, bolsas de iniciação científica, monitoria e um investimento muito grande dos professores em se integrarem no que estava acontecendo nas universidades brasileiras", afirma Oliveira. A seção regional da ANPUH, por exemplo, iniciou os seus trabalhos na Paraíba no fim da década de 1970. [334]

As últimas décadas do século XX marcaram assim uma mudança de paradigmas conceituais, metodológicos e políticos na produção historiográfica paraibana. Transformação essa que não transcorreu sem a existência de alguns conflitos. Como mencionamos mais acima era o momento de consolidação do Departamento de História da UFPB, com a chegada de profissionais comprometidos com a construção de uma história fundamentada nos novos paradigmas deste conhecimento. Para Oliveira "o final da década de 70 e início de 80" foi o momento mais fértil de questionamentos feitos pelos profissionais da Universidade Federal da Paraíba sobre a produção historiográfica no Estado. Os novos professores, por terem ingressado na universidade sem as bênçãos do clientelismo local, puderam investir no combate à historiografia paraibana dita tradicional. Essa historiografia passou a ser encarada pelos recém-contratados professores como um dos elementos do conservadorismo dos docentes locais e, por isso, além de um conflito de gerações, Oliveira apontou para a existência de atitudes xenófobas contra os professores recém contratados. Como reação, lembra a historiadora, o grande propósito dos novos profissionais como, por exemplo, o professor Silvio Frank Alem, foi o de "pensar um órgão que 'implodisse a historiografia paraibana existente'". [335]

---

[334] De acordo com Silveira (2011) a seção da Anpuh-PB foi retomada em 1979. A data oficial de fundação foi em 1967, mas em decorrência do ambiente repressivo do período militar a entidade interrompeu suas atividades. Ainda em 1979 professores e alunos da UFPB participaram do X Simpósio Nacional de História e propuseram a realização do próximo encontro na capital paraibana, que se realizou em 1981. Nos anos seguintes o núcleo regional foi ampliando suas atividades e relações com outras entidades da área, inclusive com a instituição, a partir de 1984, do Encontro Estadual de Professores de História, hoje Encontro Estadual de História, que realizará agora em 2016 a sua 27ª edição. Ver também: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século.

[335] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 22-23. Dias esclarece que tal afirmativa do professor Frank Alem lhe foi concedida em entrevista no ano de 1988. Silvio Frank Alem ingressou no quadro dos docentes da UFPB em 1978, proveniente do Estado de São Paulo, onde cursou pós-graduação na Unicamp e na USP. De

No bojo dessas transformações surgiu o NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, órgão suplementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, que segundo a página de seu sítio eletrônico "tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina"[336]. De caráter interdisciplinar, embora no presente tenha uma perspectiva do processo histórico em âmbito regional, afirmou Oliveira que o NDIHR "nasceu com o objetivo de contrapor-se à visão qualificada de tradicional da História da Paraíba, produzida pelo IHGP e por alguns grupos ditos independentes e/ou revisionistas que se articulavam ora no Departamento de História [da UFPB, João Pessoa], ora à margem dos órgãos burocráticos governamentais [...]" [337].

Para tanto o NDIHR passou a trabalhar em várias frentes: da criação de grupos de pesquisa à capacitação de professores e estudantes em técnicas de arquivologia[338], além da organização de acervos documentais da UFPB e de outros centros de documentação, como também aquisição de fontes sobre a história da Paraíba e do Nordeste em acervos existentes dentro e fora do país, como a participação no Projeto Resgaste[339], por exemplo. Somam-se a esses fatores o desenvolvimento de uma linha de articulação entre a área de história local e o ensino básico promovendo a divulgação de materiais didáticos como auxílio os professores em sala de aula.

---

mesma origem foi contratada para a UFPB a professora Rosa Maria Godoy Silveira, com formação acadêmica também pela USP. Juntamente com outros profissionais eles foram os responsáveis pela "virada" historiográfica na Paraíba a partir de finais da década de 1970.

[336] Ver: <http://www.ndihr.ufpb.br/>.

[337] DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*..., p. 23.

[338] Silveira (2011), que participou diretamente dessas transformações aponta que o NDIHR foi fundamental para "criar os suportes para as pesquisas" dos professores de história da UFPB como também dos profissionais em formação. Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século.

[339] Projeto Resgate de Documentação Histórica Rio Branco que, com a parceria de inúmeras instituições nacionais e estrangeiras, digitalizou documentação referente à América Portuguesa, em arquivos europeus, dos séculos XVI-XIX.

Sobre os grupos de pesquisa faz-se interessante citar as principais linhas temáticas e os seus projetos, que tiveram início entre as décadas de 1970 e 1980, a fim de dimensionar as transformações citadas:

Quadro 6: projetos de pesquisa e linhas temáticas desenvolvidos pelo NDIHR (1978-1993)

Linha Temática	Projeto de pesquisa	Duração
Estrutura de Poder	História Oral da Paraíba (1930-64)	1978-1981
	Processo Político Partidário e Eleições	1982-1993
	Representação Política ao Nível Municipal no Nordeste: Câmara de Vereadores	1986-1987
Indústria e Trabalho no Nordeste	Vilas Operárias: Condições de Vida e Trabalho dos Operários / Moradores da Vila da Torre	1985-1986
	Fontes para a História da Industrialização no Nordeste (1889- 1920)	1983-1986
Educação e Sociedade	Universidade e Ensino: História da UFPB	1980
	Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Patos	1982-1983
	Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Ingá	1989-1993
	Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Pedras de Fogo	1989-1993
	História do Ensino Superior na Paraíba	1989-1990
Manifestações culturais na Paraíba	João Pessoa – 400 Anos: Evolução Urbana e Arquitetura	1984
Relações comerciais da Paraíba	Relações comerciais da Paraíba	1977-1978
Formação histórica da rede urbana	Tipologia Funcional de Cidades e Formação Histórica das Cidades Nordestinas	1976-1980
	Município e Poder no Estado da Paraíba	1980
Economia pesqueira do Nordeste	Diagnóstico Preliminar do Estuário do Rio Paraíba	1977-1979
Movimentos sociais urbanos	Movimentos Sociais Urbanos e Estado no Nordeste: Termos de Referência	1986-1997
	Movimentos Sociais Urbanos e Estado no Nordeste: A Unidade Urbana de João Pessoa	1987-1992

A professora Silveira (2011) também fez questão de ressaltar, em seu balanço sobre a produção historiográfica acadêmica na Paraíba, que foi primordial para essas transformações a atenção especial dada pela administração da universidade[340] ao campo da História, compreendido então sob uma perspectiva mecanicista, como se pode observar inclusive pelas temáticas dos grupos de trabalho do NDIHR. Silveira chama ainda atenção para dois aspectos fundamentais desse "processo de institucionalização da pesquisa historiográfica acadêmica" na Paraíba: "o pioneirismo da UFPB no país, quanto à criação de Núcleos de Pesquisa e Extensão com uma perspectiva interdisciplinar" e o embate direto dos novos professores do Departamento de História "com a mencionada visão instrumentalizadora da História, propondo-se uma visão mais crítico social"[341].

Para avaliar essas transformações seria necessário, além desse levantamento institucional, fazer uma análise mais aprofundada da produção historiográfica acadêmica na Paraíba. Exercício exaustivo que não se esgotaria num texto dessa envergadura. Inúmeros trabalhos não foram até hoje publicados por nenhuma editora e, mesmo com a existência dos arquivos digitais disponíveis nos sítios eletrônicos das universidades, muitos deles não estão disponíveis para consulta, embora esse mecanismo tenha facilitado o acesso do público acadêmico à essa produção.

No entanto, através de uma coletânea, publicada em 1999 pelos pesquisadores do NDIHR, pudemos vislumbrar o panorama das novas pesquisas que vinham sendo empreendidas e a compreensão da história paraibana por esses profissionais que romperam com as matrizes interpretativas advindas do IHGP. A *Coleção História Temática da Paraíba* foi produzida em

---

[340] Como podemos perceber no quadro acima demonstrado: "A expansão da UFPB, nesse período, se inseria no contexto mais abrangente da modernização do Estado brasileiro, empreendida pelo regime militar e, no caso, territorializada no Nordeste. Desse modo, a valorização da História, pela direção da Universidade, se fazia sob uma perspectiva tecnicista, sendo o conhecimento histórico concebido como instrumentalizador de projetos desenvolvimentistas." SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século.

[341] Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século. Não citamos a paginação desse texto porque não tivemos contato com a edição do livro (já esgotada). O texto que nós consultamos é proveniente de arquivo encaminhado para nós pela própria autora.

quatro volumes e tinha como principal objetivo fornecer um material didático de qualidade aos professores do ensino básico e aos estudantes da graduação em História, dentro da proposta do NDIHR de revisão dos temas e das abordagens ditas tradicionais da historiografia paraibana. Os temas contemplados em cada livro apresentaram, de forma clara e objetiva, as principais abordagens então desenvolvidas pelos pesquisadores: 1) *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*; 2) *Atividades produtivas na Paraíba*; 3) *Questão urbana na Paraíba*; 4) *Estrutura de poder na Paraíba*. Essa coleção foi concebida dentro de um projeto político-pedagógico do NDIHR. De acordo com a apresentação da coletânea, embora o núcleo desenvolvesse, originariamente, atividades voltadas à pesquisa, a implementação de uma "política de ensino" se fazia necessária por se inserir:

> [...] no contexto das definições básicas da própria Universidade: o conceito de indissociabilidade entre ensino e pesquisa; a necessária articulação entre a Universidade e o ensino fundamental e o ensino médio e a inserção da UFPB na comunidade, determinando-lhe, no âmbito da pesquisa histórica, um comprometimento com a história local.[342]

Além dos professores do Departamento de História da UFPB a coleção apresentou textos de profissionais da área de Arquitetura e Comunicação Social, respeitando assim a ideia de interdisciplinaridade do NDIHR. A divisão didática da coleção em áreas temáticas também atendia, segundo os organizadores, às reflexões feitas sobre a realidade presente, sobre os problemas enfrentados pela sociedade paraibana.[343]

---

[342] NEVES, Joana; FORMIGA, Zeluiza. Apresentação. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba*: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p.7. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 1). "A preocupação e o envolvimento do NDIHR com o ensino decorrem da concepção segundo a qual pesquisa e ensino devem ser entendidas como **produção de conhecimento**, reunindo, sempre, os atributos da busca e da indagação aos procedimentos da aprendizagem, acrescidos, ainda, da necessária prospecção e organização das fontes. Por isso, seus projetos contemplam questões instrumentais (arquivos), questões teórico-metodológicas, conteúdos específicos e problemáticas do ensino." NEVES, Joana; FORMIGA, Zeluiza. Apresentação..., p. 7.

[343] "A ideia de um ensino desenvolvido através de **temas**, escapando à sequência mecânica dos programas, geralmente e incompleta, pressupõem uma abordagem crítica e contextualizada na qual os assuntos tratados resultem de reflexões sobre a realidade presente. O ensino temático deve fazer com que o estudo de história, partindo de questões levantadas pela problemática atual, seja capaz de formular respostas que, mais do que explicar o passado, iluminem o presente." NEVES, Joana; FORMIGA, Zeluiza. Apresentação..., p. 9.

No primeiro volume *O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre*[344] as pesquisadoras abordaram o trabalho escravo e a estruturação do mercado de trabalho livre na Paraíba, assuntos extremamente silenciados pela historiografia tradicional. O tema da escravidão, segundo as autoras, era tomado por essa historiografia como algo apartado da compreensão do processo histórico paraibano. Como a história representada por essas memórias era seletiva e factual apenas alguns episódios foram tratados, entre eles, a questão da abolição dos escravos foi a mais tocada pelo fato de ter sido nela construída a imagem de pioneirismo de algumas cidades do interior do Estado na libertação dos escravos.

A situação econômica do nordeste do país, em especial a da Paraíba, no período da abolição, era extremamente diversa da de séculos atrás. O declínio da produção do algodão e da cana-de-açúcar, além do alastramento de diversas doenças, diminuíram consideravelmente a presença dos escravos na província. As mortes por pestes e o comércio interprovincial são exemplos do decréscimo do número de escravos na Paraíba na segunda metade do século XIX. Algo que fez com que muitos textos da historiografia tradicional silenciassem sobre a presença negra na colonização e na construção da sociedade paraibana chegando até, em certos momentos, a afirmar que os escravos na Paraíba tiveram um tratamento diferenciado em relação às outras partes do país. Muitas das narrativas valorizaram muito mais os índios, com alguns personagens tratados até como heróis, do que os negros que surgiam nos relatos apenas no final do período imperial com pouquíssimas páginas dedicadas à sua história. [345]

---

[344] "[...] a Paraíba escravista, no período estudado, contou com os mesmos problemas existentes no resto do Brasil que tinha no trabalho escravo a relação de produção dominante. A Paraíba, porém, teve especificidades típicas das regiões mais pobres que, não dispondo de recursos para obter muitos escravos, se viu forçada a apelar por mais tempo para a força do trabalho do índio e, bem cedo, teve de usar o trabalho do homem livre-pobre. " MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba*: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 94.

[345] A historiadora Rocha (2005), em tese de doutorado pela UFPE, que estuda os laços de parentesco, os vínculos sociais, religiosos e afetivos construídos entre os escravos e não-escravos na Paraíba do século XIX e suas estratégias de resistência e sobrevivência, como também de construção e reconstrução permanente de suas identidades, faz um breve, mas consistente percurso historiográfico sobre a produção dos historiadores paraibanos, herdeiros da tradição advinda do IHGP até as mais recentes produções, não só acadêmicas, para compreender os silêncios sobre a população negra dentro da historiografia paraibana, o que permanece enquanto verdade e as novas abordagens que trazem este grupo social a figurarem de outro modo nos discursos históricos, sem passarem

As autoras do primeiro volume da coleção entendiam que a história do trabalho seria fundamental para a compreensão do próprio processo histórico como um todo. Na apresentação do livro afirmaram que com o estabelecimento "do neoliberalismo e avanço tecnológico que serv[iram] de suporte às novas formas de consolidação do capitalismo, introduz[iram] profundas alterações na estrutura do trabalho"[346], dentre elas, o desemprego generalizado. Nesse contexto, a realidade da Paraíba, inserida dentro de uma região dentre as mais carentes da periferia do capitalismo "ganha[va] contornos alarmantes"[347]. Nesse sentido, entendiam que se fazia necessário "um estudo aprofundado" das bases do trabalho na Paraíba "por meio da análise da organização do trabalho, as formas incompletas e imperfeitas de integração da sociedade e da economia paraibanas ao modo de produção capitalista"[348] para que se pudesse entender a realidade social no tempo presente.

Os textos da coleção *História temática da Paraíba* procuraram atender a dois principais objetivos – sempre que possível defendidos ao longo dos estudos – a abordagem de temas pouco explorados pela historiografia tradicional para com isso compreender a "realidade atual" da Paraíba. O segundo volume da coleção, *Atividades produtivas na Paraíba*[349], por exemplo, buscou "oferecer uma visão de conjunto da evolução histórica da economia paraibana"[350]. As autoras apresentaram esse processo "evolutivo" de formação econômica local

---

despercebidos, ou mesmo negados como por muito tempo a história oficial assim os tratou. Conf.: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista*: população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2005, p. 51-67.

[346] Apresentação. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba...*, p. 17.

[347] Apresentação. In: _____. *O trabalho na Paraíba...*, p. 18.

[348] Apresentação. In: _____. *O trabalho na Paraíba...*, p. 19. "Não se trata de uma simples e restrita história da escravidão – como, à primeira vista, o tema poderia sugerir – mas sim uma análise da organização do trabalho no contexto escravista, abordando-se alguns aspectos, até então, inéditos: o trabalho e, mais especificamente, a escravização dos índios e as formas e características do trabalho livre. Além desses aspectos, a escravidão é contemplada em toda sua extensão durante seu período de apogeu (da conquista do território a 1850) e revista em sua fase de declínio, quando convive com diferentes formas de transição para o trabalho livre (segunda metade do século XIX)." Apresentação. In: _____. *O trabalho na Paraíba...*, p. 19.

[349] FERNANDES, Irene Rodrigues; BARACUHY, Laura Helena. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 2).

[350] Apresentação. In: _____. *Atividades produtivas na Paraíba...*, p. 18.

dividido em três fases. A primeira, denominada então como a fase do *isolamento relativo* tratou de compreender a produção do período colonial que estava necessariamente voltada à exportação internacional de bens primários, num espaço econômico marcado pela hegemonia da capital pernambucana e sua transição para o atendimento ao mercado interno do país a partir de finais do século XIX; a fase da *articulação comercial* é compreendida entre as décadas de 1930 e 1960, quando, segundo as historiadoras, o desenvolvimento industrial da região centro-sul do Brasil elevou o aprofundamento da dependência dos estados nordestinos e como última fase, chamada de *integração produtiva*, que compreende o momento "da inserção da Paraíba ao processo de integração do mercado nacional de produção e circulação de bens e serviços, compreendido entre os meados da década de 1960 a 1990"[351].

Apesar da divisão temática da história da Paraíba empreendida pelo projeto, a coleção, visto o caráter eminentemente pedagógico e de vulgarização das pesquisas acadêmicas, não deixou de lado as ferramentas fundamentais para textos com esse compromisso: linguagem clara, bibliografia consultada atualizada e a perspectiva de temporalidade linear. O livro *A questão urbana na Paraíba*[352], terceiro volume da coleção então citada, no seu primeiro momento, apresentou a formação da rede urbana na Paraíba, desde o período colonial, fase de ocupação do território – quando as cidades tinham uma importância apenas administrativa e fiscal, mas a vida e a produção econômica era essencialmente voltada aos espaços agrícolas –

---

[351] Apresentação. In: FERNANDES, Irene Rodrigues; BARACUHY, Laura Helena. *Atividades produtivas na Paraíba*..., p. 19.

[352] "A Paraíba, terra marcada pela 'questão agrária' (problemas relativos à estrutura fundiária, à organização das atividades agrícolas, à violência dos conflitos no campo, viveu ao longo desses últimos quinhentos anos, a exemplo do que aconteceu em quase todas as outras regiões brasileiras, o paradoxo de ver, centralizadas nas cidades, as altas esferas do poder (político-administrativo e econômico). O campo é locus da produção, a cidade, locus da decisão. A Paraíba surge de um aglomerado urbano localizado às margens do rio Sanhauá; antes de ser engenho, é cidade. Mesmo que durante mais de quatrocentos anos, tenha se mantido com uma paisagem quase inalterada, é na cidade que o Estado se instala, é na cidade que as ordens religiosas mantêm suas sedes, é nas cidades que os grandes comerciantes fundam suas matrizes; é através dessa cidade que entram e saem da terra as coisas e as gentes. E o mesmo aconteceu com outros aglomerados urbanos ao longo do litoral, nos agrestes e sertões da região. Povoados, vilas, cidades que surgem nas trilhas do gado, do algodão, do sisal, da mineração, da ferrovia. Surgem na história, mas ainda não se tornaram objeto relevante para a história. " [352] Apresentação. In: GONÇALVES, Regina Célia, *et ali*. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 13. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 3).

indo até os finais do século XIX e início do XX quando, com o crescimento da produção exportadora algodoeira, os núcleos urbanos experimentaram um crescimento significativo. Encerram o presente volume os estudos sobre a evolução urbana da capital, com suas políticas habitacionais e um breve panorama sobre a origens e as bandeiras de lutas dos movimentos de moradores na cidade.

O quarto e último volume, *Estrutura de poder na Paraíba*[353], trouxe para discussão um dos temas mais tradicionais da historiografia paraibana: a questão política – nos capítulos anteriores demonstramos a importância que esse universo exercia desde as primeiras narrativas de cunho historiográfico. As pesquisadoras, porém, apontaram que se fazia necessário ultrapassar essas crônicas[354] políticas, pelo seu caráter "subserviente e apologético" a fim de compreender o processo político paraibano "numa dimensão mais ampla", articulando-o com o processo nacional e incluindo nas suas abordagens "os mais diversos segmentos e classes sociais"[355]. Por esses motivos as autoras apresentaram seus trabalhos como sendo "um verdadeiro instrumento de formação e exercício da plena cidadania, na medida que permitem que se desvendem os diversos elementos e interesses constitutivos do processo histórico"[356] – como por exemplo a atenção, materialista clássica, dada ao processo contínuo de repressão aos trabalhadores pelos detentores das forças de produção. Os textos do presente volume partem do

---

[353] SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 4).

[354] "Neste quadro, a historiografia paraibana tem acumulado uma vasta produção. No entanto, muito dessa produção se enquadra em categorias que mereceriam a designação de **crônica** (relato de acontecimentos apenas ordenados cronologicamente), quando não representam meras apologias dos governantes. Muitas vezes essa produção se limita a repetir, a partir de posições comprometidas com os detentores do poder, as versões dos contemporâneos, coletadas na imprensa e na documentação oficial da época, sem qualquer aprofundamento ou análise que identifiquem uma verdadeira abordagem histórica. É um discurso dominante que reproduz um discurso dominante, para o enaltecimento da própria dominação; sem a crítica que possibilitaria a reflexão. " Apresentação. In: _____. *Estrutura de poder na Paraíba* ..., p. 15. A partir da década de 1970, com o chamado "retorno do político", emergiram outras interpretações da política enquanto espaço de atuação e transformação da sociedade por seus agentes – múltiplos – e não algo restrito apenas ao 'poderosos'. Ver: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[355] SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et al*. *Estrutura de poder na Paraíba*..., p. 15-16.

[356] _____. *Estrutura de poder na Paraíba*..., p. 16.

período colonial até o período de redemocratização do final da década de 1970. Ainda hoje são os que melhor abordam, de forma sintética e didática, o estudo da estrutura de poder na Paraíba.

De 1999 até o presente momento os temas e as abordagens historiográficas da produção acadêmica na Paraíba acompanharam, de certo modo, os interesses historiográficos compartilhados pelos diversos grupos de pesquisa dentro do campo da disciplina em todo o país. Quando perguntamos aos professores, nas entrevistas para essa pesquisa, sobre a existência de um fazer historiográfico paraibano, deparamo-nos com opiniões bem divididas. Os que responderam positivamente defenderam a questão de que existe uma produção consolidada e dentro das regras do campo científico. Os que negaram defendem que "o fazer historiográfico não se caracteriza pela questão espacial"[357] e sim por suas identificações com determinada corrente historiográfica.

É bem provável que corremos o risco de que nossas questões apresentadas nas entrevistas que fizemos com alguns docentes das universidades paraibanas não tiveram a capacidade de extrair um quesito fundamental: as transformações ocorridas no campo historiográfico na Paraíba não podem ser consideradas apenas como um *avanço* qualitativo, como um amadurecimento das pesquisas, o alcance da profissionalização e o estabelecimento de um campo científico. Não se pode perder de vista que tanto a memória produzida pelos intelectuais ligados ao IHGP quanto o discurso historiográfico empreendido pelos professores universitários traziam consigo as questões e os interesses de seu tempo.

[357] Ver entrevista da professora Margarida Maria Dias de Oliveira nos anexos deste trabalho.

Considerações finais

> *Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria na necessidade de se repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão ou de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente.*
> (Manuel Luis Salgado Guimarães. Apresentação. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história:* o caso Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 9)

Em 1993 era publicado o livro *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*, da historiadora Diana Soares de Galliza[358]. Fruto de sua Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, o livro foi prefaciado pelo então professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Francisco Iglésias. No prefácio, o historiador apontou dois aspectos que para ele tornavam o trabalho da professora Galliza muito significativo, que seriam "a contribuição da Universidade para a historiografia e a importância dos estudos regionais".[359]

Segundo seu argumento Iglésias defendia que o ensino e a pesquisa universitários foram responsáveis pelo surgimento de trabalhos e de profissionais "superiores" a tudo o que vinha sendo feito no campo das Ciências Sociais no Brasil até a década de 1930: "a ciência social anterior tinha muito de retórico e era fruto de esforços individuais, sem sentido de trabalho de grupo, às vezes simples diversionismo, lazer de aposentados ou ociosos". Sobre a História, mais especificamente, diria Iglésias que "era vista como beletrismo ou ofício apologético, fruto de pregação religiosa ou patriótica – a história edificante"[360]. Mas o

---

[358] GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*: 1890-1930. João Pessoa: Idéia Editora, 1993. O livro da professora Galliza conquistou destaque no espaço acadêmico local por ser um dos primeiros a abordar as transformações econômicas na Paraíba dentro do contexto da modernização. A historiadora colocava em prática o exercício de compreensão do processo histórico a partir de uma perspectiva local.
[359] IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio. In: _____. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*..., p. 13.
[360] _____. In: *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*..., p. 14.

historiador não deixou de apontar que "não houve impedimento" para que surgissem obras notáveis anteriores à data de corte que ele estabeleceu para o salto de qualidade nas pesquisas historiográficas no Brasil, que foi 1931 – ano da conhecida reforma educacional promovida pelo então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. Mas essas obras apontadas foram, necessariamente, como afirmou Iglésias, fruto do "talento ou o gênio" de figuras como Varnhagen, Capistrano de Abreu ou Oliveira Lima, que produziram verdadeiros "monumentos da historiografia nativa"[361], nada, acreditava o autor, que revelasse um campo de conhecimento consolidado com suas metodologias e abordagens próprias.

O outro ponto que mereceu destaque na obra da historiadora, conforme o entendimento de Iglésias, dizia respeito ao que o historiador denominou de "nova História regional", campo sobre o qual inseriu o estudo da professora paraibana. Esse "novo" regionalismo, segundo Iglésias, seria "o estudo do regional na perspectiva da totalidade, seja a totalidade nacional, seja a realidade histórica vista como estudo globalizante do social, com o uso da interdisciplinaridade"[362]. A "antiga" História regional, segundo Iglésias sempre existiu, como foram boas partes das crônicas históricas até finais século XIX, porque no Brasil o sentido de região, tanto na literatura quanto no campo das Ciências Sociais, foi anterior ao sentido de nação.[363]

A relação entre o regional e o nacional é um debate inescapável quando se pensa na construção das identidades.[364] No Brasil, desde meados do século XIX, como demonstramos

---

[361] _____. In: *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*..., p. 14.

[362] IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio. In: GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*..., p. 15.

[363] "Fala-se nova, pois sempre houve História regional, como se poderia demonstrar com as dezenas de crônicas do período colonial, eminentemente locais, regionais, sem a ambição de ver o país como um todo – um dos aspectos da inexistência de sentido de Brasil, de nação, quando o que havia era o sentido de região, pela insuficiência de comunicação entre as partes, fechadas em si mesmas. O que se prolongam nos séculos seguintes e conhece até certo revigoramento com a República, por causa da pregação federalista, quando os Estados adquirem proeminência antes desconhecida, pela prática descentralizadora. " _____. In: GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*..., p. 14.

[364] Ver, por exemplo, THIESSE, Anne-Marie. "La petite patrie enclose dans la grande": regionalismo e identidade nacional na França... e GOUBERT, Pierre. História local. *Revista Arrabaldes*. Rio de Janeiro, n. 1, mai/ago. 1988.

ao longo deste trabalho, as discussões em torno do nacional colocaram em pauta a questão das particularidades locais, como foram apontadas por von Martius, Raimundo José da Cunha Matos, Capistrano de Abreu e pela produção memorialística de diversas localidades – no nosso caso especifico a Paraíba – que demarcavam essa necessidade de se conhecer o local para assim construir um sentido geral para o processo histórico nacional – em que pese todos os questionamentos e tensões presentes nesse debate que, de certo modo, perdura até hoje.

As concepções trabalhadas pelo campo da Geografia sobre o conceito de região no início do século XX influenciaram diretamente as abordagens históricas, principalmente com os *Annales*, por oferecer aos historiadores uma nova compreensão do tempo histórico[365] que passava então a ser pensado através de suas relações com o espaço, cenário dos acontecimentos humanos e fator condicionante de determinados eventos. A partir de 1930, com a fundação dos primeiros cursos de História no Brasil e a vinda de historiadores franceses contemporâneos dessa nova escola teórica, o debate sobre a questão regional adquiriu uma maior visibilidade. Nesse momento despontaram os estudos voltados a interpretar o Brasil, a compreender o que nos faz brasileiros.

Da institucionalização universitária à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os seus estudos de regionalização do país, bem como os lançamentos de coleções de estudos interdisciplinares, como foram, por exemplo, a *Brasiliana* e a *Documentos Brasileiros*, a preocupação com o debate regional se fez presente. E como não poderia deixar de ser esse debate é crucial para se compreender o campo da ciência histórica na Paraíba. A *questão regional* foi o elemento principal e a força motriz do pensamento historiográfico na

[365] "Através dela, o tempo dos historiadores encontra o espaço, torna-se "tempo-espaço", perde o seu ritmo vertiginoso e efervescente para ganhar espessura, densidade, profundidade, lentidão. A geografia humana fazia uma anti-história, que se tornou o modelo inspirador de uma "nova história". A partir da geografia humana, Febvre, Bloch e Braudel farão uma geo-história, que produz os frutos mais eminentes da *nouvelle histoire*, onde o tempo dos homens encontrou o atrito do espaço, a resistência do meio geográfico, que os obrigará a se perceberem localizados, limitados, fixados, condicionados por circunstâncias objetivas, que se não os impedem de buscar a realização de seus impulsos, oferece uma resistência suficiente para impedi-los de "decolar" e os mantém firmes em um "chão"". REIS, José Carlos. *Escola dos Annales* – a inovação em história. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 61-62.

Paraíba que, inclusive, trouxe para a discussão estudos que ultrapassaram as fronteiras locais, contribuindo para o debate em todo o país, como foram os livros *O regionalismo nordestino*, de autoria de Rosa Maria Godoy Silveira e *A invenção do Nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque Junior.[366]

O prefácio citado nos faz recapitular boa parte dos assuntos que tratamos no presente trabalho, entre eles a produção de cunho historiográfico na Paraíba empreendida por intelectuais interessados na construção de sua memória local e a produção acadêmica dos professores universitários que veio no intuito de suplantar essa historiografia tradicional. Como apontamos nos momentos iniciais dessa pesquisa, o discurso de rompimento com essa "antiga" historiografia adquiriu uma força tão expressiva na Paraíba que produziu uma cultura acadêmica de aversão aos textos dela provenientes, onde a crítica tornava sem interesse o acesso e o conhecimento de tais obras[367], por terem a convicção de que superaram a então denominada *historiografia tradicional*.

Desde o início do século XX a produção historiográfica paraibana esteve diretamente ligada à matriz de concepção histórica representada pelo IHGP. Apenas a partir de finais da década de 1970, com a consolidação do Departamento de História da UFPB através da renovação de seu corpo docente, juntamente com a implantação do NDIHR[368] e seus projetos de pesquisa, que se deu início à construção de uma história fundamentada nos novos paradigmas desse conhecimento. Essas novas perspectivas historiográficas auxiliaram os historiadores a

---

[366] SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino* – existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Editora Moderna, 1982; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

[367] Observação que vem de minha experiência pessoal, das observações que fiz enquanto estudante de graduação e pós-graduação na Paraíba e que não podem ser estendidas a uma realidade específica sob pena de que posso estar simplificando um processo histórico que merece mais atenção.

[368] Concluindo este trabalho me deparei com a ótima dissertação defendida no PPGH da UFPB que aprofunda, com grande propriedade, os estudos sobre a produção historiográfica dos pesquisadores do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e consequentemente dos professores do Departamento de História, da UFPB, campus João Pessoa: ARAÚJO, Robson Arruda de. *A historiografia acadêmica na Paraíba*: o NDIHR e a História Regional (1976-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2015.

apontar as questões históricas específicas sobre Paraíba, inserindo-a num processo histórico mais geral, deixando de lado as abordagens anteriores que tratavam a Paraíba como uma realidade pré-existente, atemporal.

A partir da análise da produção de dois autores – Irineu Joffily e Maximiano Machado – dentre os mais representativos desse primeiro momento, de uma *proto-historiografia* paraibana, elencamos as principais temáticas, a temporalidade, os eventos abordados e os sentidos dados ao passado, que garantiram a esses intelectuais o papel de fundadores dessa matriz interpretativa da história da Paraíba, que foi adotada posteriormente pelo Instituto histórico local: factual, memorialística, promotora de uma visão descolada dos processos históricos mais gerais e voltada à construção de uma identidade local que correspondia aos interesses, principalmente, das classes políticas dominantes. Entretanto esse mesma *proto-historiografia* também foi capaz de promover os primeiros levantamentos documentais sobre a memória paraibana.

Nas décadas de 1970 e 1980, quando os professores universitários na Paraíba buscavam a consolidação de seu campo profissional e do espaço institucional, uma produção significativa de novos estudos surgiu à luz das novas correntes historiográficas que passaram a influenciar o campo da História no Brasil. De forma tímida apontamos algumas dessas novas abordagens e isso talvez possa ter passado a impressão de que essa "nova" historiografia não alcançou o destaque que as obras pioneiras de Irineu Joffily e Maximiano Machado conquistaram. Não resta dúvida, inclusive isso é apontado por muitos dos historiadores acadêmicos paraibanos das novas gerações, da contribuição que esses intelectuais empreenderam ao campo da história na Paraíba[369]. Não se pode também perder de vista que esta historiografia foi produto de seu tempo, num momento em que a formação do profissional

[369] Como por exemplo no livro: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoas: Ed. Universitária/UFPB, 2003 e também em todos os trabalhos que citamos ao longo do texto que propuseram uma análise sobre a produção historiográfica paraibana.

ainda não existia e que predominava, acima dos interesses e intenções que possamos apontar, o diletantismo, o amadorismo, e que, portanto, não se pode exigir, a partir das concepções teóricas e metodológicas atuais, ao atendimento a muitos dos princípios da historiografia contemporânea.

O que nos pareceu impossível aqui foi empreender uma análise do conjunto das obras provenientes do que chamamos de *virada* historiográfica. A professora Rosa Godoy Silveira, em trabalho anteriormente mencionado, construiu um panorama geral sobre essa produção[370]. Como o seu texto foi produzido para compor um volume em comemoração aos 50 anos da ANPUH – que reuniu trabalhos de historiadores que representaram as suas seções regionais – Silveira (2011)[371] pontuou justamente sobre a impossibilidade de se fazer uma análise individualizada da produção acadêmica local porque, além da quantidade de referências que isso demandaria, seria necessário adotar alguns critérios de difícil exequibilidade em um único trabalho. Entre eles, por exemplo, a data de publicação "poderia distorcer a análise em relação à data de sua efetiva produção considerando-se a usual defasagem entre um processo e outro" e também far-se-ia necessário tratar o universo de recepção dessas obras. Só assim poderíamos dimensionar a importância que elas alcançaram no próprio meio acadêmico e na constituição de uma outra narrativa histórica sobre a Paraíba.

Outro aspecto que não se pode deixar de mencionar seria o quanto essa "nova historiografia" também contribuiu para a construção de novas imagens sobre o objeto central do debate: a Paraíba. Mesmo que as orientações teóricas e políticas, as abordagens e os métodos tenham sofrido transformações ao longo desses anos – que testemunharam as primeiras tentativas de construção de uma memória local até a institucionalização do conhecimento histórico e da profissionalização desse campo – o grande intuito foi tão somente entender aquilo

---

[370] Ver em anexos quadro demonstrativo.
[371] SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século.

que especificaria a Paraíba dentro de nosso processo histórico e das inúmeras formas de se dizer essa tal *paraibanidade*.

Este trabalho apenas escolheu sobre esse universo de questões compreender alguns de seus detalhes. Desse modo nos responsabilizamos pelas omissões e silenciamentos. Mas isso faz parte do processo de escolha de qualquer outro que se propõe a tal desafio.

Referências

Fontes

Impressas

CAVALCANTI, Manoel Tavares de. Conferencia realizada no IHGP, no dia 15 de novembro de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 1. Parahyba: Imprensa Oficial, out. /1909.

COSTA, João Batista Regueira. Relatório apresentado pelo 1º Secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano na sessão magna aniversária, de 27 de janeiro de 1887. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. n. 33. Recife: Typographia Universal, 1887.

FERNANDES, Irene Rodrigues; BARACUHY, Laura Helena. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 2).

GONÇALVES, Regina Célia, *et ali*. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 3).

JOFFILY, Irenêo. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília, Thesaurus, 1977. (Edição fac-símile da primeira edição de 1892, pela Tipografia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & C., 1892)

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. 2v. João Pessoa: EDUFPB, 1977. (Coleção Documentos Paraibanos). [1912]

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2. ed. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1922.

_____. *Através do Sertão*. Parahyba do Norte (João Pessoa): Imprensa Oficial, 1901.

_____. *Cidades e Homens*. 2. ed. João Pessoa: A União, 1985.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. *O trabalho na Paraíba*: das origens à transição para o trabalho livre. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 1).

O CENTENÁRIO da Revolução de 1817. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 5. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. 2v. João Pessoa: EDUFPB, 1977. [Reedição das publicações originais de 1908 e 1916]

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Et ali*. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999. (Coleção História Temática da Paraíba: vol. 4).

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1982, p. vi. (Coleção Mossoroense, v. CCXLV).

Leituras de referência

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

_____. *História da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

_____. *Brejo de Areia*: memórias de um município. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado ao ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 1, v. 1, 1839.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012. (Coleção Nordestina). [1927]

BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos e o 2º império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do imperio do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 26, 1863.

JOFFILY, Geraldo Irinêo. *O Quebra-Quilo* – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874. Brasília: Thesaurus, 1977.

MACHADO, Maximiano Lopes. *A parahyba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida*. Recife, Tipografia do Comercio, 1871.

MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos* – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. (1844). Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, p 399, 1845.

MILLET, Henrique Augusto. *Os quebra-kilos e a crise da lavoura. Recife*: Typografia do Jornal do Recife, 1876.

MONTEIRO, Hamilton Mattos. *Revolta do Quebra-Quilos*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*.[1895] Recife: Fundaj/Massangana, 1997.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *A Paraíba na primeira República*. João Pessoa: A União, 1982.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, 1857. Tomo 2.

_____. *História da independência do Brasil até o seu reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorrido sem algumas províncias até essa data*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

Discursos

Discurso de posse do governador José Targino Maranhão, proferido na Assembléia Legislativa da Paraíba em 18 de fevereiro de 2009, In:< http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=70050>, consultado em 10 de fevereiro de 2011.

MACHADO, Maximiano Lopes. Discurso do orador do Instituto. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. n. 36. Recife: Typographia F. P. Boulitroux. Jan/1890.

Entrevistas

Margarida Maria Dias Oliveira

Waldeci Ferreira Chagas

Josemir Camilo de Melo

Antonio Clarindo Barbosa

José Avelar Freire

Relatos de viagem, descrições

HERCKMAN, Elias. Descripção geral da Capitania da Parahyba. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo v, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial, jun. 1886.

HISTÓRIA da Conquista da Paraíba (Sumario das Armadas que si fizerão e guerras que se derão na conquista do Rio Parahiba – 1585). Brasília: Senado Federal, 2006.

Ficção, reportagens

CUNHA, Euclides da. *Os* Sertões.3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MATOS, Gregório de. *Ao braço do menino Jesus*. Poema. Domínio Público.

REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1999.

Arquivo

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – Seção de Obras Raras

Fontes

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (vols. 1 a 35 – 1909 a 2002)

Arquivo

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Fontes

Gazeta do Sertão (periódico – 1888-1891)

Gazeta do Sertão - 1888 a 1891 - PR_SPR_00154_213667

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (vols. 1 a 35 – 1909 a 2002)

Catálogos e Índices

SILVA, Tânia Maria. (org.). *Índice da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Teresina: HALLEY, 1995.

ÍNDICE das Revistas do IAHGP (RIAP). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nº 63, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.iahgp.com.br/RIAHGP/INDICE-REVISTAS-IAHGP.n63.2010.pdf>.

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

Biografias

ALCÂNTARA, Lúcio. *Vida e obra do Padre Rolim*. Edição comemorativa aos 200 anos de nascimento do Padre Inácio de Sousa Rolim. Brasília: Senado Federal, 2000.

CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba* (Patronos da Academia). Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1955.

GALLIZA, Diana Soares de. *Vida e obra de Irineu Joffily*. João Pessoa: s. n., s.d. (Coleção Historiadores Paraibanos, v. 9).

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Irineu Ferreira Pinto*. João Pessoa: s. n., s.d. (Coleção Historiadores Paraibanos, v. 14).

_____. *Maximiano Lopes Machado primeiro historiador da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999. (Coleção historiadores paraibanos, vol. 1)

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. *Coriolano de Medeiros*. João Pessoa: s. n., s.d. (Coleção Historiadores Paraibanos, v. 2)

_____. *Bacharéis paraibanos pela Faculdade de Olinda 1832-1853*. João Pessoa: A União. s/d.

NETO, Dorgival Terceiro. *Celso Mariz*, uma legenda entre os melhores escritores paraibanos. João Pessoa: IHGP, s/d. (Coleção Historiadores paraibanos, 10).

Geral

Livros e Artigos de livros

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Nos destinos de fronteira*: história, espaço e identidade regional. Recife: Edições Bagaço, 2008.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região*: tramas político-econômicas (1880-1925).

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. *et. ali*. *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade*: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Ed. Bagaço, 2006.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz TupyCaldas de Moura. Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1982.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*: especialidades e abordagens. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *O projeto de pesquisa em história*: da escolha do tema ao quadro teórico. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. "O campo científico". In: *Pierre Bourdieu:* sociologia. Renato Ortiz (org.). Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *Nação e cidadania no império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural:* entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DIAS, Maria Odila da silva. *O fardo do homem branco*. Southey, historiador do Brasil – um estudo dos valores ideológicos do império do livre comércio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

_____. *Cultura Historiográfica*. Memória, Identidade e Representação. Bauru, SP: Edusc, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: Edusc, 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República* – História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. *Entre a Geografia e a história*: um olhar sobre a obra de Irinêo Joffily. In: MARIANO, Serioja R. C. SÁ, Ariane Norma de Menezes e (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício* – a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *A construção do Brasil na literatura de viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba*: 1890-1930. João Pessoa: Idéia Editora, 1993.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*: a invenção do nacionalismo. Trad. Fabio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Trad. Javier Seto. Madri: Alianza Editorial, 1983.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*: o deslumbramento do novo mundo Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

GRAMSCI Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

_____. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares*: política e economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GRAMSCI Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*: o deslumbramento do novo mundo Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. (Edições ANPUH)

GUIMARÃES, Luiz Hugo. *Historiografia municipal da Paraíba*. João Pessoa: IHGP, 1999.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org.). *Antes que se apague*: memória, patrimônio e identidade. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006.
HARTOG, François. *O século XIX e a história:* o caso Fustel de Coulanges. Trad. Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1870*: programa, mito e realidade. Trad. Maria Celia Paoli. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____, e RANGER, Jerence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó*: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MACHADO, Maximiano Lopes. Espírito revolucionário – pensamento libertador. In: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoas: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP: Moderna, 1997.

MARTINS, Eduardo. *A União*, jornal e história da Paraíba. Sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: Ed. A União, 1977.

MATOS, Gregório de. *Ao braço do menino Jesus*. Poema. Domínio Público.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *A ferida de Narciso*: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC são Paulo, 2001. (Série Livre Pensar, v. 10).

_____. *A outra independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. Espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 2. ed. São Paulo: Editora 32, 2008.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: CURSO – 500 anos: Paraíba em Revisão Histórica e Historiográfica. João Pessoa: UFPB, 2000.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo Edusp, 2002.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 1*: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *A história, entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Escola dos Annales* – a inovação em história. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. (orgs.). *Cultura histórica e ensino de história*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção temas brasileiros)

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012.

ROLLAND, Denis. "O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio. (orgs.). *Diogo de Vasconcelos*: o ofício do historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Da América Portuguesa ao Brasil* – estudos históricos. Lisboa: Difel, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sócias e criação cultura na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas*: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século. In: GLEZER, Raquel. (org.). *Do passado para o futuro*. Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.

_____. (org.). *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. As Elites Culturais. IN: RIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997.

_____; ORY, Pascal. *Los intelectuales em Francia*: Del caso Dreyfus a nuestros dias. Trad. Evelio Miñano. València: PUV, 2007.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultura e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WEBER, Max. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. trad. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória*: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Capítulos de livros e artigos de periódicos e congressos

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravos de Pernambuco e glória do Brasil. A obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARRUDA MELO, José Octávio de. Maximiano Machado – liberalismo, radicalismo e revisionismo na primeira história da Paraíba. In: MACHADO, Maximiano Lopes. História da Província da Paraíba. 2. ed. vol. 1. João Pessoa: EDUFPB, 1977. (Coleção Documentos Paraibanos). [1912]

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Pernambucana. *Almanack Brasiliense*. São Paulo: USP, n. 08, p. 5-38, nov. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11691>.

_____. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, jul./2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16526.pdf>.

DA SILVA, Wellington Barbosa. Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849). *História Social*, n. 16, p. 29-44, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/232>.

FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, dez/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=en&nrm=iso>.

FILHO, Carmelo R. Do Nascimento. *O historiador burocrata*: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz. In: MARIANO Serioja; SÁ, Ariane Norma de Menezes. (orgs.). *Histórias da Paraíba*: autores e análises historiográficas sobre o século XIX. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: *Saeculum* – Revista de História, DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, v. 16, jan./jun. 2007.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. *Acervo*. Rio de Janeiro. v. 24, n. 2, p.12-13, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/495/415>.

GEERTZ, Clifford. Centros, Reis e Carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *O saber Local:* novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne, Petrópoles: Vozes, 1998;

GOUBERT, Pierre. História local. *Revista Arrabaldes*. Rio de Janeiro, n. 1, mai/ago. 1988.

GUERRA, Amanda Estela; SANTOS, Maria Duarte dos. O "Atlas do Império do Brazil": uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. Porto-PT, 2011. IV Simpósio Luso Brasileiro (Faculdade de Letras/Universidade do Porto). Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/28.pdf>.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*. Uberlândia, v. 14, n. 25, jul./dez. 2012, disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF25/Lucia_Guimaraes.pdf>.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, Jul/dez 2002, p. 184-200.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. O despertar de uma memória esquecida e aviltada: Revolução de 1817 na Paraíba. <Http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371248798_arquivo_trabalhoanpuh2013odespertardeumamemoriaesquecidaeaviltada.pdf >.

IGLÉSIAS, Francisco. Reedição de Diogo de Vasconcelos. [Prefácio]. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1974. vol. 1.

PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: JÚNIOR, João Feres. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ROLLAND, Denis. O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai e ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). Topoi, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, dez/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=en&nrm=iso>.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: Revista *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

_____. “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

WEHLING, Arno. *A concepção histórica de Von Martius*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 155, n. 385, p. 721-737, out/dez, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, ago. 1999, p. 2. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf>.

VARELA, Flávia Florentino. Antiquariato e escrita da história na *History of Brazil* de Robert Southey. 6º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. 2012. Ouro Preto. *Anais eletrônicos*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

Teses e Dissertações

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia*: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas-SP, 1988.

ARAÚJO, Robson Arruda de. *A historiografia acadêmica na Paraíba*: o NDIHR e a História Regional (1976-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2015.

BATISTA, Adriel Fontenele. *O Sumário das Armadas*: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974)*: aspectos acadêmicos e institucionais. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História João Pessoa, 2007.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura*: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história no Rio Grande do Sul no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor"*. Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2004.

DA SILVEIRA, Regina Paula Silva. *(Re)lendo "Histórias de Campina Grande" de Elpídio de Almeida*: uma construção histórica da "Grande" Campina. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas*: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1994.

LIMA, Luciano de Mendonça. *Derramando susto*: os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2001.

LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas do Quebra-quilos* – levantes populares contra o sistema métrico decimal. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica*: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2001.

MENESES, Hérick Dayann Morais de. *As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História João Pessoa, 2009.

MENESES, Joedna Reis de. *Artífices de Clio*: escritas da História no Programa de Pós-Graduação da UFPE. 1977-2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2005.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação* - fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, George Silva. *Pátrio-Biografia*: Horácio de Almeida e a sua história da Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2010.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. *Os indígenas na primeira história da Paraíba*: um estudo sobre a *História da Província da Parahyba*, de Maximiano Lopes Machado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História João Pessoa, 2012.

RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade*: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. (Dissertação) – Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias*: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista*: população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2005.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império*: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2008.

SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Origem e estratégias de Consolidação Institucional (1894-1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2006.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. *"O passado está prenhe do futuro"*: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008.

SOARES, Lucas Jannoni Soares. *Entre a missão política e a ciência histórica*: Francisco Adolfo de Varnhagen e a colonização portuguesa do Brasil (1854-1877). Tese (Doutorado em Ciências – História Econômica), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 2011.

TAVARES, Giovana Galvão. *A trajetória de uma "Casa de Saber"*: o Instituto Histórico e geográfico de Goiás (1930-1970). Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Geociências área de Educação Aplicada às Geociências, Campinas, 2000.

Sítios eletrônicos

http://hemerotecadigital.bn.br/

http://memoria.bn.br

http://ihgp.net/

http://lattes.cnpq.br/

http://www.ndihr.ufpb.br/

http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/

http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/

http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh

http://mnemosinerevista.wix.com/ppgh-ufcg

Entre outros citados ao longo do texto.

Bibliotecas

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG

Biblioteca Central – UFPB (Coleção Paraibana)

Anexos

ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES[372]
NACIONAIS E EXTRANGEIRAS

QUE MANTÉM CORRESPONDÊNCIA COM O INTUITO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO PARAHYBANO E QUE RECEBEM AS SUAS PUBLICAÇÕES

AMÉRICA
BRASIL

AMAZONAS – MANAOS:
- Bibliotheca e Archivo Publico.
-Escola Universitária Livre de Manáos.
PARÁ – BELÉM:
- Biblioteca e Archivo Publico.
- Museu Goeldi.
CEARÁ – FORTALEZA
- Instituto do Ceará.
- Academia Cearense.
- Museu Rocha
ITAPIPOCA – Cenaculo Itapipoquense
RIO GRANDE DO NORTE – NATAL
- Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte.
PARAHYBA DO NORTE – CAPITAL:
- Biblioteca do Estado
- Archivo Público
PERNAMBUCO – RECIFE
- Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco.
- Biblioteca da Faculdade de Direito.
- Biblioteca Publica do Estado.
ALAGOAS – MACEIO
- Instituto Archeologico e Geographico de Alagoas.
- Biblioteca Publica
VILLA DE PARAHYBA: - Grêmio Literário Recreativo Parahybano.
SERGIPE – ARACAJU:
- Instituto Histórico e Geographico de Sergipe.
- Biblioteca Pública do Estado.
BAHIA – SÃO SALVADOR
- Instituto Histórico e Geographico da Bahia.
- Grêmio Recreativo da Bahia
RIO DE JANEIRO – NIOTHEROY
- Instituto Histórico Fluminense.
DISTRICTO FEDERAL – RIO DE JANEIRO:

[372] Reprodução da lista de associações e instituições que mantinham correspondência com o IHGP, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. n. 4. Parahyba: Imprensa Oficial, 1912, p. 467-471.

- Instituto Histórico e Geographico Brasileiro
- Sociedade de Georgraphia do Rio de Janeiro.
- Archivo Público Nacional.
- Biblioteca Nacional.
- Directoria Geral de Estatística.
- Museu Nacional.
- Santa Casa da Misericórdia.
- Museu Commercial.
- Observatório Nacional.
- Sociedade Nacional de Agricultura.
- Biblioteca Fluminense.
- Repartição de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística da Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Directoria de Expediente do Serviço de Publicações e Bibliotheca do Ministério da Agricultura.
- Centro Parahybano.

SÃO PAULO – SÃO PAULO:
- Instituto Histórico e Geographico de São Paulo.
- Museu Paulistano.
- Repartição de Estatística e Archivo Público de São Paulo.
- Sociedade Scientifica
- Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas
- Comissão Geographica e Geologica de São Paulo.
- Faculdade de Direito.

JABOTICABAL: - Biblioteca de Jaboticabal.

MINAS GERAIS – BELLO HORIZONTE:
- Instituto Historico e Geographico de Minas Gerais.

PARANÁ – CURITIBA:
- Instituto Historico e Geographico do Paraná.
- Bibliotheca Publica do Estado.

SANTA CATHARINA – FLORIANOPOLIS:
- Instituto Historico e Geographico de Santa Catarina.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE:
- Repartição da Carta Maritima Brasileira.

CANADÁ

MONTREAL: - Numismatic and Antiquarian Society of Montreal.

QUEBEC: - Societé de Geographie de Quebec.

ESTADOS UNIDOS

WASHINGTON: - Smithosonion Institution.

NEW YORK: - American Geographical Association.
- New-York Public Library Astor.

PHILADELPHIA: - Historical Society of Pennyvalnia.

CHICAGO: - The Chicago mie of Sciences.

MEXICO
MEXICO: - Sociedad de Geografia y Estadistica. D. F.
- Museo Nacional de Arqueologia, Historia y Etnologia. D. F.
- Bibliotheca Nacional de Mexico D. F.

CUBA
HAVANA: - Biblioteca Nacional.

COSTA RICA
SÃO JOSÉ: - Museo Nacional.
- Departamento de Agricultura y Biblioteca Agricola.

EQUADOR
QUITO: - Biblioteca Del Poder Legislativo.
GUAYAQUIL: - Bibliotheca Municipal.

PERÚ
LIMA: - Sociedad Geographica de Lima

VENEZUELA
CARACAS: - Academia Nacional de La Historia

BOLIVIA
LA PAZ: - Sociedad Geografica de La Paz.
- Officina Nacional de Estatistica.

URUGUAY
MONTEVIDEO: - Museu Nacional.

EUROPA

SUECIA
UPSALÀ: - University of Upsala.

RUSSIA
SÃO PETERSBURGO: - Societé Impériale Russe de Geographie.

FRANÇA
PARIS: - Societá Academique d'Histoire Internacionale.
BORDEAUX: - Société de Geographie Commerciale.
MARSELHA: - Société de Geographie.

SUISSA
GENÈVE: - Société de Geographie.

- Bureau Officiel de Renseignements sur Le Brésil.
NEUCHATEL: - Société Neuchateloise de Geographie.

AUSTRIA
VIENNA: - Geographische Gesellschaff.
BUDA-PEST: - Société Hongroise de Geographie

BELGICA
ANVÉRS: - Academie Royale d'Archeologie de Belgique.

PORTUGAL
LISBOA: - Sociedade de Geographia
- Biblioteca Nacional.
- Sociedade Portugueza de Estudos Historicos
- Archivo Nacional da Torre do Tombo.
COIMBRA: - Biblioteca da Universidade.
PORTO: - Biblioteca Publica Municipal.

HESPANHA
MADRID: - Real Sociedad Geografica.
- Real Academia de La Historia.
ALMERIA: - Sociedad de Estudos Almerienses.
LA CORUNA: - Real Academia Gallêga.
PALMA: - Societat Archeologica Luliana.

ITALIA
ROMA: - Real Societá Geographica Italiana.

ASIA

JAPÃO
TOKIO: - Tokio Geographical Society.

FUNDADORES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO EM 1905

Nome	Nascimento	Data	Formação	Profissões	Falecimento
ANTÔNIO ALFREDO DA GAMA E MELO	Capital	1849	Direito	professor de latim, diretor do Liceu Paraibano jornalista, inspetor da Alfandega no império, deputado e vice-presidente da província, deputado geral na república, presidente do estado, senador da república	?
ANTÔNIO FERREIRA BALTHAR	Pernambuco	1848	Direito	promotor público e procurador geral do estado, chefe de polícia do estado, juiz de direito (Souza), desembargador do Tribunal de Justiça, jornalista	1917
ANTÔNIO HORTÊNCIO CABRAL DE VASCONCELOS	Ingá	1855	Direito	advogado, procurador fiscal dos feitos da fazenda estadual, procurador da república, deputado estadual constituinte (1891), musicista, poeta, jornalista	1924
ÁLVARO EVARISTO MONTEIRO	Areia	1870	?	ator, oficial do Exército	1917
ÁLVARO LOPES MACHADO	Areia	1859	Engenharia	militar, professor, senador e governador do estado	1912
ARTHUR ACHILLES DOS SANTOS	Pedras de Fogo	1864	Humanidades	jornalista, auxiliar do comércio, despachante aduaneiro e professor e diretor do Arquivo Público, oficial de gabinete , diretor de jornais	1916
APOLÔNIO ZENAIDE PEREGRINO DE ALBUQUERQUE	Patos	1857	Direito	promotor público, juiz de direito, deputado provincial, constituinte de 1892, deputado federal, senador	1906
CARLOS COELHO DE ALVERGA	Mamanguape	1864	?	comerciante, deputado da junta comercial, membro de conselho municipal, funcionário na Fazenda Federal, tesoureiro da delegacia fiscal do Tesouro Nacional, alcançou o posto de Tenente-Coronel na Guarda Nacional	1944
CÍCERO BRASILIENSE DE MOURA	Capital	1857	?	chefe de polícia, procurados fiscal dos feitos da Fazenda estadual, professor e jornalista	1927
EUTÍQUIO DE ALBUQUERQUE AUTRAN	Pernambuco	1867	Direito	advogado e juiz de Direito na capital paraibana	?
EUTIQUIANO INÁCIO DE LOIOLA BARRETO	Caldas Brandão	1868	?	jornalista, diretor de jornal, poeta, escrivão da Justiça Federal	1933
FRANCISCO SERAPHICO DA NÓBREGA	Santa Luzia	1863	Direito	advogado, professor, deputado estadual e federal, vice-presidente do Estado, e procurador geral do Estado	1935
FRANCISCO COUTINHO DE LIMA E MOURA	Capital	1867	Direito (incompleto)	solicitador de causas, chefe de estação telegráfica, administrador da Imprensa Oficial, jornalista, professor no Liceu e na Escola Normal, tenente-coronel do Exército, oficial de gabinete do governador, deputado estadual	1957
FRANCISCO JOAQUIM PEREIRA BARROSO	Mamanguape	1856	?	famacéutico, jornalista, diretor de jornal, professor, teatrólogo, diretor do teatro municipal	1931

FRANCISCO DE ASSIS DE ALBUQUERQUE	Rio Grande do Norte	1865	Teologia	sacerdote, professor no Liceu Paraibano e na Escola Normal	1945
FRANCISCO CARLOS C. DE ALBUQUERQUE	Mamanguape	1863	Direito	promotor público, suplente de juiz substituto, chefe de polícia, secretário do Tribunal de Justiça	1923
FRANCISCO DE GOUVEIA NÓBREGA	Soledade	1865	Direito	advogado, promotor público, deputado estadual, juiz federal	1936
FRANCISCO INÁCIO CARNEIRO	?	1858	?	tabelião e escrivão	1919
FRANCISCO JOSÉ RABELO	?	?	?	jornalista, professor e diretor na Escola Normal, deputado provincial e secretário do governo	1907
FRANCISCO PEDRO CARNEIRO DA CUNHA	Capital	1850	?	jornalista, ficcionista, tenente-coronel da Guarda Nacional e atuou em outras funções públicas no Fisco Estadual e em secretarias de Estado	1940
FRANCISCO XAVIER JÚNIOR	Pilar	1853	Direito (incompleto)	professor e diretor no Liceu e na Escola Normal, chefe da instrução pública no Estado, jornalista, deputado estadual, prefeito da capital	1935
FLÁVIO FERREIRA DA SILVA MAROJA	Pilar	1864	Medicina	médico do exército, deputado constituinte, diretor de hospital, jornalista, vice-presidente do Estado	1940
FÉLIX JOAQUIM DALTRO CAVALCANTI	Cabaceiras	1850	Direito	promotor público, juiz de direito, prefeito e deputado estadual	1920
GONÇALO DE AGUIAR BOTO DE MENEZES	Sergipe	1843	Direito	juiz de direito, chefe de polícia, diretor de instrução pública, procurador fiscal, deputado, vice-presidente da província (Sergipe), desembargador do STJ na Paraíba	1930
HERÁCLITO CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO	Bananeiras	1862	Direito	juiz de direito, desembargador do TJ	1935
IRINEU FERREIRA PINTO	Capital	1881	?	professor, historiador e funcionário público (Correios e Secretaria de Estado)	1918
JOÃO AMÉRICO DE CARVALHO	Pedras de Fogo	1846	Direito	advogado, promotor público, juiz municipal, fiscal federal	1919
JOÃO BATISTA DE SÁ ANDRADE	Sousa	1865	Medicina	jornalista, inspetor da higiene do Estado, deputado constituinte (1891)	1912
JOÃO DE LYRA TAVARES	Pernambuco	1871	?	jornalista, historiador, deputado estadual, senador (pelo Rio Grande do Norte), professor do Liceu paraibano e da Escola normal, tenente-coronel da Guarda Nacional	1930
JOÃO LEOPOLDINO DA SILVA FLORES	Capital	1872	?	jornalista, amanuense dos Correios	1940
JOÃO MACHADO DA SILVA	Pernambuco	1862	Direito	advogado, promotor público, juiz municipal, procurador fiscal e jornalista	1928
JOÃO RODRIGUES CORIOLANO DE MEDEIROS	Patos	1875	Direito (incompleto)	professor, jornalista e historiador	1974
JOÃO PEREIRA DE CASTRO PINTO	Mamanguape	1863	Direito	advogado, juiz federal substituto, promotor público em várias províncias, deputado federal, senador e governador da Paraíba	1944

JOÃO TAVARES DE MELO CAVALCANTI	Campina Grande	1848	Direito	advogado, juiz municipal, deputado provincial, deputado constituinte (1892), prefeito	1910
JOSÉ FRANCISCO DE MOURA	Capital	?	Farmácia	jornalista, professor no Liceu e na Escola normal da capital, diretor da Biblioteca pública, inspetor do Tesouro, secretário geral do Estado, deputado estadual	1938
JOSÉ JÚLIO LINS DA NÓBREGA	Pilar	1875	Medicina	professor, delegado de saúde do porto de Cabedelo	1930
JOÃO MANOEL PEREIRA PACHECO	Ceará	1852	Medicina	médico, professor, jornalista, chefe de seção de secretaria de Estado	1910
JOSÉ PEREGRINO DE ARAÚJO	Santa Luzia	1840	Direito	juiz de direito (Rio Grande do Norte), deputado provincial e geral pela Paraíba, deputado constituite (1892), desembargador do TJ, 2º vice-governador, governador, deputado federal	1913
JOSÉ TOMAZ GOMES DA SILVA	Rio Grande do Norte	1873	Teologia (?)	sacerdote, professor, jornalista	1948
MATHEUS AUGUSTO DE OLIVEIRA	Pernambuco	1901	Engenharia	professor no Liceu, Escola normal e Pio X, inspetor de Obras contra as secas, jornalista, diretor de jornal, conselheiro municipal na capital	1968
MANOEL ANTÔNIO DE PAIVA	Gurinhém	1873	Filosofia	sacerdote, professor, diretor de seminário, jornalista, diretor de jornal	1937
MANOEL DA GAMA CABRAL	Espírito Santo	1870	?	oficial do Exército, conselheiro municipal na capital	1930
MANOEL TAVARES CAVALCANTI	Alagoa Nova	1880	Direito	professor no Liceu e na Escola normal onde também exerceu o cargo de diretor da instrução pública, chefe de polícia, jornalista, deputado estadual, historiador, senador eleito em 1930, mas não teve o mandato legitimado	1950
MAXIMIANO LOPES MACHADO	Campina Grande	1854	?	jornalista, oficial de gabinete, Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo Público do Estado	1909
ODILON DA SILVA COUTINHO	Pilões	1879	Teologia (?)	sacerdote, professor, deputado estadual	1954
PEDRO DA CUNHA PEDROSA	Umbuzeiro	1863	Direito	promotor público (Pernambuco), juiz de direto, deputado constituinte (1891), secretário de Estado, vice-presidente de Estado, senador e ministro do TCU, diretor do jornal oficial local e da provedoria da Santa casa de misericórdia	1947
SANTINO MARIA DA SILVA COUTINHO	Pilões	1868	Filosofia	sacerdote, professor	1939
TEODORO JOSÉ DE SOUZA	Areia	?	Humanidades	jornalista, escriturário da Alfândega, arquivista do Liceu Paraibano	?
TOMÁS D'AQUINO MINDELO	Capital	1860	Direito	advogado, promotor público, professor no Liceu e na Escola normal, deputado constituinte (1892)	1934
ULRICO SONNTAG	Alemanha	1847	Teologia (?)	sacerdote, capelão da Santa casa de misericórdia	1912

VENÂNCIO AUGUSTO DE MAGALHÃES NEIVA	Capital	1849	Direito	promotor e juiz de direto, primeiro governador republicano da Paraíba, senador	1939
MANUEL OCTAVIANO DE MOURA LIMA	Ibiara	1880	Teologia (?)	sacerdote, professor, jornalista, romancista e teatrólogo	1960
AUGUSTO ALFREDO DE LIMA BOTELHO	?	1859	?	deputado constituinte, deputado estadual, capitão do Exército	1947
ELIAS POMPÍLIO	Pernambuco	?	?	cirurgião-dentista, musicista	1908
RÔMULO DE MAGALHÃES PACHECO	?	?	?	secretário do IHGP	?
CLÁUDIO OSCAR SOARES	Capital	?	?	jornalista e fundador do jornal *O Norte*	?
ERNESTO AUGUSTO DA SILVA FREIRE	Pernambuco	1846	Direito	advogado, juiz municipal, chefe de polícia, professor no Liceu, membro do SJT	1911
ALFREDO ESPÍRITO SANTO	?	?	?	?	?
JOSÉ BORBA DE VASCONCELOS	?	?	?	?	?
JOSÉ CÂNDIDO	?	?	?	?	?
THEODOMIRO NEVES FILHO	?	?	?	?	?

A professora Rosa Godoy Silveira elaborou uma apreciação geral sobre a produção historiográfica acadêmica na Paraíba[373] dividida, didaticamente, em três fases, sendo que cada uma delas foi organizada a partir dos seguintes eixos: as principais temáticas, os recortes espaciais e temporais e as abordagens teóricas utilizadas.

Reproduzimos abaixo, em forma de quadro, a classificação didática apresentada pela professora sobre a produção historiográfica acadêmica na Paraíba. Para a construção de tal panorama Silveira percorreu os currículos na Plataforma Lattes dos professores de todos os Departamentos de História das universidades locais, solicitou informações junto aos profissionais, incluindo também suas próprias memórias e experiências do campo, no qual tem atuado desde o final da década de 1970. No seu levantamento, junto aos pontos elencados (temática, espaço, tempo, abordagens), foram citados, nominalmente, os historiadores correspondentes, sem a menção aos títulos dos trabalhos (as dissertações, teses defendidas e os livros publicados). Silveira ainda fez questão de especificar, no que chamou de 3ª geração, a produção de cada Departamento de História, dos cursos em funcionamento na Paraíba.

Um ponto a observar são as diferenças temáticas e de abordagem teórica entre os cursos da UFPB e UFCG. Quando estudantes na graduação e no mestrado tivemos oportunidade de entrar em contato com boa parte da produção e seus respectivos pesquisadores. Pudemos observar que tais situações, em sua grande maioria, foram determinadas pelos programas de pós-graduação em História pelos quais a maioria dos profissionais se especializaram: predominou inicialmente o programa da UFPE, em Recife para ambos os Departamentos, mas entre final dos anos 1990 e início dos anos 2000, prevaleceram os programas da USP, para os professores da capital e o programa em História Cultural, da Unicamp, como polo de atração aos profissionais de Campina Grande.

---

[373] SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A historiografia acadêmica paraibana e a Anpuh-PB: considerações de meio século.

A primeira fase apontada no quadro as seguir corresponderia ao período da fundação dos dois primeiros cursos de História na Paraíba, o da capital, na UFPB e o da então Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande; a segunda fase, concentrada na década de 1980, corresponderia à segunda geração de professores do Departamento de História em João Pessoa e da primeira geração dos Departamentos da UFPB e UEPB em Campina Grande. Constituiriam a terceira fase, que corresponde aos anos de 1991 até os dias de hoje, as gerações de profissionais dos Departamentos de História da capital, de Campina Grande e das cidades de Guarabira e Cajazeiras.

Complementamos as informações do quadro através de consultas aos currículos dos profissionais disponíveis na Plataforma Lattes, nas páginas eletrônicas dos Departamentos dos cursos de graduação pós-graduação, bem como nos sítios das editoras universitárias locais.

Historiografia acadêmica na Paraíba: temáticas, recortes e linhas de abordagem

2ª Fase				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras
Arquivos e documentação; cultura e imaginário; desenvolvimento regional; economia paraibana; economia algodoeira e modernização; escravidão; história das instituições; industrialização; inquisição e sexualidade; movimentos sociais de esquerda; relações de trabalho; oligarquia e poder; questão agrária; regionalismo; relações comerciais; relações diplomáticas; secas; urbanização; indígenas na América Latina; religião egípcia; revolução de 1383 em Portugal.	Paraíba; Nordeste; Paraíba-Pernambuco; perspectiva nacional; América Latina; Europa e Brasil; Portugal e Egito.	Brasil/Nordeste/Paraíba - colonial, imperial e republicano; Antiguidade; Idade Média - século XIV; Idade Média europeia; América colonial.	Aproximações com o Positivismo; Annales (2ª geração); Materialismo histórico.	NICODEMOS, José Pedro. **A Contribuição Historiográfica de Frei Vicente do Salvador**. Joao Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1971. MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **História da Fortaleza de Santa Catarina**. Coleção Piragibe. Joao Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1972. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa:** uma contribuição ao Estado do Mandonismo Local - Paraíba (1930). Estado da Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1978. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e Federalismo:** um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal/Universidade Federal da Paraíba, 1979. GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba:** 1850-1888. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. RODRIGUES, Inês Caminha L. Rodrigues. **A Revolta de Princesa:** poder privado x poder instituído. Col. Tudo é história, 19. São Paulo: Brasiliense, 1981. MELO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada:** um Estudo Sobre a Formação do Centralismo em 30. Mossoró: Edições Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1984. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino:** existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984. FREIRE, Emília Augusta Lins. **A Burguesia e a evolução histórica de Portugal no século XIV.** João Pessoa/PB: Governo do Estado, [c.1985]. OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII:** Subordinação e Autonomia (1755-1799). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1985. (2. ed. em 2007)

				AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos:** evolução e roteiro. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba (FUNCEP), 1985. MELLO, José Octávio de Arruda. (org.). **Capítulos de História da Paraíba.** João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado da Paraíba/Jornal O Norte, 1987. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA /CCHLA/UFPB. **Ciência Histórica.** João Pessoa: UFPB. Ano 1, Jan./Mar. 1986, n. 1. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA /CCHLA/UFPB. **Ciência Histórica**. João Pessoa: UFPB. Ano 2, 19__, n. 2. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA /CCHLA/UFPB. **Ciência Histórica**. João Pessoa: UFPB. Ano 3, Out. 1990, n. 3.
3ª Fase (UFPB – João Pessoa)				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras
Biografia social; cultura política, poder e política; desenvolvimento regional e sustentável; ensino de História; estudos pré-históricos; história da arte; história econômica, financeira, territorial e administrativa; história indígena; história local; imaginário; linguagens historiográficas; memória, documentação e patrimônio histórico; modernidade; políticas públicas; questão agrária; relações étnico-raciais; teoria da história e historiografia; violência e criminalidade.	Paraíba; Nordeste; Ceará; Rio Grande do Sul; Peru.	Brasil pré-colonial; Brasil Colonial; Brasil Império; Brasil República.	Hermenêutica; História Cultural; História social inglesa; Materialismo histórico; Nova história política; teorias antropológicas; teorias da Ciência Política; teorias dos Direitos Humanos; teorias educacionais.	GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem Desenvolvimento na Paraíba:** 1890-1930. João Pessoa: Ideia, 1993. MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e Dominação no Brasil Escravista:** o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830). João Pessoa: CCHLA Ideia, 1993. 193 p. ERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Industria da Seca:** o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993. FLORES, Elio Chaves. **Juca Tigre e o Caudilhismo Maragato:** poder, tempo e memória. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1995. FLORES, Elio Chaves. **No Tempo das Degolas:** Revoluções Imperfeitas. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996. CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998. PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política** - a cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX. Fortaleza: Casa de José de Alencar Programa Editorial, 1998.

				SANTANA, Marta Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e Intervenção Estatal:** Paraíba - 1930-1940. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e Subordinação:** a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. VASCONCELOS, Lúcio Flávio. **Guardiões da Ordem:** Militares e Política na História Peruana. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FSJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001. [1996]. OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba:** arte, religião e conquista. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, 2003. FLORES, Elio Chaves. **A Condição Republicana:** eventos de ironia e sátira. Coleção Olho D'água. João Pessoa: Manufatura, 2003. FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca:** a Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003. NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba**: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000). João Pessoa: Editora Sal e Terra, 2004. SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes:** Parahyba (1850-1888). João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. PATRIOTA, Fernando Barros. **Industrialização no Sertão:** Um Processo Interrompido. (1932-1955). João Pessoa: Manufatura, 2005. CITTADINO, Monique. **Poder Local e Ditadura Militar:** o Governo de João Agripino (1965-1971). Bauru: EDUSC, 2006. GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: P**olítica e Economia na Capitania da Paraíba - 1585-1630. Bauru: EDUSC, 2007. GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva:** um empresário ilustrado do Império. Bauru: EDUCS, 2007. ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista:** População, família e parentesco espiritual. Marília: Editora UNESP, 2009.

				FERNANDES, João Azevedo. **A Espuma Divina:** sobriedade e embriaguez na Europa Antiga e Medieval. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. CORDEIRO JR., Raimundo Barroso. **A Cultura Política do Integralismo Legionário:** imaginação histórica e mística de ação. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto?** O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. OLIVEIRA, Elza Regis de. **Teoria, História e Memória.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. SILVA, Gustavo Tavares da. **Eleições:** Impressões da Paraíba 2010. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. FERNANDES, João Azevedo. **Selvagens Bebedeiras:** Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Alameda, 2011. CURY, Cláudia Engler. "Abrindo o baú de memórias": políticas culturais no Brasil - subsídios para construções de brasilidade (1930-1990). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. OLIVEIRA, Carla Mary S. Saudades D'Além-Mar: a revista Lusitânia e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934). João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 214 p. OLIVEIRA, Carla Mary S. A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, 110 p. MEDEIROS, Mária do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba:** das origens à transição para o trabalho livre. História Temática da Paraíba, n. 1, NDIHR. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades Produtivas na Paraíba**. História Temática da Paraíba, n. 2, NDIHR. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. GONÇALVES, Regina Célia et al. A **Questão Urbana na Paraíba**. História Temática da Paraíba, n. 3, NDIHR. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro; CITTADINO, Monique. **Estrutura de Poder na Paraíba.** História Temática da Paraíba, n. 4, NDIHR. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

				FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina Maria Rodrigues. (org.) **A Formação do Historiador:** Tradições e Descobertas. Coleção LaborHis. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004. CAVALCANTI, Carlos André Macêdo; CUNHA, Francisco Carneiro da. **Pernambuco Afortunado:** da Nova Lusitânia à Nova Economia. Recife: Editora INTG, 2006. 156 p. OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Rodrigo Pinto de (org.). **Novos Olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007. CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. (org.) **Historiografia em Diversidade:** Ensaios de História e Ensino de História. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008. OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia (org.) **Ensaios sobre a América Portuguesa.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. (org.) **Múltiplas Visões:** Cultura Histórica no Oitocentos. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JR.; Raimundo Barroso. **Cultura Histórica e Historiografia:** legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010. CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da. (org.) **Cultura e Sociabilidades no Oitocentos:** possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. MENESES, Jaldes Reis de; LYRA, Rubens Pinto (org.). **Marxismos na Contemporaneidade:** tópicos de política, economia e direito. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013. MELO, José Ocátivo de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga. (org.) **Paraíba:** Conquista, Patrimônio e Povo: por uma seleção de autores. João Pessoa: Edições Grafset, 1993. GONÇALVES, Regina Célia et al (org.) **Uma História de Pedras de Fogo.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993. CAVALCANTI, Maria Helena Pereira (Coord.); GONÇALVES, Regina Célia et al. **Uma História de Cabedelo.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996. CAVALCANTI, Maria Helena Pereira (Coord.); GONÇALVES, Regina Célia et al. Série Extensão. **Uma História do Conde.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.

				CAVALCANTI, Maria Helena Pereira (Coord.); GONÇALVES, Regina Célia et al. Série Extensão. **Uma História de Areia.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1998. MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba.** 11. ed. João Pessoa: A União. 2002. OLIVEIRA, Elza Regis; MENEZES, Mozart. Vergetti de; LIMA, Maria da Vit (Org.). **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes a capitania existentes no arquivo histórico ultramarino de Lisboa**. 2ª. ed. Joao Pes Universitária / UFPB, 2013. v. 1. OLIVEIRA, Elza Regis; MENEZES, Mozart. Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa (Org.). **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes a capitania da Paraíba existentes no arquivo histórico ultramarino de Lisboa**. 2ª. ed. Joao Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2013. v. 2. OLIVEIRA, Elza Regis; MENEZES, Mozart. Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa (Org.). **Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. v. 2000.
3ª Fase (UFCG – Campina Grande)				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras

Cultura e cidades; cultura, poder e identidades; cultura popular; biografia histórica; educação; ensino de História; escravidão; festas e cultura popular; gênero, masculinidade; gênero e família; história ambiental; história da justiça; história, cotidiano, costumes; história e imagens; história e historiografia da antiguidade; história das ciências; história das religiões; história e saúde, discursos e saberes médicos, identidade; indígenas; imaginário; memória e documentação; mitologias políticas; modernidade; modernidade e cultura de massa; modernização e violência; movimentos sociais; Nordeste; política, espetacularização, cotidiano, comportamento eleitoral, representações; marketing; produção de subjetividades; teoria e métodos de pesquisa em História; velhice, memória e violência.	Paraíba; Nordeste; Brasil; América; Grécia e Roma.	Brasil Colônia; Brasil Império; Brasil-Império-República; República; Antiguidade.	Antropologia da política; História do tempo presente; História social; Nova história cultural; Sociologia da cultura; Filosofia pós-estruturalista e História cultural.	AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices imaginadas**: memória e envelhecimento no nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945). Doutorado, Recife, 2008. OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a Família à Nossa Imagem**: a construção dos conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30). 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. SOUSA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas (1880-1925). Campina Grande: EDUFCG, 2006. SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos**: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFCG, 2006. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães de; FREITAS, Goretti Maria Sampaio de. **História da mídia regional**: o rádio em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG, 2006. LIMA, Marinalva Vilar de; ARAÚJO, Orlando Luiz de. (orgs.). **Ensaios de estudos clássicos**. Campina Grande: EDUFCG, 2006. LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto**: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG, 2006. AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel**: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959). Campina Grande: EDUFCG, 2006. TEATINO, Faustino; BARTOLOMEU. Williams. (orgs.). **História da América**. Campina Grande: EDUFCG, 2007. (Série Textos Didáticos) SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Por um real de amor**: representações da prostituição na MPB. Campina Grande: EDUFCG, 2008. AGUIAR, José Otávio. **Memórias e histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)**. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil. Campina Grande: EDUFCG, 2008.

				AGUIAR, José Otávio. **Histórias do Oriente**. Campina Grande: EDUFCG, 2008. (Série Textos Didáticos) SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Et alii*. **História da Paraíba**. Ensino Médio. 2. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2008. MELO, Josemir Camilo de. **Ferrovias inglesas e a mobilidade social no Nordeste (1850-1900)**. Campina Grande: EDUFCG, 2008. BARBOSA, Erivaldo Moreira; AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira; SOUSA NETO, João Batista de. **História ambiental e direito ambiental**: diálogos possíveis. Campina Grande: EDUFCG, 2009. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; DANTAS, Eugênia Maria; OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; SOUZA ANDRADE, Joel Carlos de. (orgs.). **Cultura e cidades**. Campina Grande: EDUFCG, 2009. FILHO, Severino Cabral. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e história. Campina Grande: EDUFCG, 2009. AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices imaginadas**: memória e envelhecimento no nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945). Campina Grande: EDUFCG, 2010. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; FERNANDES, Paula Rejane. (orgs.) **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFCG, 2010. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; DAMASCENO, Francisco José Gomes. (orgs.). **Cidades (re)inventadas**: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará. Campina Grande: EDUFCG, 2010. BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível**: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império. Campina Grande: EDUFCG, 2011. RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Edson; AGUIAR, José Otávio. **Natureza e cultura nos domínios de Clio**. História, Meio Ambiente e questões étnicas. (orgs.). Campina Grande: EDUFCG, 2012. CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva. **História, memória e comemorações**. Campina Grande: EDUFCG, 2012. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (org.). **História dos municípios paraibanos**. Campina Grande: EDUFCG, 2012. Vol. 1.

3ª Fase (UFCG – Cajazeiras)				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras
Administração colonial no sertão; cidades; cultura e memória regional; cultura popular nordestina; ensino de História; políticas públicas; questão agrária; relações comerciais Brasil-Rio da Prata.	Sertão da Paraíba, exceto o tema de relações comerciais.	Brasil Colonial – séculos XVII-XVIII; Brasil Colonial – século XVIII; Brasil República.	História Cultural e Nova história política.	LÔBO, Isamarc Gonçalves. **O Tempo Presente na Obra de Eric Hobsbawm**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2003. CEBALLOS, Viviane Gomes de. **Memórias, tramas e espaços**: a história de Brasília pela memória dos moradores de Sobradinho. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Campinas, 2014. MELO, Rosilene Alves de. **Imagens condensadas**: arte, memória e imaginação em Juazeiro do Norte. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2013. FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel**: de simbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, 2000.
3ª Fase (UEPB – Campina Grande)				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras

Cidades, memória, imaginário; cidades, gestão, patrimônio e educação patrimonial; cultura; cultura popular; cultura afro-brasileira; economia regional e urbana; educação e ensino de História; cultura política, Estado e poder; gênero e sexualidade, identidade, cultura; gênero e etnia; religião.	Paraíba.	Período republicano.	História social; História cultural; teorias da ciência política; teorias educacionais.	PEREIA, Auricélia Lopes. **Fluxos de Vida/Textos de Rua**: Mendigos nas dobras do Tempo. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2010. SOUZA, Maria Lindaci Gomes de. **Modalidades de uso das iconografias humorísticas no ensino de História**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2004. BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros Campinenses**: Tradição e Diversidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campina Grande, 2011. CIPRIANO, Maria do Socorro. **Histórias de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2010. ARAUJO, Patrícia Cristina de Aragão. **A Cultura dos Cordéis**: Território (s) de tessitura de Saberes. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, João Pessoa, 2007.
3ª Fase (UEPB – Guarabira)				
Temáticas	Recortes espaciais	Recortes temporais	Linhas de abordagem	Principais obras

Arqueologia; cidades; cultura, literatura e mídia; cultura afro-brasileira; ensino de História; gênero, sexualidade, homoerotismo, lesbofobia, afetos e sensibilidades; linguagens historiográficas/cinema; movimentos sociais; relações e educação étnico-raciais; religião; teoria da história e historiografia.	Paraíba e Brasil.	Brasil império; Brasil República e temporalidades de longa duração.	História social; História cultural.	MENESES, Joedna Reis de. **Artífices de Clio**: escritas da História no Programa de Pós-Graduação da UFPE. 1977-2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2005. CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2004. SÍLVIA, Alômia Abrantes da. Paraíba, **Mulher Macho**: tessituras de gênero, (desa)fios da história (Paraíba, século XX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2008. ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva. (orgs.). **População negra na Paraíba**: educação, história e política. Campina Grande: EDUFCG, 2010. 2. V. ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Et alii*. **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. Campina Grande: EDUFCG, 2010.

Entrevistas

Para que pudéssemos pensar sobre a produção historiográfica na Paraíba, desde sua instituição através dos intelectuais do IHGP até a historiografia acadêmica, produzida nas universidades, pensamos que seria interessante entrar em contato com alguns professores para entender o encontro e a transição entre essas duas formas de se pensar o processo histórico paraibano. Dos muitos professores que procuramos, obtivemos a resposta[374] de apenas cinco que, cumpriram de forma muito satisfatória nossas intenções de modo até que não foi possível abordar em sua totalidade a riqueza das informações presentes nas suas respostas.

São profissionais de formação e atuantes na área, tanto como professores e pesquisadores, de diferentes gerações e com interesses próprios no campo da História. Reproduzimos abaixo os textos de apresentação do nosso questionário e ao fim de cada pergunta as respostas de cada um.

Conversa com Historiadores

O título de livro já conhecido no universo dos historiadores brasileiros[375], coincidiu perfeitamente para dar um título à minha ideia inicial. Não pode ser considerado um plágio, até porque achei necessário dar esse nome ao que se segue apenas por uma questão de organização mental dentro da minha pesquisa. Não tenho pretensão de usá-lo. Tal ideia veio para preencher algumas lacunas (espaço-temporais).

Estou construindo um panorama sobre a historiografia paraibana, produzida ou não por historiadores paraibanos, mas que tenha como objeto principal a construção do passado deste espaço. Essa intenção surgiu inicialmente com o meu projeto de doutorado e foi tomando forma durante a pesquisa.

---

[374] As entrevistas foram concedidas entre janeiro e março de 2015 e todas foram concedidas mediante contato eletrônico (e-mail) no qual anexamos o questionário e carta de intenção do discente responsável pela pesquisa, que apresentou como um de seus termos o entendimento de que a autorização das entrevistas por e-mail, bem como o envio das respostas seriam a autorização para a utilização dos depoimentos, em partes ou integralmente, no texto da tese. Por respeito aos entrevistados e pela riqueza das informações, decidimos inseri-los nesta parte do trabalho de forma integral.

[375] MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversa com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Ao apresentar meu tema (sobre a instituição do discurso histórico na Paraíba – falo aqui de forma mais que sucinta, é claro) fui provocado com as seguintes questões: existe uma historiografia paraibana? Existe um fazer historiográfico paraibano hoje?

A partir dessas questões e durante a construção do texto senti a necessidade de algo mais direto, mais dinâmico e pensei no por que de não fazer algumas entrevistas. Mas essa ferramenta também apresenta algumas dificuldades. Como conseguiria entrevistar muitos dos historiadores nos quais pensei? Por não residir mais na Paraíba e também por imaginar as inúmeras dificuldades de tempo e disponibilidades de muitos, abracei a tecnologia e pensei na possibilidade de conseguir os depoimentos através de perguntas enviadas por email.

Desse modo, elaborei algumas questões no intuito de conhecer um pouco mais a trajetória profissional e intelectual de cada um dos senhores.

- **Gostaria de iniciar com algumas informações sobre a trajetória de sua vida. Onde o senhor (a) nasceu? Como e quando se deu o seu interesse pela história? Quais as influências ou estímulos que fizeram com que o senhor (a) buscasse a história como área de conhecimento e de prática profissional?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Nasci na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba no dia 22 de junho de 1966 no Hospital do Batalhão de Engenharia. Minha família morava na Av. Nosso Senhor dos Passos, em Jaguaribe. Minha mãe tinha tido nove filhos em casa e eu fui a única a nascer em hospital porque meu pai trabalhava na Faculdade de Medicina e um médico ofereceu esse serviço a minha mãe, pois ela tinha uma grave deficiência física e, provavelmente por causa deste problema, tinha tido dois abortos e, até então, só havia conseguido criar dois filhos.

Minha família era pobre e meu pai conseguiu bolsa de estudos para os filhos no Instituto Paraibano "Afonso Pereira". Uma escola privada, de bairro (em Jaguaribe). Os livros eram passados de um irmão para outro, mas meu pai só comprava o livro de Português. Meus irmãos só tinham um ano de diferença de idade e, portanto, os livros eram imediatamente reutilizados. Como eu tinha uma diferença de idade muito maior (7 e 8 anos em relação ao meu irmão e a minha irmã), a reutilização do livro era quase impossível.

Mas, minha irmã começou a trabalhar na secretaria da mesma escola que eu estudava e conseguiu, como cortesia da editora, o livro de História de autoria de Armando Souto Maior. Vi, pela primeira vez, as imagens do Paternon e das pirâmides do Egito e, a partir dali, me encantei. Eu fazia a sétima série (atual oitavo ano) e, neste momento que escrevo, veja na minha

memória, até os raios de sol que entravam pelas brechas entre as paredes e as telhas da sala que estudava.

No ano seguinte, para consolidar minha decisão, uma professora de O.S.P.B. fez um seminário e, pela primeira vez, estive na frente de uma sala para falar. Pensei: quero fazer isso durante toda a minha vida. Estou aqui.

A disciplina História (a dos livros, não necessariamente a dos professores) me encantou totalmente e, depois, assisti na televisão a série Cosmos escrita e televisada pelo físico Carl Sagan. Assisti encantada aos episódios e a contextualização histórica que ele fazia de cada descoberta da Física e das Ciências em geral, isso me convenceu, definitivamente, da importância da História.

Josemir Camilo de Melo: Filho de pais emigrados da Paraíba, nasci no Recife, mas passei a infância e adolescência na cidade de Goiana-PE e três anos na cidade de Camocim de São Félix, como seminarista. Voltei a morar no Recife para concluir o 2º grau e fazer universidade. Como havia me submetido a um teste vocacional, ali se apontara que minha tendência era o ensino e a escrita. Daí, em primeira instância eu me inscrever no curso de Letras da UFPE, em 1970. No entanto, minha professora do colegial Clássico, profa, Genny da Costa e Silva, bem como outra professora, Maria de Lourdes Ramos, ambas do Colégio Estadual de Pernambuco (hoje, Ginásio Pernambucano) onde fiz o curso Clássico, achavam que eu devia seguir História, matéria onde tinha sido bom leitor, segundo elas e me ajudaram a me inscrever no curso de História da Católica. Abandonei o curso de Letras porque era diurno e eu precisava de emprego para pagar a Católica, à noite, já que começaram a aparecer aulas na rede estadual, em substituição a professores por motivo de doença e afastamentos outros. Como surgiram pequenos colégios suburbanos. Passei, então, a me dedicar só ao curso de História. Uma vez no curso de História e no clima em que o país tinha sido metido pelos militares e, ao mesmo tempo, frequentando, como ex-seminarista, grupos ligados a Dom Helder, fui tomando consciência política e História passou a me fornecer livros e interpretações. A partir daí comecei uma pálida militância mais católica de esquerda do que mesmo esquerdista, mas comecei a ler Marx e emprestar meus livros para pessoas ou grupos de discussão. Um desses grupos, dedurado por alguém de dentro, foi preso e meu nome foi arrolado. Fui detido pelo DOPS por quase 48 horas, incomunicável e, depois, liberado por não corresponderem as acusações com o meu perfil. A partir daí, posso dizer que virei militante isolado marxista.

Waldeci Ferreira Chagas: Eu Waldeci Ferreira Chagas, nasci no dia 07/09/1963 na cidade de João Pessoa-PB. O meu interesse pela história vem desde criança. Eu não me interessava, ou melhor, não gostava da história ensinada na escola, mas gostava e me interessava pela história que as pessoas contavam principalmente a minha avó e um vizinho, chamado Senhor Moura, dono de uma mercearia que ficava na esquina da rua onde eu morava no Bairro dos Novais em João Pessoa. Minha vó nasceu em 1901 e a partir dos anos 1960 passei a conviver com ela com mais frequência, precisamente a partir de 1968 quando fui morar no Bairro dos Novais, vindo do Bairro de Cruz das Armas onde nasci e morei até os cinco anos de idade. Minha vó narrava histórias da cidade de Areia onde ela nasceu e da cidade de Alagoa Grande onde passou a morar. Nas narrativas que minha vó contava ela fazia referência à vida das pessoas comuns, de como elas viviam, quais eram as dificuldades, pois os camponeses não tinham terra e morava nas terras dos proprietários, geralmente pessoas/famílias ricas e influentes politicamente e comumente elas mantinham várias pessoas como moradores e empregados. Nas histórias contadas minha vó me levava às terras onde morou quando criança e onde passou a morar depois que casou. Chegávamos às terras da família Guerra. A relação com essa família vinha desde a época de sua mãe, minha bisavó e continuou com os filhos de minha vó no caso a minha mãe e minhas tias e tios. Nas narrativas contava que os homens trabalhavam na terra, plantando, colhendo, cultivando-a ao lado das mulheres e dos filhos/as; mulheres e crianças ainda trabalhavam nos serviços domésticos: cozinhavam, lavavam, passavam e cuidavam dos filhos dos donos da terra, ajudavam as patroas a criar e educar as crianças. Ainda disse que chegou a amamentar os filhos de sua patroa, a dona da terra; embora não fosse "ama de leite", visto a escravidão ter acabado em 1888, mas as pessoas embora livres viviam em condições semelhantes as dos escravizados, sobretudo, porque não se ganhava dinheiro pelos dias trabalhados. Apenas o direito de plantar roça e vender o que fosse colhido. As relações de trabalho eram estabelecidas a partir da terra, trabalhava-se na terra do patrão 4 dias e 02 dias era para si, porque ao camponês era concedido um pedaço de terra para plantar, o que fosse colhido em tal pedaço de terra era vendido e assim o camponês adquiria algum recurso para comprar uma roupa a cada ano, e o alimento que não fosse produzido na terra. Quase tudo era produzido na terra. Assim as pessoas viviam/trabalhavam em troca do alimento, elas produziam para o dono da terra e para si. A produção que cabia ao camponês era obtida no pedaço de terra que alugava do patrão, não havia grandes excedentes, apenas o suficiente para subsistência da família. Havia pouco excedente, e quando existia era vendido. Minha vó contava que era comum vender frutas e animais, as chamadas "crias domésticas", como galinhas, porcos e cabras. Ela também falava que ninguém estudava, ela não estudou, o meu avô não estudou e os

filhos que tiveram também não estudaram. Embora tenha tido vontade de estudar, disse que os patrões não permitiam, sob a alegação de que pobre não precisava estudar, mas trabalhar. Assim ela disse que se criou e foi educada, pois aos 8 anos passou a ajudar sua mãe, minha bisa nos trabalhos domésticos, como lavar roupa, louças e mexer a comida na panela. Minha avó era uma menina tão pequena que os patrões fizeram um banquinho para que ela alcançasse mexer as panelas no fogão. Falava dos namoros arranjados pelos patrões, que costumava casar as moças e os rapazes das suas propriedades com quem eles achassem fosse possível, pois não era permitido moças e rapazes ficarem solteiros, todo mundo tinha que casar, pois era um meio de vida, tanto para o homem, quanto para a mulher, que passava a dispor de um homem para sustenta-la o resto da vida e esse uma mulher para tomar-lhe conta, ou seja, lavar, coser, passar, e dar-lhe filhos. No imaginário da minha vó assim era a vida das mulheres. Tentou mudar, mas não teve como, sobretudo, porque não tinha para onde ir. Sem alternativa de vida teve que sujeitar-se ao casamento que seus patrões lhe arranjaram. Não demorou e aos 13 anos casou e teve 13 filhos, dos quais 09 sobreviveram. Saiu de Areia e foi morar em Alagoa Grande. Isso lá por volta de 1915 foi morar nas terras da família Guerra. Também veio sua mãe, minha bisa e os demais irmãos; todos para ser serviçais na fazenda/engenho dessa família. Em Alagoa Grande permaneceu até 1950, quando a matriarca da família Guerra faleceu e a família resolveu morar em João Pessoa. As terras foram vendidas e como minha vó e sua família não eram donos de nada tiveram que acompanhar a família Guerra e continuaram servindo-as na cidade de João Pessoa. Nessa época minha vó ficara viúva e os patrões não quiseram deixa-las em Alagoa Grande sozinha com 09 filhos para criar. A solução foi trazê-la junto com os filhos para a capital e mantê-la agregada a família. À medida que os filhos dos Guerras iam casando, as minhas tias eram entregues a um dos casais para fazer os serviços domésticos, e assim a minha mãe e minhas tias e tios não estudaram; todos permaneceram analfabetos. Minha vó me falava da cidade da Parahyba, das ruas no centro da cidade, pois costumava ir com as patroas as compras. Falava das festas, em especial a Festa de Nossa Senhora das Neves; padroeira da capital. Ela dizia que os pobres não tomavam parte na festa, apenas olhavam, e assistiam a missa, seguia a procissão, mas tudo no seu lugar. Havia ao longo da festa um lugar para os pobres, onde se encontrava de tudo, desde frutas, a comidas e bebidas. Mas era um lugar não recomendado, principalmente para as moças. Mas era nesse espaço da festa que ela ia e levava os seus filhos. Dentre as histórias que minha vó contou, a que achei mais fantástica, foi a do dia da morte de João Pessoa, de quando a notícia chegou a capital, na época cidade da Parahyba. Ela disse que veio a capital comprar um remédio na farmácia, o remédio era para seu marido, meu vô que estava doente. Ela viajou de trem de Alagoa Grande a cidade da Parahyba, capital do estado, e

quando estava na cidade se deparou com o alvoroço da multidão nas ruas; era a notícia de que o presidente João Pessoa, fora assassinado em Recife. Foi uma comoção só, disse minha vó. Ela viu gente correr para todos os lados e pensava se tratasse de uma guerra, mas logo ficou sabendo, mas não pode ficar muito tempo nas ruas da cidade da Parahyba, pois tinha que pegar o trem e voltar para Alagoa Grande levar o vidro de remédio para o marido que agonizava em cima da cama, tivera trombose, hoje AVC. Nas suas narrativas históricas ainda falava da política, de que só os ricos votavam, estudavam e o povo não tinha direito a nada, não tinha casa, não tinha terra, não tinha estudo e vivia alugado aos ricos. Essas histórias apesar de triste me fascinavam, porque me permitiam compreender como era a vida dos brasileiros de outrora. Assim eu cresci com a história do Brasil e da Paraíba ao meu alcance, narrada por minha vó, mais também pelo Senhor Moura, o dono da Mercearia. Ele já era um Senhor de idade, viúvo, mas que namorava com uma também viúva. Ele vivera no Rio de Janeiro nos anos 1930, trabalhara na construção civil durante muito tempo como ajudante de pedreiro. Dissera que viajou ao Rio de Janeiro em caminhão "pau de arara", a viagem durou mais de uma semana. Disse que carregou muita tina de cimento na cabeça, subindo e descendo escada para construir prédios. Dormia na própria obra, e guardava o dinheiro para dar uma vida melhor aos filhos e a mulher que ficara na Paraíba. Nas suas narrativas dizia que a vida não era fácil, muito trabalho, a vida era igual a de um escravizado, sem diversão, sem estudo e pouca amizade, pois não conhecia a cidade e trabalhava de sol a sol, uma vez que as obras tinham prazo de entrega. Senhor Moura disse que tinha carteira assinada e não se cansava de nos mostrar o registro com o nome da empresa e o valor do salário mínimo que recebia. Segundo ele mal dava para se manter, mesmo assim ainda guardava uma parte e mandava uns "tostões" para a família na Parahyba. Das histórias que Seu Moura contava a que mais me chamava atenção eram as relacionadas a Getúlio Vargas. Não se cansava de elogiá-lo, pois o presidente Getúlio, como o chamava criara o salário mínimo, a carteira assinada e determinara a jornada de trabalho, pois antes de Getúlio se trabalhava muito. O trabalhador passara a ter hora pra começar e terminar suas funções. Essas histórias assim como as que minha vó me contava me fascinavam e todas as noites eu ia para a frente da Mercearia do Seu Moura escutar ele falar sobre a cidade do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, os operários da construção civil no Rio de Janeiro, a sua vida de trabalhador. As greves que fizeram, assim lá por volta de 1972/1974 pela primeira vez ouvi a palavra greve. Eu gostava dessas histórias. Mas essas histórias não eram contadas nas escolas, e por um longo período não foram. Eu não gostava da história ensinada nas escolas, mas da história que o povo contava na rua. A minha vó, os vizinhos em especial Senhor Moura. De certo modo posso dizer que a partir do contato com essas pessoas, o historiador foi brotando

em mim, ou estava em mim e eu não sabia, eu só sei que gostava de ouvir, sobretudo, porque eram histórias reais das quais minha vó e Seu Moura eram personagens. Essas histórias ocorreram antes de eu nascer, e eu me interessava em saber como era o mundo antes de eu nascer. Na escola tentava relacionar ou encontrar alguma relação entre as histórias que minha vó e Seu Moura me contavam com o que era ensinado em sala de aula, mas não encontrava. Preferia ouvir as histórias que me contavam e aos poucos fui percebendo que eram reais e verdadeiras. Todavia, o meu interesse pela história enquanto profissão se deu quando ingressei na universidade em 1987. Em 1987 com 24 anos ingressei na UFPB em João Pessoa no curso de Pedagogia, cursei até 1989, depois de cursar a disciplina História da Educação I, II, III e IV passei a relacionar as histórias que minha vó e Seu Moura me contara com o que passara a estudar na universidade. A cada aula e a cada dia gostava, pois me encontrava nas temáticas estudadas em sala de aula, sobretudo, no que diz respeito a educação dos trabalhadores. Tudo me era tão próximo e real, igual ao que minha vó e Seu Moura me contaram. Nesse momento percebi que meu lugar era na História. No final dessa disciplina estava fascinado e interessado pela história, daí resolvi transferir para o Curso de História. Embora tenha se transferido para o curso de História o meu propósito não era ser Professor de História. Na época 1989, eu tinha 26 anos de idade e trabalhava há 07 anos na Vila Romana, indústria de confecção, e militava no movimento operário, precisamente na Pastoral Operária. Juntamente com outros colegas mantínhamos um grupo da pastoral operária dentro da fábrica. Nos reuníamos na hora do almoço e conversávamos sobre direitos dos trabalhadores, salários, condições de vida, estudo, cultura etc; conversávamos sobre vários temas, a dinâmica das conversas ficava a critério do grupo, só sei que até de futebol também conversávamos, embora não entendesse nada e não gostasse, mas como o propósito era chegar e se manter junto aos operários valia qualquer esforço. Em meio a esse fazer político senti a necessidade de conhecer a história dos trabalhadores brasileiros, por isso resolvi transferir de curso. Como já estava na UFPB decidi transferir para o curso de História, e estudar a história dos trabalhadores brasileiros, pois eu achava que conhecendo tais histórias eu poderia melhor atuar junto aos operários com quem trabalhava e chegar ao nosso propósito que era a direção do sindicato, visto que o sindicato que nos representava era muito pelego, nada fazia em defesa dos trabalhadores da indústria de vestuário. Eu havia entrado na fábrica em 1982, foi quando passei a contactar e conviver com o pessoal da Pastoral Operária, padres, freiras e leigos (sindicalistas e o pessoal do PT). Eles nos davam formação política. Tinha também o pessoal do PC do B, que vez por outra eu ia às reuniões que ocorriam no Teatro da JUTECA em Cruz das Armas. A essas reuniões fui poucas vezes, ia mais quando discutia temas que me interessava como dívida externa, capitalismo,

imperialismo e etc. Eram temas fascinantes que nos abria os olhos para outro mundo. Eu gostava, e estava decidido que seria sindicalista. Minha inspiração era o Lula, seu fazer, sua prática, sua história de vida nos estimulava a lutar e fazer o Brasil melhor, a partir do lugar onde nós estávamos trabalhando e morando. Foi assim que aprendi com os padres, as freiras e uns sindicalistas. Eu estava envolvido e em contato com o fazer história, e muito pouco com o estudo da história. A partir de 1989 passei a estudar, gostei e me interessava a cada momento. Na verdade, eu costumo dizer que não escolhi ser professor de História, mas foi à história que me escolheu, sobretudo, porque tive bons contadores de história, a minha avó, dona Maria José dos Santos e o Senhor Moura. Depois os bons professores na UFPB, primeiramente a Professora Inês Navarro e o Professor Ilson, no curso de Pedagogia e depois uns tantos outros/as no Curso de História, tais como a Professora Joana Neves, Silvio Frank Allen Rosa Maria Godoy, José Otávio, Regina Célia Gonçalves, Ernesto Pimentel, Ricardo Oriá, Laura Baracuhy. Esses professores/as foram importantes para que desse prosseguimento ao meu desejo de aprender a história que outrora me contaram. Sai da condição de ouvinte da história, e passei a ser um construtor do conhecimento histórico, visto que a história eu comecei a fazer a partir do momento que passei a gostar de ouvir o que minha avó e Seu Moura me contavam. Ali eu estava lidando com a história oral e não sabia, só vim tomar conhecimento dessa metodologia de fazer história depois que ingressei na universidade. Quando dei por mim, o sindicalista que eu desejava ser se foi sem que eu percebesse e começou a ganhar corpo e alma o Professor de História. Em 1991quando ainda era operário na indústria de confecção Vila Romana, resolvi pedir demissão e passei a lecionar história numa escola particular na periferia de João Pessoa, no Bairro Valentina Figueiredo. Nesse ano decidi ser Professor de História e essa era uma decisão sem volta, mas para isso tive que sair da fábrica, deixei os camaradas de reuniões e conversas políticas, o grupo que almejávamos a direção do sindicato. Eu me vim tão tomado pela história que não tomei a decisão, mas foi a história que decidiu por mim. Como a indústria não demitia, eu resolvi pedir demissão e correr atrás do meu projeto de vida: ser Professor de História. No entanto, os amigos/camaradas continuaram, uns foram demitidos na tentativa de tomar a direção sindical, outros continuaram na fábrica, mas atentos as questões políticas da fábrica e do país. Depois nos encontramos, eles em outras fábricas, mas atentos e ativos politicamente e eu Professor de História. Mas sem a ação de outrora, a sala de aula me bastava e considerava suficiente para formar, conscientizar. Senti-me realizado, sobretudo, porque passei a ser professor dos filhos/as de alguns colegas com quem trabalhei na Vila Romana. Passei a ver a escola como um campo de possibilidade onde eu poderia ajudar as pessoas a pensar e ampliar as minhas ideias os meus pensamentos. Na época que trabalhava na fábrica eu

na condição de Almoxarife ganhava três (3) salários mínimos, fui trabalhar na escola particular e passei a ganhar a metade de um salário mínimo, o correspondente a setenta e dois mil cruzeiros. No mesmo ano passei a trabalhar na escola pública estadual, no Lyceu Paraibano, onde fui fazer a prática de ensino em História e passei a ganhar um pouco mais que um salário mínimo. Cheguei para fazer a Prática de Ensino no Lyceu e o diretor perguntou se eu queria pegar umas turmas do 1º ano cientifico, pois estava faltando Professor de História, seria com um contrato de prestação de serviço por um ano. Eu fui consultar a Professora de Prática de Ensino acerca do convite/proposta que o diretor me fizera. A professora me perguntou se eu dispunha de tempo, uma vez que condições/capacidade pedagógica e acadêmica eu tinha. Diante da fala da professora me senti estimulado e no dia seguinte fui ao Lyceu Paraibano dizer ao diretor que aceitaria a proposta. Assim fui professor no Lyceu ao longo do ano 1991 e na escola particular permaneci até final de 1993, quando pedi demissão e fui morar em Recife, pois no final de 1993 fui aprovado no Mestrado em História na UFPE e comecei a estudar em 1994, tendo concluído o Mestrado em 1996. Tanto na escola particular, quanto na escola pública lecionei História, OSPB e Educação Moral e Cívica até 1993. Conclui o Mestrado em outubro de 1996, mas em fevereiro desse ano comecei a ensinar História do Brasil no curso de História do UNIPE, uma faculdade particular. Fui professor nessa instituição até 2000, quando pedi demissão e retornei a Recife, pois fora aprovado no Doutorado em História da UFPE. Pedi demissão do UNIPE porque em 1999 fui aprovado no concurso para Professor Substituto na UEPB, Campus Guarabira. Fiquei nessa condição até 2003, quando houve concurso público para Professor de História do Brasil, fiz fui aprovado, e em 2004 conclui o Doutorado na UFPE. Assim sou Professor na UEPB desde 1999, ou seja, há 16 anos, pois depois que me efetivei incorporei os tempos de Professor Substituto. Na verdade, o meu desejo/sonho/propósito político foi o que me encaminhou para a História como Profissão. Eu queria apenas conhecer a história do Brasil, e continuar trabalhando na fábrica, e continuar conversando com os colegas operários sobre as questões que nos diziam respeito, como melhor salário, folga fim das horas extras, visto que a jornada de trabalho já era de 48 horas por semana, depois baixou para 44 horas. Assim como futebol, casamento, filhos, amores, desamores, traição, sexo e política. Eu só queria ser um operário politizado. Mesmo tendo me afastado da fábrica e dos operários eles não se afastaram de mim, visto na dissertação do mestrado trabalhei sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos na cidade da Parahyba dos anos 1930. Certamente as histórias que minha vó e Seu Mora me contaram sobre as cidades da Parahyba e do Rio de Janeiro dos anos 1930, e os fatos que nelas se desenrolaram, se não me inspiraram permaneceram guardadas na minha memória até o dia em que as redescobri nos arquivos históricos e escrevi a tese de Doutorado.

De certo, o que sou e o que faço enquanto Profissional de História está relacionado com o que fui e o que sou. Se não tão diretamente, mas é o que me inspira profissionalmente. Eu gosto de contar/ensinar e de ouvir histórias.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Nasci em Fortaleza-CE em 1964. O gosto pela história factual do 2º grau, atual ensino médio, me levou a fazer vestibular para História. Jamais imaginei ser professor de História. Queria ser psicólogo, mas os caminhos foram levando para esta área.

- **Em qual universidade o senhor (a) concluiu o curso de história e como era o cenário da pesquisa histórica no período?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Comecei o Curso de História em1983 e conclui no final do primeiro semestre de 1988. Eu fui mãe em 1985, tive que trabalhar e atrasei o meu curso. Este empecilho terminou causando uma experiência muito positiva, pois vivi o Curso no final da ditadura militar e a vivência de uma abertura sem precedentes na universidade, em todos os sentidos, mas principalmente no que nos interessa aqui, de entrada de obras traduzidas. Não teria vivenciado como aluna se tivesse concluído o curso ao final de três anos e meio como era previsto. A mudança no Curso foi a olhos vistos, pois começaram os projetos financiados, bolsas de iniciação científica, monitoria e um investimento muito grande dos professores em se integrarem no que estava acontecendo nas universidades brasileiras.
A pesquisa no Curso de História, pelo menos é como eu via e minha memória se lembra, era algo que alguns professores faziam – sobretudo para suas dissertações de mestrado e teses de doutorado -, mas o que importava mesmo para eles, era a sala de aula.

Josemir Camilo de Melo: A Católica, (UNICAP) estava, na época em que fiz o curso (1970-74), sob intervenção militar que afastara o reitor (sempre um jesuíta) e pusera um professor de História, ex-militante integralista, Prof. Potiguar Matos, meu professor em sala de aulas (e posterior membro de avaliação de minha dissertação no mestrado da UFPE (para o qual não tinha doutorado e, talvez, uma livre-docência) e onde me acusaria de marxista.
A maioria do professorado de História da Católica tinha vindo do Direito, com dois ou três que tinham um viés marxista, que tinha de trabalhar veladamente e éramos obrigados a pagar uma disciplina religiosa, na qual fiz um trabalho sobre o Padre Joseph Comblin, o que me valeu uma crítica velada do padre professor e uma nota média. À época, a grade curricular apresentava

uma disciplina (que, posteriormente, vim a encaixá-la na École des Annales) a Geo-História, mas quem a lecionava era um médico, cujo talento em decorar todos os versos de Os Lusíadas era seu grande trunfo).

A Católica não era lugar de pesquisa, o curso era noturno e se destinava à licenciatura. Quanto à pesquisa no Recife, predominava o historicismo de um José Antônio Gonçalves de Mello Neto (que seria meu professor no mestrado, também sem doutorado e que, embora médico de formação, devia ter alguma livre-docência, especialista sobre o período Holandês e primo de Gilberto Freyre. O sociólogo marcou uma linha divisória em que, para os historiadores, predominava uma História Social empírica. Os centros das pesquisas históricas eram três: a UFPE, onde predominavam os estudos coloniais, sob a batuta do prof. José Antônio Gonçalves de Mello Neto (onde parecia ter certa influência o sociólogo Gilberto Freyre, principalmente para indicação de reitores); o Arquivo Público de Pernambuco, ora predominando um diretor vindo do Positivismo dos Institutos Históricos, ora, um intelectual do porte de Mauro Mota (autor da sociologia do cajueiro) de tendência freyreana; e o próprio *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP), onde também predominavam José Antônio Gonçalves de Mello Neto (com sua História do Espírito, como nos falava em sala de aula) e demais positivistas do Estado.

Waldeci Ferreira Chagas: Conclui o Curso de História na UFPB, Campus de João Pessoa no ano de 1992. A pesquisa era uma prática presente no curso, mas algo restrito a alguns professores e estudantes, sobretudo do curso diurno. Sei que professores/as faziam pesquisas, escreviam, e publicavam os resultados. Mas não havia política de incentivo a pesquisa, visto que professores/as e estudantes realizavam pesquisas sem bolsas, e incentivos. Faziam porque eles/as acreditavam e nos diziam que não se concebia a formação do professor de História sem a pesquisa. Logo, em várias disciplinas realizávamos pesquisas para fazer trabalho das disciplinas e recorríamos às pesquisas documentais e bibliográficas. Lembro-me que na disciplina Estudos da História, a professora nos pediu que escolhêssemos um tema, e pesquisássemos, ou melhor, que acompanhássemos durante o semestre o tratamento que dois jornais em circulação na cidade dariam a tal temática. Um mês antes de concluir o semestre analisávamos as manchetes/notícias e escrevíamos um texto/artigo e entregávamos a Professora. Outro exercício de pesquisa era ao estudar um fato no cenário nacional verificar como tal fato se manifestou na Paraíba. Então recorríamos aos arquivos e consultávamos e analisávamos os documentos da época. A pesquisa estava presente como prática inerente ao fazer pedagógico/acadêmico das disciplinas. De 1990 para 1992, as vésperas de concluir o curso

ouvi falar de PIBIC e vários colegas de curso participavam dos projetos junto com os professores. Durante a graduação não participei de nenhum grupo de pesquisa, apesar de ter sido convidado por alguns professores. Não fui porque estudava a noite, trabalhava oito horas diárias e não tinha tempo para realizar pesquisas nos moldes exigidos pelos projetos do PIBIC. Então meu tempo era limitado ao noturno e fazia as atividades de pesquisa nesse horário, apenas para cumprir as exigências das disciplinas. Mas aprendi muita coisa, sobretudo, metodologia da pesquisa. A estratégia que sempre utilizei para pesquisar foi assistir aulas durante três dias, e dois era reservado aos estudos e pesquisa. Eu ia a universidade, mas não para assistir aula, mas para estudar, pesquisar sobre o que professores/as pediam nas três disciplinas que cursavam. Durante dois dias na semana eu ia a Biblioteca estudar, pesquisar, escrever; ou seja, exercitar a escrita da história. Isso porque havia uma demanda das disciplinas cursadas.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Cursei licenciatura em História na Universidade Estadual do Ceará entre 1983 e 1987. Na UECE, à época predominavam as explicações positivistas da História, factuais e somente do meio para o final do curso tivemos contato com UM professor materialista histórico que nos despertou para outras leituras possíveis. O cenário de pesquisa era inexistente. Não se estimulava os alunos a pesquisarem nada e nem mesmo a criticar os livros lidos. Seríamos apenas professores repetidores de conteúdos.

- **No cenário atual encontramos dificuldades em estabelecer um campo historiográfico predominante. Com o crescimento do número de pesquisas e as influências externas a fragmentação é inevitável, transformando a história num conhecimento tão diverso quanto aquilo que é o seu próprio objeto, o passado. Mas é possível estabelecer qual era o campo historiográfico mais influente no início de sua prática profissional como historiador (a)? Ele foi fundamental para suas pesquisas?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: O que era mais estudado eram os movimentos sociais (operário, partidário, camponês, minorias) e a inserção de sujeitos coletivos como associações de classe, entre outros. Os estudos sobre a cidade, urbanização, também eram presentes. Além disso, a renovação da história política. Revisitar temas como governos, oligarquias, mas buscando compreender estes objetos de forma mais ampla, era também uma tendência.
Para minha pesquisa foi fundamental a orientação segura e indutiva de dois professores: Joana Neves e Silvio Frank Alem.

Josemir Camilo de Melo: Como ficou demonstrado acima, o universo digamos oficial era aquele, do historicismo e do positivismo. No entanto, começavam a despontar pesquisas baseadas no marxismo e na Escola dos Anais, que eu tomaria como exemplo, minha própria pesquisa para o mestrado da UFPE. Mesmo neste mestrado havia umas três ou quatro professore/a/s marxistas, mas com produção discreta sob o ponto de vista ideológico. A História Econômica ainda não tinha tanta vez neste mestrado, se alojando mais nos mestrados de Economia e Geografia, mas na companhia de um Manoel Correia de Andrade (coordenador da pós-graduação em Geografia, do que na de um Armando Souto Maior, coordenador da de História). É significativo citar estes dois grupos, porque a coisa se passava também pelo nível político, alojando-se a maioria dos esquerdistas em torno de Manoel Correia, com quem estava o historiador cassado, Amaro Quintas, e três ou quatro em torno de Armando Souto Maior, significando, às vezes, dificuldades na pesquisa, como a formação de bancas ou de orientações e até mesmo de entrada no mestrado, a ponto de uma dissertação de História Econômica, como a do prof. Waldomiro Cavalcanti, ter sido defendida em Geografia, porque alegava este, não ter possibilidades, devido à rivalidades ideológicas com o coordenador de História, de ser aceito naquele mestrado.

Waldeci Ferreira Chagas: Em todas as disciplinas professores/as trabalhavam os macros processos, a história de longa duração, embora não perdessem de vista os micros processos, pois estavam sempre chamando a nossa atenção para os casos, a realidade local, no sentido de que ficássemos atentos para vermos como tal fato/temática se desenrolara na Paraíba. De 1989 quando ingressei no curso até 1992 quando conclui estudei a partir dos vários campos historiográficos, mas era dominante o marxismo/materialismo histórico. Todavia ocorria de professores/as que tratassem a história a partir dessa perspectiva, não deixavam de discutir os micro processos, a exemplo da história das mulheres, da escravidão, dos trabalhadores e etc. Percebíamos que os professores/as eram marxistas, porque os outros campos historiográficos embora fossem estudados não era aprofundado tanto, quanto o materialismo histórico/marxismo. Eu achava interessante, porque nos eram possibilitados conhecer. A partir de então cada estudante se aprofundava no que escolhesse. A perspectiva era a de que dentro do macro escolhêssemos/delimitássemos o micro, ou seja, algumas temáticas especificas, sem, no entanto, perder de vista a relação com o macro processo. Essa questão/orientação eu achava interessante porque evitava que caíssemos na fragmentação pela fragmentação, no local pelo local. Era uma orientação no sentido de que percebêssemos que um fato não ocorre na mesma

hora com a mesma dimensão e intensidade em todos os espaços. Isso nos possibilitava compreender o que é história, e como se escreve a história. Havia uma tendência entre os professores/as pelo marxismo, o que fazia com que alguns estudantes também seguissem essa orientação, mas havia outras orientações, o que fazia com que as divergências, conflitos em sala de aula fossem constantes, mas salutar. Cada qual que defendessem o seu modo de compreender a história, o que não queria dizer fechar os olhos para outras perspectivas historiográficas. Alguns fechavam, como se a história fosse um objeto imóvel, manipulável que o historiador pode guardar numa caixa hermeticamente fechada e a qualquer momento abrir e observar como está.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: O campo predominante ainda na década de 1990, quando comecei a lecionar na Universidade Federal de Roraima (1991-1992) e na UFPB (1992) ainda era o materialismo histórico, com sua versão militante, o marxismo, empurrado goela abaixo, dos alunos e dos aprendizes de professores. Embora em alguns cursos como o da UFC já se flertasse com Thompson, Darnton, Certeau e Foucault, estas eram "novidades" que ainda não chegavam à Paraíba. Somente com a saída dos professores do Campus I (UFPB) e Campus II (UFCG) para fazer pós-graduação em SP (PUC, USP e UNICAMP) e, posteriormente, na UFPE é que este cenário de concepções teóricas e temas mais voltados para a cultura vai se modificar, ampliando as possibilidades de debates e pesquisas.

- **Por que a história da Paraíba surgiu como um dos principais temas de suas pesquisas históricas? Acredito que residir na Paraíba também foi fundamental para isso, não é mesmo?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Como eu disse antes, eu estava no Curso quando foi realizada – após muitos anos – o primeiro concurso para monitor de História da Paraíba. O ministrante da disciplina era o Prof. José Octávio de Arruda Mello. Ele referenciava muito o Prof. José Honório Rodrigues, falava em uma história "cruenta", sobre a inserção de novos sujeitos na escrita da História. Contudo, seus posicionamentos no Departamento eram sempre ao lado das propostas mais conservadoras. Isso me desagradava muito, mas de qualquer forma fiz a seleção para monitoria. Como sua monitora, me incomodava sobejamente, a restrição do processo histórico paraibano a, apenas, algumas datas/fatos/personagens. Ficavam vazios que eu não sabia explicar.

Como, diferentemente da História do Brasil, não havia uma "síntese" da História da Paraíba (a não ser que eu recorresse aos livros de memorialistas - que nunca são sínteses), eu me sentia profundamente insatisfeita. Eu não sabia me contrapor a visão (que eu considerava tradicional do professor), mas também não tinha subsídios de uma história que organizasse uma nova visão da história da Paraíba.

A Profa. Joana Neves havia começado sua tese de doutorado (chegou até ao exame de qualificação), sob orientação da Profa. Maria de Lourdes Janotti, na USP sobre os escritos sobre História em jornais, na passagem da Monarquia para a República na Paraíba. Por motivos pessoais, ela não concluiu esse trabalho. Da sua orientação veio a ideia de estudar o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Da parte do Prof. Silvio Frank Alem veio a determinação: "você vai estudar o IHGP".

Portanto, foi a junção dos meus incômodos em relação a história produzida pelo Prof. José Octávio de Arruda Mello; da orientação intelectual da Profa. Joana Neves e da determinação política do Prof. Silvio Frank Alem. Aos dois últimos devo muito mais que isso. Devo minha formação. Não seria a Professora Margarida Dias que sou, sem eles.

Josemir Camilo de Melo: Na verdade, não trabalho tão só com a História da Paraíba. Comecei com História Econômica e Social, na linha (sem orientação acadêmica) da Escola dos Anais, como metodologia e, no marxismo, como ideologia para refutar Peter Eisenberg, fazendo a ponte dialética entre o particular e o geral. No doutorado, ampliei a metodologia e refreei um tanto quanto a ideologia, por ter sido orientado dentro empirismo britânico, quando do meu primeiro doutorado, na London School of Economics (por motivos pessoais e outros superiores – fechamento da CAPES, pelo presidente Collor de Melo, voltei ao Brasil só com o 'qualify' e não pude mais retornar para a defesa, lá). Reiniciei outro doutoramento, de volta à UFPE, onde defendi a tese "Um trem inglês nos canaviais do Nordeste" – 2000) mantendo o recorte '*annaliste*' regional e 'total' e algumas conceituações marxistas. No entanto, foi minha vivência material (isto inclui, primeiramente, o emprego na UFPB – Campina Grande, a partir de 1979) que me levou sistematicamente a pesquisar a História da Paraíba, seja como resultado e motivação didático-pedagógicos, como para enquadrá-la (ou não) no quadro da modernização capitalista. Nesta perspectiva, estou terminando um livro sobre a ferrovia inglesa na Paraíba The Conde D´Eu Railway (1880-1900).

Quanto à minha vivência, nesses 35 anos (meu retorno à terra dos meus pais) na Paraíba, serviu também para decolar e deslocar o olhar de uma certa 'pernambucanidade' (algo paulistano/uspiano?) e, ao mesmo tempo, refutar uma 'paraibanidade', mesmo que esta tenha

surgido como reação historiográfica àquela a partir da fundação do seu Instituto Histórico, em 1905.

Waldeci Ferreira Chagas: Desde que comecei a estudar história eu sempre procurava trazer os grandes temas para perto de minha realidade. Assim quando estava discutindo a história do Brasil percebi que a história desse país é escrita a partir de alguns espaços que se estabeleceram como dominantes e majoritários. Eu ficava a me perguntar se na Paraíba tal questão também se desenrolou. Como foi? Que sujeitos estiveram envolvidos? Então o Brasil que estudávamos era sempre o Brasil a partir do olhar do Rio de Janeiro, São Paulo, um pouco Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, e basta. Os demais espaços não são sequer mencionados, é como se não existissem. E nos contentaríamos com História da Paraíba I, e II. Logo, foram essas ausências da Paraíba no cenário nacional que me estimularam a pesquisar sobre a Paraíba. O fato de ser da Paraíba ajudou, visto que as fontes estão próximas e são acessíveis. Ao longo do curso fui percebendo que cada historiador/a autor/a escreve a partir ou sobre o seu lugar de morar. Eu acho isso importante porque cada qual passa a escrever a história de seu lugar. Considero que essa é uma história do BRASIL, visto dar conta de um espaço pouco mencionado na historiografia nacional, a Paraíba.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Tendo vindo morar em CG no ano de 1992, após ter sido reprovado em Concurso na UFPB em 1991, a história da PB surgiu para mim como história local, setorizada na história dos Bairros de CG. Uma pesquisa encabeçada pela professora Maria da Guia dos Santos Gareis e continuada pelo professor Fabio Gutemberg R.B.de Sousa, sobre o surgimento, crescimento das favelas de Campina Grande, me levaram a conhecer melhor a cidade e, depois, o Estado. Pois de início não tinha nenhuma informação sobre a riqueza histórica e historiográfica do Estado. Passada esta primeira fase de pesquisador associado, fiz minha própria pesquisa sobre divertimentos e lazeres em CG, entre os anos de 1996 e 1999 e o doutorado na UFPE entre 1998 e 2001, tendo como fruto a dissertação, nunca publicada, LAZERES PERMITIDOS, PRAZERES PROIBIDOS: Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). O que me deu muito prazer e depois a constatação que nunca ninguém havia escrito sobre isto, o que torna meu trabalho inédito, e, pelo que soube, incentivador de vários outros jovens historiadores. Hoje, passados mais de 10 anos da defesa, o trabalho já caducou em alguns pontos, mas acredito que tenha sido uma contribuição à história da cidade que tão bem me acolheu.

- **Antes da criação do primeiro curso universitário de história na Paraíba, a produção desse conhecimento se deu fora do mundo universitário – visto que os primeiros cursos surgiriam a partir da década de 1930 no Brasil e na Paraíba desde a década de 1950 – e por intelectuais que não tinham uma formação específica na área. Situação comum em todo o país, onde os Institutos históricos foram durante anos o lugar privilegiado da construção e divulgação do discurso histórico. Ao chegar à universidade, agora como professor, imagino que o senhor (a) tenha se deparado com um universo onde a influência desses autores era muito forte no que diz respeito à compreensão do passado da Paraíba. Qual a importância dessa produção para as suas pesquisas e quais as lacunas ou omissões observadas pelo senhor (a) nessa história, digamos, tradicional?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Quando fui professora de História da Paraíba nos anos de 1996/1997 e, depois, nos anos dois mil, a meu ver, este campo já estava totalmente renovado. Nos anos 90 ainda havia uma presença dos escritos de José Octávio, mas já muito menos significativo. Eu consegui dar todas as aulas das disciplinas História da Paraíba I e II sem trabalhar a historiografia tradicional, a não ser quando precisava mostrar aos alunos as diferenças de tratamentos de datas/fatos/personagens entre esta e uma historiografia renovada. Portanto, quando voltei como professora eu já havia resolvido meus problemas com a historiografia tradicional. Usei trabalhos de ex-professores (Laura Helena Baracuhy, Irene Fernandes), de colegas (Lúcia Guerra, Eliete Gurjão, Monique Cittadino), de ex-alunos (Alômia Abrantes) e de todos que da minha geração em diante tinham se dedicado a rever a História da Paraíba.

Josemir Camilo de Melo: Como fui contratado para o Campus de Campina Grande, da UFPB, em 1979, e tive também a sorte de ser convidado a fundar o Curso de História, numa situação delicada, não só por se tratar da ditadura que tinha reduzido os cursos de História a uma licenciatura curta (eu mesmo cheguei a ensinar e ser o chefe de um departamento destes na Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, da então FESP - hoje UP), mas também porque já existia um curso de História, licenciatura, numa Fundação, a Universidade Regional do Nordeste, de ensino privado. Colegas desta instituição alegavam que o curso federal gratuito fecharia o da URNE e, então, optamos por um curso de bacharelado em História. Naquele tempo havia a figura de professor colaborador (que eu mesmo era) e abrimos uma seleção de currículos, vindo, assim, alguns pernambucanos, de vertente marxista e até

mesmo alguns colegas da URNE, duas professoras, entre estes, que haviam feito mestrado na UFPE. Portanto, este curso de bacharelado começou novo e diferente do homônimo da UFPB-campus I, onde os atritos ideológicos, quando da contratação de professores do sul e marxistas, foram mais evidentes. O quadro deste curso era eclético, com positivistas, historicistas, uma história social mais crítica e professores marxistas militantes e sindicalistas. Ao mesmo tempo, professores de História que vieram da URNE para o Campus II, puderam fazer sua pós-graduação nos novos programas de mestrado em Sociologia Rural e Economia Rural, do próprio Campus, portanto, saindo-se, assim, do ciclo positivista-historicista, principalmente devido aos novos objetos da História.

Waldeci Ferreira Chagas: produção historiográfica do Instituto histórico foi e continua sendo importante porque ela nos possibilita perceber o caráter e a abordagem da história escrita pelos historiadores que compunham e compõem essa instituição. Assim como a produção de uma época. Geralmente a produção do instituto histórico é voltada para a história das elites, cuja ênfase é: os aspectos políticos e econômicos, sobretudo, na perspectiva de discutir o racismo, a condição das mulheres, a cultura e as formas/expressões de Lazer. Eles ainda se preocupam com os grandes homens, ou o que denominam de personalidades importantes da história da Paraíba, cuja ação merece ser escrita e deixada como memória para as gerações seguintes. Considero esse exercício de escrever a história relevante porque nos possibilita elaborarmos a crítica e reescrevermos a história, ou seja, escrevê-la a partir de outra perspectiva e abordagem. Essa história também é importante porque nos possibilita compreendermos o contexto, o macroprocesso e a partir dele é possível perceber as lacunas e preenchê-las com a pesquisa de novas temáticas. Na produção do instituto histórico há varias lacunas, a exemplo da história das mulheres, a história das pessoas negras, história cultural e social. No geral prevalecem à história política, sobretudo, os feitos dos grandes homens e a história econômica, cuja perspectiva é reforçar e reproduzir a ideia de subdesenvolvimento da Paraíba em relação aos estados vizinhos, de Pernambuco e rio Grande do Norte. Os historiadores do instituto histórico não se preocupam cm a história das pessoas comuns, tão pouco com a narração de fatos/eventos da vida cotidiana. A preocupação dos professionais dessa instituição ainda é legitimar a história como espaço das pessoas importantes e que são elas construtores da história, enquanto ação e conhecimento cientifico. A produção do instituto histórico foi importante nas pesquisas que desenvolvi porque elas me possibilitam montar um quadro das temáticas discutidas pelos historiadores dessa instituição, perceber as lacunas e a partir de então buscar dar conta desenvolvendo pesquisas sobre as velhas/novas percepções e compreensões da história. Há lacunas a serem preenchidas,

a exemplo da história das mulheres, história das práticas de resistência desenvolvidas pelos escravizados, o cotidiano de trabalhadores, a condição de vida das mulheres e suas práticas de resistência às formas de marginalização e opressão.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Realmente. A influência dos grandes nomes da historiografia paraibana (José Otávio de Arruda Mello – para mim, professor e pesquisador que merece todo o respeito); Elpídio de Almeida; José Américo de Almeida; as professoras da antiga UFPB – Martha Santana; Martha Lúcia Ribeiro; Josefa Gomes (D.Zefinha) Laura Helena Barachuy Amorim; Irene Rodrigues da Silva Fernandes; e mesmo a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, foram de fundamental importância para minha compreensão da história da PB. Horácio de Almeida, Epaminôndas Câmara, Cristino Pimentel (cronista campinense) só conheci durante a pesquisa de doutorado, mas acabou por suas sínteses marcadas pelo positivismo e, depois pelo materialismo histórico, configurando o quadro de contextualização da História do Estado da Paraíba, para quem não o conhece. Sinto que é necessário passar por todos estes historiadores, com seus méritos e lacunas, para compreender e avançar na historiografia.

- **Com relação à experiência docente, existiu algum conflito de geração e consequentemente de correntes interpretativas da história da Paraíba?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: O conflito não se dava por conta da geração. Nós, alunos progressistas, nos dávamos muito bem com um grupo de professores que também tinham uma visão progressista da escrita da História e da sociedade. A divisão era entre conservadores e progressistas. Eu nem digo em direita e esquerda porque, efetivamente, não era isso. Dentro de cada um dos grupos havia pessoas de posicionamentos variados. O que eu achava importante e acho até hoje era a coerência das pessoas. Em geral, ser progressista significava uma visão renovada da escrita da história, o esforço pela implementação de boas disciplinas – com bibliografia nova, metodologia variada – posicionamentos progressistas em relação a valores, comportamentos sociais. Isso, para mim, foi o mais importante. Ensinou-me que a coerência é algo a perseguir sempre, que não é fácil, mas que não se concebe um historiador “moderno” ser um professor tradicional ou alguém que prega a renovação da escrita da história ser preconceituoso.

Josemir Camilo de Melo: Isto ocorreu mais claramente no Campus I, em João Pessoa, que pode muito bem sr apreciado na denúncia da profa. Rosa Godoy, em seu livro O Regionalismo Nordestino. Mesmo dentro da UFPB (Campus I) um bloco se manteve na linha historicista, liderado pelo prof. José Octávio de Mello Arruda que arregimentava toda a produção historiográfica tradicional em torno do 4º centenário da Paraíba, no livro Capítulos da História da Paraíba, com seus mais de cem artigos, onde apareciam apenas cinco ou seis autores que faziam, ou tinham recentemente feito, a pós-graduação em História e que pertenciam ao curso de História de João Pessoa. O campus II não foi convidado e mesmo a minha pessoa que já fazia doutoramento na University of London, fora convidada, tocando o assunto de história econômica (algodão e ferrovia) a um autor estranho ao *métier*. A maioria absoluta era composta de membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, jornalistas e políticos-memorialistas.

Waldeci Ferreira Chagas: Sim. Porque em meio aos professores/as marxistas, existiam também os positivistas ou considerados conservadores. Logo, os estudantes tinham a tendência a seguir as orientações marxistas, vistos que éramos jovens e a crítica fazia parte do nosso discurso em sala de aula. Quando havia os debates em sala de aula, os conflitos se manifestavam, porque nem sempre estudantes marxistas e professores conservadores se entendiam, sobretudo, a tendência dos professores/as conservadores eram reproduzir a história dos grandes personagens da Paraíba, ou pessoas importantes. Isso porque ocorria de alguns professores/as serem de famílias tradicionais, então era comum que quisessem reproduzir e manter a história dos grandes homens, fatos e eventos nos quais seus familiares estiveram envolvidos.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Sim. No Departamento, agora Unidade Acadêmica, na qual vim trabalhar, experimentei exatamente o período de transição entre a chamada "velha guarda" e a juventude renovadora na área de História. Embora algumas das professoras citadas acima tivessem sido professoras dos colegas Gervácio Batista Aranha, Fabio Gutemberg Ramos B de Sousa, Luciano Mendonça de Lima, Maria do Socorro Rangel e mesmo do jovem professor Durval Muniz de Albuquerque Jr. estes jovens professores que ingressaram na UFPB no início dos anos 90 modificou a forma de pesquisar, ler e ensinar história, e mesmo com certo desrespeito pela "velha geração". Pessoas que vinham de fora do Estado como os professores Celso Gestermeier do Nascimento (excelente professor), Eu, prof. Josemir Camilo de Melo, profª Eduardo Henrique de Lima, sempre fomos tratados como professores e pesquisadores de

2ª Categoria. Todavia, aqueles que se dedicaram à pesquisa sobre a Paraíba, como eu e o prof. Josemir Camilo, acabaram, acredito, encontrando seu espaço e seu nincho dentro de uma historiografia paraibana. Contundo, como sempre ocorre em estados pequenos e de mentalidade provinciana, as disputas são mais acirradas pelo grau de disputa política pelos espaços de poder (no sentido foucaultiano) do que pel grau de conhecimento dos fatos sobre a história da Paraíba. Com a instalação dos dois Mestrados em JP e a saída de professores altamente preparados como o prof. Durval para a UFRN, estas disputas tornaram-se mais comezinhas e não ultrapassam os muros do campus. Nenhum grupo historiador detem o predomínio ou privilégio historiográfico nas duas Universidade. Predominando aqui em CG uma colcha de retalhos teórica que mais enfraquece do que engrandece nossos cursos (graduação e pós).

- **Ainda hoje, os pesquisadores da história da Paraíba encontram dificuldades de acesso às fontes? A Paraíba possui arquivos condizentes com o seu passado histórico?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Você diz isso porque não conhece a realidade de Natal!
A Paraíba está muito bem servida. Há um trabalho significativo e importante que foi realizado pelas professoras, Laura Helena Baracuhy, Irene Rodrigues Fernandes, Zeluiza Formiga, Gloriete Pimentel, Joana Neves e, depois por Lúcia Guerra, Laudereida Morais, Ana Andrea Amorim. A dedicação destas profissionais a essa causa foi fundamental. O trabalho de Laura e Irene foi pioneiro. Elas trouxeram para nossa formação os melhores profissionais que havia no país a época, tanto na área da arquivologia quanto da restauração de documentos.

Josemir Camilo de Melo: Isto depende da temática escolhida. Não se pode mais criticar a ausência de fontes coloniais depois da publicação da Coleção Resgate Barão da Boa Vista. No entanto, nossos poucos arquivos necessitam dos princípios da arquivologia. A documentação do século XIX permanece, agora até mais difícil do que a colonial, devido a sua dispersão. Também falta princípios de arquivologia aos nossos cartórios e arquivos paroquiais. De minha parte, quando fui diretor do Museu Histórico de Campina Grande, fiz uma proposta para a criação de uma arquivo público a partir da documentação do arquivo geral da Prefeitura Municipal de Campina Grande, o que foi (in)devidamente engavetado. Vi documentos municipais do início da República sofrendo goteiras, umidade, mofo e nada foi atendido pelos poderes municipais. Soube, posteriormente, que tal acervo fora jogado em cima de um caminhão, endereçado a um outro depósito, e ainda não higienizado e devidamente catalogado.

Isto numa cidade que tem duas universidades públicas, cada uma com seu curso de História e até um programa de pós-graduação. Há muita distância entre intenção e gesto, como nos diz a música de Chico Buarque.

Waldeci Ferreira Chagas: Existem arquivos, mas eles não são condizentes com a história da Paraíba. Por exemplo, pesquisar sobre o período colonial, nem sempre as fontes são encontradas nos arquivos paraibanos. Porem falta gestão, organização e administração. Os arquivos nem sempre são bem cuidados e os profissionais que atendem nem sempre são os arquivistas. Logo, isso dificulta o historiador nas pesquisas.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: É verdade, mas tem melhorado muito, principalmente com o trabalho do NDHIR em João Pessoa e a disponibilização de acervos pela Internet. Os historiadores mais jovens (de 2005 para cá) já contam com materiais que a 10 anos atrás não contávamos. Se estes são condizentes com o passado histórico é uma culpa que deve se imputada a quem destruiu ou se apropriou destes acervos.

- **É inegável que o número de pesquisas históricas na Paraíba é bem mais significativo do que há 15 anos. A busca constante de melhoria nos quadros docentes com as especializações dos professores com mestrado e doutorado, bem como o surgimento de cursos de pós-graduação foram fundamentais para esse crescimento e proporcionaram também um avanço qualitativo das pesquisas e do ensino de história nas universidades. Qual a sua interpretação sobre essa questão e hoje, diante do surgimento de críticas sobre aquilo que poderíamos chamar da busca desenfreada pelo crescimento do currículo Lattes, via cobranças da CAPES, o senhor (a) considera que exista uma saturação da produção do conhecimento histórico? Qual a sua impressão sobre a pesquisa histórica na Paraíba, mais especificamente?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Infelizmente eu não acompanho mais, tanto quanto gostaria, as pesquisas na Paraíba. Mas, de forma geral, acho isso que chamam produtivismo um equívoco. O que as agências de fomento exigem aos professores vinculados aos Programas de Pós-graduação não é nada que não possa ser realizado. É algo sistemático. Isso é diferente. Fazer uma pesquisa, dar continuidade a ela, cada ano prestar contas (via um artigo, uma

comunicação) não é algo irrealizável. De nenhum pesquisador é exigido que se faça uma pesquisa original todos os anos. É exigido que seja algo contínuo e sistematizado a cada passo.

Josemir Camilo de Melo: Penso que uma das falhas está em fazer pós-graduação na mesma universidade da graduação, ou na mesma cidade e até mesmo no próprio país. Boa parte dos pesquisadores de pós-graduação se acostumou a ler autores estrangeiros pela tradução. Muitos não conhecem ou exercitam qualquer língua estrangeira e sequer saíram do eixo nordeste-cento-sul. Tenho percebido que trabalhar numa universidade pública, para alguns historiadores, ou meros professores de História, parece ter virado uma sinecura. Para esses, a cobrança Lattes torna-se pesada. No entanto, no universo dos professores substitutos e andam a fazer a pós-graduação, buscando um concurso público em universidades federais, a produção Lattes é lá em cima. Esta é uma vertente. Também tenho observado que a militância sindical, ou partidariamente esquerdista, tem tomado tempo de produção de professores, baixando sua produtividade Lattes e sua competitividade. Outros, pelo contrário, têm aliado a militância a uma produção crítica.

Como tenho observado, tem-se formado na historiografia produzida na Paraíba um forte núcleo em torno do que eu chamo de colonialismo (‘tempos coloniais’), um menor, em torno do Império e outro, em torno de modernização e cultura. Distingo hoje três centros de pesquisas, a UFPB (João Pessoa), com seu programa de pós-graduação, a UFCG (ex-campus II da UFPB) também com um programa de pós-graduação (com concentração em Cultura e Cidades) e a Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira (e não propriamente o campus sede, o de Campina Grande, que tem se dedicado muito mais à licenciatura que à pesquisa) onde já há uma massa crítica, embora não haja infraestrutura, para uma proposta de pós-graduação.

Waldeci Ferreira Chagas: Acredito que temos que ser profissionais. Realizarmos pesquisas no campo da história, ministrarmos aulas, escrevermos e publicarmos sobre os temas que pesquisamos, sem obrigatoriamente termos que responder essas exigências do Lattes via CAPES, sobretudo, porque a escrita da história, o trabalho do historiador é um trabalho intelectual, exige tempo para pesquisar, analisar, refletir e escrever. Não é algo que se produza em série. Por exemplo, os colegas que ministram aula nas pós-graduações, dizem que tem que escrever e publicar tantos artigos/textos em revistas nacionais e internacionais por ano. Como se escrever não exigisse tempo de pesquisa, reflexão, análise. A história não é romance, que o sujeito senta e começa a inventar/criar personagens, cenas e enredo da sua cabeça. Até mesmo os romancistas pela de tempo para a criação, a criatividade. Nós os historiadores lidamos com

algo que aconteceu e quando escrevemos passamos a ler o passado a partir dos vestígios deixados. Logo, é um exercício que exige maturação, interpretação, analise diálogo e discussão com as fontes. O texto histórico não sai das nossas cabeças, ele é produto de pesquisa, reflexão e análise. Eu acredito que os órgãos de fomento a pesquisa poderiam se utilizar de outros meios/critérios para medir/avaliarem o fazer do historiador/professor. Por exemplo, não se leva em consideração as aulas ministradas, a aprendizagem dos estudantes e o crescimento profissional e intelectual dos estudantes com quem lidamos cotidianamente em sala de aula. Um crescimento que se faz via o fazer do historiador e professor em sala de aula. Eu não dou muita atenção para tais exigências impostas pela CAPES/CNPQ, de modo que tenhamos um Curriculum Lattes considerável. Eu me preocupo muito com o que os meus alunos estão aprendendo, como estão aprendendo e para que estão aprendendo. Que usos fazem ou estão fazendo da história que aprendem e aprenderam e no que isso está e pode colaborar para tornar a vida dele e das outras pessoas melhor. Eu estou muito mais preocupado em formá-los professores/as cidadãos/ãs, sobretudo, ativos. Quanto ao meu Curriculum Lattes, acredito que ele é medido/mensurado pelo percurso que os meus alunos/as fazem na vida profissional. Se eles vão bem eu estou bem. Se eles vão mal profissionalmente é porque eu estou mal. Estou formando professores/as que não são capazes de passar num concurso público para professor da educação básica da cidade onde ele mora. Acredito que estamos valorizando a quantidade em detrimento a qualidade, e acabamos escrevendo um monte de textos/artigos que sequer são lidos pelos nossos pares, e pouca contribuição trazem para a discussão e formação dos sujeitos como cidadãos e professores/as, vistos nem sempre dispomos de tempo para aprofundar a pesquisa, refletir, maturar sobre as fontes e elaborar melhores considerações. Eu pesquiso, escrevo, público, sobretudo, nos anais de eventos, vistos que as Revistas de História, elas acabam restritas a um público seleto. No entanto, exigem dos professores/as sujeitos tantas publicações por ano? Mas nem sempre as universidades têm políticas de publicações que valorizem as pesquisas dos seus professores/as, o fazer dos seus professores/as e as que possuem nem sempre o acesso é ampliado. Do contrário as revistas têm vida curta. Se não são os eventos, ficamos sem espaço para mostrar/publicar o resultado de o nosso fazer. Faço meu trabalho de historiador, professor e pesquisador de modo tranquilo e calmo, sem a preocupação de satisfazer as exigências da CAPES e manter um curriculum considerável. Nunca me preocupei com isso, visto que vejo os amigos/as preocupados com isso, mas ausentes na sala de aula, nas orientações aos estudantes da graduação, da pós-graduação, o que faz com que a qualidade do trabalho fique comprometida. O/a cara que tem o Lattes lá em cima, considerado rico nem sempre é o que dar uma boa aula, nem sempre é um bom orientador e pouco contribui

para o crescimento do estudante. Acredito esteja na hora de revermos sobre isso. As pesquisas no campo da história cresceram e ampliaram, agora precisamos melhorar a qualidade, sobretudo, no sentido de tornar a história que produzimos mais legível e compreensível aos olhos e sentidos da sociedade. Nós os historiadores ainda escrevemos uma história que nos satisfaz e pouco chama a atenção dos cidadãos comuns. Deveríamos escrever história para as pessoas comuns. Eu sonho com isso; escrever uma história que o povo compreenda se veja e se reconheça. Não existe saturação da história. A história é sempre passível de crítica e interpretação. Logo, sempre existirá o que dizer sobre a história, ou seja, sobre os fatos. Então a história não está saturada, talvez a saturação seja, ou esteja no modo como escrevemos a história nas abordagens. Porque há uma tendência a se seguir uma orientação historiográfica; uma espécie de moda. Acredito que o que caracteriza a produção do conhecimento histórico é a diversidade e a liberdade. Desta feita, sempre haverá o que pesquisar, pois as abordagens é o que diferencia o conhecimento histórico. Temos avanços, sobretudo, após a abertura dos programas de pós-graduação em História na UFPB e UFCG. Isso tem ampliado as pesquisas e trazidos os mais diversos temas, assim como os temas já consagrados, mas lidos numa outra abordagem e perspectiva historiográfica. As pesquisas têm possibilitado mostrar que a história da Paraíba não é só a história das oligarquias políticas, dos grupos no poder.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Esta pergunta induz o entrevistado, com juízos de valor do entrevistador. Todavia, vamos lá. Sim, há produções e produções. O pesquisador sério e comprometido com o métier de historiador não vai ou não precisa se preocupar com LATTES (curriculum que Lattes, não morde!) Ele vai fazer sua pesquisa dentro do tempo e condições que lhe sejam favoráveis. Todavia, se ele quer manter um ritmo acadêmico de recebimento de elogios e loas, ele o fará dentro dos parâmetros exigidos pelas instituições de fomento. Eu, sinceramente, acredito que a CAPES não nos cobre muito. Dois ou três artigos num biênio não é nada demais, para quem se pretende pesquisador. E, além disto, a pessoa pode se recusar a entrar nesta busca desenfreada por curriculum. Dou-lhe dois exemplos de pesquisadores que trabalham na UNIVERSIDADE e fizeram grande trabalhos sem se importar em encher curriculum, o prof. Luciano Mendonça de Lima, bom professor, grande pesquisador e pessoa detestável, mas que produziu sua dissertação e tese, de forma correta, profunda e séria, dando grande contribuição à história das experiências escravas na PB, sem todavia, contribuir com nada de administrativo na Unidade da qual faz parte. Já outro exemplo é o da professora Regina Célia Gonçalves. Mesmo participando de mil e uma atividades na UFPB (ensino, pesquisa, extensão, administração, orientação de alunos e participação em bancas) elaborou ao longo de

sua vida acadêmica uma obra fundamental para a compreensão da Paraíba colonial – GUERRAS e AÇUCARES. Assim sendo, a pessoa, professor, pesquisador pode tranquilamente, se o ego deixar, conciliar currículum com produção historiográfica séria. E outros, como eu, seremos apenas professores da graduação e da pós, sem maiores veleidades de pesquisador. Poderia citar trabalhos de vários outros colegas, mas creio que estes dois exemplos valem.

- **É possível dizer que existe hoje um fazer historiográfico paraibano?**

Margarida Maria Dias de Oliveira: Não. Há um fazer historiográfico, mas ele não se caracteriza pela questão espacial.

Josemir Camilo de Melo: Na Paraíba, sim; paraibano, não. Ainda bem! Os historiadores ('de ofício' como diz José Octávio de Arruda Mello, o que eu entendo como os de formação acadêmica), com exceção dos que fazem os Institutos Históricos, não se filiam a esta ou aquela província intelectual e sim a correntes historiográficas. Acredito, até, que o surgimento da pesquisa de Durval Muniz de Albuquerque Júnior ("A Invenção do Nordeste") se tornou um grande e novo divisor na e da Historiografia brasileira e isto afetou os mais de perto, já que trabalhou inicialmente, e por muito tempo, no Campus II da UFPB.

Waldeci Ferreira Chagas: Sim. Porque existe uma produção sobre a história da Paraíba nos diversos aspectos. Essa produção, esse fazer é permanente, dentro e fora da academia. Mas o problema está no fato de esse fazer chegar aos leitores/estudantes e ao grande público. Isso ainda não acontece. Nem mesmo entre os estudantes do curso de História. Por exemplo, existe uma produção historiográfica considerável sobre as cidades paraibanas. No entanto, eu já ouvi vários estudantes de Mestrado afirmar em momento de apresentação de trabalho, até mesmo no texto da dissertação que a historiografia sobre cidades paraibanas é escassa, quando não é verdade. Esse tipo de afirmação é decorrente da formação; os historiadores estão saindo das universidades sem a capacidade de pesquisar, ou de organizar as fontes, sobretudo, bibliográfica sobre determinados temas e discuti-lo. No geral eles escrevem suas dissertações sobre determinadas temáticas como se o seu texto fosse o primeiro, num total desconhecimento da historiografia paraibana.

Antônio Clarindo Barbosa de Souza: Sim, creio que sim. Os trabalhos realmente sérios seguem uma métrica e concepções bem definidas. O que estraga o fazer historiográfico paraibano é a pressão sobre os alunos de mestrado para que façam coisas inéditas. A carência por novos temas e abordagens foi tanta, durante tanto tempo, que agora tudo tem que ser inovador. Uma pesquisa de Mestrado é ou deveria ser uma revisão bibliográfica sobre o tema, e o doutorado uma verticalização de um tema inédito. Mas é inegável que os livros e textos de professores como Alarcon Agra do Ó (sobre a velhice); Alômia Abrantes (sobre o feminino); Waldeci Ferreira Chagas (sobre os vários aspectos da cidade de João Pessoa); da professora Serioja Mariano (sobre a cidade de Princesa); os de História Local organizados pela professora Vilma de Lourdes Barbosa e os de História Colonial (de todo um grupo de pesquisadores da UFPB) são de vital importância para a historiografia recente. Além é claro, das análises profundas e potentes, apesar de excessivamente militantes, das professoras Solange e Vitória Lima, leituras mais que oportunas das condições de vida dos escravos na Paraíba.
Há sim uma historiografia paraibana, que jovens pesquisadores como você sempre ajudam a manter.

* *Ao professor **José Avelar Freire** decidimos fazer um questionário com algumas alterações em virtude das especificidades de sua produção.*

- **Gostaria de iniciar com algumas informações sobre a trajetória de sua vida. Onde o senhor nasceu? Como e quando se deu o seu interesse pela história? Quais as influências ou estímulos que fizeram com que o senhor buscasse a história como área de conhecimento e de prática profissional? Possui formação na área?**

Eu nasci em Alagoa Grande, à Rua Doutor Francisco Montenegro, na residência dos meus pais, o parto foi executado por uma vizinha, Asmira (hoje, com 100 anos), esposa do senhor de engenho José Mendonça. A maternidade do município seria inaugurada em 1963, eu nasci a 06/11/1950. Meus pais: Severino Trigueiro Avelar e Maria da Glória Freire Avelar. Ele, comerciante. Ela, do lar, e excelente bordadeira.
O meu interesse pela história se deu a partir de aulas (no 4º ano primário), no Colégio São José, ministradas pelo professor Aguinaldo Mendonça Marques. Posteriormente, na 1ª série Ginasial, o professor Severino Tarcísio Chaves, reforçou esse meu interesse.

Foram essas duas influências de professores, mais as leituras de livros didáticos, reportagens em revistas e jornais e na televisão. Eu tenho curso superior e especialização em História pela UEPB.

- **Como historiador, o senhor é conhecido na Paraíba pelos seus textos publicados sobre a história da cidade de Alagoa Grande. Existe uma produção de textos históricos, memórias e depoimentos, empreendida por diversos escritores – historiadores de formação, professores ou até mesmo diletantes interessados pelo conhecimento histórico – na Paraíba que, em sua maioria, buscaram a construção do passado, da história de diversos municípios. Por que a escolha de sua produção histórica se deu especificamente sobre esse tema? Esse tipo de produção ainda se faz presente hoje no cenário intelectual da Paraíba?**

4ª) Eu, desde adolescente, me apaixonei por minha (e sua) Terra. Quase tudo em Alagoa Grande me fascinava, principalmente a convivência com as pessoas, fossem elas de que classe social fossem. Eu, tinha amigos e bons conhecidos onde chegasse; isso me ligou cadas vez mais a terrinha. Mas, o meu interesse para escrever a respeito da nossa Terra, começou graças a minhas conversas com uma das duas irmãs do meu pai, tia Filomena Maria D'Avelar (Lia), a partir de 1985 quando ela passou a me contar, em várias oportunidades, acontecimentos a ela por outros narrados ou por ela presenciados. Assim, comecei a anotar um ou outro fato, uma ou outra informação sobre alguma personalidade das elites ou do povão. Ouvi também, relatos de um conterrâneo, Severino Francisco de Assis (Miquilim) comerciante do ramo de padaria. Em 1993, me veio a idéia de preparar uma apostila, para o alunado, com, no máximo, dez laudas, focalizando alguns fatos e personalidades. Depois, pensei em acrescentar para vinte laudas (em papel ofício). Aí, alguns amigos (Otávio Domingos, Vanildo Pereira, Genildo Lins) e a minha esposa (Rosiana, "Diana") começaram a me incentivar a aprofundas as informações e preparar um livro. Oscilei, tive receio de que não desse certo (será que as pessoas vão ter interesse?), me senti não preparado para tal tarefa. Mas, essa turma não parou de me motivar. Então, em fins de 93, resolvi. Em junho de 1996, saiu o livro (Editora Ideia, João Pessoa) Alagoa Grande: Aspectos Econômicos e Fatos outros da sua história. Esse tipo de produção ainda se faz presente no cenário intelectual da Paraíba.

- **Para publicarmos um livro existem diversas implicações de âmbito editorial – financiamento, quantidade de páginas, adequação textual, entre outros. Havia um**

grande interesse por esse tipo de publicação, por parte das editoras paraibanas, quando o senhor lançou os seus livros? Quais dessas dificuldades se apresentaram ao longo de sua produção?

Sim, havia interesse visível das editoras paraibanas quando do lançamento do meu (nosso) primeiro livro e quando dos lançamentos (1998 e 2002) da 1ª e da 2ª edições de Alagoa Grande: sua história (1625-2000), Editora A União. Ao longo de minas produções, não houve maiores implicações no âmbito editorial, na não ser na primeira, em que a editora (por conta de pouco capital), pediu-me 50% do pagamento antecipadamente. Como não dispunha, promovi uma venda antecipada e tudo deu certo.

- **Numa publicação de 1999, *Historiografia municipal da Paraíba*, o historiador Luiz Hugo Guimarães relatou que pouquíssimos municípios no Estado, até então, possuíam obras publicadas sobre a sua história. Inclusive, de acordo com informações no site do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), o livro de Guimarães foi enviado a todos os prefeitos paraibanos empossados naquele ano, sugerindo a criação de núcleos no âmbito das Secretarias de Educação e Cultura, a fim de empreenderem um levantamento da história de seus municípios. Intenção louvável, mas sabemos que os interesses são múltiplos e que talvez nem todas as secretarias receberam o comunicado ou puderam levar a cabo tal ideia. A sua produção histórica, a partir de 1996, de certa forma solitária até hoje – em virtude de que não temos conhecimento de nenhuma produção com o mesmo alcance sobre a cidade – veio preencher essa lacuna sobre Alagoa Grande, apontada de modo geral por Guimarães. Como o senhor considera que foi a recepção de seus livros pelos moradores de sua cidade e pelo meio intelectual paraibano? Existe ainda hoje na Paraíba um interesse, alguma demanda sobre este tipo de história local, em sua opinião?**

Antes da minha primeira publicação, em 1996, o conterrâneio Hélio Nóbrega Zenaide (há muitos anos residente em João Pessoa) elaborou um grande trabalho concluído em 1979, intitulado "História do Sertão do Paó" (sobre as origens e o desdobramento de Alagoa Grande, de 1625 a 1780), para seu ingresso no IHGP, e que depois seria, no mesmo ano, transformado em livro, mas Hélio não promoveu lançamento da obra; tirou 200 exemplares e distribuiu entre familiares e amigos. Ganhei um exemplar. Aproveitei essa valiosíssima

pesquisa, principalmente no meu último trabalho. A História do Sertão do Paó foi publicada pela Editora A União do Governo do Estado. A recepção dos meus livros pelos moradores de Alagoa Grande, foi muito boa. Me apelidaram de historiador, e isso pegou seriamente. Passei, então a ser bastante consultado a respeito da vida alagoagrandense, desde alunos primários a universitários, e por doutores, também, assim como por pessoas analfabetas e semi-alfabetizadas.

No meio intelectual, a recepção foi muito boa; as discordâncias foram poucas; os elogios, muitos. Para o advogado, político, historiador – membro do IHGP, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, de Santa Rita, após ler o nosso terceiro lançamento (em dois volumes, que é a junção dos dois primeiros e mais assuntos outros), o classificou entre os três melhores (entre 60 e 70) sobre municípios paraibanos: "Registre-se, porém, que o trabalho de Avelar está em pé de igualdade ao que Horácio de Almeida diz sobre Areia, e ao de Sabiniano Maia sobre Itabaiana". Jornal da Paraíba em 31 de janeiro/2003.

Ainda existe, na Paraíba, um acentuado interesse sobre as histórias dos municípios.

- **A dita história local é uma história "menor" ou deve ser tratada como qualquer outro tipo de produção histórica?**

A História Local, fundamental para a História Geral, jamais poderá ser tratada como "menor". Deve, sim, ser tratada como qualquer outro tipo de produção histórica. Afinal, existiram os grandes centros urbanos, sem antes existirem os pequenos povoados?

- **O senhor encontrou alguma resistência ou confronto de sua concepção de história (em relação ao tratamento das fontes, abordagens e metodologias) com a concepção empreendida pelos pesquisadores de história ligados à universidade?**

Não encontrei resistência nem confronto em relação ao tratamento das fontes, abordagens e metodologias, com a concepção empreendida pelos pesquisadores de História ligados as universidades. Só (repito), algumas discordâncias; breves; breves ..., mas, poderão aparecer posições contrárias bem mais fortes. Afinal, nesse meio, muita gente não conhece nosso trabalho, certo?

- **Durante algum tempo existiu um conflito de interpretações e abordagens históricas entre os pesquisadores universitários (mais especificamente professores da UFPB) com a história produzida pelo IHGP. Em sua opinião, qual a importância das duas instituições para a produção histórica na Paraíba?**

A UFPB, com uma postura mais para a Nova História; o IHGP (acredito por conta da formação escolar e influências familiares e do meio de convivência externa), um tanto positivista em vários momentos, mas, também, em vários momentos (e, isto, como você bem sabe, difere, em certos ambientes, de historiador para historiador) também se aprofundando, e muito bem, na História do Cotidiano. São duas instituições de grande valia para a produção histórica da Paraíba. Ambas, têm grandes contribuições anda a dar ao nosso Estado.

- **Hoje em dia o senhor mudaria alguma forma de interpretação ou concepção da história que não teve oportunidade de empreender em suas pesquisas?**

10ª) Acredito que, talvez por falta de maior condição intelectual, eu não queira me atrever a mudar (evoluindo) a forma de interpretação da História da minha (nossa) "Pátria Primeira". Mas, no futuro...

- **O senhor poderia mencionar alguns livros que considera mais significativos sobre a história de outros municípios paraibanos publicados na mesma época em que surgiram os seus textos?**

Eis alguns livros que tratam mais ou menos das Histórias de municípios paraibanos, publicados entre 1990 e 2010, dos quais eu tenho um exemplar: Alagoa Nova: notícias para sua História, 1990, Fortaleza Gráfica Editora C. Esteves Tiprogresso LTDA; com apoio ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.; autor, médico José Borges de Sales, correspondente do IHGP e da Academia de Medicina de São Paulo, e natural de Areia. Filipéia e outras saudades, 1997, Editora A União, autor Gonzaga Rodrigues, jornalista, natural de Alagoa Nova. Itinerário Histórico de Guarabira, 1998, sem referência de editora (digitado, nesivado (sic), esquematizado, e montada sua capa pelo bacharel em Direito Carlos Alberto Braz de Melo e por Eugênio Max, artista plástico); de autoria do guarabirense Moacir Camelo de Melo. Guarabira, Democracia, Urbanismo e Repressão (1945/1965), 1998, A União Editora, de

autoria do pessoense José Octavio de Arruda Mello, membro do IHGP e do IHGB. O Patrimônio Ambiental Urbano de Areia Proposição de Preservação e Revitalização, 2003, Ideia Editora, João Pessoa; autores, arquitetos e urbanistas Ivan Cavalcanti Filho e José Eduardo de Moura, de naturalidades não constantes na obra. Alagoinha, Evolução Político-Administrativa, 2004, Ideia Editora, de autoria do alagoinhense Eginaldes de Andrade Filho (que, no livro, assume ter nascido em Alagoa Grande, mas, a bem da verdade, só veio nascer na maternidade alagoagrandense; portanto, não vamos querer roubá-lo de sua verdadeira terra, né?), advogado e professor de História. O Trem de Alagoa Grande, nos Trilhos da Great Western, 2005, Ideia Editora, de autoria do alagoagrandense Martinho Ramalho de Melo, poeta (Academia Paraibana de Poesia), bacharel em Direito, agrônomo. Pilar, da Aldeia Cariri aos Nossos Dias (1758-2007), 2007, F e A Gráfica e Editora, João Pessoa, autor, professor Lucimário Augusto da Silva, pilarense. Bem-Estar e Riqueza no Brejo de Areia, 2010, Ideia Editora; autora, areiense Zélia Almeida, professora universitária, membro da Academia de Letras de Areia, casa de Horácio de Almeida.

Eis alguns nomes de historiadores que escrevem sobre municípios paraibanos, quer com abrangência ampla, ou quer em aspectos específicos: Josué Sylvestre, pernambucano de Campina, radicado em Campina Grande, e atualmente morando em Curitiba, e membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil. Zélia Almeida, João Pessoa. Gonzaga Rodrigues, João Pessoa. Marinho Ramalho de Melo, João Pessoa.

[...]

Agradecido pela oportunidade que você me proporcionou, quer respondendo às perguntas (será que correspondi?), quer divulgando um pouco mais a História da nossa amada terra. E feliz também por modestamente colaborar com sua vitoriosa caminhada pelo fascinante mundo da História.